UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



Uma Família de Cristãos-Novos do Entre Douro e Minho: Os Paz

Reprodução Familiar, Formas de Mobilidade Social, Mercancia e Poder

(1495-1598)

Carlos Manuel Valentim

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA MODERNA

ORIENTADA PELO

PROFESSOR DOUTOR A. A. MARQUES DE ALMEIDA

2007

Para as estrelas do céu, que
ao longo da minha existência me têm
acompanhado nas meditações
sobre a minha condição de ser mortal,
e nas minhas simples reflexões sobre
o mistério do Cosmos , e que dia após dia
continuam brilhantes a muitos milhões
de anos luz , intocáveis,
repletas de uma beleza eterna,
muito embora, porventura, já se
tenham extinguido.

ÍNDICE

	Pág.
INTRODUÇÃO	**1**
I- COMPOSIÇÃO E REPRODUÇÃO FAMILIAR	**9**
1- As questões antropológicas: estrutura familiar, parentesco e consanguinidade	11
2- Mestre João: controvérsia e enigma	13
3- A Formação da Família em território português – a reprodução familiar	43
II- FORMAÇÃO DE UMA REDE MERCANTIL E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO	**53**
1- A Produção de um Espaço Familiar	55
2- O Espaço Vital: um Entre Douro e Minho Alargado	57
3- Uma Rede Familiar e Mercantil	69
3.1- Um Novo Ciclo de Negócios	69
3.2- As Boas Oportunidades de Negócio	78
3.3- Família e Negócios no Norte Atlântico	85
4- Apropriação e representação do espaço: O desígnio de uma rede familiar	94
III- MOBILIDADE SOCIAL E PODER	**113**
1- A Mobilidade Social Ascendente numa Sociedade de Ordens	115
2- Expansão Patrimonial e Poder Social	118
3- Ascensão Social e Poder Simbólico: uma Elite numa Sociedade Corporativa	127
4- As Armas – o nome e o sangue gravados a ouro	139
IV- INQUISIÇÃO E INTEGRAÇÃO	**143**
1- Entre a integração e a assimilação forçada	145
2- A luta contra o estabelecimento da Inquisição – Duarte de Paz um líder dos cristãos-novos em Roma (1532-1538)	152
3- Os Vizinhos que nos acusam. A sobrevivência social	165
4- Do Porto a Istambul. O Mare Nostrum, a Europa um só Espaço	178
CONCLUSÃO	**191**
FONTES E BIBLIOGRAFIA	**197**

AGRADECIMENTOS

En outre, s'il est impossible de trouver en chaque homme une essence universelle qui serait la nature humaine, il existe pourtant une universalité humaine de condition. […] Ce qui ne varie pas, c'est la nécessité pour lui d'être dans le monde, d'y être au travail, d'y être au milieu d'autres et d'y être mortel.

Jean-Paul Sartre, *L'existentialisme Est un humanisme*, Paris, Éditons Gallimard, 1996, pp. 59-60

Uma investigação, que tem como objectivo final uma dissertação académica, é sempre devedora de apoios e da gratidão a muitas pessoas e entidades, que directa e indirectamente deram o seu contributo.

Não posso deixar de expressar, em primeiro lugar, os meus mais sinceros agradecimentos ao meu orientador, o Sr. Professor Doutor A. A. Marques de Almeida, por toda a compreensão e paciência. É de toda a justiça referir o apoio que recebi do Senhor Professor A. A. Marques de Almeida, em termos científicos e pessoais. Desde os tempos em frequentei as suas aulas na Licenciatura, sublinhe-se, que sempre escutei com a atenção e entusiasmo as suas lições. E, refira-se em abono da verdade, que muitas das leituras que me influenciaram, fortemente, durante a frequência da Licenciatura na Faculdade de Letras da Universidade de

Lisboa, vieram por via das aulas e das sugestões do Sr. Professor António Marques de Almeida. Portanto, o que este trabalho, que agora se apresenta, tiver de bom, ao Sr. Professor Dr. A. A. Marques de Almeida se deve.

Esta tese foi concluída durante um período muito particular da minha vida. O Sol nem sempre brilhou da mesma forma todos os dias, e muitas foram as ocasiões que procurei a luz dos seus raios, e um novo amanhecer, que por vezes teimava em não aparecer, por entre uma bruma que ofuscava o meu caminho.

Quero destacar o apoio do meu amigo Alexandre Cartaxo, que reviu o texto e deu achegas preciosas, numa atitude fraterna e solidária pouco habitual nos dias que correm, entre seres humanos. Um agradecimento também devo ao meu amigo António Costa Canas, que esteve sempre disposto a ajudar-me e a sugerir a melhor forma de eu levar por diante este projecto.

Aos meus queridos amigos Vitor Pires Silveiro, Ana Bastião, Ana Henriques, Reis Videira, Castro Veloso, ilustres Professores da Escola Naval, de Contabilidade, Matemática e Programação Informática, quero aqui publicamente lembrar que, para além da ajuda, me proporcionaram inesquecíveis momentos de amizade, de camaradagem e de conversas frutuosas nos últimos dois anos.

O Vitor Silveiro, é bom lembrá-lo, teve uma paciência sem "limites", em relação aos problemas relacionados com a impressão deste trabalho. Por isso, devo-lhe um agradecimento, que se traduz num profundo respeito, admiração e numa amizade sincera.

Há cerca de oito anos parti numa viagem, em busca das raízes de uma família de cristãos-novos. Algumas pessoas acompanharam-me em certos momentos dessa viagem, chamando-me a atenção para pontos importantes, ou sugerindo as melhores formas para abordar o problema. Cumpre aqui realçar o apoio que desfrutei do corpo de investigação da Cátedra de Estudos Sefarditas, que nunca me regateou ajudas quando foi necessário. O Dr. Paulo Mendes Pinto mostrou-se sempre interessado no andamento da investigação, e em muitos

momentos questionava-me sobre a possibilidade de eu publicar as investigações, que ia levando a cabo, nos prestigiados *Cadernos de Estudos Sefarditas*; à Dr.ª Susana Bastos Mateus devo uma palavra de agradecimento sincero, pois inclusive alertou-me para fontes que era necessário consultar, e deu-me informações extremamente úteis para este trabalho de investigação; com a Maria Fernanda Guimarães discuti longamente assuntos de interesse comum, relativos aos cristãos-novos de Trás-os-Montes e do Norte, e ao seu honroso convite devo a publicação de alguns artigos no jornal "Terra Quente", da cidade de Mirandela, entre 2003 e 2004; ao Professor Dr. James Nelson quero expressar o meu agradecimento pelo acesso aos seus trabalhos que ainda se encontravam no prelo, e pelas interessantes discussões que mantivemos, pessoalmente e por correio electrónico, sobre Duarte de Paz e as comunidades judaicas/sefarditas do sul de Itália.

A Professora Dr.ª Florbela Veiga Frade e o Dr. João Carlos de Jesus, de quem me honro de ser amigo, foram um apoio e uma ajuda constante. Em muitas ocasiões ajudaram-me, mostraram-se solidários, deram-me conselhos sobre qual era o melhor caminho a seguir, ouviram-me sempre que eu necessitava de ajuda. Por isso lhes quero expressar a minha mais profunda amizade e gratidão.

Ao Professor Doutor José da Silva Horta devo a amizade e sugestões, sempre muito úteis; ao Sr. Professor Doutor Francisco Contente Domingues pela amizade de anos e pelo saudável convívio académico; ao Sr. Professor Doutor Sérgio Campos Matos um agradecimento pelo incentivo e pela atenção com sempre me escutou e seguiu o meu trabalho; às senhoras Professoras Doutoras Maria Leonor Cruz, Maria de Fátima Reis e Maria Paula Marçal Lourenço, também quero deixar aqui uma palavra de agradecimento pela forma com sempre se mostraram interessadas no meu trabalho de investigação, incentivando-me em diversos momentos a prosseguir na senda da investigação.

Por fim, cumpre destacar algumas ajudas que usufrui na Escola Naval, nomeadamente do Tenente Barroso Braga e do Sargento Castro Monteiro, meu

adjunto no Serviço de Museu/Arquivo/Biblioteca da Escola Naval que foi incansável na encadernação dos tomos da tese e na junção das muitas centenas de documentos e papeis que espalhei pela biblioteca.

Os homens fazem a sua própria história,
mas não a fazem segundo a sua própria
vontade, em circunstâncias escolhidas
por eles próprios, mas nas circunstâncias
imediatamente encontradas, dadas
e transmitidas. A tradição de todas
gerações mortas pesa sobre o cérebro
dos vivos como um pesadelo. E mesmo
quando estes parecem ocupados a
revolucionar-se, a si e às coisas, mesmo
a criar algo de ainda não existente,
é precisamente nestas épocas de crise
revolucionária que esconjuram
temerosamente em seu auxílio os espíritos
do passado, tomam emprestados os seus
nomes, as suas palavras de ordem de combate,
a sua roupagem, para com este disfarce
de velhice venerável e esta linguagem
emprestada, representar a nova cena
da história universal.

Karl Marx, *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*,
tradução de José Barata-Moura e Eduardo Chitas,
Lisboa, Edições de Avante, 1984, p.121

RESUMO

O assunto principal da presente dissertação é uma família de cristãos-novos, de origem espanhola – os «Paz». Estabeleceram-se em Portugal, no Entre Douro e Minho, em finais do século XV. Num primeiro momento analisamos a identidade de mestre João, o patriarca da família, assim como a reprodução familiar e social de todo o grupo familiar, em território português.

Seguidamente é abordada a produção espaço, no qual esta família de cristãos-novos, teceu as suas redes de poder; fez os seus negócios e se reforçou do ponto de vista financeiro. Esta actividade mercantil levou, por sua vez, a uma apropriação do espaço do Norte de Portugal. O que é materializado nas duas primeiras descrições geográficas, que apareceram no século XVI, redigidas por dois autores que estavam associados à família.

Um dos pontos que nos mereceu maior atenção, foram as formas de mobilidade social e os relacionamentos que a família estreitou com importantes linhagens do Porto e Entre Douro e Minho, que se inseriam em poderosas redes cleintelares tuteladas por elementos da Nobreza e do Clero. Neste caso, concluiu-se que esta família de cristãos-novos alcançou a mais alta dignidade social, através dos títulos nobiliárquicos adquiridos.

A partir de 1530, os Paz começam a enfrentar dificuldades. Duarte de Paz, filho de mestre João, vai para Roma, como procurador dos cristãos-novos portugueses, para impedir que se estabeleça em Portugal a Inquisição. Procedemos à análise da sua actuação durante os oito anos em que se desdobra em contactos, vive na Santa Sé, e se relaciona com o Papa e com os mais altos representantes da Igreja, não logrando contudo impedir a vinda do Santo Ofício para terras portuguesas. É então acusado de desbaratar o dinheiro que lhe tinha sido entrega pelos cristãos -novos e desapossado das suas funções.

Entretanto, em Portugal, são movidos processos pela Inquisição a alguns elementos da família que viviam na cidade do Porto. Com base no estudo desses processos, analisou-se a questão da integração na sociedade e da progressiva perda de influência da família Paz no tecido económico e social.

Finalmente, a partir de um outro processo da Inquisição de Lisboa, estudou-se o percurso de Tomé Pegado de Paz, filho de Duarte de Paz. Partindo da informação que os testemunhos insertos no documento nos fornecem, procurou-se inferir o tipo de relacionamento entre a família de Tomé Pegado, os Paz, mercadores e oficiais da Fazenda, residentes na cidade do Porto, e a outra família de cristãos-novos - os Nasci, refugiados no império Otomano.

Nomeado para efectuar certas missões de interesse para Grácia e Joseph Nasci, Tomé de Paz andou de cidade em cidade, de lugar em lugar, convivendo e recolhendo informações junto das comunidades judaicas sefarditas, que viviam em cidades como Ragusa, Salónica, Andreanapolis, Constantinopla. Até que um dia foi preso em Florença, e enviado numa galé, como escravo, a Lisboa. Decorria o ano de 1578.

Os Paz, que foram uma das mais importantes famílias de mercadores cristãos-novos a viver em Portugal, no século XVI, sobreviveram socialmente, após o estabelecimento da Inquisição, mas com pesados custos, pois foram perdendo progressivamente a sua influência social, económica, política e cultural. Porém, o nome «Paz» haveria de atravessar os séculos, sempre associado ao Santo Ofício, e à perseguição religiosa dos cristãos-novos, que ocorreram em Portugal, entre os séculos XVI e XVIII.

PALAVRAS-CHAVE

Cristãos -Novos

Reprodução Social

Mobilidade Social

Poder

Homens de Negócios

ABSTRACT

The main subject of this dissertation is related to a spanish origin family of new christians, who named themselves "Paz", a christian name. First, we will analize the identity of Master João, the patriarc of the family. We will also devote some attention to the reproduction in this family and in society, in Portugal, between Entre Douro e Minho, in late 15th century. Then, we will approach the production of spatial property, in which this family of new christian, grew their power, ran their businesses and intervened socially.

The aspects that arose our attention to a higher extension were, defintely, the ways of social mobility and the relationships developed by this family with important royal families in Porto and in Entre Douro e Minho. In this case, we concluded that these new chirstians achieved the highest social dignity through noble titles. Starting in 1530, this fanily faced a period of difficulies. Duarte da Paz, Master João's son, went to Rome as a counsellor for the Portuguese new-christians, aiming to prevent that the Inquisition get settled in Portugal. We proceeded with the study of his life for the following eight years, when he kept an important number of contacts, lived in Santa Sé, and maintained a close relationship with the Pope and high representatives of the the Holly Church. However, he was unable to imped the Inquisition to reach Portugal.

Meantime, in Portugal, some members of this family living in Porto are caught in the middle of inquiries and lawsuits filed by the Inquisition. With the study of these lawsuits, we analized the aspect related to the imposed integration and assimilation of the new christians, in mid 16th century. Finaly, and starting from another written record of the Inquisition in Portugal, we studied the life of Tomé Pegado de Paz, Duarte de Paz's son. Through the information from uncertain witnesses, we tried to infer the kind of relationship between the Paz, merchants and State Officials, living in Porto and another family of new christians – the Nasci – who were very powerful financially and were refugees in the Ottoman Empire. We concluded that several members of the Paz family remained associated to the dispora connections. The Paz, one of the most important families of new christan merchants living in Portugal in the 16th century, managed to survive socially after the establishment of the Inquisition (1536), but the price they paid was amanzingly high. In fact, they lost their social and financial influence in a progressive.

However, the name of “Paz” would prevailed through centuries to come, always connected with the Inquisition and the religious persecution towards the new christians that occurred in Portugal, between 16th and 18th.

KEY WORDS

New Christians

Social Reproduction

Social Mobility

Power

Businessmen

A família Paz era um especimen da nação hebraica em todo o ponto da terra onde chegou a dispersão d'esses milhões de homens acossados por um despreso de que elles tiravam farta desforra com a sua astucia, com o seu trabalho e com as onzeneiras emprezas do seu dinheiro.

Camilo Castelo Branco, *Narcóticos. I – Traços de D. João 3º (Historia)*
Porto, Companhia Portugueza
Editora, 1920, p.79

SIGLAS E ABREVIATURAS

A.D.B. – Arquivo Distrital de Braga

A.D. P. – Arquivo Distrital do Porto

A.G.C. – Agência Geral do Ultramar

A.H.A.P. – Arquivo Histórico Alfredo Pimenta (Câmara Municipal de Guimarães)

A.H.C.M.P. – Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto

ANTT - Instituto dos Arquivo Nacionais/ Torre do Tombo

A. P. H. – Academia Portuguesa de História

B.A. – Biblioteca da Ajuda

B.N. – Biblioteca Nacional

C.C.P. - Centre Culturel Portugais

CNPCDP – Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

F.C.G - Fundação Calouste Gulbenkian

F.L.U.C.- I.E.H.A.V – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra- Instituto Estudos Históricos Álvaro de Vasconcelos.

I.I.C.T – Instituto de Investigação Cientifica Tropical

I.N.-C.M – Imprensa Nacional – Casa da Moeda

I N I C – Instituto Nacional de Investigação Científica

J.I.C.U. – Junta de Investigações Cientificas do Ultramar

Ms. - Manuscrito

INTRODUÇÃO

A problemática: uma família de cristãos-novos na sociedade Portuguesa – formas de mobilidade social ascendente e poder económico de um grupo social dinâmico no século XVI

Os judeus desempenharam na Península Ibérica um importante papel social durante séculos, quer sob domínio muçulmano, quer durante a formação e consolidação das sociedades da "Reconquista" cristã. Em Portugal há notícia, desde muito cedo, da sua presença. Acantonados nos seus bairros e dispondo de um modo de vida muito próprio, aqui já se encontravam quando D. Afonso Henriques proclamou a independência do Condado Portucalense no século XII (1143). Na sua grande maioria eram artesãos, pequenos e grandes comerciantes, financeiros, médicos, homens de leis, funcionários de corte. Sentiam-se particularmente atraídos pelo comércio e pela finança. Considerados pela generalidade da sociedade cristianizada como ameaçadores para a ordem estabelecida, que os tomava como um inimigo temeroso[1], eram alvo de discriminação e de exclusão social.

Situava-se a minoria judaica entre a plebe camponesa e a aristocracia guerreira[2]. Numa sociedade pouco letrada, brilharam no mundo académico e científico como os grandes herdeiros de uma *cultura* oriunda da fecunda tradição mediterrânica, pedra basilar dos paradigmas do saber que circularam até ao advento da *Ciência Moderna no século XVII*.

Em finais da Idade Média o povo sefardita[3] havia adquirido um prestígio e poder muito dificilmente igualado por qualquer outra comunidade congénere na

[1] Vide. António José Saraiva, *Inquisição e Cristãos-Novos*, 5ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 5ª ed., 1985, p.25.
[2] Seguimos de perto as propostas de António José Saraiva, Ibidem, p. 21.
[3] O termo "sefardita" deriva da palavra de "Sefarad", nome que com os judeus designavam a Península Ibérica. Voltaremos a este assunto no capítulo que se segue.

Europa[4]. Particularmente relevante, foi o seu contributo para a nova economia monetária que despontava nas cidades nos alvores da Idade Moderna. A lição de Sombart clarifica, precisamente, o papel de primeira linha que os judeus tiveram nas profundas transformações económicas e sociais que se dão na Europa entre a segunda metade do século XV e meados do Século XVII[5]. E não nos pode sequer parecer estranho o facto do desenvolvimento material poder ser dominado por uma minoria activa[6]. Mas será inevitável questionar: como se organizavam estes grupos? Como se compunham? Que comportamentos tinham?

Com objectivos visivelmente políticos e uma ambição mal dissimulada, de querer unificar a Península sob um único ceptro, D. Manuel I, pressionado pelos futuros sogros (Reis Católicos), promulga em 1496 o édito que lança a minoria judaica num dilema difícil de enfrentar: o baptismo ou a fuga, a conversão compulsiva ou o êxodo desesperado. Muitos optaram por ficar, convertendo-se, outros, por imposição, fizeram do cristianismo a sua religião. Ao Rei não interessava a partida destas gentes. Em causa estava a sangria de bens, de dinheiro, e o vazio que se abriria em algumas funções sociais, apanágio da minoria hebraica durante séculos.

Baptizados, os cristãos-novos passam a ter o monopólio das operações financeiras: comércio a dinheiro, a cobrança de impostos, a cobrança de rendas do Estado e das grandes casas senhoriais, a administração das alfândegas. Muitos disseminam-se por vários locais do Império: traficando escravos na costa ocidental africana, espreitando a ocasião mais propícia para se inserir no comércio da pimenta no Índico, negociando o açúcar da Madeira, amealhando a prata sul-americana, colhendo o pau-brasil das terras de Vera Cruz. D. Manuel, e depois D.João III, tiveram como preocupação salvaguardar certos direitos dos *novos-cristãos*. De que maneira? Promulgando "medidas de excepção", renovadas

[4] Uma boa síntese sobre esta época encontra-se dá-nos Hermann Kellenbenz, "A Importância Económica e a Posição dos Judeus Sefardins na Espanha dos Fins Da Idade Média", *Do tempo e da História*, IV, 1971, pp.35-46.
[5] Werner Sombart, *Les Juifs et la Vie Economique*, Paris, Payot, 1923, pp. 9-18 e passim.
[6] Pierre Villar extrapola para os dias de hoje essa realidade, Veja-se "Problemas da Formação do Capitalismo", *Desenvolvimento Económico e Análise Histórica*, Lisboa, Editorial Presença, 1982, p. 75.

ciclicamente, que impunham o respeito pelos recentemente baptizados[7]. Mas será que aqueles que se haviam convertido no fim do século XV iam a caminho da assimilação "plena" quando em 1536 o estabelecimento da Inquisição se torna definitivo? Esse é, sem dúvida, um grande debate que tem emergido na historiografia[8]. Então qual será a melhor via para se entender o percurso, a socialização e as formas de reprodução desta comunidade? Não será através da análise das redes familiares?

Este estudo tem, justamente, como objecto de análise uma família de cristãos-novos de Entre Douro e Minho[9]: a sua estrutura familiar; a forma como os seus membros interveio na sociedade; a apropriação do espaço no qual tecem as suas redes de poder; os negócios, de âmbito local, nacional e internacional; o poder financeiro, especialmente o relacionamento com outras famílias, também elas poderosas financeiramente; a luta contra o estabelecimento da Inquisição. Para isso, julga-se da maior conveniência o uso de conceitos operatórios[10], onde se irá alicerçar o estudo: elite, poder, mobilidade social, dinâmica social, redes de poder, produção do espaço, inovação, região, reprodução.

Um dos pontos que nos merecerá maior atenção é a forma como esta rede familiar *produziu o espaço*[11], isto é, as suas práticas sociais observadas num espaço

[7] Logo em 1497 publica-se uma "lei" de protecção aos judeus convertidos; depois seguem-se renovações em 1506 e 1512. Veja-se Meyer Kayserling, *História dos Judeus em Portugal*, S. Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971. pp.122-127.

[8] António José Saraiva, contrariamente a outros autores, defende que havia já uma integração "plena". *Op. cit.* p. 38.

[9] "Entre Douro e Minho" é a designação atribuída a uma região que, grosso modo, se estende entre o rio Douro e o rio Minho. Quando o território português foi dividido em cinco comarcas, esta era a comarca de Entre-Douro-e-Minho. No texto que se segue, optamos por dispensar o uso dos hífenes. É verdade que se generalizou o uso desta forma e, quanto a nós, serve para designar uma região que vai para além daqueles rios, e que tem fronteiras pouco claras. Cfr. José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, Vol. III, Lisboa, I.N.- C.M., 1980, p. 25. Muito embora a família venha a ficar a associada, também, à cidade do Porto, o estudo das fontes indicou-nos que a sua área de influência sempre se exerceu por todo o espaço de Entre Douro e Minho.Já numa fase final do seu período áureo há uma retracção das suas actividades e uma fixação na cidade do Porto, que não é o suficiente para retirar o enquadramento ao espaço de Entre Douro e Minho.

[10] Mesmo sabendo que a definição conceptual no domínio das ciências sociais é sempre provisória, tal como nos explica o Professor A. A. Marques de Almeida, *Aritmética Como Descrição Do Real (1519-1679. Contributos Para a Formação da Mentalidade Moderna em Portugal*. Vol. I, Lisboa, I.N.-C.M., 1994 p. 19.

[11] Seguimos de perto as propostas de Henri Lefbvre sobre a *produção do espaço*. Cfr. *La production de l'espace*, 4ª ed. Paris, Antropos, 2000, p. 43 e passim.

"concreto", formado por uma teia de laços sociais que unem vários pontos complementares entre si. À rede familiar associa-se uma rede de poder. Poder no sentido em que Max Weber propõe: todos os meios, todos os tipos de acção podem colocar alguém em posição, privilegiada, de impor a sua vontade a uma dada situação[12]. Acresce que as relações de poder são ambivalentes. São, em simultâneo, relações de autonomia e dependência. E mesmo o mais autónomo dos agentes encontra-se dependente, e o mais dependente encontra sempre alguma autonomia[13]. Quer isto dizer, que as elites financeiras sefarditas, nos alvores do capitalismo moderno, enleavam-se em relacionamentos de poder que lhes ofereciam certo grau de autonomia frente a outros concorrentes e competidores directos e, paradoxalmente, mergulhavam em dependências difíceis de afastar.

Por outro lado, não será mais correcto falar em "poderes", em vez de "poder"? Nas palavras de Foucault "*A sociedade é um arquipélago de poderes*"[14], que se justapõem e influenciam mutuamente. Estudar uma rede familiar impõe, por conseguinte, uma análise cuidada à complexidade de poderes em jogo; às estratégias que se tecem; aos recursos existentes; às formas de organização, mobilidade social e subsistência; inovações sociais; processos económico-sociais, actividades económicas. Mas do que é que falamos, quando falamos de «Economia»? Abordamos, neste trabalho, a *Economia*, não nos aspectos que envolvem a técnica da produção, mas sim no sentido das condições sociais em que essa actividade se constrói, desenvolve, expande e se transforma[15].

Na primeira parte desta dissertação discutiremos a identidade de mestre João de Paz, o patriarca, aquele é o primeiro da família a integrar-se em círculos de clientelas juntos dos "grandes" do Reino. De onde terá vindo? Que funções exerceu? Que papel social desempenhou? Seguidamente abordaremos a

[12] Max Weber, *Economia y Sociedade* (Wirtschaft und Gesellchaft, Grumdriss der Verstehender Soziologie, Tubingen, 1922), Buenos Aires-Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1944, p. 43.
[13] Cfr. Anthony Giddens, *Dualidade da Estrutura. Agência e Estrutura, Oeiras, Celta Editora, 2000, p.91.*
[14] Michel Foucault, *Dits et Écrits(1954-1988)*, Vol. II (1980-1988), Paris, Editions Gallimard, 1988, p.1.
[15] Vide as propostas de Armando de Castro quanto a esta abordagem: *As ideias económicas no Portugal medievo (séculos XIII-XV)*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978, pp. 23-24.

reprodução da família em território português. Os filhos, os casamentos da primeira geração, o local da residência.

Tendo em vista a produção do espaço, colocar-se-ão algumas questões específicas quanto à forma como esta família constituiu uma rede de negócios, e como se apropriou do espaço de onde retirava a sua riqueza. Como se estruturava a rede familiar? De que meios dispunha? Quais os recursos? E os contactos, como se estabeleciam?

A nova sociedade que nasce de uma ampliação dos mercados, e da construção de uma economia-mundo europeia, vai possibilitar, por sua vez, novas formas de ascenção social. Os Paz não ficam indiferentes ao mundo novo de oportunidades que se abre. Estaremos perante uma elite? Quais a sua formas de mobilidade social? Que lugares de relevo ocuparam?

Procurando entender que impacto a Inquisição teve na família, estudamos alguns processos; analisamos a actuação de um dos seus elementos na Santa Sé, e inseriremos a actividade económica e comercial dos Paz nas redes internacionais.

Finalmente, importa dar explicação para o período cronológico: 1495-1598. A primeira data deve-se à chegada de D. Manuel I ao poder. É sob um novo cunho religioso, após a conversão, que os Paz exercem as mais diversas funções sociais e que se vão reproduzindo. De 1587 em diante surge na documentação um membro da família, representando em Madrid a misericórdia do Porto. Cidade – capital, eleita por Filipe II centro da monarquia dual, até 1598.

I

COMPOSIÇÃO E REPRODUÇÃO FAMILIAR

1. As questões antropológicas: estrutura familiar, parentesco e consanguinidade

Sobreviveu entre os antiquários e os genealogistas da cidade do Porto uma memória que se foi reproduzindo de escrito para escrito, em manuscritos e códices, do século XVII em diante, sobre uma família de cristãos-novos: os Paz. Os mais conhecidos nobiliários, de Felgueiras Gayo[16] a Cristóvão Alão de Morais[17], passando pelos genealogistas dos séculos XVII e XVIII, que não viram as suas obras impressas[18], revelam dados sobre esta família sefardita[19], incorporando-a entre as

[16] Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Braga, Oficinas Gráficas de «Pax», Carvalhos de Basto, XII tomos, 1938-1990, Tomo VII, pp. 70-71.
[17] Cristovão Alão de Morais, *Pedatura Lusitana. Nobiliário das Famílias de Portugal*, Tomo I, Vol. II, Porto, Livraria Fernando Machado, 1944, pp. 656-657.
[18] Biblioteca da Ajuda, *Linhagens*, Códice 50-IV-8, fl.799; Idem, Frei Manuel de Santo António, *Thesouro da Nobreza das Famílias Gentílicas do Reyno de Portugal*, Lisboa, 1799, Códice 50-V-18, pp. 224-25; Francisco António Martins Bastos, *Nobiliarquia Medica- Notícia dos Medicos e Cirugiões da Real Camara*, Lisboa, 1858, p.28. Chama-se a atenção para o facto de os elementos da família aparecerem designados, na maioria dos casos, por "da Paz". Confrontando-se os documentos oficiais existentes, sobretudo nas chancelarias, repara-se que a designação correcta não é "da" mas sim "de Paz".
[19] Utilizaremos a designação de «sefardita», judeu da Península Ibérica convertido à força, ou não, ao cristianismo, como sinónimo de «cristão-novo», na identificação de um grupo social com valores, identidade e cultura próprios. Mas utilizaremos esse termo com algum cuidado, pois nem todos os cristãos-novos que se encontravam na diáspora voltavam ao judaísmo ou se consideravam «sefarditas». Muitos cristãos-novos foram cristãos obstinados, outros nem tanto, e muitos continuaram a professar a fé judaica na clandestinidade. «Cristão-novo» passoua designar os judeus que se converteram ao cristianismo, também, por vezes, apelidados de «conversos». O que parece não ser muito adequado, é o facto de se utilizar este vocábulo como sinónimo de judeu. Vide António Borges Coelho, "Cristãos – Novos e Judeus portugueses no advento do Mundo Moderno", *Cristãos – Novos Judeus e os Novos Argonautas. Questionar a História IV*, Lisboa, Caminho, 1998, pp.99 – 100. Mas precisemos mais um pouco a questão.
O termo "sefardita" deriva de "Sefarad", nome pelo qual era conhecida a Península Ibérica entre os judeus. O assunto tem motivado acesa discussão, por o termo ser, igualmente, aplicado a outras regiões. No entanto, "Sefarad", no seu uso mais corrente, é um topónimo bíblico que designa indefinidamente a Ibéria/Hispânia e mesmo a costa do Norte de África. Vide José Augusto Ramos, "Judaísmo e Mediterrâneo. Espaço, Identidade e Fronteiras", *O Mediterrâneo Ocidental. Identidades e Fronteira*. Coord. de Maria Graça Mateus Ventura, Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 75 nota 33; e Cfr. Florbela Veiga Frade, "Uma família Sefardita do Século XVI: os Mendes Benveniste", *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 3, 2003, pp. 127-128.
Por ouro lado, vários autores têm vindo a utilizar as designações de: «cripto-judeu», «marrano» e «converso», como sinónimo de «cristãos-novo». António José Saraiva foi um dos fortes opositores ao seu uso generalizado, que outros, como I.S. Révah e Julio Caro Baroja, empregaram para designar os cristãos-novos e as sua práticas de judaísmo, especialmente após a introdução da Inquisição, primeiro em Espanha no século XV e depois em Portugal no século seguinte. Aquele historiador defendeu, que «judeus e cristãos-novos» são entidades inteiramente distintas, embora haja entra elas uma ligação histórica. Para António José Saraiva, não se pode, nem deve, confundi-las, sob pena de não compreendermos o problema que nos é posto pela existência dum grupo social exclusivamente ibérico. Vide António José Saraiva, *Op*. cit., p. 25; Cfr. I.S. Revah, « Les Marranes Portugais et L'Inquisition Au XVIe Siècle », *Études Portugaises*, Publiée par les soins de Charles Amiel, Paris, F.C.G./ C.C.P. 1975, pp. 185-229.

mais distintas do Porto[20]. Nem sempre os factos relatados nestas obras são precisos, e nem sempre é mencionada a ascendência hebraica da família, mas é importante salientar que a grande maioria dos relatos coloca em relevo o papel proeminente que os seus membros tiveram no tecido económico e social do burgo, para onde foram residir em meados do século XVI. Os Paz, através da sua linha masculina, vieram a alçar-se a importantes cargos e funções na Fazenda e na Universidade; no meio náutico e no aparelho judiciário. Acrescente-se, em abono da verdade, que em algumas ocasiões diante dos órgãos de governo da cidade do Porto, foi o sector feminino da família que fez ouvir a sua voz, defendendo os interesses do grupo familiar.

Para esta abordagem, é importante clarificar os graus de parentesco e a consanguinidade entre cada um dos membros; inferir a estrutura da família, e discutir a identidade do primeiro e mais influente membro dos Paz: mestre João.

Quem eram, na verdade, estes cristãos novos? Qual a sua origem? O que os afamou? Que papel tiveram na sociedade do seu tempo? Como era constituída a família?

Após discutir a entidade de um dos elementos principais da família, a análise vai centrar-se na forma como estes cristãos-novos se constituiram e reproduziram em território português.

São muitas as questões e os problemas que se levantam quando o objecto de estudo é uma família, neste caso um grupo familiar muito particular, que detém uma cultura muito própria, que se reflete na sua actuação e nas suas práticas sociais. Tenha-se em conta a questão antropológica do parentesco e da agnação, neste primeiro momento do estudo de uma família judaica vinda de Castela em finais do século XV, e que se converte ao cristianismo. A família permanecia fechada ao exterior, preferindo inicialmente a endogamia como forma de sobrevivência num mundo que lhe era hostil. A transmissão do parentesco vai fazer-se entre varões que estavam sob o mesmo poder paterno. Estabelecia-se em seguida uma linhagem, de

[20] Pedro de Brito, *Patriciado Urbano Quinhentista: As Famílias Dominantes do Porto (1500-1580)*, Porto, Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 1997, p.138.

grupos alargados de diferentes ramos de descendentes, organizados numa base unilinear em função da ascendência paterna. A Casa comercial, os negócios, a actividade sócio-económica tinham como base a família, em que filhos e pais trabalhavam para o mesmo fim: a produção de riqueza, a acumulação de património e a promoção social.

2. Mestre João: controvérsia e enigma

Na Biblioteca da Ajuda encontra-se um códice com a cota 50-V-19, contendo dois manuscritos[21]: uma cópia do século XVI da "Tragédia de la Insigne Reina D.Isabel"; e uma tradução do latim para castelhano, permeado de vocábulos e expressões aportuguesadas, do *De Situ Orbis* da autoria de Pompónio Mela[22]. O autor desta tradução está claramente identificado no frontispício do manuscrito: *Maestre Joan Faras, bachiler em artes e medeçina, fisico sororgiano dell muj alto Rey de Purtugall Dom Manuell*[23]. A data exacta em que foi efectuada a tradução não se encontra definida. Tudo indica, porém, tendo em conta a referência a D. Manuel I e o tipo de letra do manuscrito, que o texto foi traduzido em finais do século XV[24]. Joaquim Barradas de Carvalho identificou, nas margens do códice, para cima de cento e cinquenta notas, elaboradas pelo punho de Duarte Pacheco Pereira, que da tradução da obra de Pompónio Mela se serviu amiúde, utilizando-a como uma das principais fontes para escrever o *Esmeraldo de Situ Orbis*[25].

[21] Este códice foi noticiado em primeira-mão por Sousa Viterbo, *Trabalhos Náuticos dos Portugueses, séculos XV e XVI*, reprodução fac-similada de 1898, com apresentação de José Manuel Garcia, Lisboa, I.N. – C.M., 1988, pp. 673-674; e, anos mais tarde, por Carolina Michaelis de Vasconcelos, *"Tragédia de la insigne Reina Doña Isabel*, 2ª Ed., Coimbra, Impressa da Universidade, 1922, p. 14.
[22] A tradução da obra de Pompónio Mela encontra-se entre os fls. 2 e 41. Biblioteca da Ajuda, *Códice50-V-19.*
[23] Biblioteca da Ajuda, *Ibidem*, fl. 2.
[24] A tradução pode ser uma cópia do original, no entanto, até ao momento, não existem nenhumas certezas que assim seja.
[25] Texto redigido entre 1505 e 1508.Veja-se Joaquim Barradas de Carvalho, *La Traduction Espagnole Du «De Sitv Orbis» de Pompunivs Mela par Maître Joan Faras et les notes marginales de Duarte Pacheco Pereira*, Lisboa, J.I.U.-C.E.C.A., 1974, pp.31-58.

Autores como Sousa Viterbo[26], Joaquim Bensaúde[27], Carlos Malheiros Dias[28], Frazão de Vasconcelos[29], Fontoura da Costa[30] e Joaquim Barradas de Carvalho[31], dedicaram parte do seu labor a inquirir a "verdadeira" identidade deste mestre João. As deduções destes investigadores convergiram para um consenso que se tornou reinante na historiografia portuguesa[32]: o autor da tradução do latim para um castelhano repleto de portuguesismos do *De Situ Orbis* é o mesmo autor que expediu, em 1 de Maio 1500, uma carta para D.Manuel I[33], quando se encontrava a bordo de um dos navios da armada comandada por Pedro Álvares Cabral.

Redigida numa linguagem onde se mistura o castelhano e o português, a célebre carta é um testemunho, bastante esclarecedor, dos problemas e das expectativas técnicas e mentais com que o meio náutico português se debatia na viragem do século XV para o XVI[34]. Pelo conteúdo da missiva depreende-se que mestre João ia encarregado de fazer observações astronómicas, mas teria outras incumbências, em

---

[26] Veja-se Sousa Viterbo, *Trabalhos Náuticos dos Portugueses, séculos XV e XVI*, reprodução fac-similada de 1898, com apresentação de José Manuel Garcia, Lisboa, I.N.- C.M., 1988, p. 204.

[27] Joaquim Bensaúde, *Les légendes allemandes sur l'histoire des découvertes maritimes portugaises*, Genéve, 1917-1922, p. 71.

[28] Carlos Malheiros Dias, "A Semana de Vera Cruz", *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1923, p. 100.

[29] Frazão de Vasconcelos, "Um documento inédito que importa à História dos Descobrimentos, *Petrus Nonius*, Vol. I, n.º 1-2, Lisboa, 1937, pp. 105-106.

[30] A. Fontoura da Costa, *A Marinharia dos Descobrimentos*, 4ª Ed., Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1983, p. 121.

[31] Joaquim Barradas de Carvalho, *Op*. cit., pp. 25-29.

[32] Abordamos este assunto pela primeira vez nas segundas "Jornadas do Mar", em Novembro de 2000. Vide Carlos Manuel Valentim, "Mestre João Faras: um sefardita ao serviço de D. Manuel I", *Dos Mares de Cabral ao Oceano da Língua Portuguesa*, Actas do Colóquio, Lisboa, Escola Naval, s/dt. [2001], pp.68-83. Viemos a publicar o estudo noutro local, com alterações mínimas: Carlos Manuel Valentim, "Mestre João Faras – um sefardita ao serviço de D. Manuel I", *Cadernos de Estudos Sefarditas N.º 1, 2001*, pp. 167-220.

[33] ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 2, n.º2. Este documento foi pela primeira vez publicado em 1843 por F. A. Varnhagen, "Carta de Mestre João Physico d'el Rei, para o mesmo Senhor. De Vera Cruz ao 1º de Maio de 1500.", Remetida de Lisboa pelo Socio Correspondente […]. *Revista Trimestral de Historia e Geografia do Instituto Historico e Geographico Brazileiro*, Tomo Quinto, n.º 19, Outubro de 1843, pp. 342-344. A pequena carta gozou de diversas edições, a última das quais apareceu em 1999: *Os Primeiros 14 Documentos Relativos à Armada de Pedro Álvares Cabral*, Edição de Joaquim Romero Magalhães e Susana Miranda, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, Documento 13, pp. 91-93.

[34] A carta é um documento bastante importante, diríamos único, para o estudo da náutica astronómica portuguesa no início do século XVI, pelas questões de cariz técnico que são expostas ao longo do texto. Têm sido vários os investigadores que se debruçaram sobre o seu conteúdo. A carta tem despertado, também, bastante curiosidade e interesse entre os autores brasileiros, pois mestre João fez o primeiro esboço, que se conhece, da constelação do Cruzeiro do Sul. Veja-se o último estudo, do ponto vista astronómico: Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, *O Céu dos Navegantes. Astronomia na Época das Descobertas*, Lisboa, Pergaminho, 2000, p. 145 e ss. Nesta obra, mestre João é denominado em algumas passagens por "piloto" (p. 145, por exemplo), o que não nos parece ser o termo mais correcto aplicado ao astrológo.

nosso entender, provavelmente relacionadas com o negócio das especiarias, já que no fim do verso do documento se pode ler: "*de mestre Joham que vai ha Calecut.*"[35]

Os dois únicos testemunhos que apontam para a ligação de mestre João Faras ao meio náutico português, a tradução do *De Situ Orbis* e a carta enviada a D. Manuel I, foram associados pela forma como o seu autor se identifica: pelo mesmo nome próprio, «mestre João»; pelo mesmo grau académico, «bacharel em Artes e Medicina»; pela dificuldade com que escreve e se expressa em português; pelo cargo que ocupa, «físico e cirurgião de D. Manuel». Nada de mais significativo se encontrou. Não seria provável, na opinião dos primeiros estudiosos que se abalançaram no estudo desta figura, que coexistissem no mesmo reinado dois bacharéis em artes e medicina e dedicados à cosmografia[36]. Posição que veio a ser reforçada pelo comandante Fontoura da Costa. Acentua o autor da "Marinharia dos Descobrimentos": haveria muita coincidência, se existissem em Portugal, por volta de 1500, dois bacharéis em artes e medicina, exercendo a mesma actividade, físicos e cirurgiões de D. Manuel I, exibindo o mesmo nome e "*ambos astrólogos e escrevendo em espanhol*[37].

É pela forma como está escrita a carta, e pelo vocabulário utilizado na tradução do "De Situ Orbis" de Pompónio Mela – muito embora as diferenças dos dois documentos, na grafia, na fonética e na morfologia sejam significativas[38] – que a origem espanhola de mestre João é apontada sem discussão[39]. Estaremos em presença de um único e mesmo autor? O enigma tem prevalecido. Não nos poderá

[35] Esta frase aparece-nos no fim do diploma.
[36] Carlos Malheiros Dias, "A Semana de Vera Cruz", *Op.* cit., p. 100. Este autor reforçava os seus argumentos, de que seria uma só pessoa, com o facto de os «dois bacharéis» serem oriundos da Galiza. A sua asserção, quanto à proveniência regional de mestre João, derivava certamente da forma como a tradução do De Situ Orbis e a linguagem inscrita na carta se apresentavam. Vide *Op.* cit. loc. cit.
[37] Conclusão retirada por A. Fontoura da Costa, *Op.* cit., p. 121.
[38] O professor Juan Gil sugere que a tradução da obra de Pompónio Mela é uma cópia do original, que foi sujeita a um "barniz lusista". Vide Juan Gil, "El maestre Juan Faraz: la Clave de un Enigma", *As Novidades do Mundo. Conhecimento e representação na Época Moderna. Actas das VIII Jornadas de História Ibero-Americana/ e XI Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia*., coord. Maria da Graça A. Mateus Ventura e Luís Jorge R. Semedo Matos, Lisboa, Edições Colibri, 2003, pp.287-312, p.290. Este artigo, que aqui iremos fazer referência, aparece como resposta ao estudo que publicamos nos *Cadernos de Estudos Sefarditas*, sobre mestre João Faras, e vem no seguimento da publicação da ampla documentação da Inquisição de Sevilha que o autor tem levado a cabo.
[39] O Professor Joaquim Barradas de Carvalho supôs, de forma hipotética, que o astrólogo fosse "espanhol aragonês", mas reconheceu o sábio professor serem necessários estudos profundos sobre o tipo de linguagem empregue nos textos. Vide Joaquim Barradas Carvalho, *La Traduction Espagnole ...*, p. 20.

surpreender que assim seja. Ao longo da História um grande número de influentes autores e cientistas deixaram para a posteridade, nada mais que os seus nomes e a sua obra[40].

Na última década do século XIX um notável grupo de frequentadores da Torre do Tombo[41], imbuídos de um espírito positivista, vasculhou chancelarias, investigou os arquivos da Inquisição, viu com acuidade o Corpo Cronológico e as Gavetas da Torre do Tombo, e outros infindos acervos de documentação, de que foi dando notícia em revistas especializadas, colectâneas documentais ou simplesmente em periódicos diários. Entre esses homens de estudo dois sobressaem, pela forma como transcreveram, e depois disponibilizaram, um vasto "corpo" documental: Anselmo Braamcamp Freire e Francisco da Sousa Viterbo. Por motivos diferentes[42], procuraram identificar, numa baliza cronológica que, grosso modo, vai de D.Afonso V a D. João III, todos os mestres com o denominativo de «João». Os resultados foram parcos[43] e nada de muito elucidativo ou espectacular revelaram ou acrescentaram ao que já era conhecido. De facto, no livro da matrícula dos moradores da «casa d'el-Rei D.Manuel do primeiro quartel do anno de 1518» não consta nenhum mestre João

[40] As fontes contemporâneas são completamente omissas, por exemplo, em relação a autores que marcaram de forma indelével o pensamento científico, como Euclides ou Ptolomeu. Na Idade Média salienta-se o caso paradigmático de Johannes de Sacrobosco, autor de uma das obras que mais difusão teve até ao século XVII – o «Tractatus da Sphera». Sobre a dificuldade que se enfrenta na investigação de uma figura com estas "características", Vide Olaf Pederson, "In Quest of Sacrobosco", *Journal of the History of Astronomy,* XVI (1985), p. 175 e ss. Aqui fica o nosso agradecimento ao Sr. Professor Doutor Henrique Leitão, por nos ter facultado a fotocópia deste estudo.

[41] Vale bem a pena mencionar alguns nomes: Pinto de Carvalho, Costa Lobo, Gama Barros, Ramos Coelho, Aires de Sá, Sousa Monteiro, António José Teixeira, Braamcamp Freire, Guilherme Henriques, Teixeira de Aragão, Teófilo Braga, Sanches de Baena, Cristovão Aires, Brito Rebelo, Francisco M. de Sousa Viterbo, Luciano Cordeiro. Muitos destes investigadores vieram a publicar importantes colectâneas documentais ou estudos de referência.

[42] Anselmo Braamcamp Freire tentava encontrar um "mestre João da Paz" acusado e suspeito, por alguns autores, de ter envenenado D. João II; Sousa Viterbo procurava o "elo" que fizesse a correspondência entre o mestre João, autor da carta a D. Manuel e o mestre João Faras da tradução espanhola do Situ Orbis.

[43] Francisco de Sousa Viterbo encontrou nos livros da Chancelaria de D. Manuel I um documento, referente ao ano de 1513, que indicava o pagamento de uma tença a um mestre João «estrolico». Veja-se: *Trabalhos Náuticos Portugueses*, Ed. cit. p. 204; J. Frazão de Vasconcelos tentava abrir novas "frentes" e descobrir algo de novo; localizara um "mestre João Alemão", que trabalhava na tentativa de encontrar um método para medir as longitudes. Ora, como A. Fontoura da Costa concluiria, este mestre João nada tinha a haver com o "nosso" mestre João. Vide J. Frazão de Vasconcelos, " Um Documento Inédito que Importa à História da Marinharia dos Descobrimentos" *Op.* cit., pp. 107-112, e Cfr. A. Fontoura da Costa, *Op.* cit., p.121.

Faras[44], nem sequer qualquer mestre João. Os nomes dos médicos e cirurgiões aí expostos não deixam dúvidas.

NOMES	RENDIMENTO/ MÊS
Mestre Nicolau – Físico	Leitura impossível
Doutor Mestre Afonso – Físico-Mor	2.500 Reis
Doutor João de Faria – Cirurgião-Mor	2.300 Reis
Doutor Diogo Lopes – Físico	2.000 Reis
Mestre Diogo – Físico e Cirurgião	1.600 Reis
Mestre Gil da Costa – Físico	1.500 Reis

Fonte: António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, T. II, Iª parte, Coimbra, 1947.

Encontrar-se-ia o astrólogo já falecido, ou estaria ao serviço de outro grande "senhor", sendo usualmente requisitado quando a coroa entendesse ou necessitasse?

Outra das vertentes a explorar, no sentido de um melhor esclarecimento da questão, seria certamente a observação das cartas de física e cirurgia, pois só o físico-mor e o cirurgião mor – a par dos lentes que regiam uma cadeira de física no estudo de Lisboa – estavam dispensados da prestação de provas[45], gozando, dessa forma, de amplo poder a fim de examinarem todos os futuros físicos e cirurgiões[46], incluindo os

[44] José Manuel Garcia defende o nome de «Farras» e não «Faras». Vide *As Viagens dos Descobrimentos*, prefácio, organização e notas de [...], Lisboa, Editorial Presença, [s/dt.], pp. 231 e 277.

[45] Havendo casos de charlatanismo e muitos "curiosos" a praticar medicina, na segunda metade do século XV, houve necessidade por parte da Coroa de impor regras e estabelecer mais rigor no acesso à profissão. D. Afonso V promulgou uma norma, na qual se consignava que todos os futuros físicos e cirurgiões fossem reexaminados, a fim de serem sujeitos à renovação periódica das respectivas «cartas de exame». As provas seriam prestadas na Corte perante o Físico-mor e Cirurgião-mor, que tinham amplos poderes de deliberação sobre a apreciação técnica do avaliado. Quem exercesse o ofício sem estes pressupostos incorria em prisão, coimas de vária ordem e impedimento de o exercer. Vide: Iria Gonçalves, "Físicos e Cirurgiões Quatrocentistas. As cartas de exame." *Do Tempo e da História*, I, 1965, pp. 73-74.

[46] Os físicos distinguiam-se dos cirurgiões. Estes eram menos considerados socialmente, visto que a sua profissão tinha um carácter eminentemente manual – arte de curar feridas e "bobas"; enquanto os físicos faziam sobretudo o diagnóstico da doença com base na consulta dos astros e da leitura de obras de autores da "tradição": Avicena, Galeno, Hipócrates. Idem, *ibidem*, pp.79-80 e 83. Aos árabes, por via das pujantes comunidades urbanas na Península Ibérica, durante o seu domínio: Córdova, Sevilha, Toledo, se deve a influência da medicina galénica e da "ciência" aristotélica. Era nestes espaços urbanos que os seguidores da lei mosaica se integravam com as elites locais. Serão eles os portadores da medicina arábico-galénica - que influencia as práticas médicas, as terapias e o diagnóstico de doenças - até muito tarde(séc. XVIII). Os médicos hebreus têm uma grande influência nas sociedades ibéricas, precisamente até ao século XVIII. Em Portugal, entre os séculos XVI e XVIII, distinguem-se, entre outros, Garcia de Orta, Amato Lusitano, António Ribeiro Sanches.

que estavam ao serviço do Rei. A carta concedida após a aprovação era o ónus, comprovativo e legal, do exercício da profissão.

Partimos da seguinte matriz: quem quer que fosse, passou pelos exames de física e cirurgia[47], elegemos como ponto de partida, para a nossa investigação, as cartas de exame, depois de apurados os nomes dos físicos e cirurgiões-mor, e o nome dos docentes no Estudo Geral de Lisboa. As balizas cronológicas situaram-se entre o ano de 1473 e o de 1530; a matriz utilizada tomou em linha de conta o nome de «mestre João», o cargo de «físico e cirurgião do Rei», o grau académico de «bacharel em artes e medicina», tal como o ano charneira de 1500. Quanto mais próximo desta data, munido parcial ou inteiramente das particularidades mencionadas, mais probabilidades haveria de estarmos perante o famoso astrólogo da armada cabralina.

Para enquadrarmos melhor o estudo, elaborámos uma tabela – baseada nos dados das chancelarias – com sessenta entradas[48]. O resultado não poderia ser mais surpreendente. De todos os mestres «João» encontrados, um destacava-se. Em 26 de Outubro de 1497 fora confirmada a carta de «físico» a "*Mestre João de Paz*, ***físico e nosso cirurgião***, *morador em Guimarães*"[49]. E logo em 6 de Agosto de 1499 era confirmada a carta de cirurgia a "*Mestre João de Paz*, ***nosso físico e cirurgião***, *morador em Guimarães*"[50]. Estávamos diante do único caso, entre as sessenta entradas, para um período bem definido (1473-1530), contendo o termo «mestre João», com datas roçando o ano de 1500, aparecendo «**físico e nosso cirurgião**» no primeiro caso e, de forma ainda mais explícita, no segundo caso, tratando-se do mesmo indivíduo, «**nosso físico e cirurgião**». Os registos tinham a particularidade de não derivarem da pena do astrólogo.

Por outro lado, entre as dezenas de cartas consultadas, dentro da fatia temporal proposta, só se encontrou, singularmente, um "Mestre João de Buetes, **bacharel,**

[47] Excluindo as duas situações citadas (físicos-mor e cirurgiões-mor), que eram em ínfimo número e relativamente fáceis de detectar e identificar. Lembre-se que os cirurgiões e físicos judeus, que se converteram ao cristianismo e permaneceram em Portugal tiveram de confirmar as suas cartas de exame. Muitos dos que exerciam Medicina em Portugal eram de origem judaica.
[48] Vide quadro com nomes de "mestres" João encontrados nas Chancelarias.
[49] ANTT *Chancelaria de D. Manuel*, livº 30, fl. 22vº.
[50] Idem, *ibidem*, livº 14, fl. 55.

morador na Pederneira"[51](1513), fazendo-nos pensar que a citação do grau académico, por parte das autoridades administrativas, não era acto normativo, mas sim pontual. Em contrapartida, quem se dirigia ao poder central, ou integrava o seu nome numa determinada obra, manuscrita ou impressa, tirava partido da situação, ao chancelar de forma proeminente o(s)seu(s) grau(s) académico(s).

Muitos problemas continuavam por esclarecer, tornando-se necessário seguir a pista, tão longe quanto possível, proporcionada pela "descoberta" de mestre João de Paz .

A historiadora Maria José Pimenta Ferro Tavares incorpora, num dos seus estudos, mestre João de Paz entre os físicos e cirurgiões que se baptizaram e mudaram de nome[52], com o intuito de permanecerem em Portugal após a ordem de conversão compulsiva, ou expulsão, dos judeus promulgada por D. Manuel em 1497. Estaríamos, neste caso, em presença de um cristão-novo. Martins Bastos, no século XIX, a ele se refere, de facto, na *Nobiliarquia Médica*, socorrendo-se de fontes pouco seguras, maioritariamente nobiliários, dando-o como natural de Mazagão, médico da câmara de D. JoãoII e, por baptismo cristão, seu afilhado[53].

Em meados do século XIX, começou a formar-se a ideia, com grande tenacidade, de que o *Príncipe Perfeito* teria sido vítima de assassinato, por ingestão de veneno. Até porque era sabido, advindo daí, por certo, as raízes mais profundas desta "lenda", que quando D. João II faleceu correra o boato no Porto de que os judeus o haviam envenenado. Diante dessas notícias, o novo monarca, D.Manuel I, envia uma carta com data de 27 de Outubro de 1495, assinada em Alcácer do Sal, ao procurador e oficiais da câmara portuense, para prevenirem atitudes mais radicais da população contra os judeus, e possíveis distúrbios que pudessem ter lugar na cidade[54].

---

[51] Idem, *ibidem*, livº 42, fl. 104.

[52] Maria José P. F. Tavares, "Integração ou Expulsão", *Judaísmo e Inquisição*, Estudos, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 46 nota 206. Pela mesma altura havia outro mestre João, mas «da Paz», castelhano, morador em Elvas, que beneficiou da cedência de uma carta de medicina em 23 de Dezembro de 1497. É fácil de o diferenciar do outro mestre João «de Paz» ao serviço do Rei. Este aparece, antes daquela data, já com o título de " físico e cirurgião d'el rei". Veja-se a Carta de física, ANTT, C*hancelaria de D. Manuel I*, livº 28, fl. 81vº.

[53] Francisco A. Martins Bastos, *Nobiliarquia Médica*, Notícia dos Médicos e Cirurgiões da Real Câmara, Lisboa, Imprensa União Typográphica, 1858, pág. 28.

[54] Artur Carlos de Barros Basto, *Os Judeus no Velho Porto*, Separata da Revista *de Estudos Hebraicos*, Vol. I, Tomo II, 1929, p.104.

Camilo Castelo-Branco retoma o tema do envenenamento de D. João II, num conjunto de textos em forma de ensaio que publicou em 1882 (Os *Narcóticos)*, levantando o dedo acusador contra João de Paz, não se resguardando de esgrimir argumentos denunciadores: *"Os chronistas de D.João 2º nunca nomeiam este medico da camara real, quando relatam as doenças do rei. (...); mas o judeu converso de Masagão ou era fallecido ou não era chamado nos lances de maior perigo. Fallecido não era, porque tenho prova de elle sobreviver quarenta annos a D.João2º. (...) Mas – curioso reparo! – mestre João da Paz não apparece na lista de physicos de D.Manuel! Ele deu-lhe brazão afidalgou-o com cota d'armas, permittiu-lhe que vinculasse os seus bens na provincia d'Entre-Douro-Minho, mas não lhe quiz dar receitas. (...) porém mestre Paz, que lhe sobreviveu muitos annos, nunca poz mão nas complicadas mixordias da sua botica. É de suppôr que o medico opulentado pelos trinta dinheiros judaicos da perfídia, se retirasse socegadamente às suas quintas do Minho, onde plantava figueiras em vez de enforcar-se nellas como seu avô Judas Kerioth. Ainda assim, mestre João da Paz conservou muitos annos uma correspondencia de certo melindre com D.Jaime, Duque de Bragança (...)"*[55].

O médico Manuel Bento de Sousa, em correspondência trocada com o historiador Oliveira Martins[56] na última década do século XIX, defende similarmente, como causa da morte de D. João II, o homicídio. O clínico, bebendo a informação inserta na obra de Camilo, faz um diagnóstico análogo ao escritor. Ao acusar a recepção das cartas, Oliveira Martins encontra algumas incongruências na argumentação camiliana. Numa das últimas missivas expedidas para Bento de Sousa, o seu sentido arguto de historiador não deixava de questionar toda a trama tecida, trazendo a terreiro as novas investigações de Sousa Viterbo, divulgadas em 1894, quando se comemorava o quinto centenário do nascimento do Infante D.Henrique. Já muito debilitado pela doença que o consumia, o antigo ministro da Fazenda erguia forças nos ares frescos da Arrábida para ditar os seus pensamentos: "*Outro reparo: ultimamente Sousa Viterbo descobriu um mestre João, médico de D. Manuel, que andou em*

[55] Camilo Castelo, *Narcóticos,* Companhia Portugueza Editora, Porto, 1920, pp. 24-25 e p.44.
[56] Cfr. Correspondência entre Manuel Bento de Sousa e Oliveira Martins in *O Príncipe Perfeito,* Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1984, pp. CLX-CLXV.

viagens por conta do rei. Se fosse o mesmo, teríamos que não figura entre os assistentes do rei, por andar em viagem (...)"[57].

Pela primeira vez aparecia uma ligação entre mestre João de Paz e a carta escrita de Porto Seguro em 1500.

Talvez as origens pouco claras de mestre João tivessem sido determinantes para o acusarem de ter envenenado D. João II a mando da sua mulher, a rainha D.Leonor, numa conspiração urdida em conjunto com o Duque de Beja, o futuro rei D. Manuel, inimigo político do *Príncipe Perfeito* e irmão da fundadora das misericórdias. O clima de tensão que se vive nos últimos dias de vida do Rei, motivado pela incerteza da sua sucessão não é, de todo, favorável a alguns elementos da comunidade sefardita. E aqui distinguiremos os que se encontravam cativos e os que se ligavam, de forma clientelar, à nobreza que tomava voz nos acontecimentos, ela própria dividida em facções, entre os que apoiavam o filho bastardo de D. João II, D. Jorge, e os aliados de D. Manuel[58].

Sabemos, actualmente, que a acusação de Camilo Castelo Branco, que desde logo ganhou adeptos[59], foi elaborada sem seguros fundamentos de prova[60]. Em primeiro lugar, porque se veio a provar que D. João II não morreu envenenado[61]; e depois

[57] Oliveira Martins in *Op.* cit., p. CLXV.

[58] Alguns nobres estiveram ao lado de D. João II no Algarve, nos seus últimos dias de vida, enquanto agonizava. Além do seu filho D. Jorge, os "Almeidas", os condes de Abrantes, D. Diogo Lobo, D. Álvaro de Castro, o bispo D. Diogo Ortiz de Villegas. Estes últimos, darão apoio, mais tarde, a D. Manuel, mas estarão em muitos momentos, nos anos seguintes, em desacordo com a sua política.

Em que moldes se posicionava mestre João de Paz? Temos uma certeza: quando se der o regresso do duque de Bragança, como veremos a seguir, pôr-se-á ao seu serviço, em acumulação com o cargo de "físico e cirurgião" do Rei. Sobre o clima de tensão política que rodeia os últimos tempos de vida de D. João II, Vide Jean Aubin, "D. João II Devant sa Succession", […], *Le Latin et L'Astrolabe. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, II, Lisbonne-Paris, Fundação Caloust Gulbenkian/Centre Culturel Caloust Gulbenkian, 2000, pp. 49-82, sobretudo p.85 e ss., onde são feitas alusões a algumas clientelas nobres, que se encontravam divididas

[59] Cfr. Anselmo Braacamp Freire, " Envenenado", *Crítica e História. Estudos.* Reedição Fac-similada do I Volume e primeira edição do II Volume, com estudo introdutório de José V. Pina Martins, Lisboa, F.C.G., 1996, pp. 221-250.

[60] Vide Ivo Carneiro de Sousa, *A Rainha D. Leonor. Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade no Portugal do Renascimento*, Lisboa, F.C.G./Fundação para a Ciência e Tecnologia – Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2002, pp. 61-70. O autor debruçasse sobre polémica acusação camiliana, quando lança suspeitas sobre D. Leonor, e aos autores que a seguiram.

[61] Não alimentando qualquer pretensão em tratar aqui o tema de forma profunda, podemos referir que quanto à morte de D. João II, Ricardo Jorge, professor de Medicina, e o médico António de Lencastre puseram a nu, no início do século XX, o mito. Não só afastaram a hipótese do envenenamento, como esclareceram a causa da morte do «Príncipe Perfeito». O monarca faleceu por motivo da urémia, provocada por uma nefrite crónica hereditária. Veja-se J.V. Pina Martins, "Anselmo Braamcamp Freire (1849-1921), Investigador e Historiador" in

porque os dados disponíveis não permitem saber se o astrólogo prestou, efectivamente, serviço para a rainha D. Leonor. Pelo menos não consta na lista de servidores do seu Paço[62]. Perante uma análise mais cuidada da documentação, a pretensiosa tragédia sustentada por Camilo - que não era um investigador, não estando em causa a sua ampla erudição literária - cai por terra. As suas conclusões estabelecem a diferença entre a ficção e a História, mostrando porque é que a História não perde o estatuto de narrativa "verdadeira", se comparada com as narrativas míticas ou com as narrativas fictícias que são epopeias, dramas, tragédias, romances ou novelas[63].

Camilo Castelo Branco servia-se dos nobiliários como fonte de primeira linha. E foi entre os nobiliários portuenses – Camilo estudara e vivera no Porto – que se difundiu a notícia de um "certo" mestre João, que fora físico e cirurgião do Rei, ter morado na cidade.

Regressemos à questão da identificação de mestre João Faras e da autoria dos dois documentos que lhe são atribuídos. Juan Gil tentou resolver, de uma vez por todas, o mistério que sempre rodeou a identidade do autor da tradução do "De Situ Orbis" e da carta escrita em 1500 do Brasil. Segundo aquele Professor houve, na verdade, um *maestre Juan Faraz*[64] (e não Faras ou Farras). Era de origem judaica[65], originário de Sevilha, e convertera-se ao cristianismo[66]. Mas será que esta revelação vem resolver

---

Anselmo Braamcamp Freire, *Crítica e História*, Estudos, Lisboa, F.C.G., 1996.

[62] Ivo Carneiro de Sousa, *Op.* cit., pp. 179-182 e pp. 841-888. Anselmo Braamcamp Freire também já revelara não se puder afirmar que a Rainha tivesse tido um médico que fosse mestre João. Vide *Op.* cit. p. 227.

[63] Cfr. Paul Ricouer, *Do Texto à Acção*, Lisboa, Rés, s/dt. p. 177.

[64] Passaremos a utilizar agora esta denominação castelhana, "Juan Faraz", para a distinguir de "mestre João". E aqui pode situar-se outra diferença, ao primeiro olhar pouco visível. Ou seja, na tradução da obra de Pompónio Mela o nome que lá consta é "maestre Joan Faras", enquanto na carta "mestre Joham".

[65] Tal como concluímos em estudo anterior sobre da identidade de mestre João Faras. Vide Carlos Manuel Valentim, "Mestre João Faras – um sefardita ao serviço de D. Manuel I", *Cadernos de Estudos Sefarditas N.º 1, 2001*, pp. 167-220.

Luís de Albuquerque e Guy Beaujouan tinham avançado, também, com essa hipótese, embora de forma pouco conclusiva. Luís de Albuquerque, num dos seus primeiros trabalhos historiográficos: "As navegações e a origem da mentalidade científica em Portugal " in António José Saraiva, *História da Cultura em Portugal, Lisboa, Jornal do Foro*, 1953, Vol. III, p. 451, escreve: " [...] *a avaliar pela linguagem que emprega* [mestre João] *mesclada de espanhol e português, é muito provável que fosse, como outros, de origem judaica, e que tivesse vindo para Portugal fugido às perseguições que se haviam desencadeado em Espanha contra a sua raça."*

Guy Beaujouan, estudioso da cultura medieval ibérica, incluiu mestre João na profícua tradição hebraica, existente na Península, de médicos e astrólogos . Vide, deste autor, " L'Astronomie dans la péninsule Iberique a la fin du Moyen Âge", *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXIV, 1971, p.15.

[66] Vide Juan Gil, *Op.* cit., pp. 287-288 e passim.

todos os problemas de autoria[67] postos por aqueles escritos? É a chave do mistério que persistiu na historiografia portuguesa durante mais de um século? O quebra-cabeças foi definitivamente resolvido[68]? A evidência documental poderá apontar para outra interpretação.

Defendeu Karl Popper que nunca se pode provar que uma teoria *científica* é verdadeira[69]. Uma teoria científica pode, quando muito, descrever e explicar um mundo que nos é acessível, e fazer previsões sobre novas realidades, através de experiências e ensaios que confirmem essas previsões. Popper, ainda assim, alerta: tal asserção não nos permite pensar que estamos perante algo de inabalável e verdadeiro. O problema não está solucionado definitivamente. O máximo que se pode afirmar é que essa teoria, diante de certos parâmetros em que foi testada e analisada, posta à prova e ensaiada, se vai adequar a uma determinada circunstância. As verdades não são definitivas, são sempre transitórias. Eis a grande lição popperiana.

Não se podendo afirmar que uma teoria é verdadeira, poder-se-á, porém, provar que ela é falsa. Como? Com a realização de testes; pondo à prova a sua capacidade explicativa e verificando se os seus resultados são contrários às previsões.

Quanto às denominadas "Ciências Humanas", tudo se passa de maneira diferente. A começar pela "simples" circunstância de não se poderem reproduzir factos sociais, situações e "mundos" passados (isto em relação à História); não é possível, portanto, fazer previsões nem reproduções exactas do que quer que seja. Mas as ideias de Karl Popper não deixam de ser úteis, na medida em que nos ajudam a empregar um determinado aparelho teórico; ensinam-nos a testar resultados, a desconfiar de uma realidade "aparente", que parece inabalável; ensinam-nos a

---

[67] O nome de «autor», não é um nome "qualquer", vulgar, esconde no seu interior outras funções, para além do próprio "nome". Nas palavras de Michel Foucault é o equivalente a uma "descrição", exercendo em relação aos discursos um papel classificador, delimitando e seleccionando, individualizando e agrupando. Por isso, pensamos, o tema da "autoria" é um assunto central em qualquer investigação. Vide Michel Foucault, *O que é um autor?* 3ª Ed., [s/loc.], Vega, 1997, pp. 43-47 e ss.

[68] O almirante Max Justo Guedes em trabalho recente, tomou como definitivo a resolução do problema, abonando-se no estudo do professor Juan Gil. Veja-se Max Justo Guedes, "A Viagem de Pedro Álvares Cabral", *A Viagem de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil (1500 -1501)*, coordenador […], Lisboa, Academia de Marinha, 2003, pp. 95-96.

[69] Seguimos as ideias deste epistemólogo, contidas em *The Logic of Scientific Discovery*, 13 ª Ed., London, Melbourne, Sydney, Auckland, Johannesburg, Hutchinson, 1980, pp. 27-34.

desconstruir um texto[70]; ensinam-nos, finalmente, que nenhuma teoria concebida em bases científicas, e reconhecida pela comunidade científica, viverá para sempre, nem está suficientemente completa de modo a impedir a revisão dos seus fundamentos.

Na escrita da história não há soluções definitivas. O que aconteceu está retido num "mundo" impossível de tocar e de alcançar. Isso mesmo salienta o Professor Marques de Almeida: "*O historiador não conhece o que realmente aconteceu, e o que chega ao seu conhecimento é uma certa forma de ver, e isso faz com que toda a construção seja* ideacional."[71] A discursividade em História assenta, assim, na hipótese, na probabilidade, no que poderá ter acontecido. Em suma, numa aproximação à "verdade"[72].

Concretizando, pensamos que os problemas que são levantados pela tradução do "De Situ Orbis" e pela carta enviada a D. Manuel, não estão ainda totalmente esclarecidos, querendo-nos parecer que os dados postos em relevo pelo professor Juan Gil não são, porventura, suficientes para explicar todas as situações menos "claras" e até, em alguns casos, contraditórias, que estão relacionados com o (s) seu (s) autor (es).

Nunca se pensou, ou por outra, nunca se explorou suficientemente a eventualidade de podermos estar perante dois autores distintos[73]. Houve desde sempre uma preocupação constante em encontrar dados que pusessem em relevo a mesma autoria, funcionando este desiderato como obstáculo epistemológico[74] a outras vias de investigação, por parte dos que se debruçaram sobre a tradução do texto de Pompónio Mela e da pequena carta escrita da Terra de Vera Cruz em 1500.

---

[70] Jacques Derrida teorizou sobre a possibilidade de se abordar um texto em diferentes formas.

[71] A.A. Marques de Almeida, "Sinais gravados noutros sinais ou história e legibilidade do mundo", *Uma Vida em História. Estudos em Homenagem a António Borges Coelho*, coordenação de António Dias Farinha, José Nunes Carreira, Vítor Serrão, Lisboa, Editorial Caminho, 2001, p. 34.

[72] E se o conceito actual de Ciência não passa pela «verdade» demonstrada, mais protagonismo adquirem os modeles interpretativos. Vide Karl Popper, *O Realismo e o Objectivo da Ciência*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1997, p. 234.

[73] Nós também caímos nesse equívoco quando, em trabalho anterior, esgrimimos argumentos de forma a associar o autor da carta à tradução da obra de Pompónio Mela. Vide Carlos Manuel Valentim, "Mestre João Faras….", pp. 183-196.

[74] É no próprio processo de conhecimento que aparece a perturbação; as incoerências não detectadas, a estagnação, os factos que deturpam a realidade e impedem o andamento e progresso do conhecimento. Veja-se, sobre a noção de «obstáculo epistemológico», Gaston Bachelard, *La Formation de L'Esprit Scientifique,* Paris, Vrin, 1972, p.14.

Repare-se, se *maestre Juan Faraz* e *mestre João de Paz* são personalidades distintas[75], sefarditas, vindos do outro lado da fronteira, também haverá a probabilidade do tradutor do "De Situ Orbis" não ser o autor da carta enviada em 1500 do Atlântico Sul. "João" era um nome muito comum na época, havia muitos mestres com a denominação de "João", mas a circunstância, que não deixa de ser sugestiva, é que não se encontrou mais nenhum "mestre João", a não ser mestre João de Paz, simultaneamente "físico e cirurgião" de D. Manuel I, tal como aparece na "tradução" e na "carta". Para mais, nos dois documentos em confronto, a assinatura do autor não é exposta da mesma forma. No códice apresenta-se como: "*Maestre Joan Faras*"[76], e aqui não acreditamos que haja qualquer erro do copista na transcrição - mesmo que tradução do "De Situ Orbis" seja uma cópia do original -, enquanto na carta aparece "*mestre Joham*"[77]. Se quisermos ir mais longe na análise crítica da informação que neste momento dispomos, constatamos que na documentação sevilhana aparece "Johan Faraz" (e não "Joan Faras"), não sendo referido o cargo de "físico e cirurgião", mas sim "*criado que fue del serenísimo señor Don Manuel, rey de Portugal*"[78].

As deduções do Professor Juan Gil quando analisa, sumariamente, a morfologia, a sintaxe, a grafia e a fonética dos dois documentos em causa, levam-nos a pensar que poderemos estar diante de autores diferentes. Enfrentamos, não há dúvida, um problema de difícil resolução, cuja prova documental é precária, mas que não nos deve intimidar, nem sequer impedir, de tecer considerações, e efectuar um raciocínio dedutivo, com o objectivo de alcançar um modelo explicativo satisfatório e coerente.

O historiador fica-se em muitos casos pelos indícios, não conseguindo indexar documentos de prova aos argumentos, por dificuldades de vária ordem, entre outras, cite-se, a própria organização dos arquivos, a falta de edições críticas de fontes e a complexidade dos cruzamentos metodológicos e dedutivos que a própria

[75] Durante a investigação deparamos com dois únicos casos: maestre Joan Faras (tal como aparece na tradução do *De Situ Orbis*) e mestre João de Paz.

[76] "*La geografia y cosmografia de Ponponio Mela, cosmógrafo, pasada de latin em romance por Maestre Joan Faras, bachiler em artes y em medeçina, fisico y sororgiano dell muj alto Rey de Purtugall Dom Manuel*." B.A, Códice50-V-19, fl. 2.

[77] "*O bacherel mestre Joham fisjco e çirurgyano de Vosa Alteza*".

[78] Documento III in Juan Gil, "El Maestre…", p.308.

investigação atingiu, já a operar num novo paradigma – o da incerteza e da probabilidade, que desde da década de vinte do século XX vem tomando corpo e forma[79].

Para fundamentarmos a posição, que sustenta uma possível autoria diferente para a "tradução" e "carta", procuramos obter informação inédita sobre mestre João de Paz.

E Diogo Rangel de Macedo fornece-nos, precisamente, alguns dados novos que vale a pena arrolar, ainda que com certa precaução. Escreve o genealogista:

" [...] *passou a este Reyno expulsado de Castella o Mestre Joam que fazia publica profiçam da ley Hebrayca, e era muito doutto em Medecina, por cuja cauza o dicto Rey D. Manoel dezejava muito a sua conversam e como ele era não só doutto, mas de clarissimo entendimento, com lhe explicarem algus textos que elle intrepretava, mal abraçou logo a verdade da doutrina Christãa e abjurou os seus erros, recebendo o baptismo em 24 de Janeiro de 1496. Em que tomou o nome de Joam em obzequio do Primcepe e aapellido da Paz por devoçam de N. S.ª que com esta invocassam se festejava naquelle dia.*

El Rey D. Manoel o ennobreceu e deu armas novas que são em campo azul hua patra de pratta entre quatro rosas vermelhas.

Foy muito rico e se estabeleceu na cidade do Porto onde fez huas cazas no sítio onde chamão o Padram de Belmonte e nellas pos as sobreditas armas. Estas cazas vieram a ser de Manuel Pacheco, primeiro juiz da Alfandega da dicta cidade [...]."[80]

Deste texto, facilmente se deduz: a) mestre João de Paz era muito douto; o autor menciona em Medicina, mas sabemos que os médicos sefarditas eram em simultâneo, astrólogos, comentadores de textos, matemáticos, cosmógrafos e exerciam ofícios no campo económico e financeiro; b) mestre João era de origem castelhana, baptizou-se, por vontade do Rei que o desejava ter a seu serviço. Fica, ainda assim, a dúvida em se saber qual o príncipe que o honrava com o nome de "João". Os nobiliários são unânimes quanto ao enobrecimento atribuído por D. Manuel I. No que diz respeito ao baptismo existe discordância, havendo quem

[79] Vide A.A. Marques de Almeida, "Sinais gravados noutros sinais ou história e legibilidade do mundo..." pp. 42-44.
[80] B.N. Reservados, Diogo Rangel de Macedo, *PBA* 394, fl. 69.

defenda que mestre João de Paz foi baptizado por D. João II[81]. Essa poderá ser uma forte hipótese a considerar.

Mais informações sobre mestre João de Paz, sustentadas em documentação manuscrita, foram colocadas em relevo por Montarroio Mascarenhas[82]. Escreveu o editorialista:

"Várias pessoas ouve neste reino com o nome de mestre João. [...]

Outro mestre João ouve em Barcelos e foi casado com Mecia da Paz filha de Diogo Rodriguiz, e de Dona Velhinha judia de nascimento que faleceu professando a ley em que se criou como consta de hua escriptura de contrato celebrada com Genebra da Paz e seus maridos no anno de 1501, a qual se guarda no Archivo Ducal da Cazas de Bragança, onde há muitas memorias deste homem: em que foi fisico de El Rey e teve algumas mercês na Vila de Barcelos e na de Guimarães por cartas passadas em 21 de Março de 1497 como consta do livro dos registos da sua Chancelaria a pagina 46.

Este se appellidava tambem de Joam da Paz, e com este mesmo pronome de mestre João se faz seu procurador bastante Mestre Thomas seu cunhado medico e fisico em Santarem no anno de 1503 por instrumento publico do Archivo da Serenissima Caza de Bargança no mesmo libro, mas para cobrar hua divida que lhe pertencia do Duque […]."[83]

Ficava patente a razão de mestre João aparecer na documentação como morador em Guimarães[84]. Além de prestar serviços a D. Manuel, o médico orbitava na

[81] Veja-se, por exemplo, B.A. *Linhagens*, códice 50-IV-8, fl. 799, texto de meados do século XVII, que refere o seguinte: "João de Pax medico da camara del Rei D. João que veyo de Mazagão e se converteo bautizando-se e foi el Rei seu padrinho; lhe fez honras, há seus irmaos que vierão depois que forão o dito Diogo de Paz e Izidoro de Pax[...]." De facto, D. João II foi padrinho de alguns físicos bem conhecidos, como António de Lucena, cujo baptismo é relatado por Garcia de Resende. Pensamos ter sido este códice a fonte de onde partiram os que defenderam, como Camilo Castelo Branco, ter mestre João estado próximo da Corte do *Príncipe Perfeito*. Mas repare-se nas incongruências a referência a Mazagão, e ao "irmão Isidro", sendo este afinal seu filho, como veremos adiante.

[82] José Montarroio Mascarenhas (Lisboa 1670- 1760), director da Gazeta de Lisboa 1715-1718, introdutor do jornalismo em Portugal, capitão de cavalaria, participou na Guerra de Sucessão de Espanha. O trabalho que a seguir citamos conta-se entre os seus inéditos. As genealogias feitas por este autor têm a particularidade de se apoiarem em vasta documentação manuscrita, existente nos vários arquivos nacionais.

[83] J.F. Montarroio Mascarenhas, "Theatro Geneologico", *Biblioteca da Ajuda*, Códice 47-XIII-18, fl. 40Vº. É de notar que o objectivo deste autor não é o estudo de mestre João de Paz, mas sim o de um outro mestre João que vivera em Barcelos, pela mesma altura, pai de Pedro Esteves. Sublinhe-se que Mascarenhas transcreve "da Paz", em vez "de Paz", à semelhança dos autores que a seguir se entregam à exploração do tema, muita embora na documentação régia apareça "de Paz". Facto que aparente ser secundário, mas que tem importância no desvendar dos passos do astrólogo e da sua família. Vide Anselmo Braamcamp Freire, "Envenenado", *Op.* cit., p.233.

[84] Nas cartas de física e cirurgia.

dependência da Casa ducal de Bragança; situara a sua residência no Entre Douro e Minho e não se negava a receber mercês do Duque, que controlava essas terras[85].

Afigura-se, no essencial, estarmos diante, tanto no caso de Juan Faraz, como de João de Paz, de indivíduos com uma formação académica muito idêntica, imbuídos de uma cultura que era comum a toda a comunidade sefardita. Não foram poucos, aqueles que desempenharam um importante papel científico e técnico nas navegações ibéricas[86], favorecidos que eram pelos conhecimentos de línguas e por um saber prático que os distinguiu da escolástica universitária[87]. Por isso mesmo, quando se comparam duas personagens desta "estirpe" torna-se "quase" impossível diferenciar "gestos", "atitudes", práticas sócio-culturais. Além de que, neste caso em concreto, à semelhança da família de mestre João de Paz, como se verá, a família de Juan Faraz tinha importantes negócios – se bem que não fossem mercadores de

[85] Quando nos apercebemos desta ligação, dirigimo-nos ao Arquivo Histórico da Casa de Bragança, a Vila Viçosa, na tentativa de encontrar uma "pista" que nos conduzisse a mestre João de Paz e à sua família, mas nenhuns registos encontramos. Ter-se-á perdido essa documentação? De facto, os registos da Casa de Bragança foram varridos por dois grandes incêndios: o que foi provocado pelo terramoto de 1755; e um outro que desbastou uma boa parte da documentação a 10 de Junho de 1821. Vide Manuel Inácio Pestana, *O Arquivo da Casa de Bragança. História sumária de um notável acervo documental*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1996, pp.33-47.

[86] Colaboravam frequentemente em trabalhos para o aperfeiçoamento da náutica. Vide Luís de Albuquerque,"Sobre um manuscrito quatrocentista do «Tratado da Esfera»," *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*, Vol. XXXVIII, 1959. p. 154.
A historiografia portuguesa ainda carece de uma obra, de um estudo de fundo, de uma investigação sistemática, que problematize, que aborde e estude de forma crítica o papel técnico e científico da comunidade sefardita nos Descobrimentos e na Expansão portuguesa. Quais foram os seus contributos? Como se organizavam cientificamente? Que papel tiveram as judiarias na organização e "exportação", para o resto da sociedade, de um saber técnico que lhes era familiar? E em seguida, os cristãos-novos, que papel tiveram? Como era produzido esse saber? De que forma aproveitou o "poder" instituído, essa sabedoria técnica e letrada? Que alterações se deram, aquando das conversões em massa? Quando se tratam estas questões há a tendência para se ficar pelos casos mais conhecidos (Abraham Zacuto, José Vizinho, Pedro Nunes, Garcia de Orta, e pouco mais), reportando-se o que já fora escrito vezes sem conta. Veja-se, por exemplo, o último "grande" trabalho, que tenta problematizar, de forma extensa, até aos dias de hoje, a presença dos judeus em Portugal: Jorge Martins, *Portugal e os Judeus*, Volume 1, [s.loc.], Nova Vega, 2006, p.135. O autor nada nos diz de novo, nada acrescenta ao que foi já escrito: "*Aliás, igualmente o que acontecera com os seus predecessores nutria* (D. João II) *um grande respeito pela sabedoria judaica [...].*" Ou, "*É conhecida a colaboração judaica, a vários níveis (científico, humano, comercial, empreendedor), na empresa marítima portuguesa [...].*" A análise não vai mais longe, não especifica, não detalha, não aprofunda. Joaquim Mendes dos Remédios, *Os Judeus em Portugal,* I, Coimbra, F. França Amado Editor, 1895, pp. 243-321, de quem Jorge Martins se diz devedor, querendo concluir a sua obra inacabada, mas que nesta matéria não lhe acrescenta nada, foi o autor que até ao momento mais aprofundou a análise do papel cientifico e técnico dos judeus nos Descobrimentos. Maria José Pimenta Ferro Tavares também tratou o tema de uma forma geral, e não especificamente virado para os aspectos técnicos, analisando sobretudo o papel dos sefarditas no comércio, na finança e nas relações politicas internacionais. Vide da autora, "Judeus, Cristãos Novos e os Descobrimentos Portugueses", *Sefarad*, Vol. XLVIII 2 (1988), pp. 293-308.

[87] Vide Guy Beaujouan, *Op.* cit, pp. 13-16.

projecção internacional[88] -associados ao arrendamento da recolha de impostos sobre determinados produtos (madeira, carne, panos) ou rendas de lugares, vilas e cidades em Castela e eram gestores de capital, profissão corrente entre os cristãos-novos[89].

Poderá mestre João de Paz ser o autor da carta enviada a D. Manuel? Se foi realmente o redactor dessa missiva, que interesses moveram o astrólogo a viajar na armada comandada por Pedro Álvares Cabral?

O bacharel em Artes e Medicina que em 1500 escreve do Atlântico sul, viajava num navio pequeno, como ele próprio refere ao Rei, sem complexos de subalternidade[90], queixando-se das fracas condições que tinha para trabalhar na observação do céu: *" […] por causa deste navio ser muito pequeno e estar muito carregado, que não há lugar para coisa nenhuma."*[91] Seria esta a embarcação que fazia parte do consórcio entre D. Álvaro de Bragança, tio do duque D. Jaime, e alguns mercadores florentinos e genoveses[92] detentores de capitais e casas comerciais em Portugal? A confirmar-se esta asserção[93], tratava-se da caravela redonda, mercante, "Nossa Senhora da Anunciada" (porte: c.100 tonéis; tripulação: c.30 homens[94]), comandada por Nuno Leitão da Cunha.

De salientar que a participação estrangeira nesta expedição se estendia ao investimento em mais dois navios[95], um dos quais, uma nau mercante que se havia de afundar no Cabo da Boa Esperança, que pertencia a D. Diogo, Conde de

[88] Tal como os Paz de Entre Douro e Minho, como mais à frente se verá.

[89] Vide Juan Gil, "El Maestre..", p. 292.

[90] E talvez se queixe desta forma nua e crua, sem ajustes, pensamos, por o navio não ser propriedade do Rei.

[91] Forma original: *" [...] este navio ser mucho pequeno e mui cargado que non ay lugar pera cosa ninguna […]"*.A Carta de mestre João, In A. Fontoura da Costa, *A Marinharia dos Descobrimentos*, Ed. cit.

[92] Sobre os associados comerciais na expedição Veja-se Jaime Cortesão, *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*, Lisboa, I.N.-C.M., 1994, pp.69-79.

[93] Moacir Soares Pereira aventou como hipótese ter mestre João viajado na caravela-redonda de bombarda grossa que deu combate à «nau dos elefantes» em Calicut. Esta caravela, denominada "S. Pedro", que era comandada por Pero de Ataíde, supõe-se que tinha cerca de 70 tonéis com uma lotação de cerca de 50 homens na tripulação. Veja-se do autor, *Capitães, Naus e caravelas da Armada de Cabral*, Lisboa, J.I.C.U., 1979, p. 41. Cfr. Max Justo Guedes, *O Descobrimento do Brasil*, Lisboa, Vega, s/dt., p. 159.

[94] Vide o quadro esclarecedor que nos dá Max Justo Guedes, *ibidem*, pp. 154-155 e p. 159.

[95] Como aponta o Professor A.A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa -Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um estudo de Geofinança*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, apêndice, pp.99-100. Este dado vem acrescentar mais um navio aos particulares, e contrariar do que até se veiculara como certo: o de que investimento particular nesta expedição se reduzia a 2 navios.

Portalegre, e associados. A Coroa era, e continuaria a ser nos anos seguintes[96], o grande impulsionador da importação de especiarias[97]. O "assalto" aos empórios comerciais da Ásia impeliu o poder central português a providenciar mais meios, humanos e materiais, a reestruturar sectores chave das finanças e da administração ultramarina[98], e a reforçar-se burocraticamente, numa clara tentativa de monopolizar as redes comerciais, que a partir da Ásia conduziam à Europa as tão apetecidas especiarias.

No rescaldo da ligação, pioneira (1497-99), feita através do Atlântico, entre Lisboa e o mundo asiático, de imediato se constatara a necessidade de apostar na tonelagem e poder de fogo dos navios[99], e na exploração diplomática, através do fomento de alianças e amizades, no interior do complexo mapa político do sub-continente indiano[100], sendo os judeus e cristãos-novos utilizados como "línguas" e agentes diplomáticos nos contactos com as entidades políticas locais[101].

---

[96] Sobre o papel e o peso da Coroa na importação das especiarias, Veja-se o nosso estudo, "O Investimento Financeiro na Esquadra do 1º Vice-Rei da Índia (1505)", *Actas do IX Colóquio de História Marítima*, Lisboa, Academia de Marinha, 2007, pp.357-282. Registe-se a escassez de estudos que se têm elaborado nesta área financeira. Após o grande impulso historiográfico de Vitorino Magalhães Godinho, Manuel Nunes Dias, Virgínia Rau, Gentil da Silva, A.A.Marques de Almeida, muito pouco se tem produzido.

[97] Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa, Editorial Presença, 2ª Ed. 1982, Vol. II, p. 165.

[98] A criação da Casa da Índia no início do século XVI, vem no seguimento dessas medidas. A Coroa, tentando regulamentar a actividade comercial a seu modo, integrava o comércio do Oriente num conjunto mais vasto que englobava os *tratos* da Guiné, da Mina e de Sofala. Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal. Volume III – O Século de Ouro (1495-1580)*, 3ª Ed., revista e aumentada, [s/loc.], Editorial Verbo, imp. 2001, p.168.

[99] João de Barros escreve que a segunda armada a partir para o Oriente "*conuinha mostrar-se muy poderosa em armas [...]. Ásia de João de Barros*, Lisboa, Lisboa, I.N-C.M, 1988, Ed. fac-símile de 1932, Primeira Década, Livro Quinto, p. 170.

[100] Vide Filipe Nunes de Carvalho, "Do Descobrimento à União Ibérica", *Nova Historia da Expansão Portuguesa*, direcção de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, Volume VI: «O Império Luso-Brasileiro 1500-1620» coordenação de Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva, Lisboa, Editorial Estampa, 1992, pp. 23-24.

[101] Por exemplo, Gaspar da Gama, de origem judaica, cativado em Angediva durante a viagem de Vasco da Gama, e que se veio a converter ao cristianismo, tornando-se conselheiro de D. Manuel I, terá participado nos preparativos da armada, como "perito" nos assuntos que diziam respeito ao comércio. Apresentou folhas de preços e direitos relativos às mercadorias a serem transaccionadas. Ficou incumbido da redacção de todas as cartas-credenciais e propostas de tratados de paz e de comércio a apresentar por Pedro Álvares Cabral aos reis muçulmanos, em língua árabe, porque sabia falar muitas línguas. Acompanhava Aires Correa. Vide Elias Lipiner, *Gaspar da Gama, um converso na frota de Cabral*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, pp. 105-106.
Recentemente, Luís Filipe Thomaz revelou duas cartas inéditas, escritas a D. Manuel por este cristão-novo em 1499, logo após o regresso de Vasco da Gama, quando ainda não dominava bem o português. Aparentemente, como nos revela aquele historiador, as concepções estratégicas de Gaspar da Gama foram adoptadas por uma facção da Corte manuelina, que defendia uma expansão comercial no Índico, afastando os planos ousados de um imperialismo de cariz messiânico. Nesta perspectiva, atente-se no peso que os cristão-novos dispunham, directamente e indirectamente, em matérias de índole económico e político/estratégico, além das de cariz

D. Álvaro de Bragança, tio de D. Manuel I, iria investir avultados fundos financeiros nas duas expedições seguintes que demandariam a Costa do Malabar[102], numa altura em que se efectuava a recomposição patrimonial do ducado de Bragança, o que denota uma nova forma de consciência, entre a nobreza, relativamente ao «trato e à mercancia»[103].

Outro facto muito significativo é o reparo, quase imediato, por parte dos particulares e da Coroa, da riqueza da nova descoberta, apesar da expedição ter como destino prioritário o Oriente. Quando ficou concluído o reconhecimento do litoral brasileiro pela armada de 1501, D. Manuel firmou contrato, para exploração da mata brasileira, com mercadores cristãos-novos, encabeçados por Fernando de Noronha, ou Loronha, que se vêm consorciar, por sua vez, aos italianos[104], entre eles Marchione[105].

Descoberto o caminho marítimo para a Índia, que segundo o Professor A.A. Marques de Almeida " *contribuiu poderosamente para o alargamento do espaço oceânico, a caminho de uma economia pela primeira vez planetária*"[106], o espaço meridional do Atlântico redobrava de interesse, por ser essencial à Rota do Cabo. A sul do equador jogava-se agora a sorte das armadas que dobravam o continente africano; procuravam-se novos pontos de apoio logístico que satisfizessem as necessidades do abastecimento naval, dando-se conta, a pouco e pouco, da importância económica da nova terra.

científico que eram bem visíveis, no interior da Coroa. Cfr. Luís Filipe Thomaz, " Gaspar da Índia e a génese da estratégia manuelina no Índico", *Actas do IX Colóquio de História Marítima*, Lisboa, Academia de Marinha, 2005, no prelo.

[102] Nas armadas capitaneadas por João da Nova (1501) e Vasco da Gama (1502).

[103] A.A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria [...]*, p. 69 e apêndice, pp.99-100.

[104] Vide Elias Lipiner, *Op.* cit., pp. 125-127 e pp. 132 e 142.

[105] Que investira, anteriormente, num dos navios da viagem que descobriu o Brasil. Este mercador, no reinado de D. João II, açambarcou grande parte dos resgates africanos: marfim, escravos, malagueta, chegando a pagar à Coroa anualmente pelos contratos mais de 40.000 cruzados. Veio a ter o "trato" dos escravos até 1487 por 6.300.000 reais; o dos rios da Guiné em 1490-1492 por 1.100.000 por ano e depois em 1493-1495 pelo dobro, pagando muitas vezes de antemão. No reinado de D. Manuel aparece a comprar quatro naus ao rei por 7.037.578 reais; negoceia em açúcar em barris de atuns; arma para a Índia em parceria com a Coroa para os "tratos" do Oriente; preside à companhia de mercadores (de que o Rei é parceiro), passa letras de câmbio para a Flandres e Roma, efectua pagamentos à armaria Real de Santarém e ao almoxarife dos paços reais de Muge. Veja-se Vitorino Magalhães Godinho, *Op.* cit., Vol.III, p.196.

[106] A. A Marques de Almeida, " A viagem de Vasco da Gama e a sua repercussão económica na Europa", *Portugal no Mundo*, Direcção de Luís de Albuquerque, Alfa, Lisboa, 1988, Vol. III, p 20.

Sem dúvida que a "Anunciada" era um dos navios mais pequenos da armada que larga de Lisboa em Março de 1500. É o próprio Giovanni de Affaitadi ao escrever a Domenico Pisani, residente em Espanha, que dá testemunho dessas dimensões diminutas, a 26 de Junho de 1501, quando dava conta da chegada desta caravela: " *Questo navilio, che é venuto, é lo piu pícolo de tuti, et é del signor Alvaro e tre altri merchadanti nominati di sopra. Lui é lo piu povero de tutti li altri, lo quale porta 300 cantera de pevere et 200 de canella, nose muscade, lacha, benzui; et porta la novella de esse cosse; de modo che de tuto vien cargate."* [107]

Não nos poderá parecer despropositado supor que mestre João de Paz teria ido nessa viagem. Na obtenção das suas cartas, tanto na de física como na de cirurgia, em finais do século XV, aparece a residir em Guimarães, anos mais tarde vem estabelecer-se no Porto com a família mais próxima[108]. A ter viajado na armada de 1500, temos assim que, tal como Pêro Vaz de Caminha – autor da outra importante carta escrita a D. Manuel, que constitui com a missiva do astrólogo, os únicos documentos que se conhecem enviados da nova terra descoberta –, mestre João era originário das terras de Entre Douro e Minho, no qual o Porto constituía o seu centro político, económico e administrativo; e tal como Pêro Vaz de Caminha, poderia também mestre João não ocupar um cargo em exclusivo ao serviço de D. Manuel I[109]. Outra evidente coincidência centrava-se na particularidade dos dois homens, e respectivas famílias, exercerem cargos similares na Recebedoria de Entre Douro e Minho, articulados à Fazenda[110].

[107] Carta de la Faitada, in Jaime Cortesão, *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*, Lisboa, I.N.-C.M., 1994, p.175.

[108] Em 1511, ano em que é ordenado um dos seus filhos mais novos, ainda se encontra a residir em Guimarães - Arquivo Distrital de Braga, Cadernos *de Matrícula de Ordens da Diocese de Braga*, Livro VI-1505/1513, caderno 14, fl. 3V.º. Sabemos, contudo, como veremos, que a sua mobilidade espacial era notável.

[109] Pero Vaz de Caminha ia como futuro escrivão da despesa da feitoria a estabelecer em Calecut, enquanto mestre João poderia ir em serviço de D. Álvaro de Bragança, não sendo estranho o facto, pois a Coroa autorizava, como era o caso de D. Álvaro, os credores a nomear agentes e capitães dos navios que eram financiados por particulares. Cfr. Manuel Nunes Dias, *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549. Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno*, vol. II, Coimbra, F.L.U.C.-I.E.H.A.V., 1964, pp. 208-209.

[110] Sobre Pêro Vaz de Caminha e a Recebedoria de Entre Douro e Minho, Veja-se Jaime Cortesão, *A Carta de Pêro Vaz de Caminha,* Lisboa, I.N.-C.M., 1994, p. 34.

As duas epístolas, em nosso entender, concorrem para objectivos muito idênticos. Após se terem mantido na "sombra", onde terão passado por algumas dificuldades[111] – no período que se segue à execução de D. Fernando de Bragança, e enquanto está no poder D. João II – pela simples razão de terem prestado serviços ao Duque, mestre João e Pêro Vaz de Caminha tentavam conquistar, agora, as simpatias e favores do novo Rei[112]. Não partilhamos da ideia de que as cartas do escrivão e do astrólogo foram considerados pela Corte documentos sem valor "estratégico"[113]. Esses argumentos podem revelar a outra "face da moeda", isto é, se as duas cartas são os únicos testemunhos expedidos do Atlântico Sul que sobreviveram à corrosão do tempo, isso não quer dizer que eram os menos importantes, bem pelo contrário. Por terem sido preservados, e nem sequer citados por cronistas/historiadores como João de Barros, mostram o quanto era importante as informações que continham. Porque é que terá ficado no "esquecimento" até 1773, um texto como a carta de Pêro Vaz de Caminha, brilhante na descrição antropológica, cheio de vivacidade nos relatos que faz, em nada inferior em qualidade literária ao Mvndvs Novus de Américo Vespúcio[114], um dos textos de maior divulgação do Renascimento?

Estamos longe de defender a polémica teoria do «sigilo», porque não existiu como "teoria definida", mas a ter existido revelou-se em circunstâncias especiais e em casos limitados no tempo[115]. No tocante à carta de mestre João, em particular, há que tomar na devida conta os dados astronómicos, náuticos, geográficos e técnicos de alto valor informativo. Saber navegar longe das costas, através dos regimentos de navegação, utilizando os astros de forma conveniente, explorando o uso dos instrumentos

[111] O desmembramento da Casa de Bragança trouxe dificuldades acrescidas para quem servira nos seus domínios. Muitos foram perseguidos, outros emigraram, outros ainda tentaram passar desapercebidos diante de D. João II. Sobre este período Vide Manuela Mendonça, "Pêro Vaz de Caminha – o Homem e a sua circunstância histórica", *A Carta de Pêro Vaz de Caminha, Auto do Nascimento do Brasil*, Ericeira, Mar de Letras, 2000, p. 31.

[112] "(...) *qeria(m) agradar ao monarca para lhe ganhar mercê*." Defende João Rocha Pinto, *A Viagem- Memória e Espaço,* Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1989, pág. 236, opinião que se entrelaça com a nossa: estas seriam "simples" cartas, fugindo à oficialidade de outra correspondência. Mas não quer isso dizer que os documentos não viessem a ser considerados importantes pela Coroa.

[113] Jorge Couto, *A Construção do Brasil, Lisboa*, edições Cosmos, 2ª ed. 1997, pág. 178; José A. Vaz Valente, "Duas páginas para El-Rei", *Revista Portuguesa de História*, Tomo XVII, Vol.II, 1977, p. 71.

[114] Luís de Matos, *L'Expansion portugaise dans la Litterature latine da La Renaissance*, Lisboa, F.C.G., 1991, p. 288.

[115] Carmen Radulet, *As Viagens de Diogo Cão: um problema ainda em aberto*, I.I.C.T., 1988, p. 107.

náuticos de observação, era tudo quanto se pedia, para aterrar em segurança nos portos desejados, alcançar com facilidade os locais de comércio mais apetecidos, possuir vantagem tecnológica, decisiva, numa época onde a via marítima era o meio mais económico e rápido de estabelecer comunicação. As informações que mestre João dá sobre novos instrumentos de navegação – na viagem testavam-se as "Távoas da Índia"(Kamal) -, o grau de latitude da "terra" austral (com um erro mínimo no seu valor), as estrelas do cruzeiro do sul, a forma como se observava o Sol, o valor do astrolábio e do quadrante, não seriam informações importantes consideradas estratégicas?

Atente-se no que Foucault nos diz sobre a "ordem do discurso": "*Não nos iludamos; mesmo na ordem do discurso tornado verdadeiro, mesmo na ordem do discurso tornado público e liberto de qualquer ritual exercem-se ainda formas de apropriação de segredo e de não – permutabilidade.*" [116] Quer isto dizer que o "discurso" como prática social regulada, como sublinha Foucault, é útil ao poder/ poderes. Em resumo, a produção de um certo "discurso" sujeita-se a estar controlada e a ser seleccionada, organizada e orientada segundo um código de actuação. Na sociedade portuguesa de quinhentos os processos de produção e circulação do (s) "discurso (s)" não deviam diferir muito do que se foi processando, posteriormente, noutros tempos, noutras sociedades e noutras circunstâncias sociais.

Em 1500 procuravam-se novas soluções, novas respostas no campo da marinharia, para os problemas colocados à navegação no Atlântico sul. Desde meados da década de setenta do século XV que se procurava explorar com eficácia o oceano situado para lá do Golfo da Guiné. A linha equinocial, onde se faziam sentir as calmarias equatoriais, os temidos «doldrums», e grande nebulosidade com precipitação devido à convergência inter-tropical do Alísio sul (sueste) e do Alísio norte (nordeste), e as fortes correntes equatoriais, fora ultrapassada nessa década pelos navegadores ao serviço do mercador-cavaleiro de Lisboa Fernão Gomes. O descobrimento do oceano Atlântico, das suas terras e povos, só se tornou possível através do conhecimento empírico das correntes marítimas, dos regimes de vento e

[116] Michel Foucaullt, *A Ordem do Discurso*, Lisboa, Relógio D' Água, 1997, p. 31.

dos seus condicionalismos, com os quais se traçaram as rotas mais apropriadas, condição essencial a uma navegação feita com base na vela[117].

Seria necessário compor novos regimentos, tal como os que haviam sido concebidos anteriormente para as observações da Estrela Polar e do Sol. Para redigir novos documentos náuticos era forçoso que se observassem os astros a sul do equador, como se tornou manifesto a partir do último quartel do século XV. E quem melhor para fazer esse trabalho que um astrólogo, que gozasse de prestígio nos círculos da Corte? Num tempo em que quem "lia" o Zodíaco e consultava regularmente os astros para prever acontecimentos e curar doenças[118], era quem estava melhor preparado para fazer observações astronómicas, úteis à náutica.

Os interesses comerciais misturavam-se com as estratégias políticas, por parte daqueles que perseguiam a acumulação de fortuna e uma rápida ascensão social. A necessidade de se encontrar uma estrela no Atlântico sul, que prestasse o mesmo serviço da Polar no hemisfério norte, a todos interessava, incluindo o Rei e particulares. Mestre João de Paz e a sua família, que viam no comércio uma fonte de prosperidade, encontravam-se, certamente, entre os que se dispunham a auxiliar a Coroa, concorrendo com os seus préstimos. Coexistindo em torno do monarca grupos com diferentes visões da expansão portuguesa – um mais afecto a uma ideia imperial/territorial, outro mais virado para uma expansão mercantil e atlântica -, é bem possível que as observações astronómicas do astrólogo servissem muito mais esta última facção do que aquela. Até porque o "partido" liberal – mercantil tentava limitar a expansão no Índico à actividade comercial e marítima[119]. A armada de 1500 teria, assim, um duplo encargo: o reconhecimento do Atlântico sul e concluir no Oriente a missão diplomática e militar encetada por Vasco Gama[120].

---

[117] Vide A. Teixeira da Mota, "As rotas marítimas portuguesas no Atlântico de meados do século XV ao penúltimo quartel do século XVI", *Do Tempo e da História*, Vol.III, 1970, p. 16

[118] Numa sociedade onde imperava o medo, a insegurança, a angústia do quotidiano, o astrólogo era, especialmente para as camadas mais elevadas, um conselheiro valoroso detendo um importante papel nas decisões e nas estratégias em jogo. Vide Francisco Bethencourt, " Astrologia e Sociedade no Século XVI: uma primeira abordagem", *Revista História Económica e Social*, Julho-Dezembro, 1981, n.º 8, p. 54

[119] Vide João Paulo Oliveira e Costa, Victor Luís Gaspar Rodrigues, *Portugal y Oriente: El Projecto Indiano del Rey Juan*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992, pp. 47-51.

[120] Cfr. Manuel Nunes Dias, " Descobrimento do Brasil. Tratados bilaterais e partilha do Mar Oceano." , *Stvdia*, n.º 25, Dezembro de 1968, pp. 7-29, p. 25. Este autor vai mais longe na análise da missão desta expedição,

Como foi referido em passo anterior, pensamos que as tarefas "do" mestre João que viajava na esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral, não se resumiriam, tão-somente, à arte de navegar, muito menos aos cuidados de saúde a bordo, que costumavam ser resolvidos por indivíduos menos qualificados, como defende João Paulo Oliveira e Costa[121], em regra barbeiros que dominavam os simples processos de amputação e sangria dos doentes. Este autor, não deixa de questionar as funções do físico e cirurgião, observando que a sua presença nesta expedição é "estranha"[122]. Tais dúvidas, entroncam no nosso modelo explicativo, que sugere terem sido as funções do médico "híbridas", isto é, de carácter técnico e comercial; prestando em simultâneo serviço para a sua família, para o Duque de Bragança e para a Coroa.

As directivas elaboradas para a armada, acentuando o carácter político-militar da missão, não deixavam de dar especial atenção ao início das relações comerciais com Calecut, o porto do Malabar visitado cerca de dois anos antes pela pequena frota que abriu o caminho marítimo para o Índico. A acalorada discussão que se deve ter seguido, após a chegada de Vasco da Gama da Índia, quanto ao rumo político a tomar em relação ao Oriente, está expressa nos dois fragmentos do Regimento que foram elaborados para a expedição, e que permaneceram inéditos até aos nossos dias[123]. A leitura do "fragmento 19" é conclusiva: a viagem à Índia (em 1500) é frontalmente um negócio[124], não excluindo, liminarmente, o factor religioso e a razão de Estado.

Estariam mestre João e a sua família atraídos pelo novo comércio de especiarias, e ao lado dos que propugnavam uma expansão, mais comercial do que territorial? Basta pensar, caso estejamos diante de mestre João de Paz, que a sua

defendendo que teria um duplo encargo: reconhecimento do Atlântico brasileiro, para que viesse a servir como base de operações para a rota do Cabo e ultimação dos contactos no Oriente, iniciados por Gama.

121 João Paulo Oliveira e Costa, "A Armada de Pedro Álvares Cabral. Significado e Protagonistas", *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Coord. de [...], Lisboa, Sociedade Histórica da Independência, 2000, pp. 33-34.

122 Idem, *Ibidem*, p. 33.

123 Foi Alexandre Lobato que em comunicação à Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa, a 24 de Outubro de 1968, aquando das comemorações do V Centenário do nascimento de Pedro Álvares Cabral. Vide Alexandre Lobato, "Dois Novos Fragmentos do Regimento de Cabral para a Viagem da Índia em 1500", *Stvdia*, n.º 25, Dezembro, 1968, pp. 31-50.

124 Idem, *ibidem*, p. 37.

família se dedicava ao comércio, vivia do comércio, e tudo fez para controlar a maior parte, senão a totalidade, das alfândegas a norte de Lisboa, durante o primeiro quartel do século XVI, como se dará conta mais à frente.

Ir a Calecut assistir à fundação de uma feitoria, poderá querer dizer que mestre João também iria em busca de negócios, na perspectiva de dinamizar os projectos familiares. Aliás, das duas únicas pessoas que mestre João nomeia na carta, uma é o castelhano Sancho de Tovar, cujo piloto do navio que comandava desce em terra na sua companhia e do piloto do capitão-mor, para medir a latitude da nova terra encontrada; o outro individuo que referido é Aires Correia, nomeado feitor da futura feitoria, que deveria permanecer em Calecut, com a missão de assegurar o abastecimento dos navios que aportassem naquele porto do Índico. O feitor até é o primeiro a ser nomeado, para lembrar ao Rei que muitos já haviam escrito sobre a forma como estava a decorrer a viagem, inclusive Aires Correa[125].

A ter efectuado a viagem, mestre João de Paz chega a Lisboa em Junho de 1501. Com efeito, é só em 1501, em mês não especificado, que assina publicamente um contrato com sua irmã, Genebra[126]; e é só em 1501 que fica resolvido um diferendo que mantinha com um mercador de Vila Flor, por causa de umas dívidas. O devedor, alegando nada dever, declara a 18 de Outubro de 1501: [...] *porque dispois ho dito Joham de Paaz tomara a demanda a ele sopricamte dahy a dous annos peramte os juizes da ditta villa os ditos duzemtos reaes*."[127] Aludia o mercador à contenda que era retomada. Por onde terá andado mestre João, para não cobrar as dívidas num espaço de dois anos, quando tinha de prestar contas à Coroa, como almoxarife, pelos arrendamentos que estavam a seu cargo?

Se admitirmos que mestre João de Paz partiu da região em fins de 1499 para aprontamento da sua missão a bordo da armada cabralina, somam-se aproximadamente dois anos. A fatia de tempo em que não se encontrou qualquer prova, até ao momento, de que estivesse no reino.

---

[125] Neste caso o seu escrivão: Pero Vaz de Caminha.
[126] *Montarroio Mascarenhas*, "Theatro Geneologico", B.A. Códice 47-XIII-18, fl. 40 v.º.
[127] ANTT, *Chancelaria de D. ManuelI*, Liv. Liv. º37 fl.49 vº.

O professor Juan Gil reparou que a carta[128] de mestre João tem muitos termos exclusivos de Portugal, muitos títulos e fórmulas derivadas do português, visível no uso de vocábulos técnicos de marinharia ou em frases feitas[129], que é explicável pela permanência do autor em Portugal, durante muitos anos. Algumas edições deste documento levaram um "verniz" luso na transcrição dos vocábulos, conclui aquele investigador[130]. Mas se houve um "verniz" luso em algumas das expressões, não é menos verdade que encontramos inconsistências nas transcrições[131], e deparamo-nos com critérios de edição e publicação que não são uniformes. Alguns vocábulos não foram transcritos da forma mais acertada, tal como certas abreviaturas não foram desdobradas correctamente, nas edições que foram sendo publicadas, contribuindo desta feita para um "verniz" castelhano. Por exemplo, quando é transcrito, em desdobramento da abreviatura, "Johan" em vez de "Joham" [132]. Ou ainda quando se transcreve "medio" em lugar de "medjo", e "magnifiesto" por "magnyfiesto". Nas edições em confronto, o "i" foi sempre utilizado em detrimento do "j", que aparece no original, e em muitos casos não se transcreveu o "y"[133]. Em nossa opinião, os erros nas transcrições do documento têm-se acumulado, sem uma edição crítica do mesmo.

Ainda segundo o Professor Gil, *maestre* Juan Faraz era um jovem em 1496. Quando teria vindo para Portugal, supondo que frequentou, obrigatoriamente, estudos em Salamanca, onde obteve o grau de bacharel? Desde já esclareçamos que João de Paz deveria ter uma idade que mediava entre os Faraz , pai e filho. O pai de

[128] Redigida em letra cortesã que predominava em Castela, segundo Fernando Lourenço Fernandes, "O Pau-Brasil e o Descobrimento", *A Viagem de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil (1500 -1501)*, coordenador Max Justo Guedes, Podendo este facto reforçar a mais do que provável origem espanhola do autor, facto que carece no entanto de ser, em nosso entender, mais aprofundado.
[129] Juan Gil, "El Maestre..." p. 290.
[130] Idem, *Ibidem*, loc. cit.
[131] Confrontamos a transcrição feita por António Baião, inserta na Marinharia dos Descobrimentos de A. Fontoura da Costa e a que foi editada em *Os primeiros 14 documentos…*. Em ambos os casos encontramos incongruências.
[132] Nada nos impede de considerar o desdobramento da abreviatura em "Joham" e não "Johan". Cfr. E. Borges Nunes, *Abreviaturas Paleográficas Portuguesas*, 3ª ed., Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1981, pp. 102-104.
[133] Vide a transcrição em anexo da carta, que elaboramos, tendo em conta estas inconsistências. No fundo, respeitamos rigorosamente o texto, sem nada lhe acrescentar, alterar ou suprimir, tal como indicam as normas em vigor para a transcrição e publicação de documentos. Vide Pe Avelino de Jesus da Costa, *Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos*, 3ª Edição, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993, p. 12 e ss.

Juan faleceu com idade avançada, por volta de 1522[134]. No que tange a mestre João, segundo o seu testamento, pereceu entre 1535 e 1540[135].

Quem por cá vivia em 1500 há um bom punhado de anos era, na realidade, mestre João de Paz. Outro facto que salta à vista, denunciando um contacto muito estreito e familiar, de anos, do autor da carta a D. Manuel, com o meio náutico português, é, a nosso ver, a revelação de um mapa-múndi antigo para situar a descoberta da nova terra: "*Quanto, senhor, ao sítio desta terra, mande Vossa Alteza trazer um mapa-mundo que tem Pêro Vaz Bisagudo e por aí poderá ver Vossa Alteza o sítio desta terra; mas aquele mapa-mundo não certifica se esta terra é habitada ou não; é mapa antigo e ali achará Vossa Alteza também a Mina.*"[136] Uma revelação desta natureza seria só possível, cremos, vinda de alguém que conhecia de perto os meandros das navegações portuguesas, por um convívio de anos a fio.

No texto da carta infere-se que o seu autor trabalhara amiúde na feitura de regimentos de navegação, nomeadamente no chamado "regimento do astrolábio"[137], mais tarde publicado no *Regimento de Munique* (c.1508): " *[…] pelo que, segundo as regras do astrolábio, julgamos estar afastados da equinocial por 17 graus […].*"[138]

Repare-se, há precisamente notícia de, em 1513, um astrólogo se deslocar a Lisboa para trabalhar nos Armazéns da Índia. O Rei manda publicar: "*emquanto nosa merce for e nos dele (nos) seruirmos nesta cidade, ele tenha e aja de nos tença* [...]."[139] Este indivíduo não poderia ser Juan Faraz, que se sabe ter falecido antes de 1508 ao serviço do Rei de Portugal[140]. O astrólogo em causa seria, tudo indica, mestre João de Paz, que descia do Norte para trabalhar em Lisboa.

---

[134] Juan Gil, "El Maestre..." p. 295.

[135] Tal como se percebe através de um breve que concede protecção à família de possíveis acusações da Inquisição. Em 1542 já era falecido. Veja-se *Corpo Diplomático Português*, Tomo V, 1868, p.123. Cfr.Anselmo Braamcamp Freire, "Envenenado", *Op.* cit. p. 235.

[136] Na versão original: "[…] *quanto Señor al sytyo desta terra mande vossa alteza traer un napamunji que tyene pêro vaaz bisagudo e por ay podrra ver vosa alteza el sytyo desta terra, en pero aquelel mapamunji non certyfica esta terra ser habytada, o no: es napamundj antiguo e ally fallara vosa alteza escrita tan byen la mina […].*

[137] Facto já ressaltado por José Manuel Garcia, *Pedro Álvares Cabral e a primeira viagem…*, pp. 186-190.

[138] Na linguagem original*:" […] por lo qual segund las reglas del astrolábjo jusgamos ser afastados de la equinocial por 17 grrados […].*"

[139] ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, Livro 15, fl. 172. Documento publicado por Sousa Viterbo, *Op.* cit., p.204.

[140] Cfr. Juan Gil, "El Maestre...", documentos I e III em apêndice, pp. 307-308.

Teria Faraz viajado na esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral, e naufragado num dos navios que desapareceram no cabo da Boa Esperança[141]? Poderia até o converso sevilhano ter embarcado numa das armadas, posteriores a 1500, que começaram a demandar os mares orientais; ou então ter falecido de outra forma que não num naufrágio. Parece mais óbvio que o cristão-novo espanhol tenha morrido próximo de 1508, devido às alusões que são feitas nos documentos à sua morte, ao serviço do rei de Portugal, quando uma das suas filhas se casa.

Uma outra conjectura a considerar, é ter *maestre* Juan Faraz e mestre João de Paz viajado juntos na armada comandada por Pedro Álvares Cabral, até porque D. Manuel quando escreve ao rei "Católico" [142], fala no plural, em observações astronómicas "*feitas pelos marinheiros*", no Atlântico Sul. "*Esta terra aonde elles fundearam é situada além do trópico de cancro em XIIII grãos; pois os marinheiros com seus quadrantes e astrolábios tomaram a altura, porque sempre navegam para aqueles mares com instrumentos astrológicos. […] Toda a costa é mui bem povoada de gente não muito preta; é fértil, e abunda em fructos de toda a qualidade e em aguas. Pelas observações feitas pelos marinheiros, conheceu-se o Pólo Antárctico, o Conopo e muitas figuras de estrellas: observações que elles me trouxeram: ahi por dez noites continuas viram em direcção a África um grandíssimo cometa, e além d'isso viram à meia noite o arco Íris, o que para nós é coisa inaudita.*"[143]

Seguindo a descrição de D. Manuel, é natural pensar-se que na armada seguia mais do que um astrólogo[144]. Américo Vespúcio quis fazer passar ideia diferente em carta datada de 4 de Junho de 1501, escrita de Angra de Bezeguiche a Pier Francisco de Medicis: *[…] prechè non fu essa frotta Cosmógrafo, nè Mattemático nessuno, che fu*

[141] Henrique Lopes de Mendonça defende esta hipótese: "*Ia embarcado* [mestre João] *num dos navios pequenos, talvez algum dos que sossobraram mais tarde nas paragens do Cabo.*" Veja-se Henrique Lopes de Mendonça, " Do Restelo a Vera Cruz"*História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1923, Vol. II, p.45.
[142] Numa carta cuja autenticidade tem sido discutida. Cfr. Considerações de José Manuel Garcia, José Manuel Garcia, *Pedro Álvares Cabral e a primeira viagem…*, p. 328, e carta em português modernizado p. 330
[143] Prospero Peragallo, *Carta de El-Rei D. Manuel ao Rei Catholico,* Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1892, pp. 9 e 11. Carta em português modernizado in José Manuel Garcia, *Ibidem*, p.330.
[144] Opinião igualmente avançada por Henrique Lopes de Mendonça *Op.* cit., p. 155; e José A. Valente, "Duas Páginas Para El-Rei – A Carta de Mestre João", *Revista Portuguesa de História*, Tomo XVII, Vol. II, 1977, pp. 5-77, p. 56.

grande errore. Mas vi si diranno cosi discontortamente, como me la contarono, salavo quello io alcun tanto corretto colla cosmografia di Tolomeo."[145]

A informação de Vespúcio foi rebatida por vários autores, que provaram a sua deturpação no relato dos factos. O navegador italiano insere outros dados errados na correspondência para Itália, como seja a partida da frota, segundo ele no mês de Abril de 1499, o que não é certo, pois foi a 9 de Março de 1500[146].

Na chancelaria de D. Manuel I não se encontrou, curiosamente, nenhum registo ou referência a Juan Faraz, nem sequer à pensão que a família passou a auferir depois da sua morte. A situação de Faraz como "emigrante", servidor de D. Manuel I, é "estranha" e pouco clara. O problema da emigração dos conversos castelhanos está na ordem do dia nas relações políticas peninsulares na última década do século XV, e D. Manuel minimiza constantemente as reclamações espanholas. Só em aparência o monarca português cede, recusando-se a entrega-los à Inquisição castelhana, particularmente os fugitivos[147], que encontravam refúgio em Portugal; não será este o caso de Juan Faraz, porque continua a pagar à Inquisição sevilhana um foro, em dinheiro, para poder continuar reintegrado na sociedade castelhana. Assim o faz em 1496, pagando 500 maravedis, apresentando-se em seu nome, como pagador, Pedro de Palma[148], o que indicia estar ausente da Andaluzia. Estaria em Portugal? Pense-se na sua situação como súbdito de um ou do outro lado da fronteira. Tinha o pai e o resto da família em Sevilha, qual seria a sua mobilidade? Como se deslocava? Onde permanecia? Não nos parece muito lógico que tenha vindo para Portugal a tempo inteiro, deixando parte da família em Sevilha, situação que não era muito comum entre as famílias conversas que aqui procuravam refúgio.

---

[145] "Carta de Américo Vespúcio, escrita de Cabo Verde, a 4 de Junho de 1501, a Lourenço de Pier Francisco de Médicis", in Jaime Cortesão, *A expedição de Pedro Álvares Cabaral*..., p. 167. Tradução: Viagens *portuguesas à Índia (1497-1513). Fontes italianas para a sua história.* Edição de Carmen M. Radulet e Luís Filipe F. R. Thomaz, Lisboa, CNCDP, 2002. Transcrição e apresentação de Carmen Radulet, Prefácio, tradução e notas de Luís Filipe F. R. Thomaz, pp. 237-346. " [...] *Pois não foi em essa frota cosmógrafo nem matemático algum, o que foi grande erro; mas dir-vos-ei assim descosidamente como ma contaram, salvo que a corrigi eu um tanto com a cosmografia de Tolemeu.*"

[146] Vide Luís Filipe Thomaz, nota 10 in Viagens *portuguesas à Índia (1497-1513). Fontes italianas*... p.329.

[147] I.S. Révah desenvolve este tema. Vide « Les Marranes Portugais et l'Inquisition au XVIe siècle », *Études Portugaises*, publiées par les Soins De Charles Amiel, Paris, F.C.G., C.C.P., 1977, p. 192.

[148] Vide Juan Gil, "El Maestre...", pp. 292-293.

Voltemos então à questão inicial. Quem é o autor de uma pequena carta sobre assuntos de navegação, endereçada em 1500 do Atlântico sul a D. Manuel I? Foi *maestre* Juan Faraz? Ou mestre João de Paz? Quem era maestre Joan Faras? Seria maestre Juan Faraz? Os novos dados postos em evidência por Juan Gil permitem-nos fazer uma leitura a três níveis. De um lado, supor que Juan Faraz é o autor da tradução do «Situ Orbis» de Pompónio Mela, terá viajado na armada que partiu do Restelo em Março de 1500 e terá sido o autor duma carta para o Rei sobre assuntos cosmográficos, viajando em companhia de outros astrólogos, entre os quais mestre João de Paz; do outro, presumir que a autoria da carta seja de mestre João, astrólogo, mercador de Entre Douro e Minho, também ele cristão-novo de origem castelhana, também ele físico e cirurgião de D. Manuel, que escolhera Portugal para residir; não se rejeitando por inteiro a possibilidade de Juan Faraz viajar na esquadra que descobriu o Brasil; por último, supor que maestre Joan Faras nada tem a ver com maestre Juan Faraz, podendo tratar-se do antigo nome de mestre João de Paz. Mas também aqui não há prova concludente e irrefutável, sendo incontestável, isso sim, que mestre João de Paz, tal como *maestre* Juan Faraz, eram sefarditas de origem espanhola, e que estiveram ao serviço de D. Manuel I e das navegações portuguesas na viragem do século XV para o século XVI.

O que a documentação regista, como algo incontestável, é mestre João de Paz ter andado próximo dos círculos da Corte, de D. João II, D. Manuel I e D. João III. As Relações privilegiadas que ligaram este cristão-novo à Coroa estenderam-se, em simultâneo, à alta nobreza cortesã, formando uma teia clientelar na qual se inseria a sua família.

3. A Formação da Família em Território Português – a reprodução familiar

Até há bem pouco tempo, era muito diminuta a informação que circulava sobre a família Paz. Para além dos dados contraditórios, e em muitos casos erróneos,

difundidos pelos escritos dos nobiliários, a historiografia portuguesa nada produziu de relevante acerca da família, ainda que permanecesse viva uma memória, quase sempre ténue, que evidenciava o seu papel económico e social. Alexandre Herculano, em meados do século XIX, quando estudava a acção de um elemento da família em Roma, Duarte de Paz, entre 1532 e 1540, já aludia à escassez de informação que estava disponível sobre a composição familiar do representante dos cristãos-novos na Cúria romana.

Para responder à questão fundamental que se relaciona com a construção das estruturas económicas e o papel social desta família sefardita, situemo-nos, antes de mais, na vinda de alguns dos seus membros para terras portuguesas e no posterior aumento da sua prole, numa época de profundas transformações sociais e políticas que anunciavam a emergência de uma nova sociedade.

Tanto quanto a documentação e os dados disponíveis permitem compreender, mestre João de Paz rumou a Portugal "*expulsado de Castella*"[149] durante o reinado de D. João II, porque "*fazia publica profiçam da ley hebrayca*". Veio, muito possivelmente, na vaga de milhares de judeus que, acusados de heresia e fugindo ao fogo da Inquisição, cruzam a raia portuguesa entre 1480 e 1492, em busca de acolhimento e exílio. A situação dos judeus nos reinos, unidos, de Castela e Aragão complicou-se a partir das Cortes de Toledo, que tiveram lugar em 1480, ao ser decretada uma maior separação das comunidades, cristã e judaica, proibindo-se aos judeus o uso de vestes de seda e de adornos de ouro e prata, tal como as regras da sua actividade financeira[150].

O astrólogo abandonou Castela acompanhado, decerto, pelos seus irmãos Diogo, Genebra, Henrique e Maria[151]. Quando alcançam Portugal estabelecem-se no Norte, onde já se encontrava Rui Mendes, um dos cunhados de mestre João. Consta na Chancelaria de D. Afonso V uma carta de doação da dízima do pescado dos canais

[149] Segundo Diogo Rangel de Macedo, *Op.* cit., fl. 69.
[150] Vide Joaquim Chorão Lavajo, "A Expulsão dos Judeus portugueses. Erro ou equívoco?", *Os Judeus Sefarditas Entre Portugal, Espanha e Marrocos*, Colóquio Internacional, Coordenação de Cármen de Ballesteros e Mary Ruah, Lisboa, Edições Colibri, Associação Portuguesa de Estudos Judaicos, CIDEUS.UE (Centro Interdisplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora,), pp. 19-48, p. 21.
[151] Estes são os nomes de baptismo cristão que nos aparecem na documentação. Vide corpo documental em anexo.

do Douro a Rui Mendes, que exercia o cargo de vedor do bispo de Lamego[152]. Mais tarde, aquando dos tempos conturbados da "conversão geral" de 1496-97, Rui Mendes, sendo um dos judeus que permanece em Portugal, recorre para a Chancelaria régia[153], rogando por confirmação da doação dos canais, pescarias e vargas do Douro em Lamego. Tinha entretanto cessado as funções de vedor do bispado da cidade, e ido incorporar a Fazenda régia no honroso cargo de Contador do Entre Douro e Minho.

O cunhado de mestre João casara em primeiras núpcias com Justa de Paz, certamente irmã do físico, resultando desse casamento três varões: Heitor Mendes, Francisco Mendes e Gonçalo Mendes. Todos eles vieram a residir em Lamego, mas detém funções e cargos no Entre Douro e Minho. Heitor Mendes desposa Isabel, e tem duas filhas, Filipa Mendes e Justa de Paz. Esta que ostentará o nome da avó, veiculando a memória familiar, casa com Jerónimo Fernandes, mercador e rendeiro de Lamego, da família dos «Fernandes». Jerónimo era neto de mestre Rodrigo, e filho de mestre Fernando, afilhado de D. Manuel I, e tinha três irmãos – Rui Fernandes, Jácomo da Fonseca e António da Fonseca[154]. O primeiro será sempre celebrizado como o autor da descrição dos "terrenos à volta de Lamego" (1531-1532). Repare-se, que o avô da sua cunhada, Rui Mendes, já tinha esse "saber geográfico", pois consta na carta de doação da dízima do pescado dos canais do Douro informação sobre as riquezas do pescado que proliferavam no Douro, e acerca das potencialidades do imposto a cobrar, que o próprio enviou ao Rei, por isso reservou para si esse monopólio.

O Contador de Entre Douro e Minho casa uma segunda vez, escapando-nos a razão por que o fez, possivelmente por viuvez. A nova boda efectua-se com Ana Rodrigues de Carvalho, de quem terá oito filhos, todos com o apelido da mãe[155]. Os três rapazes: João Mendes de Carvalho; Henrique da Cunha, o segundo filho mais

[152] *História Florestal, Aquícola e Cinegética. Colectânea de Documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.* Chancelarias Reais – Vol. II (1439-1481), Lisboa, Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas, Direcção-Geral das Florestas, 1982, Doc. 557

[153] *Ibidem*, Vol. IV (1495-1521), Lisboa, 1983, Doc. 98.

[154] Uma descrição parcial da árvore genealógica, encontra-se na ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Processos 3225 de Justa de Paz e 12994 de Jerónimo Fernandes.

[155] Sobre este casamento Vide Pedro de Brito, *O Patriciado Urbano [...]*, pp. 110-111.

velho a quem passará o ofício de Contador de Entre Douro e Minho; Cristóvão Mendes de Carvalho, é outro dos seus filhos; tal como D. Branca da Silva, fereira em Stª Clara; Cecília Mendes de Carvalho; Brites Mendes de Carvalho; e Violante Mendes de Carvalho.

Constatamos que não é seguida a ordem da sucessão, definida por critérios de idade, na atribuição do ofício de Contador, o que também se aplica à outra parte da família, residente em Lamego, pois se assim fosse esta teria preponderância[156].

A entrada da família em Portugal pelo Norte e o local da sua primeira residência, é uma escolha que não difere muito dos locais que haviam sido eleitos pelas comunidades judaicas quando vieram instalar-se em território português nos séculos precedentes. De facto, a penetração dos sefarditas, vindos da Meseta, no espaço mais ocidental da Península Ibérica, fazia-se por via terrestre numa direcção oriente-ocidente. Por isso mesmo, muitas das judiarias germinavam em concelhos relativamente próximos da linha fronteiriça, denunciando a existência de um rendoso comércio, oficial ou clandestino, feito por estes grupos sociais com o objectivo de participar num mercado de produtos e bens que não reconhecia fronteiras políticas[157].

Ajudando-nos na compreensão dessa realidade, a Professora Suzanne Daveau ilustrou de forma irrefutável como é recente o actual esvaziamento humano e económico da faixa raiana. A repartição da população nos séculos XV e XVI indica como ao longo da fronteira se multiplicavam vilas e centros urbanos de certa importância, sugerindo activas trocas com a vizinha Castela[158].

[156] Pedro de Brito, *ibidem*, questiona-se sobre esta ordem de sucessão. Uma possível explicação advirá do facto de Rui Mendes querer esconder a identidade destes filhos, não seguindo qualquer ordem lógica na sucessão do seu cargo, muito menos associando-lhes o nome. E aparentemente o futuro veio a dar-lhe razão, pois sabemos hoje que os seus netos, descendentes do primeiro casamento, que viviam em Lamego, foram apanhados na malha da Inquisição.

[157] Cfr. Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, Vol. I, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982, p. 43.

[158] Suzanne Daveau, "Comentários e Actualização" a Orlando Ribeiro, "A Tradição Cultural e a Formação do Estado", […], Hermann Lautensach, *Geografia de Portugal. III. O Povo Português*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1989, p.676.

Refira-se que a palavra fronteira tinha uma conotação bem diferente daquela que veio a adquirir. Significava, nas suas acepções, movimento, marcha, embate, choque, encontro[159].

Em 1537, D. João III, visando uma melhor delimitação do território nacional, enumera os portos secos pelos quais devia decorrer o comércio com a vizinha Castela. Mendo Afonso é encarregado de inspeccionar esses locais, iniciando a 31 de Julho desse ano um percurso que completa no ano seguinte, pela raia entre Castro Marim e Caminha; visita setenta lugares auscultando os oficiais da Coroa sobre a demarcação fronteiriça, e compõe marcos[160]. Dá conta que há aldeias místicas que dividem pastos e levam uma vida comunitária, não reconhecendo fronteiras, de um e do outro lado.

São casos de indefinição fronteiriça, de espaços abertos, que permitiam uma maior fluidez da vida social e comunitária. Nesses locais fronteiriços, os Paz iriam fazer circular mercadorias, canalizando por aí grande parte da sua fortuna.

Douto e sábio, de claríssimo entendimento[161], depreende-se pelas fontes que até nós chegaram que mestre João era muito solicitado pela elite nobiliárquica para prestar serviços de astrologia e medicina. Acabará por abraçar o cristianismo e mudar de nome. As fontes nobiliárias dão-no como natural da praça marroquina de Mazagão, tal como os seus irmãos[162]. Porém, verifica-se que aqueles que são imputados como seus irmãos são afinal seus filhos e sobrinhos, nada se encontrando, em concreto, relativo à vinda de Mazagão do médico de D. Manuel e da sua família. Mas esta cidade marroquina ficou, na verdade, associada à família. Duarte de Paz, o filho mais velho do astrólogo, aí perdeu uma vista em combate[163], e António Leite, oriundo de uma importante família do Porto que firmará um acordo nupcial com os Paz, é governador de Mazagão na segunda década do século XVI[164].

[159] Lucien Febvre, "Frontière: le mot el la notion", pp. 11-24, p. 13

[160] Vide Isabel M.R. Mendes Drumont Braga, A *Fronteira Difusa entre Trás-os-Montes e a Galiza ou as Povoações Místicas de Santiago, Rubiães e Meãos*., Separata da Revista "Brigantia", nºs 3-4, Julho/Dezembro, 1997, pp. 5-11.

[161] Diogo Rangel, *Op.* cit., fl. 69.

[162] B.A., *Linhagens*, Códice 50-IV-8, fl. 799 e Francisco António Martins Bastos, Op. cit., p. 28.

[163] Como adiante veremos, Duarte de Paz, acompanhou o Duque de Bragança na tomada da praça de Azamor.

[164] Sobre Mazagão e a administração de António Leite, Vide. José A. R. da Silva Tavim, *Os Judeus na Expansão*

Mestre João e os seus irmãos vêm para Portugal numa fase de afirmação política das monarquias ibéricas. A unificação de Castela e de Aragão, fortalecida com a derrota das pretensões portuguesas a ocupar o trono de Castela (1474-1480), não decorreu pacificamente no que tange ao campo social. As tensões sociais irromperam, extrapolando as fronteiras castelhanas. Os grupos religiosos minoritários, judeus e "mouros", tornaram-se os bodes expiatórios das exaltações nacionalistas e dos estratos sociais em processo de ascendência social, enquanto se erguiam as estruturas da unificação castelhana e aragonesa[165]. A evolução paralela dos acontecimentos, de um e de outro lado da fronteira, obrigou os reinos ibéricos a procederem a ajustes internos. Sucederam-se as movimentações diplomáticas, na busca dos alinhamentos políticos, culminando em 1496-97 com um acordo entre as duas partes, de Castela-Aragão e Portugal, selado pela boda entre D. Manuel e a filha mais velha dos reis Católicos.

Ao cruzar a fronteira, mestre João ter-se-á posto ao serviço dos duques de Bragança. Em 1479 já há notícia de um mestre Joseph, físico da duquesa de Bragança, a vender umas casas no Porto, junto à judiaria[166]. Os "senhores" que vigiavam a fronteira norte de Portugal, a Casa senhorial mais poderosa do reino, arregimentava os "filhos" de Abraão para a sua Corte com relativa facilidade.

Como vimos anteriormente, mestre João acumulou as funções de físico e cirurgião do Rei. Obteve esse cargo de prestígio, por certo, quando D. Manuel confirmou as cartas de tenças, os privilégios e antigos cargos detidos por judeus no mês de Maio de 1496[167], numa clara tentativa de repor a antiga ordem social de que os judeus radicados no reino haviam gozado durante séculos. Se foi D. Manuel, efectivamente, a baptizar mestre João, não terá sido de todo inocente o apelido que escolheu para o seu físico. O nome esconderia certamente a vontade do monarca em apaziguar os

Portuguesa Em Marrocos Durante o século XVI. Origens e actividades duma comunidade, Braga, APACDM distrital de Braga, 1997, apêndice 2, Quadro 2, pp. 249 e 484.

165 Bons indicadores para esta atribulada época foram analisados por Juan Gil, " Os judeus castelhanos e as conspirações contra D. João II", numa conferência que teve lugar na sala do Senado da Reitoria da Universidade de Lisboa, com o patrocínio e organização da Cátedra de Estudos Sefarditas, em Maio de 2000, de que não tivemos notícia da sua publicação.

166 Referência em Artur C. de Barros Basto, *Os Judeus no Velho Porto*, p.9.

167 Vide Maria José Pimenta Ferro Tavares "Expulsão ou integração? *Op.*. cit. p. 29.

tumultos religiosos e sociais, motivados pela hostilidade aos cristãos-novos, que têm lugar naqueles anos finais do Século XV.

A "questão" sefardita será tratada com alguma precaução pelo «Venturoso», que promulga, a 5 de Dezembro de 1496, o Édito que oficializava a expulsão de todos os hebreus não convertidos ao Cristianismo[168]. A Coroa e certos sectores da nobreza discordavam de uma saída maciça do «p*ovo eleito*». Além do vazio que se abriria em algumas funções sociais, caso se concretizasse o êxodo, estava em causa uma quantidade apreciável de fundos financeiros canalizados através do pagamento dos «direitos reais», pagos pela comunidade judaica, que era uma quota-parte importante das receitas dos cofres da Coroa e das rendas arrecadadas pelos grandes senhores[169]. Para impedir a saída de muitos milhares de pessoas são tomadas medidas contundentes. A começar pelo fecho dos portos - o de Lisboa é o único onde é permitido embarcar – passando-se em seguida, numa segunda fase, aos baptismos em massa.

Em que data se baptizaram os vários membros dos Paz? Não possuímos uma resposta concreta. Possivelmente, ter-se-ão baptizado entre Maio de 1496 e meados de 1497[170].

Corria o dia 6 do mês de Maio de 1496, quando D. Álvaro de Bragança entra em Portugal com os sobrinhos e o seu séquito, pela fronteira de Elvas[171]. A partir desta data, com a gradual recomposição patrimonial do ducado brigantino, voltaria novamente mestre João e a sua família a servir o Duque, agora em acumulação com os serviços prestados a el-rei D. Manuel. Tem-se conhecimento que, no arquivo ducal da Casa de Bragança, havia muitas *memórias* deste médico e da sua família. Essa

[168] O Édito, que estabelecia um prazo de dez meses para o baptismo ou a expulsão, era extensivo a outra minoria: a moura, bem menos importante social e economicamente que a sefardita.

[169] Desde logo o Conselho régio, quando aprova a expulsão, dá conta dos prejuízos que daí adviriam. Cf.Maria José Pimenta Ferro Tavares, "Expulsão ou Integração?", *Judaismo E Inquisição. Estudos.*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 39.

[170] Maria José P.F. Tavares salienta que a discussão sobre a partida dos judeus, do reino, ocorrera entre Maio e Novembro de 1496. Pela Páscoa de 1497, D. Manuel ordenou que fossem retirados os filhos menores aos sefarditas, para serem educados por famílias cristãs, e é pouco depois que ocorrem os baptismos em massa. Ainda assim, a conversão não atingiu todos os que ficaram. Daí que se possa pensar que a conversão se foi fazendo aos poucos. Vide: Maria José Pimenta Ferro Tavares, "Expulsão ou Integração?" Op.cit., pp.32/37

[171] D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, 1943, TomoX, p.17.

documentação, revelada por uma fonte secundária[172], perdeu-se na voragem do tempo, mas há registos que confirmam que estes cristãos-novos de origem castelhana residiram inicialmente em Guimarães[173] - centro administrativo do ducado de Bragança. A família irá permanecer na cidade-berço pelo menos até 1511, data do último assento que possuímos, da *ordenação menor* de um dos seus descendentes, nos "Cadernos de Matrícula de Ordens" da Diocese de Braga.

O primeiro jovem a ser ordenado é Duarte, no dia 19 de Dezembro de 1500[174]; Isidro, um dos seus irmãos mais novos, o último, a 15 de Março de 1511[175]. Depois de se estabelecer no Entre Douro e Minho, a família vai engrossando à medida que os anos vão passando. A prole de mestre João e de Mécia de Paz é numerosa. Ao filho Duarte, o mais velho, vêm juntar-se Fernando, ordenado minorista a 13 de Março de 1505[176]; Diogo, apelidado de «o moço», que faz juramento de ordens a 1 de Setembro de 1505[177], e Isidro que, como vimos, faz os votos em 1511; Beatriz que casará primeiro com Melchior Salazar, e depois com Vasco Afonso, Brites com Vasco Leite e Maria, com Manuel Figueiredo, são as mulheres da família. Tomás é o mais novo dos irmãos, não adoptando o apelido familiar[178].

Diogo de Paz tem menos um filho que seu irmão: sete. As raparigas são em número de três: Leonor, Joana e Violante; Francisco[179] é o mais velho dos rapazes, seguindo-se Fernão Lopes[180], João[181] e António. Os outros dois irmãos de mestre

---

172 Tal como se fez referência no ponto anterior, é Montarroio Mascarenhas que alude a essa documentação, por alegadamente a ter manuseado.
173 As cartas citadas na nota 10 não deixam dúvidas: mestre João de Paz é referido como "morador em a vila de Guimarães.".
174 Arquivo Distrital de Braga, *Cadernos de Matrícula de Ordens da Diocese de Braga*, Liv.º V – 1500-1505, fl. 128.
175 *Ibidem*, Liv.º VI- 1505-1513, Caderno 14, fl. 3 v.º.
176 *Ibidem*, Caderno 2, fl. 11.
177 *Ibidem*, Liv.º V. fl. 307.
178 Veja-se Sousa Viterbo, *Notícia sobre alguns Médicos Portuguezes*, Lisboa, Impressa Nacional, 1898, p. 42.
179 Que aparece a ser ordenado *in menoribus* a 25 de Março de 1500. *Ibidem*, Liv.º V, fl. 198 v.º
180 Ordenado no mesmo dia de seu irmão. Idem, *Ibidem*, fl. 199.
181 A informação sobre os elementos que compõem a família, e que não constam nos Livros de Matrículas de Ordens da Diocese de Braga, colhemos num códice da Inquisição, onde um a um são referenciados a quase totalidade dos seus membros, com os respectivos graus de parentesco. Veja-se ANTT, *Inquisição*, Códice 90 fls. 44 e 44 v.º. Servimo-nos ainda de um Breve Pontifício, promulgado por Paulo III a 28 de Outubro de 1542, depois das diligências de Duarte de Paz, e que impede que a família venha a ser denunciada, acusada ou pronunciada pela Inquisição. Veja-se *Corpo Diplomático Portuguez*, Tomo V, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1874, pp. 123-125.

João, Genebra e Henrique, têm, cada um, três filhos. Genebra é mãe de Francisco Rodrigues, Violante e Leonor; enquanto Henrique é pai de Leão[182], Jorge e Francisco.

Na família dos Paz, damos conta que na primeira geração estabelecida em Portugal antes da "conversão geral" de 1496-1497, predomina a endogamia. Os casamentos têm lugar no interior da estrutura familiar e étnica, funcionando como uma tentativa para não dispersar bens, ao mesmo tempo que se preservam os valores religiosos e culturais[183]. Os nubentes são escolhidos na base de um estatuto similar e na condição de professar o mesmo credo e de descender do mesmo povo: judaico. Mestre João é casado com Mécia, filha de Diogo Rodrigues e D.ª Velhinha, que professava o judaísmo publicamente; o filho mais velho desta judia, Rui Mendes, casa em primeiras núpcias com Justa de Paz, certamente uma das irmãs do físico; enquanto Henrique de Paz, irmão de Justa e de mestre João, escolhe Filipa Mendes para sua mulher, muito possivelmente também sua cunhada, irmã de Rui de Mendes; Diogo de Paz casa com Genebra, de ascendência judaica.

Em Guimarães os Paz habitam em Santa Maria da Oliveira, na companhia de outros cristãos-novos portugueses e castelhanos[184]. É o caso de mestre António, o primeiro geógrafo de Entre Douro e Minho[185]; de mestre Fernando e sua mulher Ines Fernandez[186]; de mestre Isaque e Luvylida[187].

[182]Arquivo Distrital de Braga, *Cadernos de Matrícula de Ordens da Diocese de Braga*, Liv.º V- 1500-1505, fl. 313.

[183] É de referir que a religião é um dos factores que mais concorre para endogamia no seio dos grupos familiares. Vide Françoise Héritier, "Endogamia/exogamia", *Enciclopédia Eunadi.* Volume 20. Parentesco, Lisboa, I.N.-C.M., 1989, pp.125-139, p. 128.

[184] Não sabemos se o bairro de judeus e a sinagoga se situavam nesta freguesia. Ficou registo de a "vila" de Guimarães ter uma importante colónia judaica, que possuía um bairro e a sua sinagoga. Por volta de 1500 uma e outra tinham sido votadas ao abandono. Veja-se Luís de Pina, *Vimaranes – Materiais para a História da Medicina*, Porto, Araújo e Sobrinho, 1929, p.153.

[185] Num dos primeiros estudos que fizemos sobre a família Paz concluímos precipitadamente que mestre António de Guimarães seria um dos sobrinhos de mestre João. Com o decorrer da investigação demos conta de se tratar, claramente, de um sefardita, que vivia na mesma área de residência dos Paz, mas que não era sobrinho de mestre João. Seria familiar noutro grau? Não nos foi possível por enquanto apurar a validade dessa hipótese, no entanto refira-se desde já, como veremos na parte seguinte deste trabalho, que a obra manuscrita de mestre António era bem conhecida da família, o que revela alguma proximidade e até "intimidade" no relacionamento! Vide Carlos Manuel Valentim, "Mestre João Faras…", *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 1, 2001, pp. 167-220, as páginas referentes a mestre António são pp. 179-181; e Cfr. Carlos Manuel Valentim, "Um «Geógrafo» Contemporâneo de Pedro Nunes – Mestre António de Guimarães", *Anais do Clube Militar Naval*, n.º temático dedicado a Pedro Nunes, Vol. CXXXII, Outubro -Dezembro 2002, pp. 721-750.

[186] Arquivo Distrital de Braga, *Cadernos de Matrícula de Ordens da Diocese de Braga*, Liv.º VI- 1505-1513, caderno 14, fl. 6 v.º.

[187] Idem, *ibidem*, fl. 8.

Todos estes cristãos-novos residiam numa área urbana que incorporava a rua de elite do burgo: a rua de Santa Maria, habitada por grande número de comerciantes, mercadores, oficiais da administração concelhia e pelos cónegos da poderosa colegiada situada ali próximo[188]. É entre esta elite social que iremos encontrar os Paz. A produção de um espaço familiar e a construção de uma rede social, onde se misturam interesses comerciais e avultados fundos financeiros, comércio e especulação económica e financeira, durante o século XVI, irá garantir a esta família uma posição de destaque na sociedade do seu tempo.

[188] Veja-se Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Uma Rua de Elite Na Guimarães Medieval (1376/1520)*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1989, pp. 17- 29 e passim.

II

FORMAÇÃO DE UMA REDE MERCANTIL E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

1. A Produção de um Espaço Familiar

Os Paz vão construir um poder assinalável ao longo do século XVI. Um poder económico e estatutário, um poder capaz de interferir e modificar acontecimentos na vida económica, social e política[189]. Nesta perspectiva, a família Paz, enquanto estrutura de poder, construiu uma rede de negócios e de comércio, formada a partir dos laços de parentesco e dos contactos com outros grupos sociais que lhe eram próximos. Cada elemento da família detém uma função específica, na forma como o grupo familiar se organiza, estrutura, percepciona e *produz o espaço*[190] que quer dominar e apropriar sob a forma económica, financeira e física. As práticas sociais destes cristãos-novos de origem castelhana visam o reforço do poder de influência familiar através de uma estratégia que é partilhada por todos os seus membros. O espaço é, desta forma, um factor de primeira importância no estudo da organização da família. A análise e observação do espaço enquanto categoria, permite-nos compreender como os Paz actuaram e se estruturaram, em função das suas actividades produtivas e do seu papel social.

Analisar o espaço, neste caso, significa observar as práticas sociais e económicas. Essa observação vai situar-nos diante de uma relação prática e numa interacção dos sujeitos com o seu espaço, através de uma envolvente social e económica. Produzir e gerar um espaço é um processo que visa representá-lo a partir de determinados sistemas de signos. Afasta-se a máxima correspondência entre os actos e os lugares sociais, entre as funções e as formas sociais. Produzir um espaço, concebê-lo, gerá-lo, é muito mais do que isso. É tomar consciência da sua forma,

[189] Do que é que falamos quando falamos de poder? A palavra e o conceito são sugestivos, sendo muitas as vezes que é usado sem definição. Poucas palavras têm um tal uso. Segundo Max Weber, na sua obra clássica" Economia Y Sociedad", ed. cit., o poder é a possibilidade de se impor a vontade própria ao comportamento das outras pessoas, podendo tratar-se de uma pessoa ou um de grupo. Quanto maior for a capacidade para influenciar acontecimentos e impor uma vontade, para alcançar um determinado objectivo ou desígnio, mais é o poder. Outras questões fundamentais se relacionam com esta "vontade imposta". Por exemplo, como se obtém esse domínio, quais as fontes, as normas, a conduta? Que papel têm os factores psicológicos, financeiros, de força física? Quais são as fontes desse poder? O que caracteriza os que têm essa capacidade de impor a sua vontade dos outros que submetem? O exercício do poder inscreve-se, desta forma, numa complexidade de questões que se prendem com as relações sociais e com a evolução da própria sociedade e das mentalidades. Como referido, muito se tem escrito e teorizado sobre o poder. Vide o que a esse respeito escreve John Kenneth Galbraith, *A Anatomia do* Poder (escrito em 1983 com o titulo original de *Anatomy of Power)*, Lisboa, Edições 70, 2007, pp. 17-32

[190] Seguimos de perto as propostas de Henri Lefebvre, *Op*. cit., pp. 43-44.

apresentando-se e representando-se numa intensa e permanente interacção dialéctica, na qual a prática social produz e reproduz os lugares e os conjuntos próprios a cada formação espacial.

Cada membro dos Paz é dotado de competências, de uma função e de uma determinada prática específica. As representações do espaço surgem associadas às relações de produção e a uma determinada ordem que vão impor. Os espaços de representação estão assim interligados ao quotidiano e às vivências do lado menos visível do social. O espaço é "vivido", "tocado", "praticado", antes de ser percepcionado.

A ciência geográfica parte do estudo do solo. Mas quem estude o impacto do ambiente físico e ecológico sobre os grupos sociais corre o risco de explicar tudo em função dessas condições. O problema, na sua forma concreta, deverá ser lido de outra forma. A Geografia é a ciência dos lugares, e quando se pretende uma Geografia que tenha presente no seu estudo o Homem, o ponto central da sua abordagem é o meio em que se desenrola a vida humana, descrevendo-a, analisando-a e explicando-a em função das actividades e práticas sociais, das suas repercussões e interferências[191]. Nesse sentido, o trabalho do geógrafo aparece estreitamente ligado ao do cartógrafo[192], no sentido em que há uma preocupação em localizar e representar no espaço o que é estudado. Para o geógrafo a apreensão de uma pluralidade de lugares e espaços só se torna efectiva quando passam a figurar num documento que possibilite a sua compreensão em conjunto.

A História da Geografia, em Portugal, é uma área epistémica pouco estudada e explorada, e ainda mais no que diz respeito ao conhecimento do próprio território, e à forma como o espaço se foi transformando pela actividade humana[193].

Neste estudo, é essencial a abordagem do espaço. Esta catogoria é um elemento central nas estratégias familiares dos Paz, só o seu conhecimento

[191] Veja-se Lucien Febvre, *A Terra e a Evolução Humana. Introdução Geográfica à História*, com a colaboração de Lionel Batailon, tradução de Jorge de Macedo, in *Panorama da Geografia*, Volume II, Lisboa, Edições Cosmos, 1954, pp. 411-733, pp. 464-465.

[192] Sobre estes temos metológicos referentes ao papel do geógrafo/cartógrafo Veja-se Paul Claval, *Histoire de la* Geographie, 2e ed. Paris, Presses Universitaire de la France, 1996 (trad. Port. História *da Geografia,* Lisboa, Ed. 70, 2006).

[193] Vide o que a este respeito dizem Suzanne Daveau e Orlando Ribeiro, "Conhecimento actual da História da Geografia em Portugal", *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1986, Vol. II, p. 1042.

possibilitará um maior êxito das actividades económicas, do insvestimento financeiro e da organização de uma rede de negócios. A apropriação do espaço torna-se então um factor de importância fundamental para o desenvolvimento das actividades sociais e económicas da família Paz.

2. O Espaço *Vital*[194]: um Entre Douro e Minho *Alargado*

Hermann Lautensach[195] salientou o facto de que só a partir da sua organização como Estado independente é que Portugal se desenvolveu gradualmente, no sentido da formação de uma unidade antropo-geográfica. Essa uniformidade territorial, que se distanciava da restante Ibéria, estendeu-se ao campo da geografia da circulação. A rede de comunicações terrestres da nova organização política irrompeu à volta dos dois portos principais: Lisboa e Porto[196]. Foi através destes centros urbanos que se fomentaram as ligações com o exterior e que Portugal dominou o Atlântico que lhe estava próximo.

Outro ponto que convém dar o devido relevo, prende-se com a junção do Sudoeste da Galiza ao território português que, em conjunto, formam a fachada atlântica da periferia noroeste da Península, umas das unidades geográficas do quadro peninsular[197]. Estamos, neste caso, perante uma característica fundamental da posição geográfica da plataforma territorial portuguesa: a sua feição atlântica, do qual brotam muitas particularidades físicas e humanas, a partir de uma simbiose permanente com o oceano contíguo.

A originalidade geofísica de Portugal no quadro geográfico mais vasto da Península Ibérica, assim como as suas dimensões modestas, não impedem que o

[194] *Espaços Vital (Lebensraum)* Urge fazer aqui uma separação do sentido que o alemão Friederich Ratzel lhe atribuiu: espaço necessário para a expansão territorial de um povo. O significado de "espaço vital", a que se quer dar operatividade, é o de espaço "central", no desenvolvimento da actividade económica e comercial; na produção de riqueza, e nas estratégias de mobilidade social da família Paz.

[195] Vide Hermann Lautensach, " Portugal no Contexto Ibérico", Orlando Ribeiro, […], *Geografia de Portugal. I.A Posição Geográfica do Território*, Comentários e actualização de Suzanne Daveau, 2.ª ed. Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1991, p.21; comentário de Suzanne Daveau, pp. 30-35.

[196] Hermann Lautensach, *ibidem*, p.22.

[197] Idem, *ibidem*, p.23. Pelo seu clima, esta região, bem individualizada na Península Ibérica, faz parte do domínio oceânico europeu; fraca amplitude anual de temperaturas e repartição das chuvas por todas as estações. Cfr. Michel Drain, *Geografia da Península Ibérica*, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1975, pp. 86-97.

território português seja constituído por um mosaico complexo de paisagens e de modos de vida, fraccionado sobre as diversidades naturais, que uma longa e rica história materializou e aprofundou[198].

Existem, na verdade, no território português, regiões que se foram afirmando ao longo dos séculos pela construção de uma identidade muito própria. O Entre Douro e Minho encontra-se desde sempre, não há dúvida, na linha da frente dessa individualidade regional[199]. No início do século XVI era uma das cinco comarcas do "Reino de Portugal e dos Algarves", abarcando um espaço que ia para além do que hoje se considera os seus limites. Balizada, grosso modo, pelos dois rios que lhe atribuem o nome, afirmara-se desde o ano mil[200] como um região geográfica[201], e simultaneamente administrativa. As suas delimitações territoriais permaneceram durante séculos, difusas. Tradicionalmente, apontava-se o seu limite a sul entre Vila Nova de Gaia e Santa Maria da Feira, e para leste até ao rio Tâmega[202]. No princípio do século XVI, mestre António demarca esse espaço da seguinte forma: "*Antre Douro e Mjnho porque esta a setuada hamtre dous rios cabedãees hos quãees sam ho Douro e o Mjnho. A quall hortaa tem de comprido dees - [fl. 136 vº] de ho Douro ate o Minho que he*

[198] François Guichard, *Geographie du Portugal*, Paris, Milan, Barcelone, México, Masson, 1990, p.89.

[199] No mesmo plano de autonomia e individualização encontrou-se, também, desde o início da formação do território nacional, o Algarve. A atestar esta asserção estão a profusão de corografias e descrições sobre esta região, especialmente a partir do século XVI. Vide João Carlos Garcia, "A percepção do espaço numa corografia seiscentista do reino do Algarve", *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 5ª série, 1986, p. 101 e ss.

[200] Este espaço estava integrado no território de *Portucale*, que tradicionalmente era entregue para administração a um conde no tempo de Afonso III de Leão e Castela, no século IX. Esse território administrativo coincidia com alguns importantes centros religiosos que transitavam do tempo da dominação sueva. Depois do Ano Mil, o Entre Douro e Minho vai transformar-se num espaço favorável à reprodução e expansão do *regime senhorial*, quer sob domínio leonês quer mesmo depois de Portugal ter alcançado a independência. Foi aí que um apreciável número de poderosos senhores, nobres e eclesiásticos, sujeitaram pelas armas uma massa de camponeses que se dedicava a uma agricultura intensiva, apropriando-se da sua capacidade produtiva. O peso senhorial e religioso será sempre um factor identificador da região nos séculos seguintes. Veja-se José Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros*, Obras Completas, Vol. 5, Lisboa, Circulo de Leitores, 2001, pp. 17 – 21 e ss. E do mesmo autor, *Identificação de um País. Oposição*, Obras Completas, Vol. 2, Lisboa, Circulo de Leitores, 2001, pp. 75-82.

[201] Seguimos de perto o conceito de *região geográfica* explorado por Orlando Ribeiro. Este geógrafo defendeu que uma *região geográfica* "*é caracterizada por uma certa identidade de aspectos comuns a toda ela*", que vão do clima ao relevo, estendendo-se ao manto vegetal e às marcas da presença humana. Vide Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 7ª edição revista e ampliada, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1998, p. 140; e do mesmo autor "Divisões Geográficas: Áreas, Zonas, Domínios, Regiões, Andares", in *Opúsculos Geográficos,* VI Volume "Estudos Regionais", nota introdutória de Suzanne Daveau, Lisboa, F.C.G., 1995, pp. 33-49. As regiões geográficas, segundo este geógrafo, podem, por sua vez, agrupar-se em unidades mais vastas, tendo em conta, no caso português, o contraste entre as influências mediterrânicas e atlânticas. Vide Orlando Ribeiro, *Op.* cit., pp. 144-145.

[202] Cfr. Joaquim Veríssimo Serrão, "Dois Antiquário de Entre Douro e Minho no século XVI: Mestre António e o Doutor João de Barros", *Figuras Ilustres do Norte de Portugal*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, Academia Portuguesa de História, 1983, pp. 9-20, p. 10.

desde o Porto aa Vallemça que e ho mais lomguo que sam dezoyto leguoas he de hamcho do mar pera ho sartam que e do mar ate Pomte de Canas que he o mais hamcho deez leguoas."[203]

O arado quadrangular utilizado na cultura do milho, trazido pelos Suevos, que transpuseram o Reno em 406, e já repartiam terras no Noroeste da Península Ibérica em 411, denota que encontraram nesse local condições similares às do Norte de França e vale do Reno, exportando de um para o outro lado as suas técnicas agrícolas e tradições. Tal como defendeu Jorge Dias[204], o suposto ermamento de Entre Douro e Minho, fronteira seca e despovoada, que alguns historiadores defenderam com entusiasmo ter existido durante o período da Reconquista, não é confirmado pela Etnografia, que tem revelado uma riqueza de tradições culturais regionais e locais herdadas das populações primitivas da região.

Em meados do Século XVI, o Entre Douro e Minho era um território densamente povoado: cerca de 253.074 mil habitantes, que correspondia à maior densidade populacional (34,9%) entre as seis comarcas do reino[205], possuindo um quinto da população portuguesa[206]. Duarte Nunes de Leão deixou-nos notícia deste sobrepovoamento, escrevendo: "*Enfim como a gente plebea é tanta, que cada dia sae como e[n]xames de abelhas para todas partes do reino, não há lugar onde senão achem muitos homens de Entre Douro e Minho para louvor e cultura da terra, em ceifas em marinhas, em adubiu de vinhas e outros serviços, no mar e na terra[…]."*[207]

A população estava concentrada nos centros urbanos, senhorios eclesiásticos, comunidades religiosas, domínios da alta nobreza. Os "grandes" senhores[208] locais,

---

[203] Mestre António *Provincia Dantre Douro he Minho copillada por mestre Hantonio fisiquo he solorgiam morador na na Villa de de Guymaraees he naturall dela, in Miscellanea Histórica de Portugal Séc. XVI,* B.A, Cod. Ms 51-X-22. Transcrevemos em anexo este texto que encontramos na Biblioteca da Ajuda, entre algumas crónicas de Rui de Pina.

[204] Jorge Dias, *Os Arados Portugueses e as suas Prováveis Origens*, prefácio de Ernesto Veiga de Oliveira, I.N. – C.M., 1982, p.211. Veja-se mapa com distribuição dos tipos de arados na p.129.

[205] Segundo o numeramento de 1527-1532. Veja-se João José Alves Dias, "A População", *Nova História De Portugal*, Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, "Portugal Do Renascimento À Crise Dinástica", Coordenação de João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 16-17. Cfr. quadros e gráficos em anexo neste trabalho.

[206] Essa tendência permanece até aos dias de hoje. Repara-se que é igualmente nessa região que se situa a maior percentagem de população jovem. Cfr. Orlando Ribeiro, "Evolução e Distribuição da População",

[207] Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, fl. 65 V.º Transcrição do texto, notas, aparato crítico e biografia do autor por Orlando Gama, Lisboa, Centro de História da Universidade Portuguesa, 202, p. 206.

[208] Nesta Comarca o poder senhorial era forte. Grandes senhores eclesiásticos como o bispo do Porto ou o arcebispo de Braga; alta nobreza como o duque de Bragança ou o marquês de Vila Real; o conde de Vimioso, o visconde de Lima. Depois ainda havia poderosas famílias, que se diziam descendentes da primeira nobreza, fundadora do reino: Os Azevedos, Os Vasconcelos, os Silvas, os Távoras, os Castros, os Magalhães, os Limas, etc. Vide José Marques "Le Nord du Portugal au XVe Siècle : Société et Instituitions « , *Le Portugal Du XVe Siècle. Actes du Colloque, Paris,* F.C.G., 1989, pp. 14-31 ; Cfr.: António Borges Coelho, *Quadros Para Uma*

que muitas vezes desafiavam a autoridade do poder central, controlavam a maior parte dos meios de produção existentes na região, exercendo o seu poder e influência através de complexas redes clientares[209].

Frei Nicolau de Oliveira, no Livro das Grandezas de Lisboa, impresso em Lisboa por Jorge Rodrigues, em 1620, compara o Entre Douro e Minho a um Reino: "*A quarta prouincia se chama, entre Douro & Minho, Rios muy grandes, & conhecidos, & se estende da cidade do Porto até Valença do Minho, & seu destricto, & occupa dezoito legoas de comprido, & doze de largo. E porque se me não há de offerecer occazião de tratar em outra parte desta prouincia, que sendo tam pequena, se pode comparar com hum bom Reino […]*".[210]

É pertinente referir que a forte influência senhorial e eclesiástica do território nunca teve eco em ideias ou posições de secessão territorial, que colocassem em causa a coesão do Reino. Como se sabe, o poder senhorial no Entre Douro e Minho assentava em bases sólidas e estava bem implantado[211]. As famílias «tradicionais» arrogavam-se da sua ancestralidade e de terem lutado ao lado do rei pela independência do reino, alcançada na segunda metade do século XII[212]. Muitos dos grandes senhores, a exemplo do Marquês de Vila Real, do infante D. Luís (filho de D. Manuel I), do Conde de Vimioso, do Visconde de Lima, aí possuem terras, exercendo domínio e influência sobre a população local. Mas as circunstâncias favoráveis à vida de Corte ditavam novas modas e novas práticas sociais. A fidalguia nortenha ambicionava alcançar o paço real em meados do século XVI.[213]

Convém destacar a importância que o ducado de Bragança detinha em todo esse espaço, arregimentando clientelas e dominando vastas propriedades fundiárias. Por sua vez, o Arcebispo de Braga, o Bispo do Porto e o cabido da Colegiada de Guimarães, fortes polos do poder religioso nessa complexa geografia senhorial, não ficavam de fora das renhidas disputas pela posse das rendas, das benesses e da

---

Viagem A Portugal no Séc. XVI, Lisboa, Caminho, 1986, pp. 146-156.

[209] Veja-se Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000, pp.408 e ss.

[210] Vide Frei Nicolau de Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Fac-simile da edição original de 1620 e texto actualizado por Maria Helena basto, Prefácio de Francisco Santana, Lisboa, Veja, 1991, Capitulo Primeiro.

[211] Cfr. António Borges Coelho, *Quadros para uma Viagem a Portugal no Século XVI*, Lisboa, Caminho, 1986, p.148.

[212] Mestre António sublinha: "*No tempo que Espanha foy de mouros se ganhou esta comarqua e a mor parte de Portugal pólos cristãos e o nome de Portugal se tomou desta comarqua [...]*". V. "Uma descrição de Entre Douro e Minho…", p. 458.

[213] Cfr. Joaquim Romero de Magalhães, " As Descrições Geográficas de Portugal: 1500-1650. Esboço e Problemas." *Revista Económica e Social*, nº 5, 1980, p.34

acumulação de poder e riqueza. As relações com o poder central foram sempre, de uma maneira geral, amistosas, contrariando a tendência que se verificava noutros locais da Europa[214].

Uma das razões para que o Entre Douro e Minho não se tenha dissociado politicamente da monarquia portuguesa, pode ter a ver, em parte, com o cumprimento rigoroso das determinações superiores pelos escrupulosos oficiais régios dos almoxarifados, das alfândegas, das Contadorias e da Correição[215], que impunham a autoridade da Coroa; mas também há que assinalar as dificuldades com que se demarcavam as fronteiras entre senhorios, os conflitos entre os poderes locais, religioso e laico, e as frequentes quezílias daí decorrentes, em torno de competências e jurisdições. Dissidências que implicavam um desgasto mútuo, levando quase sempre à intervenção do Rei[216].

Levantando-se como um anfiteatro, desde o litoral até às montanhas do Gerês[217], o Entre Douro e Minho tem uma configuração física toldada pelo mar e pela montanha, pela profusão de água dos seus rios e pelas chuvas abundantes. O geógrafo cristão-novo mestre António, em determinado passo do seu texto refere-se à muita água que prolifera na Comarca. Atente-se na descrição.

"Na dita Comarqua ha mais de vynte cinquo mill fomtes perenaees he nunca cansão em nenhũu tempo do anno afora outras que camsam parte do anno que sam sem numero porque onde haa pasamte de cimquohemta mjll lauradores que tem casaaes hũa fomte deytamdo a cada dous caasãees sam has vymte e cimquo mjll fomtees quanto mais que muitos caasãees da dita Comarqua tem seys, sete, oyto, dez fomtes afora nas cidades e villas e luguares haa muitos chafarizes e fomtees e poços hexçelemtes domde se procedem a mor parte dos ryos da dita Comarqua hem os quãees rios há preto de duzemtas pomtes d'arquaos de pedra lavradas has mjlhores que ha em Espanha […]. *"*[218]

A planície que se situa próximo do litoral é varrida pelas baixas pressões que, vindas do mar, carregadas de humidade, irrompem pelos prados e terras adentro

---

[214] Mafalda Soares da Cunha refere-se a essa coexistência pacífica entre, por exemplo, a Casa senhorial (Bragança) mais poderosa do Reino e a Coroa. Vide *A Casa de Bragança* […], ed. cit., p. 20.
[215] António dos Santos Pereira, *Portugal – O Império Urgente (1475-1525)*, p. 36.
[216] Entre o Duque de Bragança e o Marquês de Vila Real, entre a Arquidiocese de Braga e a Colegiada de Guimarães. José Marques fala-nos numa complexidade de relações individuais e colectivas, marcadas por uma atitude conflitual acentuada, a diversos níveis. José Marques, "Le Nord du Portugal…", pp. 25-30.
[217] A metáfora é sugerida por J. Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, p. 26.
[218] Mestre António, *Op*. cit., fl. 139 v.º.

embatendo violentamente de encontro às cadeias montanhosas que se situam a Nordeste e a Leste. Um pouco por toda a parte, sobretudo nos vales e planuras, as chuvas fecundam a terra fazendo despontar uma verdura luxuriante que, prenhe de fertilidade, dá à luz a abundância de árvores de fruto e cereais. As águas jorram pelos vales e irrigam os solos, mais tarde estrumados, facilitando a progressão de uma agricultura intensiva. As necessidades da "colmeia humana" transformaram a terra dos vales e baixas, que é exígua, num domínio de policultura[219]. Em 1537, o humanista Clenardo, que via com os seus próprios olhos esta paisagem, descrevia ao arcediago da Sé de Évora que "*Não se pode negar seguramente que em toda esta região desde Braga até ao rio Minho os montes e os campos são de uma admirável beleza deleitosa, e que a água jorra por toda a parte de fontes, que só por si eram bastantes para encantar […].*"[220]

Todos os terrenos livres são susceptíveis de se converterem em aráveis e cultiváveis. As terras incultas são aproveitadas, à boa maneira trienal, para a apascentação do gado miúdo e grosso. Os cursos superiores dos rios, apertados pelas montanhas, soltam-se na parte inferior dos vales, alargando o seu caudal de forma que os depósitos aluviais alteram os leitos. Carreiras de árvores obstruem o corrimento das águas para os campos, defendendo as margens de uma erosão certa. Canções, que se introduziram na cultura, na memória e tradições populares, referem-se a esta natureza "viva", reprodutiva e "refrescante": "*A Senhora da Cabeça* [Santuário] *tem a porta pequenina: é por mor do ar da neve, que vem do mar de Caminha.*"[221]

A acção dominante dos ventos de Oeste, carregados de humidade, coarcta o calor e a secura estivais promovendo chuvas frequentes. A precipitação anual atinge valores na ordem de 2000-2500 mm[222]. Muitas espécies vegetais da Europa média radicam-se aqui, atingido o limite máximo da sua expansão para sul. Um bom exemplo é-nos dado pelas árvores de folha caduca (aveleira, carvalho alvarinho,

[219] Orlando Ribeiro, *Portugal, o mediterrâneo e o Atlântico*, ed. cit., p. 145.
[220] Carta de Nicolau Clenardo e João Petit, Braga, 8-IX-1537, in Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal. I. Clenado e a Sociedade Portuguesa, 4.ª ed. revista,* Coimbra, Coimbra Editora, 1974, p. 307.
[221] Citação de J. Leite de Vasconcelos, *ibidem*, p.27.
[222] Maria Manuela Lopes da Veiga Ferro, "A Agricultura do Noroeste de Portugal. Uma perspectiva histórica; a revolução do milho", *Caminiana. Revista de Cultura Histórica, Literária, Artística, Etnográfica e Numismática*, Caminha, Ano IX, Dezembro 1987, n.º 14, pp. 157-191, p. 157.

urze, castanheiro) que, no Norte de Portugal, formam os últimos povoamentos importantes[223].

O aumento da população deu-se de forma acentuada durante o século XVI, contribuindo para uma aceleração vigorosa do urbanismo. Segundo mestre António de Guimarães: "*he tam pouorada* [a Comarca] *que hem poquas partes della se pode dar hũu brado que se nom houça hem pouoado*."[224]

Na centúria de quinhentos Braga viu a sua população crescer a uma média percentual de 2,24%, enquanto Viana do Castelo, certamente por pressão do seu porto, crescia a um ritmo admirável de 3,63%[225]. Os principais aglomerados populacionais situavam-se próximos da foz dos rios que atravessavam a Comarca, de nascente para poente, ao longo de uma antiga estrada que, a partir de Amarante, passando por Guimarães e Braga, a cruzava na diagonal. Por aí se encontravam povoados repletos de população e campos férteis, que de longe faziam reluzir a verdura dos seus pastos e culturas. O espaço entre o rio Minho e o Douro tinha, assim, as condições ideais para a fixação de uma densa população. Solos férteis, humidade, pluviosidade necessária ao florescimento das culturas e à proliferação de prados que serviam de pastagem para o gado grosso, bons portos para escoamento e descarga de produtos, possibilidades de uma intensa actividade pesqueira. Potencialidades que dotavam este espaço de importantes recursos económicos, propiciando o desenvolvimento da agricultura, da pecuária, da construção naval e do comércio. O primeiro geógrafo da região defendeu que a Comarca podia auto-sustentar-se, e que o factor menos abonatório era a sua longa distância da Corte e dos organismos centrais de decisão administrativa.

"*E semdo caso que fora ylha cercada de mar nom houuera mjsmo nenhũa parte do mundo pera seu soprimmento que de sua propya naturall tem todallas cousas que lhe sam necesarias pera hos naturãees dela hem abastamça se lho nom tirarem pera fora pera outras partes* […]*e todas as cousas tem hem abastança, como dito he pera os moradores da ditaa Comarqua, que*

[223] Orlando Ribeiro, "Manto Vegetal", […], Hermann Lautensach, *Geografia de Portugal*. II. O Ritmo Climático e a Paisagem, Comentários e actualização de Suzanne Daveau, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1988, pp. 577-578.

[224] Mestre António, fl. 136 v.º.

[225] António dos Santos Pereira, *Portugal – O Império Urgente (1475-1525). Os Espaços, os Homens e os Produtos*, Vol. I, Lisboa, I.N. – C.M., 2003, p.28.

lhe não falece nenhũa cousa somente estar apartada da Corte e da sua comuersação per as demandas e outras cousas."[226]

Cultura típica da região, o milho grosso, que necessita de grande quantidade de água para crescer, teve um enorme impacto na forma como se estruturaram os campos e se combinaram outras culturas. Para Maria Manuela Lopes da Veiga Ferro[227] foi Rui Fernandes quem pela primeira se referiu a este cereal, introduzido na região no início do século XVI, juntamente com o feijão e com outras variedades de abóboras. No entanto, quem pela primeira vez terá descrito o milho grosso foi mestre António, uma das fontes de Rui Fernandes. Noticia o físico de Guimarães: "*he esta Comarqua posto que faleça ho triguo nom fallece ho cemteo nem ho milho, nem ho paynço nem ho el orjo nem os legumes scilicet fauas, feyjões, heruanços, lemtylhas […]."*[228]

O cultivo do milho vai acentuar uma agricultura intensiva de carácter policultural, típica do Noroeste. Surge o campo-prado de que nos fala Orlando Ribeiro, tendo na sua base uma policultura regada, com duas ou três culturas na mesma parcela, dispondo-se da seguinte forma: renques de árvores (de fruto, madeira, lenha) dispostas no limite das parcelas, policultura no interior destas, alternância do campo (no Verão) com o prado (no Inverno), ambos regados, o último com maior incidência[229]. As árvores de fruto ou as parreiras (uveiras) onde crescia a vinha de enforcado, delimitam os campos. O cultivo do milho grosso dá-se nos meses de Junho a Setembro/Outubro.

A organização fundiária desenha-se em formas de solidariedade comunal. A população rural associa-se em aldeias, na base de uma vida comunitária. O afolhamento e a criação de gado ao ar livre, o pastoreio, as terras de caça e as de pastagem abundavam, com uma percentagem alta da população a dedicar-se à agricultura – mestre António, mais uma vez a fonte primária para o século XVI, contabiliza 50.000 lavradores para 60. 000 Vizinhos: "*posto que nella ha pasantee de LX*

[226] Mestre António, Provincia Dantre Douro he Minho…fl. 136 v.º
[227] Maria Manuela Lopes da Veiga Ferro, "A Agricultura do Noroeste de Portugal. Uma perspectiva histórica; a revolução do milho" p. 179 e ss.
[228] Mestre António, *Op.* cit. fl. 137 v.º.
[229] Orlando Ribeiro, "Relance da Evolução da Agricultura", in Opúsculos Geográficos, IV Volume: O Mundo Rural, Lisboa, F.C.G., 1991, pp. 33-47, p. 35.

sesemta mjl vezinho[s] […]*haa pasante de cinquoenta mil lavradores que tem casaes, deitando a cada dous casaes*."[230]

Na paisagem aparecem os casais, as quintans, os vilares que se instituíam em glebas que o agricultor cultivava, e daí retirava o seu sustento[231]. Cultivava-se de Inverno o trigo, o centeio e a cevada; de Verão o milho-miúdo e o milho painço, que cresciam em terrenos secos e de superfície pouco enrugada, onde os arados penetravam bem a terra. Era nas *agras*, terras que reuniam estas condições, divididas em pequenas parcelas, as leiras, que rodeavam as populações, que cresciam os cereais. Nas terras húmidas, alagadiças, que se espraiavam nos fundos vales, atapetadas de relva – prados ou lameiros – apascentava-se o gado em terras comunitárias: bois que viviam sempre ao ar livre, as ovelhas de onde era retirada a lã, o porco de onde provinha a carne para todo o ano. A cultura da vinha difundiu-se muito ao longo do século XV. Plantam-se videiras de "pé alto", para uma melhor defesa da humidade do solo e captação da luz do Sol[232]. Nos pontos altos, no cimo dos outeiros, onde outrora figuraram os castros e citânias, locais de defesa amuralhados, cobriam-se de mato (bouças) para recolhimento dos animais. Nas encostas das montanhas proliferavam o carvalho negral e os castanheiros (soutos), de onde se fazia a recolha da castanha, um dos produtos-base da alimentação local, que só irá perder importância com a introdução da cultura da batata. Nos terrenos incultos, recolhia-se a lenha para o lume e para aquecimento das casas no Inverno.

Os sistemas de *exploração* da terra, iam desde o aforamento, enfiteuse ou emprazamento, cedendo o senhor as courelas a troco de um foro, em dinheiro e géneros, direitos que para cada um dos lados eram transmitidos de geração em geração, de natureza perpétua[233].

Das visitas à região efectuadas por estrangeiros, ficaram registadas algumas notícias nos séculos XV e XVI. Jerónimo Münzer, quando vem a Portugal em 1494, passa pela Comarca. Seguindo um percurso que é comum a muitos circuitos económicos e aos caminhos que eram traçados entre o Norte de Portugal e Santiago de Compostela, o viajante alemão desloca-se do Porto para Barcelos e, em seguida,

[230] Idem, *ibidem*, fl.136 v.º
[231] Maria Manuela Lopes da Veiga Ferro, *ibidem,* p.175-76.
[232] Foi em conversa com um agricultor local, em Randufe, perto de Guimarães, já em Fevereiro de 2008, que ficamos a saber a razão das cepas no Entre Douro e Minho serem de pé alto.
[233] Maria Manuela Lopes da Veiga Ferro, *ibidem*, p. 178.

dirige-se a Ponte de Lima. A sua última paragem, no território Português, é Valença do Minho[234].

O humanista Clenardo fará um percurso muito similar nos anos trinta do século XVI.

O Entre Douro e Minho também era um espaço simbólico, enquanto espaço inicial onde nascera a vontade de independência do Reino, considerado pela sua prosperidade no século XVI e pela muita gente que o habitava. A pressão demográfica, o poder religioso e senhorial, tiveram um peso considerável na expansão do Entre Douro e Minho para Leste e para Sul. Damos conta, de facto, que a região não se limitava "meramente" aos dois rios que lhe dão o nome. Os caracteres geográficos que a enformam ultrapassam o sul do Douro[235], e para leste das terras do Barroso, as fronteiras da Comarca são flexíveis e porosas. Por seu lado, a abrangência da actividade económica, religiosa e administrativa dos agentes da região leva-nos a definir um "Entre Douro e Minho alargado", incluindo a maior parte de Trás-os-Montes, todo o vale do Douro, e a Sul grande parte das Beiras. António Sérgio, cingindo-se ao acidentes naturais divide o território a norte do Douro em duas zonas distintas: a cismontana e a transmontana, separadas pelas cadeias montanhosas dominantes do Marão e do Gerês[236]. Ao tentar definir as "regiões geográfico-sociais"[237] de Portugal, o pensador ficou-se pelos agentes físicos, esquecendo-se dos factores humanos, ou seja, para o Homem os acidentes orográficos não são obstáculo à sua actividade produtiva e muito menos à sua adaptação ao meio.

Fixemo-nos no espaço de Entre Douro e Minho. Podemos traçar três eixos espaciais com a mesma origem e projectá-los a partir de um qualquer ponto do espaço que é limitado pelo rio Douro, a sul, e pelo rio Minho a norte. Com essa base poderemos constituir um sistema de eixos que nos ilustre a área para a qual a Região

[234] Jerónimo Munzer, *Viaje por España y Portugal (1494-1495)*, Nota introductoria de Ramón Alba, 2ª ed., Madrid, Ediciones Polifemo, 2002, p. 191.

[235] Pierre Birot, *Portugal - Estudo de Geografia Regional*, 2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p. 47 e ss. O geógrafo Piere Birrot, fala-nos do Norte como um todo, à semelhança do que faz José Mattoso, *Obras Completas – Identificação de Um País*, Lisboa, Circulo dos Leitores, 2001, pp. 32-33, e de outros autores. Por exemplo José Marques, a quem nos referiremos adiante.

[236] António Sérgio, *Obras Completas – Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*, 5ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1982, pp. 59-63.

[237] Orlando Ribeiro, *Introduções Geográficas à História de Portugal. Estudo Crítico*, Lisboa, I.N.-C.M, 1977, pp. 119-181, muito crítico em relação à obra de António Sérgio, é da opinião que o capítulo sobre as regiões "geográfico-sociais" é o mais bem conseguido do livro citado. Não discutimos a informação que o ensaísta disponibiliza, mas sim as suas propostas de divisão regional do território.

criou espaços de influência e se expandiu. Por exemplo, com base na cidade do Porto, o pólo urbano que ao longo do século XVI tende a tornar-se hegemónico no Norte Atlântico, se traçarmos três eixos a partir da sua cintura urbana temos um que é segue em direcção ao vale do Douro; o outro, que segue para norte, em direcção à Galiza e ao Mar Cantábrico/Finisterra; e outro que se projecta para sul em direcção a Aveiro e Coimbra.

No plano eclesiástico esta vasta região[238] estava repartida entre as dioceses de Braga, que se estende do Atlântico até à fronteira com Castela, o que constitui um poderoso factor de união entre o litoral e o interior[239]; o Porto que compreende o Douro e o rio Ave, prolongando-se depois a Santo Tirso até à embocadura do Corgo; e por fim a administração eclesiástica de Valença, que abraça o território de Entre-Minho-e-Lima, que resultara do desmembramento da diocese de Tuy.

É neste espaço, que inclui vias fluviais abundantes, maciços montanhosos, terras férteis, bons portos, centros urbanos com dimensão apreciável, e grande parte da população do Reino, que os Paz exercem a sua actividade produtiva e comercial. O espaço central da família, o "Entre Douro e Minho alargado", situava-se numa região com ligações estreitas ao rio Douro e a todo o seu próspero vale, que por sua vez conduziam ao interior transmontano. Não eram as serras da Peneda, do Gerês, do Barroso, da Cabreira, do Alvão, de Bornes, da Pedrela, da Nogueira, um obstáculo à circulação de produtos e pessoas. Os eixos viários encontravam-se a norte do vale do Douro e cortavam a meio formações rugosas numa direcção poente – nascente, traçando longitudinalmente todo esse espaço: de Braga em direcção a Chaves, Vinhais e Astorga; de Guimarães a Cabeceiras de Basto, Vila Pouca de Aguiar, em direcção a Bragança; partindo de Amarante para Vila Real, encontrando um cruzamento de direcções para Mirandela, Bragança, e depois para Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta[240]. Muitos destes caminhos eram percorridos pelos Paz, que bem conheciam toda este amplo espaço. Bragança, centro

[238] D. Dinis refere no seu testamento os concelhos de "Antre Tejo e Odiana, e de Moura e Serpa; da Estremadura; de "Antre Douro e Mondego, onde é citada Coimbra; da Beira, e de "Antre Douro e Minho. Repare-se que se omite, propositadamente, Trás-os-Montes e o Algarve, por estarem incorporados, respectivamente, no Entre Douro e Minho e no "Antre Tejo e Odiana". Vide J. Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, Lisboa, I.N. -C.M., 1980, Vol. III, p. 15.

[239] As conclusões de José Marques acerca do quadro físico e administrativo do Norte de Portugal, ajudam-nos na definição deste "Entre Douro e Minho alargado" , Vide "Le Nord du Portugal au XVe Siecle: Societe et Instituitions", *Arquivos do Centro Cultural Português*, Vol. XXVI, Lisboa/Paris, 1989, pp. 12-13.

[240] António dos Santos Pereira, *Portugal – O Império Urgente (1475-1525)*, *Vol. I*, p. 40.

transformador de metalurgia e da tecelagem, cidade sede de almoxarifado. Lamego tecia laços estreitos com Entre Douro e Minho e o Porto – funcionários régios[241], como Rui Mendes, o contador de entre Douro e Minho, compravam terrenos e dispunham de interesses na cidade; de Vila Real, seguia-se para a Régua e transportavam-se vinhos e outras mercadorias pelo rio.

A nível portuário sublinhe-se, ainda, o estatuto dos portos deste amplo espaço nortenho, todos muito activos: Caminha, Viana do Castelo, Vila do Conde, Porto. Vila do Conde, servia de via de ligação marítima com um espaço interior disperso: Braga, Guimarães, Barcelos, Guarda, Trancoso, Vila Real, Viseu, Lamego[242]. São Centros urbanos insertos num "Entre Douro e Minho alargado", que detinha no Século XVI um crescimento económico e demográfico inerente às riquezas naturais e ao florescimento do comércio e da actividade mercantil. Os Paz encontravam-se entre as famílias que dinamizavam economicamente todo esse espaço.

Não terá sido por acaso que apareceu precocemente no Entre Douro e Minho a primeira descrição geográfica em moldes "modernos". É possível detectar toda uma tradição, inovadora, na percepção daquele espaço. A "geografia" de mestre António de Guimarães escrita em 1512, como veremos adiante, é um ponto de chegada, e vem, de certo modo, no seguimento da "Descrição de Portugal" de 1416 incluída no Livro dos Arautos[243]. Os dados disponíveis indicam que o redactor desta obra habitava nesse espaço e pertencia à Casa de D. Afonso, Conde de Barcelos, futuro Duque de Bragança, filho do Rei. No início do século XVI, a dianteira no campo do saber geográfico continuou a pertencer a um autor que vivia no Entre Douro e Minho, inserindo num grupo social que na realidade tinha necessidade de apreender o espaço onde circulavam os produtos, os capitais e as pessoas essenciais às suas práticas no trato e na mercancia.

---

241 Idem, *ibidem*, p. 47.

242 Amélia Polónia, *A Expansão Ultramarina numa Perspectiva Local. O Porto de Vila do Conde no século XVI.* Vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007, p. 137.

243 Sobre esta descrição Veja-se Suzanne Daveau, Orlando Ribeiro, "Conhecimento Actual da História da Geografia em Portugal", *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1986, Vol. II, p. 1048.

3. Uma Rede Familiar e Mercantil[244]

3.1. Um Novo Ciclo de Negócios

O comércio inter-regional e internacional foi, de longe, o maior motor do desenvolvimento do capitalismo primitivo[245]. Não foram poucas as vezes que se aliou ao negócio de prover as necessidades financeiras dos príncipes e senhores religiosos, e aos monopólios das concessões de exploração de minas, arrendamentos da cobrança de impostos e da produção manufactureira. Acrescente-se que, nos ritmos da expansão económica, como lembrou Pierre Vilar, não se pode menosprezar o papel activo desempenhado pelo capital comercial «aventureiro», nas fases iniciais dos primeiros investimentos produtivos[246]. O que numa conjuntura[247] de crescimento e consolidação do modo de produção capitalista não deixa de ter significado.

Immanuel Wallerstein, que estudou os primórdios desta nova economia, de base comercial e monetária, afirma ter sido criada uma economia-mundo capitalista europeia entre 1450-1640[248], e defende que a expansão do século XVI não foi somente geográfica, mas também económica, porque tem de se considerar, obrigatoriamente, um período de crescimento demográfico, de produtividade agrícola crescente e a primeira revolução industrial[249].

Ora, esta nova etapa da evolução da Economia *real*[250], na Europa e no Mundo, que só tem sentido analisar no interior da(s) sociedade(s), da "vida social" dos

---

[244] Optou-se por dividir este ponto em três partes, para uma melhor clareza da exposição.

[245] Quem nos diz é Joseph A. Schumpeter, "Capitalismo" in [….] *Ensaios. Empresários, inovação, ciclos de negócio e evolução do capitalismo,* Lisboa, Celta Editora, 1996, pp.170-190, p. 171.

[246] Pierre Vilar, "Problemas da Formação do Capitalismo", […] pp. 104-105.

[247] Referimo-nos, a "todas" as condições: psicológicas, políticas e sociais, económicas, culturais, articuladas entre si. Sobre a noção de "conjuntura", veja-se Pierre Vilar, *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1985, p. 77 e ss.

[248] Immanuel Wallerstein, *O Sistema Mundial Moderno. Vol. I – A agricultura capitalista e as origens da economia- mundo europeia no século XVI*, Porto, Edições Afrontamento, S/dt.(1990?), pp. 73-74.

[249] Idem*, ibidem*, p. 106.

[250] Estamo-nos a cingir à definição de «economia real» proposta por Aristóteles. Defendeu o estagirita que havia quatro formas de economia: a "real", a dos "sátrapas", a de uma "polis" e a "individual". Essas quatro formas de economia, tinham alguns pontos em comum. A "economia real", segundo esta definição, tem aplicação universal, possuindo quatro áreas essenciais, a saber: a cunhagem da moeda, as exportações, as importações e as despesas. Vide Aristóteles, *Obras Completas – "Os Económicos"*, Introdução, notas e tradução do original grego e latino de Delfim Ferreira Leão, Lisboa, I. N. – C. M., 2004, pp. 49-50.

Homens[251], assenta numa revolução financeira anterior, desencadeada entre os séculos XIII e XIV pelas comunas italianas de Génova e Veneza[252]. Cidades que disponibilizaram novos instrumentos financeiros, essenciais ao desenvolvimento das estruturas de produção capitalista no período seguinte, ao mesmo tempo que propiciaram o aparecimento de uma utensilagem conceptual, muito própria, que passou a ter o seu uso no mundo dos negócios.

A tradição historiográfica tem veiculado nos seus discursos que durante cem anos, entre 1450 e 1550, aproximadamente, tudo está em transformação na vida económica: as rotas, os circuitos comerciais, os investimentos, a procura e a oferta, a moeda, os produtos e a sua transformação, inclusive as condições da própria economia[253].

O comércio internacional converte-se num complexo de rotas e de circuitos comerciais, dependente duma nova «economia – mundo» que tem o seu centro no norte da Europa, na cidade de Antuérpia. Nesta praça financeira caberá toda a economia do mundo, para aí convergindo os produtos mais procurados no mercado europeu, as Casas comerciais mais importantes da Europa, os homens de negócios mais activos, o crédito mais apetecido. Lisboa e Sevilha vão afirmar-se como os pontos de ligação, muito importantes refira-se, desta nova economia, que já não assenta nos bens fundiários, mas no poder do dinheiro e nas suas funções de meio de pagamento e de gerador de riqueza. O dinamismo dos espaços económicos e o duplo jogo da distribuição e do consumo, por um lado, e da procura e da oferta, por outro, tinham por base a circulação, em quantidades crescentes, dos metais preciosos sob forma amoedada. As novas espécies monetárias, à medida que se vão consolidando no mercado das trocas, atiram para fora de circulação, segundo a lei de Gresham, o antigo numerário local[254].

[251] Como nos aponta o caminho Joseph Schumpeter, *Thérie de l'évolution économique.Recherches sur le profit, le credit, l'intérêt et le cycle de la conjoncture*, Paris, Éditions Dalloz, 1999, p. 90.
[252] Veja-se Michele Frantiani and Franco Spinelli, "Did Genoa and Venice kick a Financial Revolution in the Quatrocento?, www. Oenb.atdeigwg 112_tem 14_38081 (consulta a 20 de Novembro de 2007).
[253] A. A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria.* […] p. 18.
[254] Com um evidente empobrecimento do espaço monetário, como lembra o professor A. A. Marques de Almeida, "Estrutura financeira do Estado Português no dealbar da Época Moderna", *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, Dir. de João Medina, Vol. IV "Portugal Medieval e os Descobrimentos", Amadora, Ediclube, s/dt.ª, p. 498.

Primeiro o ouro africano, depois a prata sul-americana[255]. O capitalismo[256] encontra-se na sua infância, e Portugal dá um contributo apreciável para o seu desenvolvimento, ao abrir o caminho para novos mercados e ao transportar mercadorias essenciais à vitalidade e sustentabilidade da nova economia. Função assegurada pelos navios e armadores portugueses, com a Coroa a liderar a distribuição dos produtos, processo que António Sérgio apelidou de "economia de transporte", por, segundo a sua óptica, toda a riqueza transportada passar apenas por Portugal, e ir fomentar o trabalho estrangeiro que nos fornecia os produtos transformados que necessitávamos[257]. Dois séculos antes de Sérgio, Adam Smith concluía que o comércio externo de Espanha e Portugal com outras partes da Europa e com as suas próprias colónias, era muito considerável, mas que nunca tinham sido instalados em nenhum desses países quaisquer manufacturas importantes para venda em mercados distantes, e a maior parte das suas terras continuavam por cultivar[258].

As Coroas ibéricas dominam no século XVI, efectivamente, cada uma a seu modo, um emaranhado de rotas, de circuitos e de produtos que enfileiram um comércio à escala planetária.

Em Portugal, o aparelho produtivo da *Monarquia Agrária*, na expressão de Lúcio de Azevedo, a que Jaime Cortesão dará outro nome: *comércio marítimo à distância com base na agricultura* - dava mostras de se alterar em fins do século XV, com o nascimento de um novo C*omplexo Histórico-geográfico*[259] centrado na Rota do Cabo e

[255] Vide Alberto Veiga Simões, "Portugal, o ouro, as Descobertas e a criação do Estado capitalista", *Estudos de História*, Apresentação de A. A. Marques de Almeida, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004, pp. 67-106, especialmente, pp. 104-106.
[256] Têm sido inúmeros os autores a debruçar-se sobre o conceito de "capitalismo" e de outro que com ele anda associado: "capital". Palavras que só "tardiamente", entraram no vocabulário. Veja-se por todos Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII*. Tomo II- Os Jogos Das Tocas, Lisboa -Rio de Janeiro, Edições Cosmos, 1985, pp. 209-225.
[257] António Sérgio, *Breve Interpretação da História de Portugal*, 13 ª ed., Edição Crítica por Castelo Branco Chaves, Vitorino Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão, e organizada por Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1989, pp. 95-97.
[258] Adam Smith, *Riqueza das Nações*, 5ª ed., Prefácio de Hermes dos Santos, Tradução de Teodora Cardoso e Luís Cristóvão Aguiar, Lisboa, F.C.G., 2006, p. 712.
[259] Vitorino Magalhães Godinho considerou que a economia tem de ser entendida na sua configuração espacial e sujeita a determinados factores, que estão imbuídos das suas especificidades. A noção de *Complexo Histórico-Geográfico* apresentada por este historiador, pretende ser um conceito global, de uma história estrutural, englobando a totalidade da vida económica, social, política, cultural e mental num determinado espaço geográfico durante um longo período de tempo. Sobre o conceito de Complexo Histórico-Geográfico e a sua aplicação à História de Portugal, Vide Vitorino Magalhães Godinho, "Complexo Histórico-Geográfico", *Dicionário de História de Portugal*, Dir. de Joel Serrão, Vol. I Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963, pp. 644-649.

no trato das especiarias. Uma das características deste "*Complexo*", apelidado de *ciclo da pimenta*[260], será a sua dispersão. Irá de Antuérpia à China, do Mediterrâneo ao Brasil, das Américas ao Atlântico Norte. No seu interior circula o ouro da Mina, o açúcar da Madeira e de São Tomé, o pau-brasil de Vera Cruz, o bacalhau da Terra Nova, os escravos da Guiné, o pão e o pastel dos Açores, a courama e o sal das ilhas de Cabo Verde, o ouro do Monopotama e de Samatra, a pimenta e o gengibre do Malabar, a canela do Ceilão, a noz e a maça de Banda, o cravo das Molucas, a seda e porcelanas chinesas, a prata e cobre da Europa Central e Oriental, os grãos do Báltico. Estamos perante um *Complexo Histórico-Geográfico que* coloca em contacto economias monetárias - dos Países-Baixos, Portugal, Pérsia e Índia - com economias pré - monetárias de África e da Ásia.

Mas como constatou argutamente Virgínia Rau, o capitalismo português não podia dispensar a colaboração de capitais nacionais e estrangeiros. A historiadora enumera cinco grupos de capitalistas que operavam em Portugal: portugueses, italianos, alemães, espanhóis e cristãos-novos[261]. E são precisamente homens de negócios com estas nacionalidades que investem nos 22 navios que partem de Lisboa na Primavera de 1505, comandados por D. Francisco de Almeida, nomeado primeiro Vice-Rei da Índia[262]. Estava aberta a via para o estabelecimento do primeiro poder europeu fora da Europa que, na feliz expressão de Jorge Borges de Macedo, exportava pela primeira vez, desde o Império Romano, poder organizado[263].

[260] A ideia de "ciclos" para dividir a história económica de Portugal (1º período: "Monarquia Agrária"; 2º: "Ciclo da Pimenta"; 3º: "1º Ciclo do Ouro"; 4º: "Ciclo do Açúcar"; 5º: "Ciclo do Ouro e dos Diamantes") foi sugerida e aplicada por J. Lúcio de Azevedo. O pioneirismo de Lúcio de Azevedo nos estudos de história económica e social, não disfarçou, contudo, as fragilidades da periodização que ensaiou para a análise económica da História de Portugal. Vitorino Magalhães Godinho veio a colocar em relevo as contradições dessa periodização, por se centrar num só produto dominante na economia, à volta do qual se situaria toda uma série de outras actividades. Afinal, numa época podia coexistir um ou mais produtos dominantes. João Lúcio de Azevedo ainda ajustou a sua análise, situando no século XVIII o "Ciclo do Ouro e dos Diamantes", o que não foi suficiente para aplacar o carácter impreciso da sua concepção de "ciclo". V. J. Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Económico. Esboços de História*. 3.ª Ed. Lisboa, Livraria Clássica Editora, imp. 1973, *passim*; Cfr. V. Magalhães Godinho, "Ciclo", *Dicionário de História de Portugal* […] Vol I, pp. 572-574.

[261] Virgínia Rau, "Privilégios e Legislação Portuguesa Referentes A mercadores Estrangeiros (Séculos XV e XVI), *Estudos De História. 1º Volume: Mercadores, Mercadorias, Pensamento Económico*, Lisboa, Editorial Verbo, 1968, pp. 144-155 e passim.

[262] Baseamo-nos na informação de João de Barros, *Op.* cit., p. 296, que nos diz que no ano seguinte regressariam 12 navios. Segundo Figueiredo Falcão, D. Francisco de Almeida terá levado 28 naus e caravelas, partirão sete naus e cinco caravelas a 25 de Março e dezasseis a 18 de Maio. Vide Figueiredo Falcão, *Livro em que se contem toda a fazenda e real património dos Reinos de Portugal*, Lisboa, 1607, pp. 140-141.

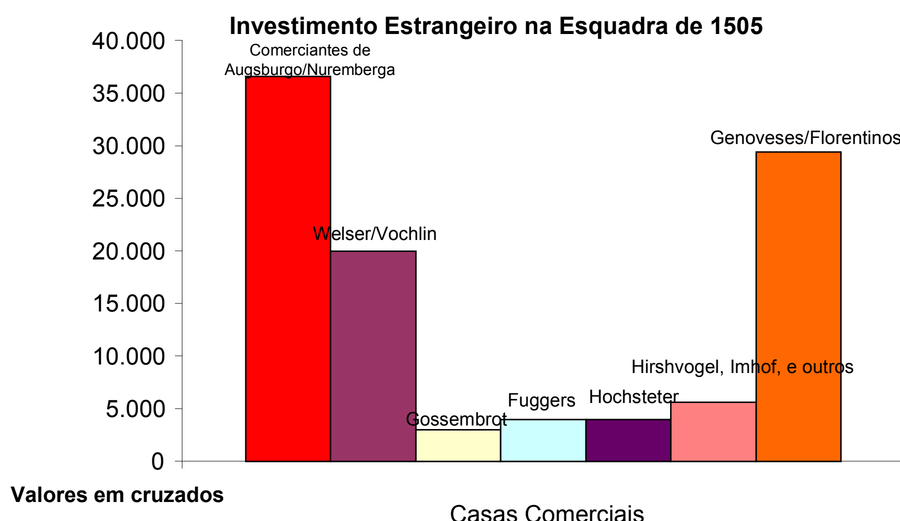
[263] Jorge Borges de Macedo, "A sociedade portuguesa no tempo de Camões", *Diário de Notícias,* Caderno -2, Domingo, 22 de Dezembro de 1991, p.3, apud Catarina Madeira Santos, *«Goa é a chave de toda a Índia». Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, p.38.

A nova rota atlântica não deixava indiferentes as principais casas financeiras europeias, que nos primeiros anos do século XVI investem os seus capitais nas expedições que partem do porto de Lisboa rumo ao Índico. Em Portugal, estabelecem-se mercadores, banqueiros, homens de negócios, ou os seus representantes, de diferentes nacionalidades. A transferência da finança europeia de Veneza para Lisboa encontra-se em marcha, à entrada na centúria de quinhentos. Com o mercado mediterrâneo em retracção, a sorte decide-se a favor de Portugal e do Atlântico[264].

O apuramento da importância que tiveram os mais proeminentes grupos financeiros europeus do século XVI, como os Welser, os Fugers ou os Hochstetter, alemãs, ou os Sernigi, Marchioni e Affaitadi italianos, na participação da expedição naval de 1505[265], que transporta o 1º Vice-Rei da Índia, mas que tinha como objectivo principal o retorno dos navios com carregamentos pimenta, pode elucidar-nos sobre a nova realidade económica e financeira que está a despontar nesses anos. Uma breve análise desse investimento permite-nos um outro olhar sobre o novo *ciclo de negócios* que irrompe no início do século XVI.

Negociantes italianos liderados por Bartolomeo Marchione, e dois grupos de alemães, os Welser e Voehlin, representados por Lucas Rem; os Fugger, os Hoechstetter, os Imhof e outros, investiram 29.400, 20.000 e 16.000 cruzados, respectivamente, na armação de três navios da armada capitaneada por D.Francisco de Almeida[266]. Os Welser, com 20.000 cruzados, eram a maior participação na empresa; os Fugger deram, à semelhança dos Hoechstetter, 4.000 cruzados; os Imhof e os Gossembrot 3.000, cada um; os Hirschvogel 2.000; os restantes 31.400 cruzados saíram dos bolsos e florentinos[267].

[264] Manuel Nunes Dias, *O Capitalismo Monárquico Português* […], Vol. II, p. 171 e ss. Este historiador descreve toda esta migração capitalista para o Atlântico.
[265] Abordamos este assunto de uma forma mais detalhada, no IX Simpósio de História Marítima, "O Investimento Financeiro na Esquadra do I Vice-Rei da Índia", *Actas do IX Simpósio de História Marítima*, Lisboa, Academia de Marinha, Lisboa, Academia de Marinha, 2007, pp. 357-382.
[266] Sobre estes valores Veja-se Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, ed. cit., vol. III, imp. 1987, p.58; e António Alberto Banha de Andrade, *Mundos Novos ao Mundo. Panorama* da difusão, pela *Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses,* Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972, p.350. Vide o gráfico, infra, com base nos valores apontados.
[267] Hermann Kellenbenz, *Los Fugger en España y Portugal hasta 1560,*[…], p.61.



Entre os mercadores florentinos, Marchione[268] destacava-se como empreendedor. Importante mercador florentino, que viveu em Lisboa entre o último quartel do século XV e o primeiro do século XVI, chegando a casar com uma mulher portuguesa, aparece ligado desde muito cedo, ainda no reinado de D. João II, aos negócios ultramarinos e a financiar expedições. É de realçar o papel dos italianos no comércio português do século XV. Constituíam, como lembrou Virgínia Rau[269], o mais importante grupo estrangeiro em Portugal, no que respeitava aos capitais e à técnica bancária.

Do lado alemão, os Welser[270] haviam-se constituído como uma das empresas familiares mais importantes da Alemanha do Sul, situando a sua sede na cidade de Ausburgo. Depois da morte de Bartolomeu, os irmãos Lucas e Ulrich Welser continuaram a fazer negócios. Conservaram as sucursais em vários pontos da Europa, e perseguiram o estreitamento de relações comerciais com Veneza, Milão e Florença, Colónia, Francoforte e Lipsia. Dedicavam-se à exploração de minas, comércio de têxteis e especiarias, estando entre os mercadores germânicos que mais cedo despertaram para o comércio com o Índico. Anton Welser forma uma companhia com Konrad Vöhlin, após a morte de Lucas Welser (1495). Simon Seitz,

[268] Vamos seguir a informação de A. A. Marques de Almeida, "Marchione, Bartolomeo", *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Direcção de Luís de Albuquerque, Coordenação de Francisco Contente Domingues, Lisboa, Circulo dos Leitores, 1994, Vol. II, p.685.

[269] Virgínia Rau, *Op.* cit., p.206.

[270] Sobre os Welser, veja-se Hermann, Kellenbenz, "Welser", *Dicionário de História de Portugal*, Dir. de Joel Serrão, Vol. IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, pp. 348-349.

representante da firma, estabelece com D.Manuel um contrato em que os Welser compram mercadorias à taxa de 5%. A 1 de Agosto de 1504, Lucas Rem, outro dos feitores da família em Portugal, conclui com sucesso novo contrato com o «Venturoso», tendo em perspectiva a expedição que se avizinhava. Lucas Rem ficará em Portugal de 8 de Maio de 1503 a 27 de Setembro de 1508, vendendo cobre, chumbo, cinábrio, mercúrio, panos da Flandres e cereais; comprando, em paralelo, especiarias, marfim, azeite, vinho, figos, frutos frescos. Lucas Rem enviava frequentemente navios à Madeira, Açores, Cabo Verde, Barbaria para entabularem comércio.

A outra grande "empresa" alemã a participar na viagem à Índia, em 1505, foram os Fugger – sociedade familiar que se tinha imposto como um poderoso grupo comercial e financeiro em meados do século XV. Através de uma hábil política de investimentos, entregavam-se aos negócios da "nova" economia com tenacidade, ao mesmo tempo que encetavam uma série de matrimónios vantajosos, procurando alargar a sua base de apoio, e a fortuna, entre outras empresas mercantis. Em 1494, a riqueza dos irmãos Ulrich, Georg e Jakob ascende a 54.000 florins[271]. Será o mais novo dos irmãos, Jakob, a alcançar um lugar chave na empresa, convertendo-se em seu dono absoluto no ano de 1510. Ao entesouramento inicial seguiram-se os investimentos, nas minas de metais preciosos da Europa Central e nos negócios ultramarinos, não escapando a especulação financeira e os empréstimos a poderosos senhores. No final do século XV, esta empresa familiar alemã dispunha de duas saídas para o comércio exterior: Veneza e Antuérpia. É no porto do Escalda que se vão estabelecer os primeiros contactos com a Coroa portuguesa[272]. E foi por aí que Jakob Fugger preferiu fazer os seus negócios. Em 1505 não deixava escapar a oportunidade que se lhe oferecia de investir directamente numa poderosa armada, que iria impor a sua força no Índico, para possibilitar uma maior segurança ao comércio entre a Europa e a Ásia. O que se tornava uma mais-valia, numa época dominada pela insegurança, pelas dificuldades e riscos com que frequentemente os mercadores se debatiam quanto à segurança dos seus bens .

[271] Hermann Kellenbenz, , *Los Fugger en España y Portugal hasta 1560,*[…], p. 19.
[272] Idem, *ibidem*, p.60.

O financiamento privado também foi permitido a capitalistas portugueses. Fernando de Noronha, um cristão-novo, detinha direitos na nau "S. Cristovão", em sociedade com Duarte Correia, Afonso Caldeira, Afonso Jorge, Luís da Maya; Gonçalo Rodrigues Correia investia na "S. Rafael"; Rui de Brito e Fernão Chamorro na nau "Madalena"[273]. Os negociantes particulares deviam entregar à Coroa cerca de um quarto das especiarias carregadas, e mais cinco por cento para as obras do mosteiro que estava sendo construído em Belém, como forma de imposto. Os três navios, na posse dos estrangeiros, trouxeram 13.800 quintais de especiarias[274]. O êxito capitalista da expedição era evidente. Mas o contrato acabou por ser violado pelo rei português[275], temendo que os comerciantes pudessem, ao disporem de tão grande quantidade de especiarias, provocar uma baixa acentuada de preços. A primeira acção foi expropriar os bens dos mercadores-banqueiros depositando-os na Casa da Índia. Outras das razões apontadas para a quebra do vínculo contratual parece ter ficado a dever-se à proliferação das quintaladas por outros particulares[276].

Em face do rompimento do acordo inicial, os Welser, um dos grupos visados, receberam uma indemnização, paga em açúcar[277]. Esta terá sido uma das causas que levou os alemães e outros investidores estrangeiros a não repetirem a "aventura" que levaram a cabo em 1505. Um feitor representando a Coroa era a única pessoa autorizada a executar as compras e vendas das especiarias. Em Lisboa, o Vedor da Fazenda negociava a mercadoria por todos, quer fosse o próprio Estado, particulares e donos das quintaladas[278]. A pratica mais comum era os feitores do Rei pagarem aos importadores o preço que se fixava, dispondo em seguida da totalidade do produto, quando e como lhe convinha[279]. E compreende-se bem porquê. Se é verdade que esta é a forma encontrada para os preços não sofrerem uma baixa "catastrófica", prejudicial aos interesses do Estado, repare-se que, mesmo com todos os entraves

[273] Joaquim Candeias da Silva, *O Fundador do "Estado Português da Índia" D. Francisco de Almeida 1547 (?) -1510, Lisboa, IN - CM, Imp. 1996*, p.104.
[274] J. Lúcio de Azevedo, *Op. cit.*, p. 105.
[275] Os armadores estrangeiros terão um longo pleito com o «Venturoso».
[276] Luís Filipe F. R. Thomaz, *A Questão da Pimenta em Meados do Século XVI. Um debate Político do Governo de D. João de Castro*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Universidade Católica Portuguesa 1998, 68.
[277] A. A. Marques de Almeida, Capitais *e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549)* […], p.57.
[278] J. Lúcio de Azevedo, *Op*. cit., p.99 e 111.
[279] Idem, i*bidem*, p.111.

impostos aos particulares em 1505, o investimento rendeu 175% de lucro[280]. Esta percentagem dá-nos uma ideia do ritmo e do valor do tráfego de mercadorias que chegavam pela Rota do Cabo. O lucro da empresa liderada pelos Welser vai elevar-se a 142% em 16 anos, isto é, 9% por ano. Rendimento elevado, mas ainda assim inferior aos Fugger, que irão atingir os 54% por ano[281]. Sem preocupações na arrecadação, obtenção e transporte de especiarias, "limitando-se" a distribuía-las no mercado europeu, os mercadores alemães usufruíam de lucros fabulosos. Estes mercadores iriam acumular fortunas extraordinárias durante todo o período que Portugal controla o comércio com o Oriente. Uma época que é dominada por um novo ciclo da vida económica.

Segundo Vigínia Rau, "*Com os privilégios concedidos* [a estrangeiros]*, D. Manuel e D.João III procuravam escorar [..]a organização de recursos financeiros dos principais núcleos de mercadores europeus, acautelando porém convenientemente os interesses da coroa portuguesa e promovendo, sempre que possível, a comparticipação dos mercadores nacionais"*[282].

A Coroa, dispondo de capacidade militar e naval tinha acesso directo aos mercados do Oriente, mas faltava mercadorias para a troca e sobretudo capital. Os mercadores estrangeiros colmatavam essa lacuna, mas não vinham a Portugal unicamente em busca de mercadorias, e descarregar e carregar produtos. Mergulhavam igualmente no «comércio de dinheiro» e nas operações de empréstimo[283], concorrendo com os cristãos-novos, fortes credores do Rei e da sua Corte.

Os cristãos-novos, após a conversão "geral" de 1496-97, tinham-se disseminado por Portugal e pelos territórios, fortalezas e feitorias, que os portugueses controlavam no Atlântico, no Índico e no Pacífico. Apareciam a cobrar taxas e a tributar impostos, de Norte a Sul; a importar mercadorias; envolviam-se no comércio ultramarino, seguindo o trilho aberto pelos navios lusos.

---

[280] O historiador alemão Sofhus Ruge, *História da Época dos Descobrimentos*, prefácio e notas em apêndice de Manuel Oliveira Ramos, Lisboa, Livraria Aillau & Bertrand – Livraria Francisco Alves [s.dt.], p.148, situa esse lucro nos 150%, como já tinha notado Manuel Nunes Dias, *Op.* cit. 212.

[281] R. Ehrenberg, *Le Siècle des Fugger*, Avant-propos de Lucien Febvre, Paris, SEVPEN, 1955, p. 91.

[282] Virgínia Rau Privilégios e Legislação Portuguesa Referentes a Mercadores Estrangeiros (Século XV e XVI), p.214.

[283] Idem, *ibidem*, p. 205.

Mercadores e homens de negócio aproveitando as novas oportunidades que o comércio marítimo proporcionava, partiam em busca do lucro e da fortuna.

A família Paz, que se radicara no Entre Douro e Minho, tudo fará para tirar o melhor proveito da nova realidade comercial e financeira que estava a emergir nos primeiros anos da centúria de quinhentos.

3.2. As Boas Oportunidades de Negócio

Qual a evolução da economia portuguesa nesta nova conjuntura económica e social, que se ergue a meio do século XV?

A população aumenta[284] apesar da imigração e de um crescente recrutamento de soldados e marinheiros para as campanhas militares no Norte de África e no Oriente. Nos campos cultivam-se vinhas e olivais para satisfazer uma nova procura de vinho e azeite, tanto no comércio interno como nos mercados internacionais; desenvolvem-se as indústrias do biscoito, da louça, dos tecidos, do fabrico da pólvora e da construção naval. Estamos diante de um crescimento da actividade económica, que se baseia fundamentalmente no comércio marítimo e nos produtos que são movimentados por esse tráfego, que arrastam decisivamente o conjunto das actividades internas, das agrícolas às manufacturas[285].

Com a dinamização do mercado e a abertura de novas rotas comerciais, o que era motivado pelo crescimento da procura interna, apareciam boas oportunidades de negócio para os Paz, que viviam e comerciavam num espaço bastante prometedor do ponto de vista do aumento do consumo de bens e mercadorias [286]. Com efeito, sabe-se que nos períodos de prosperidade, que constituem simultaneamente fases de reorganização do processo produtivo, originando inovações que delas decorrem, são na mesma medida períodos da criação do novo poder de compra[287].

[284] Ao longo de todo o século XV. Mas este aumento foi lento. Veja-se A. de Sousa Silva Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no século XV*, Prefácio de José Matoso, Lisboa, Edições Rolim, 1984, p.21.
[285] Vide Aurélio de Oliveira, "O Tempo Económico no Tempo de Gil Vicente", *Revista de Guimarães,* n.º 112, Jan.-Dez. 2002, pp. 229-231.
[286] O espaço mais densamente povoado do Reino, que aumentava em termos demográfico como o resto da Europa.
[287] Joseph A. Schumpeter, "A Explicação do Ciclo de Negócios", *Op.* cit., p. 35.

Ao mais que previsível crescimento da procura interna, aliavam-se as potencialidades portuárias da região que servia todo Norte de Portugal, e a circulação fiduciária, favorecida pela rede viária que acompanhava a rica e diversificada bacia hidrográfica de Entre Douro e Minho[288].

Os portos do continente abasteciam-se de muitos mercados do interior de Castela e da Galiza. Um mundo de trocas, de circuitos, de paragens e passagens, cruzando-se com as rotas vindas do Atlântico que passavam pelas ilhas. Centros como Vila do Conde, Caminha, Viana do Castelo, Ponte de Lima, Barcelos, Guimarães, Chaves, Bragança, participavam neste comércio, enviando têxteis, farinhas, sal, artesanato e artigos agrícolas. Este circuito atlântico cresceu sem parar ao longo da primeira metade do século XVI, arrastando cabedais de mercadores, consolidando as trocas, sendo que muitos destes mercadores, cristãos-novos e cristãos-velhos, grandes, pequenos e médios no tratado, encarregavam-se da distribuição dos produtos.

A diversidade dos produtos transaccionados era assinalável: do açúcar madeirense ao pastel dos Açores, dos panos de Londres à fruta do Algarve, passando pelo forte investimento no sector agrícola[289]. Por isso damos conta de muitos homens de negócio, como os "de Negro", Luís Álvares e Pedro Álvares, a arrendarem o comércio da Madeira, e aparecem em Lisboa, Medina do Rio Seco, Valladolid, Sevilha, Génova, Florença, Antuérpia e Lião, distribuindo açúcar e outros produtos do Atlântico.

Aquela importante família de mercadores tem relações estreitas com os Paz, João e Diogo, e interesses comerciais no Entre Douro e Minho. A 21 de Fevereiro de 1511, por exemplo, Luís Vaz de Negro constitui como seu procurador Diogo de Paz, para que receba em seu nome 200.000 reis do almoxarifado de Ponte de Lima[290].

Os navios de armadores do Norte Atlântico, abastassem a ilha da Madeira de grão e carne, trazem cereais e açúcar na torna-viagem[291]. Muito ouro e prata detêm estas

---

[288] Sobre a circulação e distribuição de produtos e mercadorias Veja-se Isabel M. R. Mendes Drumond, "A Circulação e a Distribuição dos Produtos", Nova *História de Portugal*, Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, Coordenação de João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Presença, 1999, 195-197 e ss.

[289] Veja-se o que sobre este ponto escreve Aurélio de Oliveira, "A Madeira nas Linhas de Comércio do Atlântico, Séculos XV-XVII" *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura/Centro de Estudos do Atlântico, 1993, pp. 917-931, p. 927, Cfr. António dos Santos Pereira, *Op.* cit., Vol. I, p. 37.

[290] ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 81, n.º 157.

[291] Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, ed. cit., Vol. III, p. 235 e 243.

gentes de Entre Douro e Minho, que adquirem no Peru e noutras partes, por troca dos produtos que transportam e inserem nesses mercados, e que depois entesouram em taças e objectos de adorno, tal como nos descreve mestre António: "*Em esta Comarqua ha mais taças que em todo Portuguall ainda que hem Lxsboa bem podera aver mais prata que hem todo Hamtree(sic) Douro e Minho e que hem todo Portuguual porque deytando a todos os moradores a cada hum sua taça são sesemta mil taças, posto que muitos homens, cidades e villas e lavradores tem dez, vynte, trinta, corenta taças e cinquoenta e a cauza porque metem mais suas fazendas em taças que nas outras couzas he porque a terra he muito apertada, e não terem onde manter mais gados dos que tem nem aver erdades na terra em que empreg[u]em seus dinheiros, porque hos tres coartos da terra são eclesyasticos e do Rey, e dos fidalgos que se não podem vender.*"[292]

As alfândegas da comarca de Entre Douro e Minho andaram arrendadas no triénio de 1502-150 a Payo Rodrigues, Gonçalo Rocha, Diogo de Paz, mestre João, Fernão Gonçalves e Pêro Anes[293]. Todos estes homens tinham negócios e interesses nos portos do Noroeste e detinham cargos de importância na gestão da vida local. É muito possível, neste caso, que Pero Anes seja vereador em Vila do Conde, aparecendo nas actas das vereações, em situação de ausente, em 1509[294]. Em 1505 Payo Rodrigues pagou ao Almoxarife, em seu nome, de Diogo de Paz e de Mestre João, a sisa dos panos e mercadorias que se venderam nos anos de 1504-1505, como rendeiros que foram da Alfândega de Vila do Conde[295].

Mais uma vez, é mestre António, que andava muito bem informado, quem nos dá uma ideia dos lucros deste comércio alfandegário: *Esta Comarqua rende a El Rey noso Senhor de sizas e dizimas doze milhoens, e os reg[u]engos que a dito Senhor tem na dita Comarqua e o Duque, e o Marquez, e o Visconde, e todas os outros fidalgos da dita Comarqua, que tem reg[u]engo, e jurdiçoens rendem mais de vinte milhoens afora chancelarias, residos, terças(sic) de concelhos, e direitos reaes, rendiçoens de cativos, e petitórias; e rendem aos Marquez os dez reis de ceita da dita Comarqua quatrocentos e cincoenta reis, e que rendem os merquadores da dita Comarqua aa rendeiros dos portos de Trás os Montes bem hum conto,*

---

292 Provincia Dantre Douro he Minho copillada por mestre Hantonio fisiquo he solorgiam morador na na Villa de de Guymaraees he naturall dela, Miscellanea histórica de Portugal Séc. XVI, B.A, Cod. Ms 51-X-22, fl. 143.
293 Informação dada por João Cordeiro Pereira, *Para a História Das Alfândegas...* , pp. 88-89.
294 Amélia Polónia, Vol. II, Apêndices, Tese de Doutoramento em História Moderna, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1999, p. 86.
295 A.NTT., Núcleo Antigo, Liv.º 11, fl. 83 v.º, Vide também João Cordeiro Pereira, *ibidem*, p. 189.

porque se acha plos livros dos ditos portos meterem tres mil panos de Castella, que são novecentos mil reis; afora mercadorias, e a alfandega de Villa de Conde rende [a] Abadessa dozentos e cinquoenta mil reis, afora outras (sic) muitos direitos, e portagens que pertencem a El Rey noso Senhor, que poderaa todo esto render copia ao dito Senhor Rey, e aos fidalgos, [fl. 18] bem trinta milhões."[296]

O geógrafo de Guimarães estava por dentro das transacções e, paulatinamente, apontava, registava, assentava os números do comércio de que tinha conhecimento.

A 15 de Fevereiro de 1513, no Porto, Álvaro Pereira, recebedor dos Portos de Trás-os-Montes, recebe de Diogo de Paz seis mil reis de panos do ano de 1513[297]. No ano de 1519 a recolha da dízima e da sisa dos panos da alfândega de Caminha ficou a cargo de Diogo de Paz o-velho, que arrematara a sua renda[298]. As cartas de quitação do reinado de D. Manuel I revelam as actividades dos Paz em muitos dos portos marítimos e portos secos de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, testemunhando, igualmente, um aumento de ritmo do comércio em meados do século XVI [299]. Importância acrescida para a família Paz tinha precisamente o comércio de panos, aquele a que mestre António se referia, e que está particularmente activo na primeira metade do século XVI[300]. Às feiras de Braga, mas sobretudo de Guimarães e Lamego acorriam mercadores estrangeiros, em maior número castelhanos, procurando o linho, trocando panos e outros produtos[301].

Ser mercador no século XVI envolvia riscos previsíveis[302]. As dificuldades sentiam-se na insegurança das rotas, no fluxo de transportes e mercadoria; na

---

[296] Mestre António, *Op*. cit., fl. 141.
[297] *Ibidem*, *Núcleo Antigo*, n.º 519, fl. 57.
[298] *Ibidem*, *Núcleo Antigo* n.º 525.
[299] Veja-se a documentação em anexo, em que se faz referência a essas cartas de quitação, com a publicação de alguns exemplares.
[300] Veja-se as considerações sobre este comércio, em Manuel António Fernandes Moreira, *Alfândega de Viana e o Comércio de Importação de Panos no século XVI*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1992, p. 55. Este autor regista nas suas listagens de mercadores, unicamente dois Paz(Diogo e Francisco) o que é manifestamente pouco, pois é durante este período que a família está mais activa. Esta escassez de dados na obra, poderá ter ficado a dever-se à restrita massa documental que o investigador consultou – o Núcleo Antigo, e documentação da câmara de Viana do Castelo fugiu-lhe à consulta, acervos tão importantes como o Corpo Cronológico, Chancelarias, Arquivo Distrital do Porto. O autor também refere, de forma discutível, que o número de cristãos-novos que viviam nos portos do Noroeste era reduzido, actuando em número baixo nas alfândegas. O autor não se baseia em nenhum estudo, nem em dados estatísticos, para escorar tais linhas de análise. Sobre os cristãos-novos, Veja-se na obra citada pp. 132-146.
[301] João Carlos *Garci*a, "Os Têxteis em Portugal dos séculos XV e XVI", *Finisterra*, Lisboa, XXI, 42, 1986, pp. 327-344.
[302] Lucien Febvre elucida-nos, de forma brilhante, sobre os riscos desta "profissão" no século XVI. Vide Lucien Febvre " Le Marchand Du XVIe Siècle", *Pour une Histoire à part entière,* Paris, SEVPEN, 1962, pp. 428-453.

contingência, própria, da navegação. Importa referir, também, que os meios disponíveis na época para preservar alimentos e outras matérias, eram bastante débeis. Quem se dedicava à especulação financeira, e se tornava prestamista, também corria riscos óbvios, caso não lhe solvessem atempadamente as dívidas. Entre muitos cristãos-novos, o risco no comércio era aceite como um desafio, e caso perdessem os seus cabedais e poupanças, rapidamente refaziam os investimentos.

A família Paz surge-nos como um bom exemplo desta persistência nos negócios, mesmo correndo risco de perdas de capitais os investimentos surgem, avançam, em muitos dos sectores da actividade produtiva. Diogo de Paz «o velho» é tido como um mercador próspero que intervém activamente na economia urbana, e um dos homens ricos da cidade do Porto que dispõe explorações no espaço rural[303].

Duarte de Paz, negociador de panos e tecidos, investe parte do seu dinheiro no equipamento de naus que amiúde demandam a Flandres, carregando as apetecidas especiarias e produtos da costa ocidental africana. Afonso Francês, conhecido corsário, que se pôs ao serviço de Francisco I de França, um especialista da carreira da Flandres, que faz resgates na Costa do Ouro e da Malagueta, prestava-lhe serviço como mestre de uma nau sua[304].

Francisco de Paz[305], à semelhança do seu primo Duarte, também se faz armador e importador de panos. A dez de Maio de 1532[306], consta um registo do seu navio e da sua mercadoria e o respectivo pagamento do imposto de importação na Alfândega de Caminha. Nesse dia dizimou Francisco de Paz dez mantas lisas de Valença aforadas cada uma em mil reis, nove cargas de pedra, erva-doce.

Na Alfândega de Vila do Conde, nos livros da receita de 1504 e 1505, registam-se vários indivíduos com o nome de Paz: Gomes Paz, cidadão do Porto, um dos grandes importadores da região; João Paz – que bem pode ser mestre João – que importou 400 reis em mercadorias; e João Afonso Paz[307].

---

[303] António dos Santos Pereira, *Op.* cit., refere Diogo de Paz como um desses homens, mas ficamos sem saber em que informação se abona.
[304] Perdoou D. João III uma demanda que Duarte de Paz pusera a correr contra o corsário antes de ir para Roma. ANTT, Cartas Missivas, maço 3, doc. 10; e Ana Maria Pereira Ferreira, *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Cascais, Redondo, 1995, pp. 212-213.
[305] Não sabemos se o Francisco de Paz morador no Porto, filho de Diogo de Paz, ou se o seu primo de Braga.
[306] ANTT, *Núcleo Antigo* n.º 534, Livro da Sisa da Alfândega de Caminha e Viana do ano de 1532, fl. 19 v.º.
[307] João Cordeiro Pereira, *Para a História das Alfândegas*..., pp. 185, 186,189.

A 19 de Julho de 1519, Diogo de Paz, recebedor dos portos e alfândegas da Comarca do Porto, aufere de sua irmã, Maria de Paz, viúva de Pero Anes, umas peças "*d'Ollamdaa de preço de vinte dinheiros cento e três cemtos, corenta e oyto. E outra peça de doze dinheiros de corenta e sete centos e meio. E mais sejs vestimentos de pano pintado de llãa de Framça de pano e mais setecentos ferradujos com três mill e quatrocentos cravos de ferãnjo de Ruãa.*"[308]

O comércio com os vários portos do norte da Europa era intenso, como se pode deduzir pelas referências aos locais. Mestre António, referia que "*carreguam cada anno naaos e nauios para Framdes e pera a Hynglaterra* […][309]

António de Paz, rendeiro de rendas de instituições religiosas, como a da Igreja de Vila Martim[310], recebe o "ofício" de recebedor das sisas da cidade do Porto[311]. É igualmente negociante dos vinhos que entram na cidade e se vendem nos arrabaldes, que é um comércio em expansão à medida que nos vamos aproximando do século XVII[312].

Jerónimo Fernandes, marido de Justa de Paz, costumava ir duas a três vezes a Castela, por ano, com um almocreve. No auto que lhe abriram na Inquisição, confessa que " *alguas vezes tratava também em officio de marcador de comprar he vender e custumava hir no ano duas, tres vezes a Castela os quais camjnhos de Castela elle réu fazia asi do sábado como em os outros dias e no dito dia do sábado camjnhava he se alevamtava cedo e chamava seu almocreve pera caminharem como em outro qualquer dia da somana no qual dia do sábado elle réu comprava he vendia e fazia suas caregas asi em Castela como em outras partes he em sua casa como em outro qualquer dia de trabalho da somana sem hua defferença.*"[313]

Ceder empréstimos de dinheiro era uma forma de aumentar o rendimento familiar para muitos sefarditas, quer se tratasse do pequeno mercador ou de famílias de grandes banqueiros[314]. Há registos que evidenciam, numa época em que circulava maior quantidade de numerário, terem os Paz concedido crédito à alta nobreza

---

308 ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, maço 102, n.º 94.
309 Descrição de Entre Douro e Minho, fl. 137 v.º, Transcrito em anexo.
310 ANTT, *Inquisição de Coimbra* n.º 9169, processo de sua sogra, Branca Dias, fls 20-25.
311 AHDP, *Contadoria da Comarca do Porto,* Livro 21, fls. 149-149 v.º.
312 Vide António Cruz, *Algumas observações sobre a vida Económica e social da cidade do Porto nas vésperas de Alcácer Quibir*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1967, pp. 12-13.
313 ANTT, *Inquisição de Lisboa,* Processo de Jerónimo Fernandes, fl. 59.
314 Maria José Pimenta Ferro Tavares, op. cit, p. 274.

cortesã e a diversas instituições sociais. Mestre João nomeia mestre Tomás, seu cunhado, procurador em Santarém no ano de 1503, para cobrança de uma dívida do duque de Bragança[315]. O infante D.Duarte, duque de Guimarães, entrava no role de devedores, após ter recebido caros tecidos, e protelado indevidamente o seu pagamento[316]. Na cidade de Lamego, instituições religiosas e particulares vão contrair dividas a Jerónimo Fernandes. Menciona o marido de Justa de Paz no seu auto que "*Emtende provar que elle per outrosi lhe deverem alguas diujdas no convento de São Martinho de Mouros e no convento de Magneja e no convento de Gosendo, elle hia aos ditos conventos a demandar e demandava muitas pessoas que lhe deviam suas dividas. E isto nos dias dos sábados nos quais dias nos ditos conventos se fazem as demandas ordinárias podendo elle reu demanda-los diante os conventos desta cidade por serem de sua correição nos dias das segundas.*"[317]

Numa época em que aparecem novos gostos e novas sensibilidades, que têm implicações directas nos mercados e na economia, a família Paz mostra-se activa, ao investir em negócios lucrativos (tecidos, produtos da costa africana) ou disponibilizando créditos para empréstimo, que iam engrossar o movimento de capitais que se circulavam em torno dos novos produtos e das novas modas.

3.3. Família e Negócios no Norte Atlântico: uma rede de cristãos-novos em acção na primeira metade do século XVI

Sintoma evidente de que a cidade do Porto e o seu porto marítimo e Alfândega estavam ganhando ascendência sobre todo o espaço de Entre Douro e Minho, e de uma forma geral, sobre todo o Norte, é a medida aprovada por D.Manuel I de que só na cidade do Porto se pudessem carregar os panos que, da Comarca de Entre Douro e Minho, se remetessem para a ilha da Madeira. Promulgação logo contestada pelos moradores da vila de Caminha, que obtêm do soberano uma medida de excepção a 19 de Fevereiro de 1498[318].

---

[315] B.A. Montarroio Mascarenhas "Theatro Genealogico" 1741, códice 47-XIII-18.
[316] André de Resende, op. cit., p. 110
[317] ANTT, *Inquisição de Lisboa,* Processo de Jerónimo Fernandes, fl. 58 V.º
[318] *Descobrimentos Portugueses.* Documentos para a sua História publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques, Vol. III (1461-1500), Reprodução Fac-similada, Lisboa, INIC, 1988, Documento 318, 19 de

Nos anos seguintes o Porto continuará a afirmar-se como o grande pólo de atracção de uma vasta região, não escapando ao seu poder de influência todo o Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes.

A Alfândega é um dos organismos de regulação da actividade económico-comercial e financeira do Porto, erguendo-se como uma das instituições mais simbólicas e emblemáticas da cidade, de uma cidade virada para o comércio e para o Atlântico[319]. Um dos espaços dos mercadores estava localizado na Alfândega portuária, para onde convergiam rendeiros, comerciantes e pessoal que com eles se ligavam. Na Alfândega descarregavam-se produtos da Flandres, da Biscaia, do Brasil, das Índias de Castela. É sem duvida um dos locais eleitos pelos homens do trato para se encontrarem e cuidarem dos seus negócios; é um espaço de troca e de negociação, de transacções e acertos comerciais[320].

O intenso movimento de mercadorias na cidade estava a gerar fundos avultados no despacho de produtos. A grande actividade da Alfândega traduz, por conseguinte, o volume de comércio crescente e a ampliação das relações internacionais que passam pela principal cidade nortenha. Miguel Gomes Bravo, Duarte Manrique, Diogo de Paz, Dinis Eanes, Miguel Fernandes Pina, todos cristãos-novos, têm um vastíssimo campo de actuação no comércio e no trato, que explica o seu poder e as suas relações sociais. Os que arrendam as alfândegas desta região, como é o caso de família Paz, investem fundos nas Ilhas, implementam o cultivo da cana açucareira, do pastel, da produção de vinho, e mais tarde aparecem no Brasil a investir nos engenhos, em África a traficar escravos, na França, Inglaterra e Flandres a negociar panos e a transportar produtos, como armadores. A sua ascensão social, e o aumento do seu poder económico, caminham a par do surto urbano e da importância crescente da praça do Porto[321].

Fevereiro de 1498, pp. 482-483.

[319] Na primeira metade do século XVII Pedro Teixeira escreverá que "*El puerto desta çiudad es toda la anchadura del rio. Bien seguro para quaisquer nauíos, que ancoran en él en doze y treze braças frontero de la çiudad.*" Pedro Teixeira, "La «Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos"(1634), fl. 47 v.º, in *El Atlas del Rey Planeta*, edição de Felipe Pereda y Fernando Marías, San Sebastián, Editorial Nerea, 2003, p. 336

[320] Amândio Morais Barros, *Porto: a Construção de um Espaço Marítimo nos Alvores dos Tempos Modernos*, Tese de Doutoramento em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 110-111. O cais, primeiro ponto de chegada das mercadorias e o arco de S. Domingos, eram outros pontos de encontro destes homens de negócio. Vide loc. cit.

[321] Vide Amândio Jorge Morais Barros, *Op.* cit , Vol. I, pp. 104-107.

Nas alfândegas[322] predominava a burocracia . Compunham a sua estrutura administrativa vários funcionários: o juiz da alfândega, o almoxarife, o feitor, o escrivão.

Portugal, dispondo de uma ampla costa e de vários portos de mar com boas condições para o comércio, tornara-se largamente tributário das relações económicas com o exterior, mas não possuía uma estrutura alfandegária uniformizada. Todavia, apesar de escorada numa pesada máquina burocrática, a Coroa não descurava os mecanismos necessários para estancar a fuga dos seus direitos, das taxas e dos impostos sobre os produtos (sisa e dízima) que retirava das transacções no acto do *despacho*[323]. Em causa estava a boa gestão da Fazenda régia[324], não sendo de admirar essa vigilância mais cuidada, pois as despesas tendiam a aumentar de forma exorbitante com o crescimento do Estado e da sua máquina burocrática. Em resultado deste aumento das funções do Estado, o monarca deveria suportar os encargos financeiros exigidos pela sua política, figurando em lugar de destaque as despesas com um exército e a uma marinha[325].

D. Manuel I (1495-1521) implementa uma série de reformas administrativas, procurando uniformizar os pesos e as medidas; D.João III (1521-1557) vai apertar a fiscalização nas alfândegas.

Mas as medidas mais relevantes foram as reformas manuelinas no início da segunda década do século XVI. Em 1516 D. Manuel promulga um novo Regimento da Fazenda. As reformas que o documento impunha representam a primeira tentativa séria para prover a administração da Fazenda Real com uma contabilidade

---

[322] Sobre as alfândegas v. F. Salles Lencastre, *Estudo sobre as Portagens e as Alfandegas de Portugal (séculos XII a XVI)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, pp. 177- 214; e João Cordeiro Ferreira, "Organização e Administração Alfandegárias de Portugal no século XVI (1521-1557), *Portugal na Era de Quinhentos,* Cascais, Patrimónia Historica, 2003, pp. 1-117.

[323] Os produtos do Oriente pagam direitos na Casa da Índia. As mercadorias da Europa, segundo J. Lúcio de Azevedo, pagavam os direitos nas alfândegas da raia e marítimas ou nas repartições denominadas almoxarifados. A taxa era de 20%, somando a dízima e a sisa, havendo abatimento em certos artigos (madeiras, tinturaria etc.). Veja-se J. Lúcio de Azevedo, "Organização Económica – Cap. I : "Portugal potência mercantil", *História de Portugal*, direcção de Damião Peres, Vol. III – Segunda Época (1411-1557), Barcelos, Portugalense Editora Ltª, 1931, pp. 625-664, p.640.

[324] O vedor da Fazenda estava intimamente ligado a todo a gestão e nomeação dos agentes. Vide Maria Leonor Garcia Cruz, *A Governação de D. João III: A Fazenda Real e os Seus Vedores*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003, p. 117.

[325] O elucidativo texto de Joseph Schumpeter "La crise de l´état fiscal", in *Impérialisme et Classes Sociales*, présentation de Jean-Claude Passeron, Paris, Les Édtions de Minuit, 1972, pp. 239-282, dá-nos vias e meios para pensarmos a questão do aparecimento e generalização da fiscalidade do Estado.

uniforme e organizada ao serviço de um Estado Moderno[326]. O processo de formação das finanças do Estado tem aqui um dos seus pilares. O Regimento de 1516, não escondendo a vontade centralizadora da Coroa, iria orientar a contabilidade pública por mais de um século[327].

Nome	**Cargo**	**Local**
Mestre João de Paz	Almoxarife /rendeiro	Entre Douro e Minho
Rui Mendes	Contador	Guimarães, Vila Real, Moncorvo, Bragança
Diogo de Paz «o velho»	Recebedor /Feitor/Rendeiro	Portos da Comarca do Porto/Alfândega do Porto
Francisco de Paz	Escrivão da Fazenda do Porto	Portos da Beira/Alândega do Porto
Duarte de Paz	Requeredor/Feitor	Comarca da Beira/Alfândega do Porto
Diogo de Paz «o moço»	Recebedor/Feitor	Portos da Comarca do Porto/Alfândega do Porto
Heitor Mendes	Meirinho	Lamego/Entre Douro e Minho
Francisco Mendes	Juiz de Fora	Viana do Castelo/Lamego/Viseu
Cristóvão Mendes de Carvalho	Corregedor/Desembargador do Paço	Beiras
Henrique Mendes da Cunha	Contador	Entre Douro e Minho
Pero Anes	Recebedor	Alfândega de Vila do Conde

A família forma uma rede de ofícios e cargos dentro da Fazenda, dominando por inteiro todo o Norte de Portugal. Repare-se nos seus cargos, no quadro, e que justificam esta asserção. Os Paz misturam-se na rede de funcionários que assegurava o controlo das alfândegas, e que zelava para que o monarca não fosse lesado nos recebimentos dos seus direitos[328]. De facto, as Alfândegas controlam o comércio com o exterior, e por isso são colocadas próximo das fronteiras para recolher direitos de "toda ordem", que por vezes vão obstruir a circulação comercial[329]. Actuando na gestão alfandegária, os Paz agiam umas vezes ao serviço da Coroa, outras vezes por

[326] Armindo Monteiro, *Do Orçamento Português. Tomo Primeiro – Teoria Geral-História-Preparação*, Lisboa, edição do Autor, 1921, p. 246.
[327] Veja-se o que a este respeito escreve A.A. Marques de Almeida, "A estrutura financeira do Estado Português…", pp. 496-502. Cfr. Virgínia Rau, *A Casa dos Contos*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1951, pp. 61-63.
[328] Isabel M. R. Mendes Drumont Braga, *Um Espaço, Duas Monarquias (Interrelações na Península Ibérica no Tempo de Carlos V)*, p.283
[329] H. Lapeyre, *Une Famille de Marchands: les Ruiz*, Paris, SEVPEN, 1955, p. 374.

conta própria. Almoxarifados, Alfândegas, recebedorias, Contos, eram locais com importância para a cobrança de impostos; locais de forte actividade mercantil, de contabilidade, numa época propícia ao comércio.

Instituições alfandegárias bem estruturadas, e tarifas aduaneiras adequadas, necessárias à cobrança do imposto de rendimento e à afirmação do Estado, em territórios grandes ou pequenos, que não seriam grandemente afectadas pelo contrabando, é uma ideia que sempre contou com adeptos[330].

Contabilizando os valores arrecadados nas três comarcas onde intervinham elementos da família de mestre João, Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Beira, que por sinal tinham os seus almoxarifados e portos secos arrendados[331], rapidamente se infere que esta família de cristãos-novos se movimentava num amplo espaço que produzia cerca de 40% das receitas[332] obtidas entre a totalidade dos almoxarifados nacionais. Um verba que rondava os 4.952.022 reais[333].

No total das receitas das alfândegas, essas três comarcas ocupavam, respectivamente, os lugares imediatos a Lisboa, o maior centro portuário do Reino. Cerca de 72% do comércio fazia-se por via marítima, fundamentalmente através dos portos de Lisboa, Porto e de Entre Douro e Minho. Por seu lado, os portos secos movimentavam 28% do total do comércio, sobressaindo desde logo os portos da Beira e de Trás-os-Montes[334]. Controlaria esta família de cristãos-novos todas essas verbas e a totalidade dos entrepostos citados? Não temos dados que nos permitam defender tal asserção, porém, através de uma análise da posição que os seus membros detinham, não será descabido pensar que estavam bem posicionados para o fazer. Se tivéssemos que ligar geometricamente os lugares tomados pelos Paz no Norte do país uniríamos muitos dos almoxarifados e portos secos das comarcas de Beira, Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes[335].

---

[330] Vide o que este respeito escreve o economista Friedrich List, *Sistema Nacional da Economia Política*, tradução de Eduardo de Sousa Ferreira e Karin Paul Ferreira, Prefácio de Eduardo Sousa Ferreira, Lisboa, F.C.G., 2006, p.517-529.

[331] João Cordeiro Pereira, "A Receita Do Estado Português No Ano De 1526. Um Orçamento Desconhecido", *Estudos De História de Portugal.* Vol. II – Séculos XVI –XX. Homenagem a A. H. Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Estampa, 1983, p. 25.

[332] Vide Gráfico VI.

[333] Vide Quadro X.

[334] Todos estes dados estão contidos no estudo de João Cordeiro Pereira, " A Receita..." pp. 30-31.

[335] Vide mapa que traçamos com base nos postos que ocupavam.

Realidade transcendente aos seus elementos, a família surge como uma organização de confiança por oposição ao mercado e à troca, onde não há lugar para a dádiva. As relações familiares tendem, desta forma, a funcionar como construção e avaliação de toda e qualquer relação social, capaz de sofrer os impactos do exterior e amortecê-los, proporcionando assim as condições ideais para a acumulação de riqueza e para a reprodução de privilégios económicos, culturais e simbólicos[336].

Os Paz não diferiram de outras famílias do seu tempo, e ainda mais daquelas que se haviam convertido ao cristianismo, no tocante aos factores económicos e sociais. A família agia como sujeito colectivo, e não como um simples agregado de indivíduos[337]. Tenhamos presente, ainda, que o conceito de família que então vigorava é substancialmente diferente daquele que hoje impera, fazendo parte da «família» indivíduos sem quaisquer laços de sangue ou parentesco com o núcleo familiar, mas que com ele viviam e conviviam, partilhando recursos e identidade .

Muito embora residissem no Entre Douro e Minho, estes cristãos-novos expandiram a sua acção para o interior de Trás-os-Montes, associando duas importantes regiões administrativas que não tinham delimitações precisas. No interior deste espaço, que abarcava por inteiro toda a parte superior de Portugal mestre João e a sua família desempenhavam várias funções ligadas à gestão, arrecadação de dinheiro, e à especulação económica e financeira. Eram Oficiais da Fazenda: Recebedores, Almoxarifes, Requeredores, Feitores, não descurando, quando havia possibilidade para o efeito, o arrendamento desses postos comerciais. Esse foi, sem qualquer margem para dúvida, o grande negócio familiar. O poder de influência, o prestígio, a capacidade financeira da família veio por esta via. Faziam os pregões das rendas dos direitos da Coroa, e simultaneamente arrematavam-nas. Mestre João despachava, como almoxarife, com o seu cunhado Rui Mendes, Contador de Entre Douro e Minho; Francisco de Paz, filho de Diogo de Paz, escriturava os Contos no Porto, onde o pai era recebedor das rendas; outro cunhado de mestre João, mestre Tomás, encontrava-se no número do Porto; o cunhado de ambos, Diogo e João, Pero Anes, encontrava-se como recebedor numa das Alfândegas com maior movimento e transacções comerciais, Vila do Conde. Ao mais

[336] Cfr. Pierre Bourdieu, *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção.* Lisboa, Celta Editora, 1997, pp. 94-97.
[337] Idem, *ibidem*, p. 98.

alto nível do Estado encontravam-se os sobrinhos do astrólogo, no Desembargo e na Justiça régia, Cristóvão Mendes de Carvalho, Francisco Mendes, Heitor Mendes.

A Família era o núcleo essencial da Casa de negócios: a família extensa, integrada por vários núcleos familiares, unidos por vínculos de parentesco, consanguíneos ou fictícios, que actuavam de forma conjunta seguindo uma estratégia definida por interesses comuns, compartilhados, sob a direcção de um chefe familiar[338]. Com a dispersão geográfica dos negócios a rede de agentes dispersava-se pelos principais centros económicos, actuando sob uma direcção, que actuava como centro coordenador da rede de agentes. A versatilidade e a distribuição de tarefas permitiam o êxito no mundo duro, exigente e competitivo dos negócios.

Diogo de Paz destaca-se como Recebedor do almoxarifado do Porto, entre finais do século XV e as duas primeiras décadas da centúria seguinte[339]. A sua acção só encontra correspondência no *entrepeneur* de Joseph Schumpeter: espírito audaz, indivíduo inventivo, criador de inovação, que quebra as fronteiras da rotina e dinamiza com sucesso os seus empreendimentos financeiros[340]. Caminha, Aveiro, Vila do Conde, e sobretudo o Porto, perfilam-se nos negócios deste sefardita. Chega a entregar à Fazenda, no acto de prestação de contas, seis, sete, dez milhões de reais[341]. A 6 de Agosto de 1521, firma um contrato com a Fazenda, cujo Vedor era o Barão de Alvito, para arrecadar a sisa dos panos da Comarca de Entre Douro e Minho, Aveiro, Coimbra, juntamente com os direitos, que devia embolsar, das alfândegas de Buarcos, Vila do Conde, Viana do Castelo e Caminha[342]. Era muito o dinheiro a passar pelas mãos deste Paz. E o poder confiava-lhe essa tarefa, sem contestar a sua competência.

---

[338] Veja-se uma descrição, muito explícita, de como actuavam estas redes, por Bernardo López Belinchón, "Família, Negócios y Sefardismo", Familia, Religión y Negócio. El safardismo en las relaciones entre el mundo ibérico y los Paises Bajos en la Edad Moderna, Ed. Jaime Contreras, García García, J. Bernardo, Ignacio Pulido, [s.l], Fundación Carlos de Amberes/Ministerio de Asuntos Exteriores, [2002] , pp. 343-363, sobretudo pp. 351 a 355.

[339] Anselmo Braacamp Freire (ed.), "Cartas de Quitação Del Rei D. Mauel", *Archivo Historico Portuguez,* Vol. I, N.º 11, Novembro de 1903, pp. 406-407 – carta 153, 154; Vol. II, 1904, pp. 158-159 carta 199, p. 407 carta 658; vol. IX, 1911, p. 434 carta 68, p. 448 carta 708, p. 463 carta 742.

[340] Veja-se Joseph A. Schumpeter, Théorie de l'évolution *économique,* ed. cit., pp. 112. E do mesmo autor , « *A* Explicação do Ciclo de Negócios", *Ensaios. Empresários, inovação, ciclos de negócio e evolução do capitalismo,* Lisboa, Celta Editora, 1996, pp. 16-66

[341] Vide Gráfico I e III.

[342] ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 97, n.º 81.

A actividade do seu irmão João estendia-se mais para ao interior. O astrólogo é, no princípio do século XVI, almoxarife[343] de Guimarães, de Torre de Moncorvo e de Vila Real[344], entrepostos de avultadas trocas comerciais com Castela, por via terrestre. Os almoxarifados eram centros de recebimento de rendas e taxas. A sua fundação remontava ao domínio árabe[345]. Para aí se canalizavam os direitos de portagem da circulação de mercadorias, do dízimo e os direitos do rei.

Daqui se importavam tecidos, panos e finas sedas – mestre António refere que os ditos portos metiam "*tres mil panos de castela que são noue cemtos mil reais* [...]."[346] , e exportavam-se metais, dinheiro e gado[347].

Não eram incompatíveis as funções que mestre João exercia como cosmógrafo, físico e cirurgião, com as de administrador e arrendador das alfândegas. De uma maneira geral, os judeus peninsulares, e depois os cristãos-novos, não se ocupavam duma só actividade económica, sendo muito natural, e frequente, combinarem, por exemplo, o exercício da medicina com o comércio[348].

Os filhos e os sobrinhos dos irmãos Paz seguem os seus ofícios, trabalhando, logo que atingem a idade adulta, em prol da rede de negócios familiar. António de Paz, filho de Diogo de Paz, é nomeado Recebedor das sisas dos panos de Entre Douro e Minho a 27 de Fevereiro de 1526[349]; Francisco, o irmão mais velho de António, é escrivão da Fazenda do Porto[350]. Duarte de Paz[351] estende a influência da família mais para sul - D. João III concede-lhe, a 8 de Junho de 1525, carta de Requeredor[352] dos portos secos da comarca da Beira, centro de um rendoso comércio com a Castela.

---

[343] Oficial responsável pela gerência financeira da alfândega.
[344] Vide Anselmo Braacamp Freire, "Cartas de Quitação", *Archivo Historico Portuguez,* Vol. I , n.º 11, p. 159 carta 199,; vol. III, 1905, pp. 238-269, cartas 329-3330.
[345] Vide Ramón Carand, *Carlos V y sus Banqueros,* Barcelona, Editorial Crítica, 2000, p. 261.
[346] Luciano Ribeiro (ed.), "Uma Descrição De Entre Douro E Minho...", p.452.
[347] Vide Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os Judeus Em Portugal no Século XV*, Vol. I, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982, pp. 290-291.
[348] Idem, Ibidem, p. 274.
[349] A.NTT., *Chancelaria de D. João III*, Liv.º 36 fl. 53.
[350] ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv.º 36 fl. 78.
[351] Sobre Duarte de Paz veja-se o nosso estudo " Duarte de Paz, um líder da Comunidade Sefardita em meados do século XVI. Novos dados biográficos."
[352] Idem, Ibidem, Liv.º 8 fl. 63 v.º. Competia aos Requeredores, através de uma vigilância apertada das mercadorias despachadas, zelarem pelos interessas da Coroa nas alfândegas. Sobre os ofícios existentes nas alfândegas v. *Systema ou Collecção dos Regimentos Reaes, dado a Luz por Joze Roberto Monteiro de Campos Coelho e Soisa,*, Lisboa, Officina de Francisco Borges de Soisa, 1783, capítulo CL.

Duarte de Paz será ainda nomeado, quatro anos mais tarde, feitor da sisa dos panos da alfândega do Porto[353]; cargo que passará a seu irmão Diogo em vésperas de ir para Roma. Nas contas que são prestadas à Fazenda em 1534, Duarte de Paz é referido como "*recebedor que foy da mea dizima e sysa dos direitos das sedas que vieram de Castella* [...]."[354].

A família vai rapidamente disseminar-se por todo o país. Para Lisboa viera João de Paz, um dos filhos de Diogo de Paz. João era feitor da nau "Espírito Santo", e a Casa da Moeda de Lisboa confiou-lhe, em 1521, 184 marcos, 6 onças, 3 oitavas e 26 grãos de ouro fino[355]. Um dos seus irmãos, Fernão Lopes, vivia, igualmente, na capital. Integrava o Conselho académico do Estudo Geral de Lisboa no ano de 1532, e regia a cadeira de Cânones[356]. Em Tavira residia Francisco Rodrigues, filho de Genebra de Paz. Um seu primo homónimo, Francisco, filho de Henrique de Paz, morava em Braga com o seu filho Jorge, escudeiro Real[357], enquanto Fernão de Paz, um dos filhos mais novos de mestre João, é moço da câmara da rainha D. Catarina, mulher de D.João III, e um dos servidores do príncipe D. Duarte[358].

Lamego, Vila Flor, Elvas, Barcelos, Vila Viçosa, são outros tantos destinos da família. A rede de contactos e influências não se ficava pela Arcebispado de Braga. Estendia-se ao "número" do Porto, através de mestre Tomás, físico, cunhado de mestre João[359]; à Corte, com mestre João, Fernão de Paz, Duarte de Paz, mestre Filipe e mestre Tomás; à Câmara do Porto (Diogo de Paz «O Moço»); à Misericórdia (o mesmo Diogo de Paz); à Fazenda[360]; à Contadoria de Entre Douro e Minho - várias mulheres da família casam-se com filhos de contadores dessa Comarca; à Corte do

[353] Duarte é nomeado feitor da alfândega do Porto em 1529, pouco antes de ir para Roma. Diogo recebe essa mesma Carta (de feitor) em 1532. Idem, *Chancelaria de D. João III*, Liv.º 16 fl. 97 e Liv.º 48 fl. 47.
[354] Idem, Ibidem, Liv.º.52, fl. 130.
[355] Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos E A Economia Mundial*, Reimpressão, Vol. I, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 243.
[356] *Actarium Chartularii Universitatis Portugalensis*, organização de A. Moreira de Sá, Vol. III, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, doc. MCXIX, 10 de Junho de 1532; MCXX, 19 de Junho de 1532; MCDLX, 27-28 de Março de 1537.
[357] ANTT, *Chancelaria de D. João III*, Liv.º 18 fl. 2 v.
[358] Filho de D. Manuel e futuro duque de Guimarães, casado com uma filha do duque D. Jaime de Bragança. Duarte de Resende conta as peripécias de Fernão de Paz na Corte de D. Duarte. V. André de Resende, "Vida Do Infante Dom Duarte Pelo Mestre André de Resende", com prólogo do Abade José Correia da Serra, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1789, *André de Resende- Obras Completa*, prefácio do Professor José Pereira Tavares, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1963, capitulo 8.
[359] ANTT., *Chancelaria de D. Manuel I, Liv.º 30, fl. 44 º,* Carta de procurador do número do Porto, atribuída a mestre Tomás a 6 de Maio de 1497.
[360] Idem, *Chancelaria de D. Manuel I Liv.º 36 fl. 78.*

duque de Bragança, primeiro com mestre João e depois com seu filho Tomás; à Universidade, onde leccionam Fernão Lopes de Paz, mestre Filipe e mestre Tomás; às várias alfândegas, que uniam vários pontos do país. Como funcionava esta ampla rede? Qual o seu verdadeiro poder?

Temos prova que, pelo menos, funcionava de forma expedita. Mestre Filipe, um dos astrólogos que D. Manuel nomeia para reformar os estudos de Matemática na Universidade de Lisboa, e leccionar uma cadeira de Astronomia em 1513, juntamente com mestre Tomás Torres[361], que muito possivelmente é o cunhado de mestre João – na coincidência, e no facto de João de Paz, anteriormente, ter estado ligado aos meios náuticos, estudando regimentos e estrelas -, é recebedor da sisa do Paço da Madeira em Lisboa, trabalhava nas alfândegas e era mestre em Medicina. A 14 de Julho de 1523, já na posse da sua cátedra, mestre Filipe passa uma procuração, na vila de Tomar, a Diogo e Francisco de Paz, pai e filho, para receberem na alfândega de Vila do Conde a quantia de 100 mil reais despachados a favor de Álvaro de Castro, pai e herdeiro de Nuno de Castroto, falecido na Índia[362].

O mesmo tipo de ligação e associação se sucederá com Luís e Gabriel de Negro, rendeiros das ilhas, que celebram frequentemente contratos com a Coroa para arrendar a cobrança de impostos ou monopolizar a venda de produtos, especialmente o açúcar. Um contrato chegou até nós, em que é referido a venda de 1000 arrobas de açúcar da ilha da Madeira[363].

Mas a rede montada pelos Paz chegava aos mais altos escalões da Fazenda. Repara-se que Diogo de Paz o-moço é o representante e procurador, na cidade do Porto, do Conde Vimioso, Vedor da Fazenda. A 26 de Outubro de 1538 é encarregue de arrecadar as rendas e dívidas que o Conde e seus filhos, D. João e D. Manuel, tinham a haver[364]. Os primos de Diogo de Paz o-moço, todos com ofícios e funções na Justiça régia (Heitor Mendes, Cristovão Mendes de Carvalho, Francisco Mendes), deram, muito possivelmente, um precioso contributo à rede familiar, tendo em conta

[361] Vide Luís de Albuquerque, " O Primeiro Livro de Aritmética Impresso Em Portugal", *Para a História da Ciência Em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973, pp. 98-.120.
[362] *Chartelarium*...Vol. XII (1521-1537), Lisboa, ed. cit., 1995, doc. 5224, de 14 de Julho, 1523, p.313.
[363] ANTTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 117, n.º 16.
[364] *Arquivo Distrital do Porto*, *Convento de S. Bento da Vitória*, Doc. 12.

que eram frequentes as demandas entre os oficiais da Fazenda e o povo, e entre os próprios Almoxarifes, Recebedores, rendeiros e outros oficiais[365].

É extraordinário a forma como esta rede de negócios e ofícios se estrutura no espaço. De Caminha a Viana, de Guimarães a Bragança, de Moncorvo a Lamego, da Guarda a Coimbra, da Covilhã a Elvas; cruzam-se rotas, caminhos, produtos, mercadorias, homens, servidores, mulas e almocreves, navios ligando portos, importando e exportando produtos. Um dos importantes indicadores da riqueza desta família de cristãos-novos, é a própria forma como se associam e partilham "projectos" financeiros, criando riqueza que os conduzirá ao sucesso. Faziam "coisas" diferentes, estavam dispostos a assumir riscos, a investir capitais, a apostar na novidade.

4. Apropriação e representação do espaço: o desígnio de uma rede familiar

Duas das corografias mais citadas, conhecidas e inovadoras do século XVI, a "Descrição de Entre Douro e Minho", de mestre António de Guimarães, escrita em 1512 e a "Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas" (1531-1532), da autoria de Rui Fernandes, estão associadas à família Paz. Perante os dados que dispomos, podemos asseverar que os dois textos nascem relacionados com a actividade económica, social, política e cultural destes cristãos-novos. Um dos autores, Rui Fernandes foi mesmo identificado como membro da família, cunhado de Justa de Paz, neta de Rui Mendes e sobrinha-neta de mestre João de Paz[366]. Mestre António, respeitado físico vimaranense residiu inicialmente no mesmo espaço dos Paz, na Vila de Guimarães, em Santa Maria da Oliveira.

A vida social assenta em técnicas, práticas e conhecimentos geográficos. A família Paz compreendeu isso desde logo. Para explorar o meio, para tirar rendimentos e proventos do comércio, das rendas, da venda de produtos, era necessário um conhecimento efectivo dos lugares e do espaço, de Entre Douro e Minho e de todo o

---

[365] Maria Leonor Garcia da Cruz, *Op.* cit., p. 64.
[366] ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Processo n.º 3225 de Justa de Paz.

Norte. Os textos de mestre António e de Rui Fernandes preenchiam essas necessidades

O «Tratado sobre a província d'antre douro y minho y suas avondanças, copilado por mestre António Fisico e Çelorgiam morador na vila de Guimarães e natural della», foi um dos textos de geografia manuscritos com maior aceitação entre os séculos XVI e XVIII. É surpreendente para época a forma como mestre António quantifica dados de natureza demográfica, económica e financeira, ou descreve minuciosamente a geografia religiosa e militar de Entre Douro e Minho no princípio do século XVI. Que o pequeno texto brotasse directamente do conhecimento que um dos grupos familiares mais prósperos da Região (os Paz) tinha da realidade económica, social e financeira desse espaço, é um facto, pertinente, que deve ser tomado em consideração

Actualmente, conhecem-se cinco cópias do manuscrito[367], permanecendo quatro inéditas. Luciano Ribeiro publicou uma das cópias em 1959. Escrita em letra do século XVI, faz parte do códice MVII3 (fols. 282 a 289) do Arquivo da Casa da Fronteira, inserido actualmente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Em Lisboa, Coimbra e Porto permanecem os outros quatro textos aparentando serem cópias do século XVIII.

Na Biblioteca Nacional existe um códice com a cota «Ms 245». Tem por título na lombada: "Sumario dos Reys". É encadernado em pergaminho, contendo 86 fols. Nele estão contidas duas obras. A primeira da autoria de Ferreira de Vera Álvaro, "Chronica e Geneologia dos Reis de Portugal (Desde o Conde D. Henrique até D.Pedro I) vai do fl. 1 ao 79 v.º. No fim (fls. 80 a 86 v.º) encontra-se incluída a cópia do século XVIII da "Provincia dantre Douro e Minho «copilada por mestre Antonio fisico e sorgiam morador na villa de Guimarães e natural della».

O texto de Coimbra, desde muito cedo noticiado por A. Rocha Brito, faz parte de um manuscrito, de que ocupa as páginas 9 a 44, escrito em letra do século XVIII.[368]

[367] Joaquim Veríssimo Serrão cita mais uma na Biblioteca Pública de Évora, a qual não localizamos. Joaquim Veríssimo Serrão " Dois Antiquários de Entre Douro e Minho..." p. 11.

[368] Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, *Obras Várias*, cota 52. Vide também : A. Rocha Brito O *Tratado sobre a provincia d'antre douro e Minho e suas Avondanças, copilado por mestre Antonio Fisiquo e Çolorgiam morador na vila de Guimarães e natural della*, Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade, Vol. XII, Coimbra 1935.

No Porto encontra-se o manuscrito mais completo[369]. Aparentando ter o tipo de caracteres em uso entre os fins do século XVII e princípios do século XVIII[370], compõe-se de um conjunto de quatro tratados com o título de "História Geografica". O manuscrito pertence ao Fundo Azevedo, dos Reservados da Biblioteca Pública Municipal e tem a cota F.A 16. Já dentro do códice aparece-nos um subtítulo: *Historia Geografica de varias partes do mundo e huma breve noticia de algumas couzas mais raras delles tudo por Mestre Antonyo Fisyquo, e Colorgião natural e morador de Guimaraens em 1512.*

Pensamos tratar-se de uma compilação de textos, todos do mesmo autor. O mais conhecido é o primeiro, o "Tratado de Entre Douro e Minho", seguindo-se pequenos "tratados", na sua maior parte próximos das temáticas dos herbários, fabulários, bestiários.[371] Escritos muito difundidos durante a Idade Média e no princípio da Idade Moderna, transportavam ideias acerca da imagem do Mundo, que se esgotaram quando as navegações portuguesas e espanholas dos séculos XV e XVI trouxeram notícias, descrições e relatos de novos continentes e civilizações. Segundo o Professor Luís Filipe Barreto, o peso do imaginário e do fabuloso, no campo da descrição antropológica e zoológica, não deixa de se fazer sentir – mesmo em muitos dos casos que seguem de perto os factos empíricos - embora estejam em processo de retracção[372].

Uma possível explicação para o manuscrito do Porto ser o mais completo[373], e o único em tal condição deve-se, eventualmente, à importância acrescida que teve o "Tratado d' Antre Douro e Minho", pela sua originalidade. Muitos dos que se interessaram pela descrição geográfica aí contida preocuparam-se, sobretudo, com aquele "Tratado", bastante inovador para a época, ignorando os pequenos textos, que não eram muito mais do que glosas de frases de Santo Isidoro, Plínio, e outros autores da tradição escolástica e medieval.[374]

[369]Estamos neste momento a preparar a edição do exemplar existente na Biblioteca Pública Municipal do Porto.
[370] O professor Luís Filipe Barreto cita esta cópia num dos seus trabalhos.
[371] Temos em curso a sua edição crítica.
[372] Luís Filipe Barreto, "A Ordem do Saber na Antropologia dos Descobrimentos" Op. cit. p. 35
[373] Transcrevemos em anexo o texto por inteiro.
[374] Biblioteca Pública Municipal do Porto, FA16, *Historia Geografica de varias partes do mundo e huma breve noticia de algumas couzas mais raras delles tudo por Mestre Antonyo Fisyquo, e Colorgião natural e morador de Guimaraens em 1512*, fl. 35-51.

Entretanto, foi possível encontrar uma cópia do texto de mestre António, que havia sido sofregamente procurada por investigadores como Luís de Pina, ou Luciano Ribeiro, entre as crónicas de Rui de Pina, que se terá interessado também pelo texto[375]. Não foi o único. Na Biblioteca da Ajuda, Códice 50-V-31 – *Memorias de Cousas Varias Antigas*, em que se reproduz parte da "descrição, *está escrito*: *Tem este cartapacio semto e outenta e sinquo folhas o qual he de uarias cousas mui antigas tiradas de diferentes liuros e escretura e mandoo trasladar o Conde da Castanheira Dom João por outro que tinha seu tio senhor Dom António de Atayde e não há outro treslado deste cartarpaço.*

Ou seja, as elites, os homens de governo, a própria Coroa apropriou-se da obra geográfica e largo conhecimento tinha dela.

Mas quem foi na realidade mestre António? Em que circunstâncias, e com que objectivo (s) redigiu a sua «geografia»?

O nome de um autor não é uma mera referência. Ele exerce dentro dos discursos um determinado papel – classificando, agrupando, desvelando propósitos e funções. O nome de autor e o seu estatuto delimita, caracteriza um discurso, as suas formas de recepção e circulação[376].

O que se sabia de mestre António[377], até muito recentemente, veiculado pelo discurso historiográfico, eram factos dispersos e pouco coerentes sobre a sua identidade. Joaquim Romero de Magalhães e Joaquim Veríssimo Serrão, ao referirem-se a mestre António nos seus trabalhos, apontaram-no como "*um desconhecido*"[378] de que "*pouco se conhece da sua vida*"[379]. Parece-nos assim razoável concluir que, para a historiografia portuguesa, a identidade do médico minhoto continua por apurar.

De uma maneira geral os autores que se dedicaram ao estudo do "Tratado de Entre Douro e Minho", refugiaram-se nas únicas referências aí contidas: "*Tratado sobre a*

---

[375] Provincia Dantre Douro he Minho copillada por mestre Hantonio fisiquo he solorgiam morador na na Villa de de Guymaraees he naturall dela, Miscellanea histórica de Portugal Séc. XVI, B.A, Cod. Ms 51-X-22. Fazemos a transcrição do manuscrito em anexo.

[376] Vide o incontornável texto Michel Foucault, *O que é um autor?* 3ª ed.,. Lisboa, Vega, s/dt. (1997?), pp.44-45.

[377] Para uma discussão mais detalhada sobre a identidade de mestre António, Veja-se Carlos Manuel Valentim, "Um Humanista Contemporâneo de Pedro Nunes – Mestre António de Guimarães", *Actas do Colóquio* "Pedro Nunes, Novos Saberes na Rota do Futuro", Lisboa, Escola Naval, s/dt., pp. 355-366, e em seguida publicado, com alterações mínimas, noutro local: Um «Geógrafo» Contemporâneo de Pedro Nunes – Mestre António de Guimarães", *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. CXXXII, Outubro – Dezembro 2002, pp.721-750.

[378] Joaquim Romero de Magalhães, "O Enquadramento do espaço nacional", *História_de Portugal*, (Dir. de José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, Terceiro Volume – *No Alvorecer da Modernidade*, coor. de […] p.18.

[379] Joaquim Veríssimo Serrão, "Dois Antiquário de Entre Douro e Minho no século XVI…", p. 10.

prouincia damtre douro e minho y suas auondanças copilado por mestre Amtónyo fisyquo e çolorgião, morador na villa de guimaraes e natural della"[380].

No seguimento de Barbosa Machado[381], Inocêncio da Silva admitiu como muito provável ter sido mestre António físico e cirurgião-mor d'el Rei D. João II, natural de Torres Novas, filho de Mestre Tomás e pai de Nicolau Lopes, que fora igualmente médico do rei[382]. Estes dois eruditos autores cairam em contradição. Se inicialmente Mestre António aparecia com naturalidade de Guimarães, porque é que lhe era atribuído o nascimento em Torres Novas? Como fora feito médico da Câmara de D. João II, quando na documentação não havia qualquer registo nesse sentido? Tratar-se-ia do mesmo autor? A confusão de nomes e cargos poderá ter ficado a dever-se à alusão feita por Garcia de Resende na Crónica de D. João II a um "mestre António", "físico e cirurgião-mor", converso, autor de um escrito célebre contra a fé judaica[383].

Através dos estudos de Luís de Pina (1901-1972), um cuidadoso investigador da história e da geografia de Entre Douro e Minho, sabemos que mestre António viveu em Guimarães e que possuía um forte vínculo à Confraria do Serviço de Santa Maria, sendo seu mordomo[384]. Como corolário destas funções, havia estabelecido estreitas relações com Colegiada de Santa Maria da Oliveira, atestadas pela sua intervenção nalguns actos públicos em que era parte interessada a Colegiada e a própria Confraria do Serviço de Santa Maria[385].

Com efeito, no ano de 1504 o nome do "físico" constava como testemunha de uma cláusula testamentária, na qual D. Lourenço de Andrade deixava ao cabido de Guimarães "o Casal do Outeiro" na freguesia de S. Cristóvão em Riba de Selho [386]. A 6 de Março de 1508 estava novamente presente, como "*mordomo mestre António*", numa

[380] Apesar de estarem inéditas três cópias deste "Tratado" – temos em preparação a publicação de uma das cópias, existente na Biblioteca Pública Municipal do Porto – vamos seguir a publicação feita por Luciano Ribeiro, citada na nota 10.

[381] Que defende ser Mestre António natural de Guimarães e médico de D. João II; posteriormente, rectifica a sua posição: o autor das "*auondanças damtre douro e minho*" seria filho de Mestre Tomás, natural de Torres Novas e não de Guimarães. Vide Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, Coimbra, Atlântida Editora, 1955, Tomo I pág. 194 e Tomo IV pág. 21.

[382] Innocencio Francisco da Silva da *Dicionário Bibliográphico Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, Tomo I pp. 77-78.

[383] Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, V. Capítulo XCI "Da honra que el Rey fez a Mestre Antonio", p. 132.

[384] Luís de Pina, *O Cronista Rui de Pina e Mestre António «Físico» da Renascença,* Separata do "Instituto", vol. 86º, nº3, Coimbra, 1933.

[385] Idem, *ibidem*, p. 8.

[386] Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP) – Guimarães, *Fundo da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira – Testamentos e Doações do Cabido*, Tomo II – Cota C – 1386, fs. 147 a 149 v.º. Cópia de 1717.

doação feita por Maria Nunes, viúva, à Confraria do Serviço de Santa Maria, de um prazo e doação do Casal da Cova[387]. Finalmente, a 30 de Junho de 1531 "*pareceo mestre Antonio fisico morador na dita villa (...)*"[388], diante dos vereadores da Câmara de Guimarães com o intuito de comprar umas casas a Miguel Bem-Telhado.

Ficava provado, desta maneira, e de forma cabal, a ligação do autor da «geografia» de Entre Douro e Minho a Guimarães e, facto não menos importante, os registos encontrados de 1504 a 1531 comprovam os cargos e funções que desempenhava. Permanecia por esclarecer o local do seu nascimento, que muito provavelmente seria Guimarães!? Em relação ao seu falecimento, Gaspar Estaço dá conta que Mestre António viveu até "*cerca dos annos do senhor de 1533*"[389].

Uma outra importante indicação adicional assinalava: "*Mestre António, X.N., [...], morador em Guimarães e falecido em 1533, é o conhecido autor do Tratado sobre a província de Entre Douro e Minho e suas avondanças, que compôs em 1512.*" Esta informação, que fora colhida no Arquivo Distrital de Braga, nos Cadernos de Matricula de Ordens de Menores, pelo investigador Eugénio de Cunha Freitas[390], permite-nos saber que no "*Anno do nascimento de nosso Señnor Jhesus Christo de Mil e Quinhentos e 4 annos, seis dias do mês d'abril (...)* " era ordenado in minoribus "*Ffrancisco filho de mestre António e de sua molher Francisca Rodriguiz* ***nouos christãos*** *moradores em Guimarães na freguesia de Samcta Maria d'Oliueira.*" [391]

Nessa documentação há duas notícias importantes sobre a vida do médico que vale a pena reter. Por um lado, o nome e número de filhos ordenados[392]: Henrique, Francisco, Aires e Duarte; por outro, o lugar da sua residência: Santa Maria da Oliveira. Neste local moravam muitos cristãos-novos e grande parte da elite de Guimarães, principalmente religiosos e gente abastada. É em St.ª Maria, como vimos, que residiam os Paz.

---

[387] Abade de Tagilde, "Catálogo dos Pergaminhos existentes no Archivo da Real Collegiada de Guimarães", *Archeologo Português* volume XIII, Janeiro – Junho, 1908, doc. CCCLXXII, p. 288.
[388] AMAP – *Vereações e Acórdãos da Vila de Guimarães*, Livro n.º 1 – Cota M – 1797, Fol. 152 V.º – 153 v.º.
[389] Gaspar Estaço, *Várias Antiguidades de Portugal*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1625, p. 202.
[390] Eugênio de Andréa da Cunha Freitas, "Nomes e datas", *O Porto e os Descobrimentos*, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1972, p. 217.
[391] Arquivo Distrital de Braga, *Cadernos de Matrícula de Ordens da Diocese de Braga*, Livro V – 1500-1505, fl. 258.
[392] Arquivo Distrital de Braga, *Cadernos de Matrícula de Ordens da Diocese de Braga*, Livro V – 1500-1505, fl. 164 V.º, fl. 258, fl. 309 v.º, e Livro VII – 1514-1522, Caderno 11 fl. 14.

Fomos encontrar mais dois dados importantes, registados nas chancelarias reais. O primeiro dá-nos conta que a 1 de Outubro de 1498 "*Mestre Antonyo* ***morador em a vila de Guimarães***" requereu a carta de medicina. Anos mais tarde, em 1521, a 18 de Fevereiro, D. Manuel concedia "*licemça a Mestre Amtonio* ***fisyco e celorgiam morador em Guimaraes*** *para que ele possa [andar] em mula*"[393].

No primeiro caso, o pedido de confirmação da Carta de Medicina é explicado pelas novas regras exigidas à integração da comunidade judaica, para os que optaram por permanecer em Portugal, promulgado que estava o édito de expulsão em 1496-1497. A documentação não nos revela se o cirurgião terá mudado o seu nome. Ficará conhecido por "mestre António de Guimarães" ou simplesmente "mestre António". Mas o seu nome completo, citado por frei Rafael de Jesus, ele próprio um vimaranense, cronista-mor do reino em 1683, era "*António da Costa de Miranda* […] *Licenciado e natural de Guimarães"*[394]. Não há dúvida que mestre António fazia jus à sua naturalidade, dizendo-se nascido e criado no Entre Douro e Minho – "*amor e afeição que tenho aa natureza e aa comarqua onde naçy e me criey* (...) ".

Em resumo, interessa sublinhar dois factos que alteram substancialmente o conhecimento que tínhamos, até ao momento, do autor que concebeu no princípio do século XVI, o "Tratado da Província de Entre Douro e Minho". Em primeiro lugar, a sua condição de cristão-novo ; em segundo lugar, a circunstância de ser membro da Confraria do Serviço de Santa Maria, importante irmandade religiosa, bem implantada na "cidade berço", estendendo a sua influência para além do estrito limite urbano vimaranense. A estes importantes dados, vêm juntar-se dois outros: o nome completo do afamado médico (António da Costa de Miranda) e o seu grau de estudos (Licenciado). Estas novidades possibilitam, estamos em crer, um melhor esclarecimento de como foi possível a um autor do início do século XVI recolher tanta e tão variada informação sobre um espaço, um espaço físico, social e económico. Informação que só era acessível a um restrito grupo de pessoas e entidades.

Mestre António, é bom lembrá-lo, teve como objectivo a descrição de uma região – o Entre Douro e Minho –, os aspectos relacionados com o seu meio físico e as diversas actividades humanas, não perdendo de vista o seu enaltecimento e sua

[393] Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Manuel*, Livro 31, fl. 139 e Livro 44 fol. 40.
[394] Frey Raphael de Iesus, *Monarquia Lusitana*, Parte Sétima, Lisboa, António Craesbeeck de Mello, 1683, livro 10, capitulo 3, p. 497.

apologia, referindo que *"No reino de Portugal haa hua minima parte que casy no reino não hee conheçida sendo a mais excelente orta que no mumdo se posa achar de sua cantidade […]."*[395]

Por essa época estava em discussão o conceito de Geografia – o seu campo de estudo e a(s) sua(s) área(s) de interesse. A palavra «Geografia», utilizada nos vários textos eruditos, tem uma conotação difusa e pouco clara. Assim o demonstram as primeiras edições impressas no Ocidente da «Geografia» de Cláudio Ptolomeu, em tradução do grego para o latim, que saem do prelo com o título de «Cosmographia». Quando se tratava da descrição de lugares e de regiões, era mais usual o termo «Corografia». Todavia, a "discussão" sobre o objecto de estudo da Geografia continuará ao longo de todo o século XVI. Em Portugal, Pedro Nunes interessa-se pelo assunto[396], tal como D. João de Castro que coteja, com animado interesse, as ideias deixadas em aberto por Ptolomeu[397]. Para além das diferenças de opinião e do confronto de ideias, a maioria, de entre a elite humanista no Renascimento, continua apostada em separar as matérias de interesse geográfico. Enquanto uns vêem na Geografia uma disciplina muito próximo da Astronomia e da Matemática, outros, mais entusiasmados com as suas terras, como Mestre António, "*vão descreuedo todas e as muy pequenas partes que em ellas se acham: como Portos. Quintãs. Pouos. Rodeos de rios: e cousas desta qualidade.*"[398]

A palavra «Corografia», que passa a ser usada com frequência no Renascimento (séc. XV-XVII), distinguindo-se da «Geografia», implica uma maneira de pensar o espaço que tem a sua classificação na herança clássica[399], inserindo-se numa longa tradição devotada à descrição de lugares e povos, culturas e tradições. Os seus expoentes máximos são Heródoto (C.484-424 a. c.) e Estrabão (c.58 a. C. – 25 d. C.).

[395] Luciano Ribeiro, "Uma Descrição…", p. 445.

[396] Traduzindo, por exemplo, o Livro Primeiro da Geografia de Ptolomeu; única tradução que se conhece vertida para português, da obra do alexandrino. Vide Pedro Nunes, *Obras I*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1940, pp. 92-93.

[397] D. João de Castro, "Da Geografia por Modo de Dialogo", *Obras Completas de D. João de Castro*, Ed. crítica por Armando Cortesão e Luís de Albuquerque, Coimbra, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 1968, Vol. I pp. 109-111.

[398] Livro Primeiro da Geografia de Ptolomeu in Pedro Nunes, *Obras I,* Ed. cit., p. 92

[399] Vide Luís Filipe Barreto, "A Chorografia de Gaspar Barreiros", *Portugal Mensageiro do Mundo Renascimento*, Lisboa, Quetzal Editores, 1989. pp. 93-116, pp. 111-112.

É fomentada uma separação clara entre o desenhar a carta e a descrição de zonas e locais. A Corografia, virada para a exposição escrita, é uma "geografia secundária"[400] se comparada à Geografia matemática, que balizava as coordenadas terrestres e representa a terra graficamente. Para além disso, a Corografia descrevia lugares, pessoas, modos "concretos" de vida. Muito embora entrelaçada com a literatura, desperta a curiosidade de alguns estudiosos, até que os Estados se dêem conta da sua importância; porque os Estados têm uma necessidade crescente destas descrições; porque a administração pública, aumentando em tamanho e complexidade, tem urgência no conhecimento dos territórios que administra, na população que aí vive, dos acidentes orográficos, da rede hidrográfica, estradas e pontes, das finanças, e dos moldes em que se processa a defesa do território. Os Estados modernos que estão a reforçar-se, a afirmar-se na política internacional, querem dominar o seu território e só o farão devidamente se tiverem o conhecimento suficiente sobre os seus recursos, humanos e materiais[401].

Ainda não se dominam todos os utensílios para um inventário perfeito e completo de um território, é bem verdade. Tem de se apontar, reconhecer, narrar, contar. Tudo isso exige uma nova mentalidade que está a nascer. Durante os séculos XV e XVI, a concepção dualista da Geografia vai influenciar práticas, atitudes e a forma de "ler" o mundo. O género descritivo moderno foi iniciado pelo humanista Flavio Bioando, com a sua "Italia Illustrata" de 1453[402], surgindo, nessa esteira, obras onde se cantam as belezas dos mais variados lugares e regiões, exaltando-se o poder e a riqueza dos senhorios locais. Os seus autores são, na sua grande maioria, secretários de grandes senhores laicos e eclesiásticos, poetas e historiadores "oficiais" ao serviço dos Estados ou de poderes regionais[403].

Não chegam as "simples" descrições de sítios e lugares, o Estado quer mais objectividade, mais certeza no que é descrito. Surgem os primeiros relatórios, de fogos, ruas, igrejas, conventos, rendimentos. Há uma recreação, uma invenção da

[400] Idem, *ibidem*.
[401] Veja-se "Duas Descrições do Reino do Algarve do Século XVI. Frei João de S. José, Corografia do Reino do Algarve (1577). Henrique Fernandes Serrão, História do Reino do Algarve (circa 1600) ". Apresentação, leitura, notas e glossário de Manuel Viegas Guerreira e Joaquim Romero Magalhães, *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1983, p. 4.
[402] Luís Filipe Barreto, Op. cit, local. citado.
[403] Cfr. Broc, Numa, *La Géographie de la Renaissance*, Paris, Les éditions du Comité des Travaux Historiques et Scientifique, 1986, pp. 99-103.

escrita e da Geografia. Agora, as novas observações tendem a substituir as antigas. As primeiras descrições têm por objecto a *Hispania* como uma só unidade[404]. Em seguida aparecem as descrições regionais, que ficam, em muitos casos, manuscritas. Um bom exemplo é-nos dado através dos textos redigidos para as províncias de Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Algarve. Para Lisboa imprimem-se relatos, sendo dos mais conhecidos o de Damião de Góis.

O Estado Português organiza-se para partir em busca de novos espaços. Tal como nos sugere o Professor Romero de Magalhães, numa época de organização e reorganização dos espaços políticos e administrativos, *"As corografias procuram responder às necessidades de informação, ou de propaganda. Parece-nos que para ela se encontrou bastante cedo uma como que chapa: nome da terra; número de vizinhos ou fogos, defesas do casco urbano, produções mais importantes, sem esquecer igrejas e conventos, e os senhores da terra; curiosidades se houver, são gostoso tempero: a árvore gigante, a furna misteriosa..., o cipo romano, de preferência a qualquer coisa."*[405]

No que diz respeito ao Entre Douro e Minho, mestre António "pinta" os vários lugares da comarca, advogando que *"tem todalas as cousas que lhe necessários são pêra os naturais della em abatança […]."*[406] Encontramos no centro do discurso do cirurgião uma nova informação, esmiuçada, minuciosa, das localidades e pessoas, das actividades económicas e das tradições. Um trabalho que utiliza novas formas de abordagem, que recorre à experiência empírica e utiliza abundantemente a observação: *"nom pus senão aquelas cousas que poderão acorrer a minha noticia asy do que eu sabya na dita comarqua como do que me emformey […]*[407] – rompendo com o discurso geográfico tradicional institucionalizado, que se baseava nos antigos autores. O cristão-novo dá-nos em perspectiva uma região próspera, economicamente pujante, com um comércio assinalável, por mar e por terra, com o exterior: *"carregão cada hum ano nãos e nauios pa framdes e pêra Imgraterra e pêra outras partes, limões, limas, cidras azamboos."*[408].

404 "Duas Descrições do Reino do Algarve do Século XVI […]", loc. cit.
405 "Duas Descrições do Reino do Algarve do Século XVI…" p. 5.
406 Provincia Dantre Douro he Minho copillada por mestre Hantonio fisiquo he solorgiam morador na na Villa de de Guymaraees he naturall dela, Miscellanea histórica de Portugal Séc. XVI, B.A, Cod. Ms 51-X-22.
407 *Ibidem.*
408 *Ibidem.*

Os aspectos da cultura material são aí representados: os modos de vida, as habitações, os estratos sociais, a vida agrícola e piscatória, as tradições «folclóricas»: " *[…] haa muitos edefiçios de paços e quintaães antigos daomde procedem a moor parte dos solares e apelidos dos fidalgos he homes honrados de Potugal e pate dos de Castela […]."*[409] Homem do Renascimento, que aprecia o novo, que regurgita de alegria ao cantar as belezas do sítio onde vive, não situa no todo do orbe, matematicamente, a sua terra mas "pinta" com cores garridas as paisagens e lugares natais. Estas páginas podem constituir, à semelhança de outras corografias[410], uma «pequena» Etnografia do Entre Douro e Minho.

Escrito por volta de 1512[411], o texto de mestre António de Guimarães depressa ganhou adeptos e leitores atentos. Esta geografia descritiva insere-se no conjunto das corografias que a partir do século XV começam a pensar Portugal ou as suas províncias como se de conjuntos coerentes e hierarquizados se tratassem[412].

Mestre António viveu num período em que o Estado começava a ter uma dependência crescente de informações, de registos, de variáveis estatísticas que ainda não domina correctamente. Por motivos da colecta de impostos, da defesa territorial e recrutamento militar, os governantes preocuparam-se em conhecer o seu povo e o seu território[413]. As formas de obtenção desse conhecimento centravam-se nas inquirições, nos arrolamentos de moradores, nos censos da população, nas visitas regulares do rei e dos seus representantes às parcelas territoriais governadas e administradas, e nas descrições corograficas.

Em Portugal, as reformas de D. Manuel I reforçaram a autoridade do poder central, criando estruturas centralizadas. A política centralista do monarca inseria-se num conjunto de medidas reformistas que não escondiam o desejo de modernizar, de uniformizar e de inovar no campo da administração[414]. Pretendia-se maior eficácia

---

409 *Ibidem*.

410 Vide Manuel Viegas Guerreiro, "Frei de S. José e a Sua Corografia do Reino do Algarve. Apresentação Crítica", s/loc, Universidade do Algarve, S/dt. pp. 21-22.

411 Há uma passagem em que o autor se refere ao ano de 1512: "(...) *que somente deste ano de quinhentos e dose sairam desta vila de Guimarães mais de cem mil varas de pano de linho*(...)". O escrito pode, eventualmente, ter sido iniciado nesse ano e ter-se prolongado por mais tempo; pode inclusive ter sido iniciado anos antes. Cf: "Um descrição de Entre Douro e Minho" in Op. cit. p. 447

412 Na tipologia elaborada pela Professora Suzanne Daveau estes discursos integram-se num grupo específico constituído por " corografias ordenadas administrativamente ou tematicamente". Idem, *ibidem*, 448-451.

413 Cf. Peter Burke, A Social History of Knowledge, London, Polity, 2000, pp. 129-136.

414 Veja-se João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I (1469-1521). Um Príncipe do Renascimento*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2005, pp. 133-139.

governativa, maior intervenção e arbitragem do Estado nos diferentes sectores da sociedade. Tanto a reforma dos forais, que se faz entre 1500 e 1520, com um fase de maior incremento que vai de 1512 a 1516[415]; como o Regimento dos Oficiais das cidades e lugares datado de 1503-04; o Regimento da Casa da Mina e da Índia de 1509; o novo Regimento das Sisas de 1511-1512, com o objectivo de reorganizar a "máquina" fiscal do Estado; ou ainda o Regimento dos contadores das Comarcas (1514) e da Fazenda (1516); as reformas dos pesos e medidas, posterior a 1514 e as Ordenações da Índia, tentaram impor uma nova ordem administrativa e burocrática. O rei é fonte de toda a justiça. A aplicação da justiça caracteriza por isso um bom e justo soberano. Na transição do século XV para o século XVI o reino experimentava uma primeira reforma administrativa aplicada[416]. Administração, justiça, reforço da componente militar e de defesa, carecem de um "exército" de funcionários recrutados pelo poder central, da remodelação e criação de novos ofícios, em consonância com a montagem de um sistema financeiro público.

Todas estas reformas assentam no *renascimento* jurídico do *Estado Moderno*. Preocupações que passavam pela divulgação da lei[417] e que tinham que ver directamente com a acção do rei, isto é, a prestação da justiça. A divulgação de leis impressas inicia-se em 1503 com a publicação do "Regimento dos ofiçiaaes das çidades villas e lugares", que até 1512 terá conhecido três edições. No entanto, o grande corpus doutrinal só foi publicado em 1512-1513, com a edição das Ordenações manuelinas que conhecem uma segunda edição em 1514. Sabe-se que foi nomeada uma Comissão para proceder à reforma das chamadas Ordenações Afonsinas, resultando desse trabalho uma maior sistematização de leis. Vão reduzir-se os diferentes diplomas legislativos a textos uniformes e harmónicos sem referência ao rei que os promulgou, nem à data da sua promulgação original; trabalho que começa em 1505 e termina cerca de 1513[418]. Esta primeira compilação esteve em vigor

[415] Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal, Volume III* – "O Século de Ouro" [1495-1580], S/loc, Editorial Verbo, imp. 1978, pp. 213-215.
[416] Vide João José Alves Dias, Isabel M.R. Mendes Drumont Braga e Paulo Drumont Braga, "A Conjuntura", *Nova História de Portugal*, Dir. de Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques, Volume V – "Portugal do Renascimento à Crise Dinástica", Coordenação de João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 715.
[417] Este renascimento jurídico é coevo da invenção e divulgação da imprensa.
[418] Vide João José Alves Dias, A *Primeira Impressão das Ordenações manuelinas, por Valentim Fernandes*, Separata do IV Encontro Luso-Alemão, Portugal, Alemanha, África. Do Colonialismo Imperial ao Colonialismo Político, Lisboa, Edições Colibri, 1996, p. 31.

até 1521, altura em que se publica um novo corpo de leis que revogava e modificava a anterior, não só na redacção como na doutrina.

É ainda em 1509 que D. Manuel, perante a instabilidade política em Castela, e revelando uma certa preocupação em relação ao estado das posições que serviam de primeira linha de defesa em caso de ataque vindo do outro lado da fronteira[419], incumbe o seu escudeiro, Duarte D'Armas de situar os castelos do estremo. Trabalho essencial, também, para edificação de uma estrutura fiscal na raia fronteiriça, sob o controlo dos oficiais da Coroa; observar a saída ou entrada de mercadorias; cuidar da defesa de povoações e prover o auxílio militar, claro está, perante o desencadear de uma guerra com o vizinho. O Estado vai preparando metodicamente beneficiações nas várias estruturas: Trás-os-Montes; Beira; ao longo da fronteira alentejana, como se constata nas cartas enviadas aos funcionários e nos registos das contas do que se despendia nas obras, em Miranda, Sabugal, Alfaiates, Moura, Olivença, Mértola. As demarcações fronteiriças movimentam toda a máquina administrativa do Estado, incluindo as autoridades concelhias, os funcionários da Justiça, a Chancelaria, e o próprio monarca[420]. Os primeiros esboços cartográficos aparecem no seguimento destas inquirições. São ainda mapas rudimentares, que davam uma ideia da configuração territorial. Há conhecimento de um desses esboços, de 1515, aquando das demarcações entre Ouguela e Albuquerque[421].

No seguimento da sua política de reforço do aparelho estatal, o «Venturoso» mandou efectuar um arrolamento de moradores dos concelhos de Valença e Caminha, por alvará de 30 de Dezembro de 1512. Tratava-se de um conjunto de medidas, talvez mais vasto, uma vez que é ordenado um inquérito ao número de moradores dos lugares dependentes da administração de Valença, localidade pertença do Bispado de Ceuta[422]. Repare-se que as reformas administrativas vão-se sucedendo por volta do ano em que o médico de Guimarães está concebendo o seu trabalho (1512). Será uma feliz coincidência, nesse mesmo ano mestre António ter escrito o seu texto?

---

419 João Paulo Oliveira e Costa, *Op.* cit. 181.
420 Cfr. Rita Costa Gomes, " A construção das fronteiras", *A Memória da Nação*, organização de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991, pp. 357-382, p.377.
421 Idem, *ibidem*, pp. 377-379.
422 Sobre este assunto Veja-se João José Alves Dias, "A População", *Nova História de Portugal* (Dir. de Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques) – Portugal do Renascimento à Crise Dinástica (Coor. De João José Alves Dias), Lisboa, Editorial Presença, 1998, p. 12.

O Tratado de Entre Douro e Minho revela, sem dúvida, informações que dificilmente passariam discretamente ao lado de um "novo" Estado burocrático. Um *Estado moderno*, em processo de construção, que se projecta no interior do território que quer dominar e conhecer. De facto, no início da segunda década do século XVI, o texto de mestre António começava a circular, manuscrito, de mão-em-mão, "acompanhando" as reformas em curso, podendo nesse momento ter sido um auxiliar poderoso para o poder estatal, pelo saber geográfico, relativo à população, ao território e à economia de uma região.

Disponibilizando uma informação minuciosa sobre uma parte do território, não será de todo despropositado pensar que terá servido os interesses da Coroa. Sabendo-se que desde muito cedo o Estado sentiu a necessidade de uma imagem clara e completa[423] dos seus domínios, de aquém e além-mar, procurando inventariar bens, riqueza e necessidades, para um "*correcto e directo controlo do território*"[424], é muito provável que os seus agentes tivessem conhecimento da informação veiculada por mestre António de Guimarães. Neste caso há uma associação entre poder e saber, entre poder político e saber geográfico. Atente-se nos elementos que a "descrição" contém: população aproximada de Entre Douro e Minho: "*nela haa pasamte de sesemta mil vezinhos e ser tão pouoada […].*[425]; descrição dos produtos hortícolas, sendo que "*nesta comarqua posto que faleça ho triguo não faleçe o cemteo nem ho milho, nem ho painço nem o orjo, nem hos legumes [...],*"[426]; produtos exportados; comércio com outros espaços políticos e económicos "*que leuão sobre mar pa outras partes muytas [...].*"[427]; geografia das fortalezas militares e arranjos a fazer nas suas estruturas: "*ho porto, guimarães, braga, barcelos, ponte de lima, Viana, caminha, valemça, momção, Melgaço, vila nova de Cerveira, nóbrega, Lanhoso, lapelagiela, castelo leboreiro, ceroligo de basto, limdoso, afora outras muitas fortalezas antigas derrybadas que haa na dita comarqua de que aymda haa muitos alicerces sobre a terra aleuamtados.*"[428]; geografia das "casas" religiosas; rendas

---

[423] Suzanne Daveau e Orlando Daveau, "Conhecimento Actual da História da Geografia em Portugal", *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1986, Vol. II p.1045
[424] João Carlos Garcia " As Descrições do Reino de Portugal" in Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pág. 56.
[425] Provincia Dantre Douro he Minho copillada por mestre Hantonio fisiquo he solorgiam morador na na Villa de de Guymaraees he naturall dela, Miscellanea histórica de Portugal Séc. XVI, B.A, Cod. Ms 51-X-22,transcrição em anexo
[426] *ibidem*.
[427] *ibidem*.
[428] *Ibidem*.

eclesiásticas: "*capelas que nelas estão e os outros çemto e vinte hu tem rendas boas que amtre elles haa mosteiro que tem de remda p[er]to de hu milhão, e outros de dous mil cruzados e outros de mil e outros de quinhentos e asy soçesiuamente que hus por outros não deçem de cem myl reais[…]*"[429]; formas de assistência médica e social: "*tem remdas boas e comfrarias hãa vimte duas de que se governão çimquo espritaes e duas guafarias e coatro meçeeias hua de homes e outra de molheres […]*"[430]; foros arrecadados pelos vários senhorios; avaliação de quanto "*remde a el-rey nosso sñor de sysas e dizimas (...)* "[431] todo o espaço descrito entre o rio Minho e o rio Douro.

Andou, inclusive, como se referiu anteriormente, apenso às crónicas de Rui de Pina extractos desta composição geográfica, o que motivou fortes críticas por parte de Alexandre Herculano às hipotéticas pretensões do cronista querer apoderar-se de "*trabalho alheio*[432], o que não nos parece que terá acontecido. Viemos a encontrar na Biblioteca da Ajuda a descrição de Mestre António, que transcrevemos em anexo. O cronista serviu-se do texto para as suas obras, o que não é de admirar. Espaço e tempo andam juntos e ainda mais as funções de Rui de Pina, como interveniente nas reformas dos forais, tirava partido da informação que o Mester de Guimarães dava.

Os grandes senhores da região, eclesiásticos e laicos, ter-se-ão apropriado da valiosa "geografia". No prefácio da obra, mestre António não esconde que "*Alguns senhores me rogaram (...) e me fizerão ousar seguir a empresa daquelas cousas q[ue] a minha notícia poderão ouvir*".[433] Não é de admirar, pois, a existência desta apropriação. Afinal "*As modalidades do agir e do pensar, devem ser sempre remetidas para os laços de interdependência que regulam as relações entre os indivíduos e que são moldados, por diferentes maneiras em diferentes situações, pelas estruturas do poder*."[434]

É interessante notar que, para lá das estratégias de poder que se tecem entre os senhores laicos, eclesiásticos e o próprio Estado, um espectacular florescimento cultural ocorre neste "Entre Douro e Minho alargado", pela mesma altura em que mestre António e Rui Fernandes redigem os seus "tratados" geográficos. Os estudos de história da Arte são, porventura, um bom barómetro. As últimas investigações

[429] *Ibidem*.
[430] *Ibidem*.
[431] *Ibidem*.
[432] Alexandre Herculano, "Historiadores Portugueses", Opúsculos, Lisboa, Presença, 1985, Organização, Introdução e Notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Vol. IV pág.182.
[433] " Uma Descrição de Entre Douro e Minho" , *Op*. cit. p. 445.
[434] Roger Chartier, *A História Cultural – Entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel, 2ª ed., 2002, p.25.

dão conta que na região, particularmente no Noroeste Minhoto e no Vale do Douro, surge uma série de oficinas de pintura a par de mestres consagrados[435]. Braga, Guimarães, Viana do Castelo, Caminha, Porto, Vila do Conde, Lamego, Viseu, encontram um mercado que tem as suas fronteiras muito para além da raia portuguesa, englobando todo o Norte Atlântico. As cortes senhoriais renascentistas florescem em locais como o Paço dos Duques em Guimarães ou o Paço do marquês de Vila Real e o mecenato das corporações religiosas contribui para o incremento da produção cultural. O Colégio da Costa, fundado ainda no século XVI (1537-39), acolhia um assinalável punhado de humanistas, testemunhando a riqueza do animado espaço cultural do Entre Douro e Minho. Os professores eram mestres universitários com graus obtidos em universidades estrangeiras de gabarito. Frei Diogo de Murça, Pedro Margalho, António Caiado, Frei Eusébio de Évora, contavam-se entre os professores desta escola. Artur Moreira de Sá apurou que no Colégio da Costa havia seis lentes formados em Paris e Lovaina, em Artes e Teologia[436]. Ensinavam-se as disciplinas do *trivium* e do *quadrivium* a alunos que se vieram a notabilizar na cultura renascentista, como Frei Heitor Pinto, ou elementos da Casa Real: o infante D. Duarte e D. António Prior do Crato.

Para além da fundação de instituições de ensino, e da residência de humanistas consagrados que estanciam na região, Clenardo ou Vaseu são os casos mais conhecidos, não se pode ocultar o movimento cultural no vale do Douro que se liga e complementa com os centros mais activos, do Porto, Braga e Guimarães. Vasco Fernandes (Grão Vasco) cria na década de trinta do século XVI algumas das suas obras mais emblemáticas para instituições religiosas, que lhe são encomendadas por religiosos e senhores nobres. O movimento renascentista, que importava sensibilidades e gostos vindos das comunas italianas e das cidades comerciais da Flandres, chegara a este "Entre Douro e Minho alargado", com o mecenato da Igreja, grupos sociais ligados ao comércio e a alta nobreza a participarem activamente na recepção das novas correntes, ora dando o seu apoio e contributo, ora veiculando novas propostas culturais.

[435] Cfr. Vítor Serrão, *André de Padilha e a Pintura Quinhentista entre o Minho e a Galiza*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p.22.

[436] A. Moreira de Sá, A *Universidade de Guimarães no século XVI (1557-1550)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1982, p. 43.

Nesta circunstância, as formas de sociabilidade têm, nos casos em que há um florescimento cultural, importância na distribuição do saber e na criação cultural[437]. O espaço apreendido por mestre António, por Rui Fernandes, e explorado pelos Paz, era no século XVI, um animado "centro" cultural.

O caso de mestre António e do seu texto, que temos vindo a analisar, é bem sintomático deste incremento cultural. A maioria dos autores não se refere ao físico, e quando o faz é de forma esporádica e fugaz. Gaspar Estaço, cónego da Colegiada de Guimarães[438], tenta repor justiça na situação, escrevendo: "*Esta Terra chamada entre Douro, e minho é muito conhecida por alguas cousas notaueis, que tem, de que Vaseo dá testemunho en sua historia, as quaes tomou de hum trattado de letra de mam feito por mestre Antonio fisico de Guimarães, que elle nam nomea, como nós hora fazemos, pera que a fé do que d'elle tomarmos, fique sobre seu autor e por nam imitarmos a macrobio, que tomando muitas cousas de Aulo Gelio, foi tam ingrato, que en tam grande monte de diuidas sepre calou o nome do credor, de que o reprende Crinito na honesta disciplina. Auareza ingrata, e nescia, que faz o alheio seu, e quer mais ser tomada no futuro, que pagar emprestado, como disse Plinio por aluns engenhos viciosos, e mal affortunados.*" [439]

O Dr. João de Barros[440], escrivão da câmara de D. João III, João Vaseu, humanista flamengo, Duarte Nunes de Leão conhecido autor de uma *Descripçam do Reyno de Portugal*, estiveram em contacto com o escrito de mestre António, retirando-lhe largos extractos para os seus trabalhos[441]. Todos estes autores têm características em comum com o mestre de Guimarães. Ou exercem cargos ligados ao comércio, às alfândegas, à gestão de património e estão próximo das estruturas do Estado, encontrando-se nesta situação o Dr. João de Barros e Rui Fernandes; ou estiveram largo tempo na região de Entre Douro e Minho, nomeadamente em Braga, centro religioso rival de Guimarães, caso do Dr. João de Barros, João Vaseu, Duarte Nunes de

[437] Cfr. Peter Burke, Op. cit., p.56.
[438] Veja-se Joaquim Veríssimo Serrão, *A Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Editorial Verbo, 1973, Vol. II, 1973, p. 79.
[439] , Gaspar Estaço, *Várias Antiguidades de Portuga*l, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1625, pág. 201. As páginas 201-202 são um desfilar de informações já contidas na obra de mestre António, o que o próprio autor não esconde: " *Isto é substancia o que contem aquelle trattado de mestre Antonio, deixando miudezas, que espantam* (...)" p. 202; "*Tudo isto é de mestre Antonio, posto que elle o diz mais diffusamente*." p. 203.
[440] Não se confunda este autor com o outro, mais famoso, João de Barros, historiador e tesoureiro da Casa da Mina e Índia.
[441] Sobre a influência da obra de mestre António noutros autores dos séculos XVI-XVII Veja-se Carlos Manuel Valentim, "Um «Geógrafo» Contemporâneo de Pedro Nunes – Mestre António de Guimarães", *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. CXXXII, Outubro - Dezembro 2002, pp. 721-750, pp.733-735.

Leão e Gaspar Estaço; ou então eram cristãos-novos como Duarte Nunes de Leão, e mais duvidosamente o Dr. João de Barros de origem obscura nascido em Trás-os-Montes[442], e Rui Fernandes. Exemplificativo da imensa divulgação do texto de mestre António, é passagem de André de Resende, quando a ele se refere: "*existe um opúsculo, cuja leitura não é de desprezar, sobre as qualidades desta região [Entre Douro e Minho], sua fertilidade, amenidade, salubridade.*"[443]

Em 1634, quando descreve os portos e as costas de Portugal, Pedro Teixeira, "*Començando por su parte septentrional* [que]*es la primera la que llaman Antre Douro y Miño, tan celebrada de los esturiadores por fértil y deleitosa[…].*"[444], estava a referir-se, possivelmente, entre outros, ao mestre vimaranense. O que não é para admirar, se for considerada a divulgação e a ampla recepção do texto.

Sendo a "Descrição de Entre Douro e Minho" a primeira corografia, de que se tem conhecimento, de uma parte do território de Portugal, é também uma obra que prima pela atitude *humanista,* confiando o autor nos «virtuosos» e na abundância[445]. A descrição desta parte do reino, em 1512, expressa o desejo, como era comum em alguns autores coevos, de salientar a autonomia e a "originalidade" do Entre Douro e Minho.

Rui Fernandes que se celebrizou com uma "descrição dos terrenos à volta de Lamego", redigida em 1531-32, como se fez referência em anterior passagem, com dedicatória ao bispo da cidade, D. Fernando, cita logo nas suas primeiras linhas o escrito de mestre António "*E porque mestre Antonio de Guimaraes fez hum tratado das couszas d'Antre Douro e Minho, que assaz he bom, e tido em muito*"[446], o que é prova bastante que conhecia muito bem o "tratado". O cunhado de Justa de Paz ocupava o ofício de feitor das lonas e bordates do Rei, em parceria com outros mercadores, e era rendeiro das sisas de Lamego e notário de Resende. A par do título de cidadão tinha o grau de escudeiro da casa d'el Rei. A sua actividade profissional, e o conhecimento

---

[442] Segundo Eugênio de Andréa da Cunha Freitas, "Nomes e datas" , Op. cit, pág. 217, pode ter nascido na freguesia de "Sam Dinjs de Villa Reall", ao contrário do que até agora se pensava - na cidade do Porto.
[443] André de Resende, *Antiguidades da Lusitânia*, Introdução, tradução e comentário de R.M. Rosado Fernandes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p.107.
[444] Pedro Teixeira, "La «Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos"(1634), fl. 43, *Op.* cit., p. 334.
[445] Maria Clara Pereira da Costa, "A Comarca de Guimarães – séculos XVI a XVIII Memória e Mapas Cartográficos", *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Vol. III, Guimarães, 1981, p. 396.
[446] Rui Fernandes, *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas* [1531-1532], Porto, Edições Afrontamento, Beira Douro. Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro, 2001, fls 1-1 v.º.

do terreno e do espaço onde se movimentava, vão permitir-lhe recolher muitos elementos para a sua obra, que é uma das melhores fontes geográficas para o conhecimento do Vale do Douro no século XVI. O texto é pródigo em referências aos aspectos económico-sociais que descrevem os locais e os trânsitos comerciais efectuados pela família dos Paz[447]. As sisas que cobravam, os arrendamentos que eram arrematados, as vinhas que plantavam, o vinho que exportavam, as mercadorias que percorriam o espaço nortenho pelas mãos dos almocreves, tudo é descrito com minuciosidade pelo cunhado da sobrinha-neta de mestre João.

Estes textos, quer o de Rui Fernandes, quer o de mestre António, eram, seguramente, a base para muitas decisões dos Paz. Há, parece-nos consensual, uma apropriação do espaço percorrido, explorado, desejado e vivido.

As duas obras gozaram de enorme popularidade e divulgação. Curiosamente, foram apoiadas, com grande grau de incentivo, pelas elites, aristocrática e religiosa, do Norte. As duas mais importantes corografias do século XVI, as duas mais vivas descrições regionais do território português quinhentista, que se evidenciam pela inovação, encontram-se estreitamente associadas aos Paz. Os dois textos materializam por escrito o conhecimento que os Paz possuíam do espaço de Entre Douro e Minho e do vale do Douro. Estas duas descrições geográficas, regionais, representam o espaço tal como os Paz o viam, depois de se terem apropriado das suas potencialidades, dos seus recursos e da sua riqueza; formam em conjunto a descrição dos dois eixos principais da actividade económica e social da familia: o vale do Douro e o Entre Douro e Minho – "um Entre Douro e Minho Alargado".

[447] Não nos vamos debruçar sobre este tema a fundo, porque já foi tratado noutra obra por Amândio Barros, "Prefácio" in Rui Fernandes, *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas* [1531-1532], Porto, Edições Afrontamento, Beira Douro. Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro, 2001, pp. 12-22.

III

MOBILIDADE SOCIAL ASCENDENTE E PODER

1. A Mobilidade Social Ascendente numa Sociedade de Ordens

A existência de muitos seres humanos vivendo lado a lado, cada qual lutando pela sua existência, pelas suas ambições, pelo seu bem-estar, pelos seus recursos, desempenhando simultaneamente actividades comuns e diferenciadas, tecendo relações de vária ordem entre si, torna-os interdependentes. Com base nessa interdependência, surge uma estrutura que nenhum dos membros teve por fim criar: a sociedade[448]. Um homem, uma família, um grupo social não existe *per se*, mas integrando num todo, numa estrutura, na qual tece relações de diferentes formas e intensidade. Individuo e sociedade, uma parte não existe sem a outra[449]. As conclusões de Norberto Elias, leva-nos a inferir que o papel social[450] é produto de uma interacção, onde o indivíduo estabelece a sua identidade através da socialização com os outros, enquanto interioriza as regras do "jogo" social. Trata-se de um processo de construção social da realidade, pela apropriação progressiva das regras, das normas e da ordem vigente.

Mas a vida em comum, a luta constante, inadiável e persistente dos homens nessa estrutura criada artificialmente, *a sociedade dos indivíduos*, está repleta de contradições, de tensões e problemas. Cada ser humano tem um lugar específico, uma função, um papel a desempenhar, estando condenado a viver entre as outras pessoas. Quando nasce, um indivíduo é inserido num grupo de seres humanos que já existia antes dele. E é o facto de os seres humanos se transformarem com e através das relações sociais que estabelecem uns com os outros, e de se modelarem e remodelarem de maneira constante em interdependência, que caracteriza o fenómeno do entrelaçamento[451]. Fenómeno que podemos apreender através da análise e do estudo da história social, que não é mais do que a história dos grupos sociais e das suas complexas relações[452].

---

[448] Conclusão a que chega Norberto Elias, *A Sociedade dos Indivíduos*, 2ª edição, editado por Michael Schröter, Lisboa, Edições Dom Quixote, 2004, p. 29.

[449] Idem, *ibidem*, p. 28.

[450] Conceito fundamental para a Sociologia, definido como modelo ou norma de comportamento ligado a determinado status ou posição na estrutura social.

[451] Tal como definiu Norberto Elias, *Op.* cit., p. 43.

[452] Ernest Labrousse, "Introdução", in *Historia Social. Teoria e Métodos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1966.

Cada sociedade tem a sua especificidade, as suas relações intrínsecas, o seu modo de produção, a sua estrutura social.

O problema da mobilidade social, tema que nos propomos abordar aqui, deve ter em linha de conta que a mobilidade de determinado grupo implica, em certo sentido, a alteração de uma estruturação social. Numa sociedade, como a que existiu nos séculos XV e XVI, modelada por uma rígida hierarquia social que se baseava no nascimento e na "pureza do sangue", dava-se grande importância à honra e à tradição do ideal de cavalaria. A mobilidade social, nestes parâmetros, tinha o seu escopo reduzido. Mas só aparentemente. O acesso a uma ordem superior como consequência da acumulação de riqueza nestas sociedades de ordens é possível, sobretudo numa conjuntura ascendente[453]

As transformações que atingem a economia europeia de 1450 em diante levam a uma metamorfose das cidades, dos gostos, das sensibilidades e da própria mentalidade, que acompanham as inovações tecnológicas, a transformação do aparelho produtivo e as relações de produção[454]. Esse mundo em transformação abre perspectivas inusitadas para aqueles que, amealhando bens e riqueza, e percebendo que dispunham de uma posição reforçada na sociedade, procuravam libertar-se da sua condição subalterna e pouco significante na pirâmide social. A estrutura social oferecia-lhes resistência, é bem certo, mas tentavam vence-la, ultrapassando-a, forçando a entrada num mundo onde abundavam as benesses, os privilégios e o reconhecimento pelo estatuto social.

Coabitando com uma nobreza de sangue, detentora de títulos, honras, de riqueza imobiliária, que exercia altos cargos militares e administrativos, vai emergindo um novo grupo social, enriquecido pelo comércio e pela finança, buscando a cada instante uma oportunidade para ascender na sociedade. Insertos num estrato social a que se denominou mais tarde "burguesia"[455], estamo-nos a referir a indivíduos que contratavam com o Estado a cobrança dos impostos, a execução de obras públicas, ou

[453] Cfr. Ivo Schöffer, "A estratificação social na República das Províncias Unidas no século XVII", *Problemas de Estratificação Social*, Actas do Colóquio Internacional (1966) publicadas por Roland Mousnier, tradução de Joaquim Romero de Magalhães, Lisboa, Edições Cosmos, imp. 1988, p.147.

[454] O Professor Marques de Almeida, coloca em evidência estas profundas alterações, no seu estudo "O Zangão e o Mel", p. 27.

[455] Jorge Borges de Macedo chamou a atenção de estarmos perante um grupo não homogéneo, nem tão-pouco padronizado, se tivermos presente os diferentes sectores da vida económica onde intervinham, e a suas diversas funções sociais. Vide o artigo, daquele autor "Burguesia (Idade Moderna) *História de Portugal*, Dir. Joel Serrão, ed. cit., Vol. I, pp. 397-407.

extraíam lucros fabulosos através do comércio ultramarino e das transacções comerciais. Muito embora a sua categoria na pirâmide social estivesse muito próximo da base, a sua condição económica e financeira era invejada pelos aristocratas que não participavam nos contratos e licitações com a Coroa, nem detinham meios financeiros para investir nos negócios que entretanto apareceram com a abertura de novos mercados.

Nas comarcas e nos espaços ultramarinos, dominados por Portugal, quem decidia os litígios e as quezílias entre arrendatários de impostos, servidores da Coroa e outros funcionários da administração eram, em muitas ocasiões, os «grandes» da nobreza, detentores dos altos cargos militares, de chefia e de liderança, e que eram possuidores de abundantes rendas e de vastos senhorios, onde decorriam as actividades económicas e financeiras. Muitas vezes temiam os negociantes e mercadores, quando testemunhavam pelo indevido uso do seu poder ou apelavam para o Desembargo. Esta alta nobreza preocupou-se em arregimentar clientelas, de indivíduos de uma menor condição social, captando para seu próprio benefício a dinâmica dos grupos sociais mais activos. Numa sociedade de ordens, de corpos, de dignidades, as teias das clientelas e das fidelidades eram realidades políticas e sociais incontornáveis[456]. E ainda que os padrões de conduta continuassem assentes no legado das relações feudo-vassálicas e nos códigos de cavalaria[457], O desempenho dos serviços criava expectativas de benesses, que em certas ocasiões o próprio senhor concretizava, e noutras frustrava.

O que é mais importante de frisar, no que tocante à mobilidade, ao longo dos séculos XV e XVI, é que estava a nascer um mundo novo, que se pintava em tons coloridos para muitos daqueles que desejavam alcançar os lugares de prestígio na pirâmide social. Era uma nova realidade social que despontava, caracterizada pela mobilidade social ascendente, que resultava da recuperação demográfica e económica, e que em Portugal se escorava na incisiva política de expansão territorial no Norte de África, e no controlo naval de determinadas áreas marítima nos oceanos

---

[456] João Cordeiro Pereira, "A Estrutura Social e o seu Devir", *Nova História de Portugal.* Dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, Vol. V: *Portugal – Do Renascimento à Crise Dinástica*, Coordenação de João José Alves Dias, p. 290.

[457] Cfr. Fernanda Olival, *As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, Mercê e Vanalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar Editora, 2001, p. 19.

Atlântico, Índico e Pacífico[458]. A mobilidade social de nível ascendente vai ganhar, nestes espaços territoriais e marítimos, e no interior do próprio espaço social[459], dinâmica e fluidez em todas as ordens. O que causa embaraço e descontentamento nos sectores aristocráticos, mas não impedia o rei de prosseguir a sua política de atribuição de títulos e distinções aos seus mais directos colaboradores, que eram peças fundamentais no aparelho de Estado que se estava a erguer: funcionários da Fazenda, da Casa da Suplicação, do Desembargo do Paço, mercadores, feitores, rendeiros[460].

Entre muitos destes funcionários figuravam cristãos-novos. Refira-se, desde já, que a ascensão/mobilidade social dos sefarditas e cristãos-novos seguiu o padrão comum a outros indivíduos das sociedades modernas. O prestígio social passava pela formação, capacidade de patrocinar, usufruir de uma vida de abastança, situar-se próximo dos círculos aristocráticos para influenciar os acontecimentos e obter prestígio[461].

2. Expansão Patrimonial e Poder Social. A Aliança com os Pegados, Mesquitas, Brandões e Leites

A documentação encontrada, que regista a vida social dos Paz, permite-nos inferir que, no princípio do século XVI, a família estava plenamente integrada na sociedade do seu tempo. Vários são os indícios que apontam nessa direcção. Os seus membros desempenham cargos de relevo na administração do Estado, outros investem os seus cabedais em negócios lucrativos, outros ainda arrematam à Fazenda

[458] João Cordeiro Pereira, "A Estrutura Social e o seu devir" [….] , pp. 286-287 e ss.
[459] Quando falamos de "espaço social" estamo-nos à referir à posição que um determinado agente social ocupa nos diferentes campos da sociedade e na distribuição dos poderes. Como definiu Pierre Bourdieu, podemos representar o mundo social em forma de espaço, constituído por várias dimensões, e construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição das propriedades que actuam no universo social. Ou seja, o que há é um espaço de relações que pode ser tão real como um espaço geográfico. Vide sobre esta problemática Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*, 4ª ed. Lisboa, Difel, 2001, pp. 132-136.
[460] Vejam-se os exemplos de promoção social contidos no trabalho da Professora Elvira Azevedo Meã, "A sociedade no tempo de Gil Vicente", *Revista de Guimarães*, n.º 112, 2002, pp. 111-123, pp. 119-120.
[461] Veja-se a respeito da mobilidade dos sefarditas e cristãos-novos Florbela Veiga Frade, *As Relações Económicas e Sociais das Comunidades Sefarditas Portuguesas. O Trato e a Família 1532-1632*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História Moderna, realizada sob orientação científica do professor doutor A.A. Marques de Almeida, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, 2006, pp. 43-46.

Real a cobrança de impostos e as taxas aduaneiras. A aproximação à Coroa faz-se por via dos serviços que são directamente prestados ao Rei e à sua máquina burocrática, e pelas nobilitações que são obtidas em troca desses préstimos.

Estes sinais de integração e de ascensão, que vêm no seguimento de uma adaptação progressiva a uma nova realidade social – abriu perspectivas de promoção e prestígio social antes vedadas pela legislação canónica e civil [462], são indissociáveis, no caso dos Paz, de uma estratégia familiar que procura insistentemente a expansão patrimonial e o reforço simbólico do nome e da família. Tais estratégias, planeadas no interior da "casa" e do "grupo", visam o estabelecimento de alianças com poderosas famílias do Porto e da região de Entre Douro e Minho, cujos membros detêm posições-chave nos órgãos políticos de decisão concelhia, no comércio e na Fazenda, ou encontram-se inseridos em poderosas redes clientelares, associadas aos «grandes» que dominam política e economicamente o Norte do Reino.

O estudo destas relações e fusões familiares, que levam ao cruzamento de sangue entre diferentes famílias, permite-nos ficar na posse de uma imagem mais abrangente da identidade familiar, e depreender o poder simbólico que se projecta no espaço social e que, com a identidade do grupo, se funde. Sublinhe-se que o casamento vai funcionar justamente como uma forma de aliança e de compromisso entre grupos com interesses sociais comuns, reforçando o património e o poder de cada uma das partes. As alianças conjugais, negociadas e concertadas entre os mais poderosos de cada um dos lados, vão garantir regalias adquiridas, e em muitos casos alargá-las; contribuindo para proporcionar aos mais jovens a estabilidade sempre desejada, e a certeza da transmissão dos privilégios e das fortunas acumuladas, que haviam sido alcançados, muitas vezes arduamente por entre um votado ostracismo e discriminação social. O casamento, tal como apontámos anteriormente seguindo as propostas de Pierre Bourdieu, vai desempenhar, assim, uma dupla função de reprodução biológica e de reprodução social.

Não se pode perder de vista que, nesta sociedade onde se estabelecem estratégias de grupo num espaço regional dominado por poderosos senhores laicos e eclesiásticos, as relações sociais se tornam extremamente importantes entre os vários

[462] Sobre a integração dos cristãos-novos na "sociedade cristã", vide Maria José Pimenta Ferro Tavares, Los *Judíos em Portugal*, Madrid, Editorial MAPFRE, 1992, p. 288 e ss., ilustra vários exemplos de famílias plenamente integradas na sociedade.

grupos em competição e, não poucas vezes, em confronto por lugares de prestígio, mercados, títulos e favores sociais.

Fugindo aos padrões de conduta social adoptados pela maioria do sector nobiliárquico, os relacionamentos fecundos entre os mercadores cristãos-novos e os mercadores cristãos-velhos pressupõem um encontro de interesses, entre as duas partes, remetendo-nos para as relações estreitas no plano económico e social, indo do comércio e finança até à miscigenação e cruzamento de sangue. Os mercadores cristãos-velhos, ao contrário do que à primeira vista se possa pensar, não viraram costas a essas parcerias (quando lhes era propício e socialmente relevante), quase sempre frutíferas para as aspirações sociais e económicas das duas partes[463]. O Duque de Bragança, em carta a D.JoãoIII, comentava em 1530: "*que os casamentos que agora sam grãdes sam de villãos ou christãos novos, que por redimir sua villania ou judaria, quãdo querem aver pessoas de differente estado, que sam tam baixos que se querem vender por dinheiro, estes taaes os comprã; […].*"[464]

Ao condenar junto do seu primo os casamentos entre "vilãos" e os "estados" mais altos da sociedade, D. Jaime de Bragança ilustra de forma exemplificativa qual era a opinião dos mais poderosos da sociedade portuguesa no século XVI - aqueles que tinham nas suas mãos o comando da máquina militar e burocrática do Reino e do Império -, que ofereciam abertamente resistência às mudanças sociais que estavam em curso.

Os valores sociais, as normas, as próprias relações entre cada indivíduo, tendiam efectivamente a alterar-se muito rapidamente, reflexo de uma sociedade em mutação na primeira metade do século XVI. A opinião do duque de Bragança, aparentemente em contradição com as medidas que impulsionara aquando da sua vinda para Portugal, quando reforçou a posição social de algumas famílias de cristãos-novos que estavam ao seu serviço, colocava a descoberto o empenho dessas mesmas famílias na valorização social feita por via dos casamentos. O mais poderoso elemento da nobreza do Reino parecia não querer entender, porque lhe repugnava a ideia, que muitos nobres e gente fidalga, padecendo de uma crónica falta de liquidez financeira, se unissem a outros actores sociais mais dinâmicos, de condição estatutária inferior,

[463] Veja-se A. A. Marques de Almeida, "O Zangão e o Mel", p. 28.
[464] *Letters of the court of John III King of Portugal*, The Portuguese Text, Edited with an Introduction by J.D. M. Ford, D. Litt. And L. G. Moffatt, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1933, p.79.

mas que haviam acumulado grandes fortunas e fartos bens, aproveitando as novas oportunidades que a "nova" economia oferecia e os mercados financeiros escancaravam. O estrato mais elevado da sociedade, num período de mudanças sociais, dava assim mostras de erosão dos seus próprios valores e de permeabilidade a outros corpos sociais. Poderemos deduzir que a blindagem inicial, que se estendera ao longo de séculos, bloqueando não poucas vezes a entrada para o estrato aristocrático, cedia agora perante a força do dinheiro e a ambição capitalista de muitos daqueles que gozavam do estatuto de nobre.

Muitas das famílias de cristãos-novos, em Portugal, uniam-se entre si[465], mas o impetuoso progresso económico e social que experimentavam no primeiro quartel do século XVI, levou-as em muitos casos a efectuar vantajosos acordos nupciais com mercadores cristãos-velhos e com sectores da nobreza. Como resultado, os seus membros acabaram por penetrar todos os campos, médios e superiores, da vida social e económica da comunidade portuguesa, à semelhança do que aconteceu na vizinha Castela[466].

Pelo menos dois dos homens da geração seguinte optam por casar com mulheres que partilham a sua condição. Francisco, filho de Diogo de Paz, casa com Isabel Rodrigues; Diogo de Paz o-moço, filho de mestre João, tem como cônjuge Ana Manrique, que suspeitamos ser filha de um cristão-novo associado à Alfândega do Porto, Duarte Manrique. Já Duarte de Paz, contrariando esta tendência, vai estender a influência da família para Sul[467], casando com Catarina Pegada, de Elvas, de quem terá dois filhos: João e Tomé. Este último, é apelidado nos autos da Inquisição de "meio cristão-novo"[468], o que significa que Catarina era de uma família de cristãos-velhos do Alto Alentejo, residentes em Elvas, cidade por onde se fazia o controlo do movimento comercial por via terrestre com Castela. Exercendo o cargo de oficial da Coroa como Requeredor dos Portos secos das Beiras, por um lado, e de importador de tecidos castelhanos, por outro, ao longo de uma ampla linha de fronteira, não nos pode surpreender que o futuro embaixador dos marranos em Roma tenha

---

465 Vide Maria José Pimenta ferro Tavares, *Los Judios en Portugal*, ed. cit., p. 290.

466 Vide Cecil Roth, *História dos Marranos*, ed. cit., pp. 32-35.

467 Abordamos este casamento de Duarte de Paz no estudo "Duarte de Paz: um líder da comunidade sefardita portuguesa em meados do século XVI", *Rumos e Escrita da História. Estudos de Homenagem a A. A. Marques de Almeida,* Coordenação de Fátima Reis, Lisboa, Edições Colibri, 2007, pp. 175-190

468 Carlos Manuel Valentim, "Tomé Pegado de Paz – espião e servidor do Duque de Naxos", *Op.* cit., p.300 e documento publicado em anexo.

estabelecido contactos frequentes, intensos e próximos com os grupos sociais que dominavam comercial e politicamente esse espaço. Há registo na vila de Elvas de alguns indivíduos com o nome «Pegado», em posições de relevo na administração do município em finais do século XV. Nas Cortes de Lisboa de 1498, nos capítulos especiais de Elvas, um dos procuradores do Concelho alentejano é Álvaro Pegado, cavaleiro do Rei. E entre os que assinam a petição apresentada às Cortes surge, em segundo lugar, o nome de João Pegado[469], muito provavelmente o pai de Catarina, que é denominado nos autos da Inquisição de seu neto por "João de Gronga". Quando, mais tarde, a Inquisição de Évora estender o seu braço tentacular sobre todo o Alentejo, comparecerão para interrogatório junto dos juízes várias pessoas com o apelido "Pegado", de influentes famílias da região de Évora.

Nas famílias extensas, devemos englobar o matrimónio no âmbito dos interesses do grupo. Os indivíduos servem os interesses da família, que nunca perde de vista nem cede totalmente os seus direitos sobre as funções produtivas, reprodutivas e sexuais dos cônjuges e filhos dos elementos que casam. Nestas circunstâncias, o matrimónio funciona como um «contrato» ou uma «aliança» entre grupos, influindo nas uniões presentes e futuras em que intervenham membros de ambos os lados[470].

Em relação aos Paz, é a sua parte feminina que vai desempenhar um papel fulcral na ascensão social da família, constituindo-se como factor determinante nas alianças com os grupos familiares que se posicionavam no topo da estrutura social portuense e do Entre Douro e Minho. O casamento destas mulheres conversas funcionou como uma etapa essencial da promoção social da sua linhagem, estabelecendo-se proveitosos contratos nupciais com os Brandões, os Mesquitas e os Leites, que de uma forma ou de outra se encontravam relacionados com o comércio, com a Fazenda, em particular com a Contadoria do Porto e de Entre Douro e Minho, e com os grandes senhores que dominavam o Norte. Nos três casos referidos, foi sempre o fabuloso dote feminino que os Paz ofereceram a moeda de troca para alcançarem posições de relevo na sociedade. Esta "política" familiar que favorecia a exogamia, pelo incentivo que era atribuído às alianças matrimoniais, diferia da atitude mais

[469] "Cortes de 1498, Elvas, Janeiro, 29", ANTT, Cortes, Maço 4, doc. 1., *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2002, Lisboa, p.381.
[470] Seguimos neste ponto as considerações de Marvin Harris, *Antropologia Cultural*, Madrid, 6ª ed., Alianza Editorial, 1998, p. 203.

fechada "sobre si mesma" que a família adoptara à sua chegada a Portugal. Esta postura inicial só se explica pela vontade da não dispersão dos bens que naquele momento dispunham, e ainda mais pela segurança conferida pelo casamento com alguém que professasse a mesma religião, quando a sociedade se erguia hostil para os que se afastavam do credo dominante. Mantinha-se desta forma a identidade cultural, racial e religiosa de uma minoria[471].

Alcançada a fortuna, verificamos que a partir do primeiro quartel do século XVI os Paz praticam deliberadamente uma estratégia de alianças com outras famílias, que tem por objectivo uma exogamia local concebida em termos de património, aliando-se aos influentes e ricos grupos familiares da sua região[472]. Uma filha de mestre João casa inicialmente com Melchior Rodrigues Salazar, natural de Valladolid, que é juiz ordinário em Bragança[473]. No Porto, Beatriz aparece casada com o Dr. Vasco Afonso, cidadão ilustre da cidade, a quem mestre João de Paz se dirige com grande afeição no seu testamento[474].

Maria de Paz, filha de Diogo de Paz o-velho[475], une-se à família dos Mesquitas. A família Mesquita aparece associada à Casa do Marquez de Vila Real - são servidores e ouvidores em suas terras, havendo um tronco da família que vive na cidade de Guimarães[476]. É aí que Diogo Pero Lopes de Mesquita presta serviço ao Duque de Bragança, possuindo próximo da cidade a Quinta da Corugeira, adquirida como dote do casamento com Isabel Correia, filha de Pero Lopes Correia, criado do mesmo Senhor. O filho mais velho que resultou deste casamento, Pero Lopes de Mesquita, veio a ser criado de D. António de Noronha (1465-1551), 1º Conde de Linhares, desposando Maria de Paz[477]. A 6 de Maio de 1519, faz-se procurador bastante do seu

[471] Veja-se sobre a endogamia entre os cristãos-novos Huerga Criado, Pilar, *En la raya de Portugal: solideriedad y tensiones en la comunidad judeoconversa,* Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1993, 67-77.

[472] À semelhança do que acontece noutras sociedades, ditas de "tradicionais". Cfr. Françoise Héritier, "Endogamia/exogamia", *Enciclopédia Eunaudi*, p. 137.

[473] Esta informação foi-nos dada pelo Dr. Salazar de Campos, genealogista, que está a reconstituir a árvore da família dos seus antepassados "Salazar".

[474] Veja-se o documento publicado no corpo documental. Voltaremos a esta peça documental fundamental quando abordarmos a questão da ascensão social dos Paz.

[475] Passando sempre, entre os nobiliários, por seu filho. Pedro de Brito segue esta informação errada. Vide Pedro de Brito, *Op.* cit. p. 152. Há uma fonte, que nos mostra muita claramente que Maria de Paz é filha do irmão de mestre João, Diogo. Num documento da Inquisição, António de Paz, filho de Diogo de Paz, sobrinho do astrólogo, é citado como tendo acompanhado o seu cunhado, Pero Lopes de Mesquita, à Sé do Porto, em várias ocasiões.

[476] Veja-se Cristóvão Alão de Morais, *Op.* cit., pp. 594-599.

[477] De quem não vem a ter filhos. Teve vários bastardos, que terão morrido ao serviço da Coroa no Oriente. Veja-se Pedro de Brito, *Op.* cit. p. 153.

sogro, para receber das mãos do almoxarife da Alfândega de Vila do Conde 157.747 reis[478], o que atesta o seu envolvimento nos negócios da família da sua mulher. A ligação a D. António de Noronha, por intermédio de Pero Lopes de Mesquita, traduzia-se no ganho de uma posição de estratégica para os Paz, se atentarmos no peso que o 1º Conde de Linhares vai adquirindo na Corte e no Governo de D. João III, que o nobilita em 1532.

Pero Lopes de Mesquita vem viver para o Porto, e adquire rapidamente a dignidade de «cidadão». Em 1534 detém o cargo de almotacé do Concelho[479]. Um dos seus dois tios, Fernão de Mesquita, estava casado com Brites Mendes de Carvalho, filha do Contador de Entre Douro e Minho, Rui Mendes[480], cunhado de mestre João de Paz[481]. O outro tio, Diogo de Mesquita, era pajem do Marquês de Vila Real.

Mécia, filha de Francisco de Paz, neta de Diogo de Paz, o irmão de mestre João, casou com Braz Pereira Brandão, pajem do infante D. Fernando, filho de D. Manuel I, e amigo chegado de Francisco de Holanda, que ficava em sua casa quando se deslocava ao Porto. Na obra *Pintura Antiga*, o pintor e arquitecto de D. João III e do infante D. Luís alude à relação de amizade que mantém com Braz Pereira Brandão[482].

A família dos Brandões, que funda uma capela no convento de S. Francisco do Porto, à semelhança dos Paz, acumula uma extraordinária fortuna ao longo do século XV[483], com base numa vigorosa actividade financeira na Contadoria da Fazenda daquela cidade nortenha. Braz Pereira Brandão, que casou em primeiras núpcias com Mécia de Paz[484], era filho de Fernão Brandão e de uma filha do cronista Rui de Pina, Isabel de Pina. Um dos seus tios, Diogo Brandão, Contador no Porto, dá ordem em 1510 para que o almoxarife ou recebedor de Ponte de Lima pague 72.000 reis, por mandado do Rei, a Diogo de Paz[485], avô de Mécia. Tanto o pai, como este tio de Braz Pereira Brandão, foram ambos poetas do *Cancioneiro.* Esta vertente cultural dos

[478] ANTT, CC, Parte II, Maço 81 n.º 140.
[479] Pedro de Brito, *Op.* cit. p. 152.
[480] Idem, *ibidem*, p. 153.
[481] Cuja ligação Pedro de Brito não efectua, por se ter guiado pelos nobiliários.
[482] Como alude, realçando essa amizade, Camilo Castelo Branco, *Narcóticos*, ed. cit., p. 46. Cfr. Ferreira Gordo, "*Memórias de Litteratura Portuguesa*, Tomo 3, p. 43.
[483] Vírginia Rau, *Os Brandões do Porto, uma fortuna do século* XV, Separata do *Boletim da Câmara Municipal do* Porto, 1959. Neste estudo, Virgínia Rau, analise detalhadamente o poder financeiro desta família e a sua actividade socio-económica em meados do século.
[484] Casara em segundas núpcias com D.ª Maria, da família dos Leites, por "coincidência" também unida aos Paz. Vide Pedro de Brito, *Op.* cit. quadro genealógico entre pp. 136 e 137.
[485] ANTT, *CC*, Parte II, Maço 22, n.º 136.

Brandões do Porto não é indissociável da sua capacidade financeira e da sua projecção social. Se as correntes culturais do *Humanismo* não lhes foram estranhas, como é testemunhado pelas amizades que mantém com pintores, cronistas e poetas, isso diz bem até que ponto se integravam no seio de uma elite financeira e social do Porto.

A 12 de Agosto de 1569, Braz Pereira Brandão, fidalgo da Casa do d'el Rei, Cavaleiro da Ordem de Cristo e pajem que havia sido do infante D. Fernando, juntamente com a sua mulher, Mécia de Paz, faz doação da quinta de *Val de Amores*, que ficava no outro lado do rio Douro, frente a Miragaia[486], à Província da Piedade da Ordem de S.Francisco. A doação tinha o propósito de permitir aos monges menores da regra de S. Francisco edificarem um mosteiro sob a invocação de Santo António, ficando ambos os doadores por padroeiros[487]. Era ao tempo, bispo do Porto, D. Rodrigo. O convento que veio a ser construído, tinha dimensões modestas, mas a sua cerca bordejava as águas do rio Douro. Revela a tradição que o claustro da igreja era de boa construção[488].

Mécia, mais uma Paz com o nome da avó, nascida do casamento de Diogo de Paz-o-Moço e de Ana Manrique, casou com António Leite, senhor do morgado de Ramalde, filho de João Dias Leite e de Catarina Carneira. Mécia era a segunda mulher da família a associar-se a um dos descendentes dos Leites. Vasco Leite, citado por «Doutor. Vasco Leite», vereador da cidade em 1559, é referido como cunhado de Duarte de Paz, num documento da Inquisição[489].

Do casamento de Mécia de Paz com António Leite nascem quatro filhos, dois rapazes e duas raparigas[490]. Um deles, Jorge Leite, irá dedicar-se à vida religiosa; outro, Diogo Álvares Leite, passará a viver nas casas do Padrão de Belmonte, pertença anterior de seu avô, Diogo de Paz o moço, sucedendo-lhe da mesma forma nos cargos da Alfândega do Porto e nos pagamentos ao Convento de S. Francisco.

---

[486] Em Miragaia, do lado do Porto, centrava-se uma população que se dedicava à pesca e à navegarão comercial a longa distância. Vide, Amândio Barros, *Porto: a Construção de uma Espaço Marítimo* p.33.
[487] *Catálogo dos Bispos do Porto* composto por D. Rodrigo da Cunha, Porto, Officina Prototypa, Episcopal, 1742, p. 300.
[488] O pequeno convento de Santo António foi incendiado pelas tropas miguelistas, em 1832, durante a guerra civil entre liberais e absolutistas.
[489] ANTT, Inquisição, *Conselho Geral*, códice 90.
[490] Veja-se quadro genealógico em anexo.

Mais uma vez, a escolha matrimonial dos Paz, fora ditada pelas posições que os Leites ocupavam no tecido social portuense e do Entre Douro e Minho. Os nobiliários conferem uma origem mais aristocrática do que, na realidade, esta família teve[491]. É igualmente mais uma família que ganha ascendência ao lado de Afonso V, tal como acontecera com os Brandões. Os descendentes dos Leites fizeram carreira na administração fiduciária, como capitães e alcaides da moeda do Porto, ocupando cargos de direcção na vereação do Concelho.[492] Muitos deles dedicaram-se à vida religiosa e ao serviço militar em África, em lugares de administração e liderança militar. É no Norte de África que se encontra um António Leite[493]. Conhece-se uma carta sua para o rei, expedida de Azamor, datada de 1514[494]. Este facto denota a sua participação na expedição liderada por D. Jaime, Duque de Bragança, na conquista daquela praça marroquina. Nos anos de 1529 e 1530, torna-se mesmo capitão de Azamor [495].

Rui Mendes, irmão de Mécia de Paz, a mulher de mestre João, encaminhará os filhos do seu segundo casamento, para acordos matrimonais proveitosos. Passada uma época em que predominou a endogamia na família, é o próprio Rui Mendes que procurou fora do restrito circulo familiar um segundo cônjuge. O seu filho mais velho, deste segundo casamento, João Mendes de Carvalho ligou-se a duas importantes famílias do Porto. Casando primeiro com Cecília Figueiroa, filha de João Figueiroa, e mais tarde com Catarina Anes de Madureira[496].

Como se pode deduzir pelo contactos, cruzamentos e acordos que os Paz estabelecem com todas estas famílias, a sua ascensão explica-se por um programa resoluto de alianças matrimoniais, que tem por princípio fundamental melhorar as posições adquiridas no espaço social, que assegurava o sucesso, promovia a

[491] Opinião de Pedro de Brito, *Op.* cit., p. 134, que comungamos inteiramente, e por isso somos levados a pensar que, muito possivelmente, entre as famílias que são estudadas e citado, haverá mais do que uma família de origem judaica; lembre-se que o autor identifica somente os Paz, no espaço social portuense! Idem, *ibidem*, p. 138.

[492] Idem, *ibidem,* p. 134.

[493] Filho de João Leite. Vide quadro em Pedro de Brito, *Op.* cit., entre as páginas 134 e 135.

[494] *Documentos do Corpo Chronologico Relativos a Marrocos* (1488 a 1514), org, de António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, pp. 108-115.

[495] José A. R. da Silva Tavim *Os Judeus na Expansão Portuguesa Em Marrocos Durante o Século XVI. Origens e actividades duma comunidade*, Braga, Edições APACDM distrital de Braga, 1997, Apêndice 2, Quadro 2, p. 484 As ligações dos Leites aos judeus eram nítidas. Repara-se, António Leite, sem provisão régia, dá aval ao feitor de Abraão Benzamerro, também judeu, «língua», para que exercesse esse mesmo cargo ("língua"), Idem, Ibidem, p. 249

[496] Pedro de Brito, *Op,* cit. p. 110.

projecção da família na sociedade do seu tempo [497], e possibilitava uma integração mais profunda dos seus membros na sociedade.

Parece legítimo concluir, que com estes casamentos exogâmicos, há a tendência para a formação de linhagens[498] no interior da família, isto é, grupos alargados de diferentes ramos de descendentes, organizados numa base unilinear de ascendência paterna, que entretanto se vão distanciando uns dos outros[499]. Este foi um preço a pagar pelo fim da endogamia, em benefício de uma maior projecção e integração na sociedade.

Segundo o testemunho de uma das suas sobrinhas-netas, Maria de Paz, mestre João de Paz, o grande obreiro inicial desta política de casamentos, era acusado de traidor e censurado entre os cristãos-novos por casar as suas filhas e filhos com cristãos-velhos[500].

3. Ascensão Social e Poder Simbólico: uma Elite numa Sociedade Corporativa

As sociedades não são homogéneas na sua constituição. Os homens que as integram não vivem de maneira idêntica, nem dispõem de recursos similares e dos mesmos graus de formação, o que sempre contribuiu para diferentes níveis de riqueza, diferentes formas de poder, diferentes funções sociais, diferentes formas de intervenção pública[501]. A riqueza, o parentesco, as relações sociais, definem por si uma elite, provendo-a com um determinado *status*.

---

[497] Os casamentos como forma de mobilidade e critério de definição das classes sociais, eis um fenómeno que é descrito brilhantemente por Joseph Schumpeter, *Imperialisme et Classes Sociales*, Présentation de Jean-Claude Passeron, Paris, Les Éditions de Minuit, 1972, p. 171.

[498] Sobre o conceito de linhagem e a sua discussão, Veja-se Nuno Gonçalo Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*, 2ª ed. Revista, Lisboa, I:N.-C.M., 2003, p. 83. Cfr. Martin Segalen, *Historical Antropology of the Family*, ed. cit. Pp. 43-72.

[499] Como nos exemplifica o caso de Rui Mendes e dos filhos do seu segundo casamento. É de supor, que as distâncias entre os Mendes Carvalho e os Paz tenham aumentado com o decorrer do tempo. Essa distância, começou a ser construída quando mestre João e o seu irmão Diogo abandonam Guimarães, onde permanecerá Rui Mendes, e vêm residir para o Porto.

[500] Por exemplo, Maria Teixeira, cristã-nova, moradora no Porto, na rua das Taipas, é alegadamente um desses testemunhos. Não sabemos se esta asserção é verdadeira, porque poderia querer servir os intentos de Maria de Paz, denunciante daquela conversa em 1542. Mais disse Maria de Paz, que mestre João estaria no inferno, dissera Maria Teixeira, porque pressionara D. Manuel a fazer dos judeus cristãos. ANTT, *Inquisição de Coimbra,* processo n.º 9821, fl. 18.

[501] Vide, a respeito do conceito de "elite": Vilfredo Pareto, Trattato di Sociologia Generale, Firenze, Barbèra, 1916, § 2025 e § 2036.

Entre as características que concorrem para a definição de elite está a eficácia com que um certo grupo, ou indivíduo, actua nas suas funções sociais, diferenciando-se do restante corpo social onde se insere. Competência e protagonismo que lhe são reconhecidos pela sociedade[502].

Os Paz inserem-se num grupo de elite, onde se misturam homens de trato, letrados, altos funcionários da Fazenda e do aparelho judiciário. É uma elite, letrada e abastada numa sociedade de corpos e comunidades[503], que ao longo do século XVI se vai guindado aos mais altos escalões da sociedade. Acumularam avultados bens com os diversos negócios que fizeram, com os cargos que dispuseram. Foram enriquecendo de ano para ano, numa conjuntura económica e social propícia à cumulação de riqueza. A par dos bens que compunham o seu património, esta família de cristãos-novos de Entre Douro e Minho forçou a entrada na alta sociedade, com o intuito de se aproximar das oligarquias aristocráticas mais influentes no tecido social em que se movia.

Uma parte da nova nobreza que aparece no princípio do século XVI devia as suas honras e foros ao serviço que prestava ao Rei. Era uma nobreza noviça, recente, algo debutante, descendente de gente pouco importante, que entretanto vingara numa rígida sociedade de ordens. Os seus membros tinham acumulado bens e fartos rendimentos através dos investimentos nos negócios que possuía. O seu reforço financeiro levara-a às comendas, aos títulos, ao topo da escala social. Referimo-nos a um grupo de indivíduos, que entre si repartia privilégios e honras, mas longe, muito longe de ser de uma forma uniforme. Eram pessoas ricas, bem abonadas, mercadores de grosso trato, que pelos seus lucros se vestiam com opulência e apresentavam sem pudor sinais exteriores da riqueza que entesouravam. Muitos acabavam por ser nomeados para um cargo honorífico: almotacé, tesoureiro, contador, meirinho, e alcançavam a dignidade de cidadão[504].

---

502 Veja-se J. Borges de Macedo, "Elite", *Polis*, Vol. 2, 2ª Ed., Lisboa/S. Paulo, 1998, col. 836-837.

503 Estamos em presença de uma sociedade em que os homens só existem no seio de comunidades, isto é, colectividades orgânicas, que regulam a vida social e dão sentido à busca do harmonioso, reproduzindo um mundo hierarquizado, compartimentado, hierarquizado em funções e papéis sociais. Vide sobre o conceito de "corpos sociais", Jacques Revel, *A Invenção da Sociedade*, Lisboa, Difel, 1989, pp. 185-186.

504 Ter a dignidade de cidadão do Porto, por exemplo, era possuir uma qualidade social que ultrapassava a cidade em que vivia, e gozar de uma série de prerrogativas e privilégios que se cruzavam com os de fidalgo/nobre. Vide Francisco Ribeiro da Silva, *O Porto e o seu Termo (1580-1640). Os Homens, as Instituições e o Poder. I. Volume*, Porto, Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1988, pp. 290-298.

Entre a família Paz, as nobilitações surgem uma a uma, de forma natural, como fruto da promoção social. Estamos em presença, não há dúvida, de uma elite social que em muitos casos tem regalias e estatuto similar à nobreza, levando uma vida aristocrática, rodeada de servidores e criados, desfrutando de finos produtos e serviços, que só uma ínfima minoria tinha acesso.

São muito significativos os privilégios - revelando um ganho de prestígio e distinção social - concedidos pelo Rei aos membros desta família de conversos. Regalias, imunidades, foros, títulos, que são registados na Chancelaria régia, ano após ano, e que nos permite entender o muito poder acumulado ao longo de décadas pelos Paz.

Comecemos pelas Ordenações de Menores. Os mais jovens da família viram os seus nomes inscritos nos livros das Matrículas de Ordens da mais poderosa Diocese do Reino (Braga), e foram ordenados "in Monoribus", concluindo os estudos que os podiam levar a uma vida religiosa. Mas o objectivo era bem outro. Os pais, que haviam sido marginalizados socialmente e chegado em dificuldades do outro lado da fronteira, optaram pela conversão ao catolicismo, e tinham presente a necessidade de uma formação académica de qualidade para os seus filhos, que mais tarde, adquirida a formação em gramática, retórica e aritmética, e ficando a saber ler, escrever, contar e fazer cálculos aritméticos, podiam auxiliar na gestão dos negócios da família, sucedendo com sucesso na administração dos activos familiares, ou concorrer para os lugares mais apetecidos na máquina fiscal do Estado. A educação funcionava, pois, como um instrumento de reprodução da ordem social, e os Paz tinham bem presente essa asserção. Afinal, os que nascem em famílias de poderosos comerciantes não têm necessidade de sair do seu meio, pois aí encontram todas as oportunidades de aprendizagem e promoção[505].

Seguir uma vida religiosa, habilitava um jovem a concorrer à obtenção dum benefício eclesiástico, excelente condição para início de uma carreira clerical. Os pais apresentavam ao Bispo os filhos ainda muito jovens, que ficavam ao abrigo do foro especial de clérigos, além de outras regalias sugestivas[506]. Havia quem solicitasse

[505] Vide os casos aludidos por Pilar Huerga Criado, *En la Raya de Portugal*…pp. 53-55.

[506] Sobre as Ordens de Menores seguimos de perto as considerações e informações que são dadas por Isaías da Rosa Pereira, *Matrícula de Ordens da Diocese de Évora (1480-1483). Qual dos dois Vascos da Gama foi à Índia em 1497*, Lisboa, APH, 1990, pp. 16-20.

Tonsura e Ordens Menores para os seus dois, três, quatro, cinco e mais filhos. Ficando sempre salvaguardada a opção dos clérigos de primeira Tonsura e os Minoristas poderem abandonar por sua livre e espontânea vontade o estatuto de clérigos e casar. É compreensível a razão dos progenitores apresentarem mais do que um filho para receber a clericatura: a esperança era a de que os seus filhos obtivessem um benefício eclesiástico. E mesmo que depois não viessem a incorporar o Clero secular ou regular, como de facto sucedeu inúmeras vezes, abandonavam a carreira eclesiástica e seguiam outras profissões. Este foi o caminho escolhido e trilhado pela segunda geração dos Paz, desde que a família se estabelecera em Portugal. Com excepção de Jorge de Paz[507], todos os seus primos preferiam seguir os passos dos seus pais e mergulhar numa vida ligada ao comércio e à cobrança de impostos.

O problema com esta sociedade, que desponta no período que se convencionou denominar *Idade Moderna*, estava em que os seus membros, mesmo quando conseguiam livrar-se das necessidades da vida, não conseguiam libertar-se das preocupações que lhes estavam estreitamente associadas – como era o caso da posição social e do modo como esta se reflectia nos seus eus individuais[508]. Preocupações relacionadas com a promoção social, que estão bem patentes nos esforços direccionados por esta família de cristãos-novos, para aquisição de um estatuto social mais elevado, aproveitando a alvorada de um mundo novo que trazia boas oportunidades para a mobilidade social ascendente[509].

O valor do dinheiro numa "sociedade de ordens", não se traduzia de forma imediata em mais estatuto social. Lucros fabulosos permitiam, quando muito, esboçar estratégias, concertadas com outras famílias que já ocupavam posições de relevo, que como vimos no ponto anterior, projectavam socialmente os membros da família e solidificavam os ganhos obtidos.

Mestre João tem um cargo de relevo social, como físico e cirurgião do Rei, mas os seus filhos e sobrinhos vão seguir, igualmente, os degraus da promoção social. Duarte de Paz acompanha o Duque de Bragança, D. Jaime, em 1513, na expedição a

[507] Estudante em Salamanca. A 4 de Novembro de 1512 é ouvido sobre Pedro Santispiritus, que se tinha apoderado da Cátedra de Medicina. Ficamos a saber que tinha ouvido mais de quatro anos de Medicina. Vide Armando Jesus Marques, *Portugal e a Universidade de Salamanca. Participação de escolares lusos no governo do Estudo, 1503-1512*, Salamanca, Edciones Universidad de Salamanca, 1980, p. 302 fl. 403.
[508] Uma arguta conclusão de Hannah Arendt, *Entre o Passado e o Futuro. Oito Exercícios sobre o Pensamento Político*, St.ª Maria da Feira, Relógio D'Água Editores, p. 220.
[509] Remetemos para João Cordeiro Pereira "A Estrutura Social e o seu Devir", *Nova História de Portugal* p.86.

Azamor[510]. O Duque armara às suas próprias custas cinco mil infantes e quinhentas lanças, que recrutara nas suas terras[511]. Era neste exército que seguia o futuro procurador dos cristãos-novos. O pai investira na sua formação, e agora chegara a altura de, nos campos do Norte de África, fazer o seu baptismo de guerra, para adquirir as insígnias de cavaleiro. Duarte envergava o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo, ganho pelo serviço militar nas campanhas africanas, com perda de uma vista[512]. Anos mais tarde, a 14 de Junho de 1530, com o título de "*caualeiro de minha casa*" D. João III deixará bem expresso que tem a sua inteira permissão para que goze de todos os privilégios de cavaleiro, ainda que não tenha cavalo[513].

Diogo de Paz, irmão de mestre João, é mencionado na documentação como "*cavalleiro da nossa casa*"[514]; o astrólogo é dado como possuidor de cota de armas e cidadão[515]; o seu filho Diogo, além de ver o seu ordenado aumentado, pelos bons desempenhos, é denominado, por Carta de 15 de Fevereiro de 1534, "*cavaleiro de minha casa*"[516]. Rui Mendes, o irmão de Genebra de Paz, cunhado de mestre João, é cavaleiro assim como todos os filhos do seu segundo casamento[517].

Contrapondo-se à *esfera privada*, domínio da família e das necessidades, a esfera da *polis*[518] oferecia-se como uma meta a alcançar por muitos sefarditas. A participação na vida da cidade e nas decisões políticas de domínio público, nos *negócios* da res-pública, foi uma ambição perseguida por um dos Paz: Diogo, o filho de mestre João. O colégio camarário não permite inicialmente a satisfação das suas ambições, e ignora os provimentos da Coroa a seu favor. Mas Diogo não desiste, e move uma segunda vez influências junto do Rei. A 27 de Junho de 1528, D. João III

---

510 ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 41, n.º 37. Este documento é uma ordem de D. Martinho, para que Filipe Costa ou Duarte de Paz, que vão numa chiola (embarcação de tamanho modesto), fiquem responsáveis pela distribuição de carne de vaca para 13 pessoas.
511 Fernando Palha, *O casamento do Infante D. Duarte com D.ª Izabel de Bragança,* Lisboa, Impresso Nacional, 1881.
512 D. Martinho de Portugal em carta a D. João III, datada de14 de Março de 1535, assim o refere. " […] *com hum avito de christo no peito; e me dizem que mostra estromentos e outros papeis de como mereceo em africa* […]. Corpo Diplomático Português, publicado por Luiz Augusto Rebello da Silva, Tomo III, Lisboa, Tygraphia Real das Sciencias, 1868, pp. 181-189, p. 185. Não obtivemos prova de que em 1513 Duarte de Paz tenha permanecido em Azamor ou Mazagão. Lembra-se no entanto que fora o mesmo D. Martinho que enviara uma ordem a Duarte de Paz, a que tivemos acesso, durante o trânsito daquele para a batalha de Azamor, em 1513.
513 ANTT., *Chancelaria de D. João III*, Liv.º 52 fl. 130.
514 "Cartas de Quitação del Rei D. Manuel", *Archivo Histórico Português*, Vol. I, n.º 11, 1903, p. 406, carta n.º 153.
515 Analisaremos à parte esta distinção, no capítulo seguinte.
516 Idem, Ibidem, Liv.º 7 fl. 25.
517 ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I, Livro 9 fl. 238 v.º*
518 Vide Hannah Arendt, *A Condição Humana*, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 2001 pp. 43-45.

solicita aos oficiais da câmara do Porto que nomeassem Diogo de Paz o-moço, almotacé. Na nova provisão pode ler-se: "*E nam fazendo o dito Dioguo de Paaz almotacee o dito mês* [Agosto] *mando-uos que mandes voso bastante procurador a esta Corte com quãesquer embarguos que tyverdes ao nom fazerdes como em mynhas prouysões pasadas vos hora mandados ho quall vira requerer ho dito casy diamte ho juiz de meus feytos […]*" [519].

Exercer as funções de almotacé era de capital importância para os cidadãos que tinham a pretensão de alcançar os mais altos cargos do município – o «*cursus honorum*» concelhio[520]. E encontrar-se plenamente integrado na cidade dos homens, significava uma integração mais efectiva na sociedade e possuir direitos inalienáveis. Aos poucos, Diogo de Paz vai intervindo nas decisões camarárias e ganhando o respeito da assembleia de eleitos do burgo[521].

Alguns dos membros da família tinham "morada" no paço, constando na lista de recebedores de tenças. Mestre João usufruiu no tempo de D. Manuel uma tença nos Armazém da Índia[522], e passou a receber oitocentos réis com D.João III, entre os físicos do paço; Fernão de Paz encontra-se entre os "moços da câmara" de D. João III, com direito a três quartos de cevada por dia e quatrocentos e seis réis, transitando desse cargo da corte da rainha Dª. Catarina; Francisco de Paz integrava-se entre os "xaramelleiros" que estavam na Corte; Jorge de Paz, irmão de Francisco, ambos filhos de Henrique de Paz, irmão de mestre João, está incluindo nos "homens do thesouro", como "homem da armaria[523]. Por sua vez, Francisco de Paz, que fora em tempos escrivão dos Contos do Porto, queixava-se que com a venda do ofício "ficava sem nada", e solicita em 1520 uma mercê de três mil reais, que é prontamente concedida por D. Manuel[524].

Todos os filhos, homens, de Rui Mendes ocupam altos cargos no aparelho Judicial da Coroa, elevando-se, dessa forma, ao cimo da pirâmide social. Heitor Mendes, é meirinho e cidadão de Lamego; o seu irmão Francisco, cidadão lamecense, é Juiz de Fora em Viana do Castelo. Os outros filhos do segundo casamento, saliente-se

---

[519] Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Provisões,* Liv.º 1 fl. 198.
[520] Veja-se Maria de Fátima Machado, *O Central e o Local. A Vereação do Porto de D. Manuel a D. João III*, Porto, Edições Afrontamento, 2003, p. 47 e p. 100.
[521] Está presente na reunião da Câmara a 12 de Março de 1539. Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Provisões*, Liv.º 17 fls 46, 46 v.º e 47.
[522] ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 15, fl. 172.
[523] D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo VI, II parte, Coimbra, Atlântida Editora, 1944, p. 304 e 332.
[524] ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Livro 36, fl. 78.

Henrique da Cunha, Contador de Entre Douro e Minho, é "cavaleiro da casa do Rei"; o seu irmão Cristóvão alçou-se, primeiro, ao cargo de Corregedor da Beira e Riba Côa, Chanceler da Casa do Cível e por fim Juiz desembargador. Letrados, com formação académica, estes homens alcançam uma posição notável na burocracia do Estado.

Jerónimo Fernandes, genro de Heitor Mendes, marido de Justa de Paz, que tem a dignidade de «ciadão», detém por várias vezes o cargo de almotacé de Lamego. O seu irmão Rui é escudeiro da casa do Rei. Não há dúvida que estamos em presença de um elite local, nortenha, composta por cavaleiros e distintos cidadãos.

Em 1536, mestre João institui uma capela em S. Francisco do Porto. No seu leito de morte, o médico e mercador, ilustre cidadão do Porto, dita o seu testamento. A sua última vontade, é ser enterrado numa capela do mosteiro, que tinha mandado erguer, deixando por perpétuo administrador o seu filho Diogo, e como obrigação de renda em cada um ano três mil reis para os frades de S. Francisco, em troca da celebração de missas por sua alma e de sua mulher[525]. Ficaria ali, num túmulo de um convento - que servia de panteão para muitas das famílias ricas da cidade, como os Carneiros ou os Brandões - de fronte para o rio, próximo do porto e da Alfândega onde a sua família fizera tantos e tão diversos negócios. Um local em que os Paz desenvolveram uma relação muito particular com o tecido urbano.

Que diferença encontramos nesta celebração de contrato, entre mestre João de Paz e os frades do mosteiro de S. Francisco do Porto, e aqueles actos notariais que muitos nobres faziam para instituição de capelas em mosteiros e igrejas?
Tomamos como certo, que a fundação de uma capela por mestre João, o patriarca de uma família de cristãos-novos, teve um propósito muito bem definido na hora em que se despedia deste mundo: a afirmação social dos Paz. No documento lavrado ficou assente: " *E loguo per elle foy dito que elle temendo-se da morte que he cousa pera que todos naçemos, ordenava ora de fazer sua manda e testamento da maneyra seguinte. Pera que despois da sua morte se cumpra todo o em ella contehudo, por sua demanda e ulltima vontade.*"[526]

[525] ADP, *Convento de S. Francisco*, Tomo 2 dos Títulos e das Capelas e Legados.
[526] Ibidem, fl. 1.

Rui Mendes, cunhado do físico, institui na freguesia da Cunha, termo de Barcelos[527], um morgado em que sucede Henrique da Cunha, o filho que irá ocupar o seu lugar na Contadoria de Entre Douro e Minho. Cristóvão Mendes de Carvalho, o segundo filho mais velho de Rui Mendes, funda em Trancoso, no ano de 1539, um convento de freiras franciscanas, de que ele e os seus descendentes ficaram por padroeiros, obtendo do Papa os rendimentos da comenda de Nossa Senhora da Fresta, que tinha o Convento[528].

Apostar nas obras pias, na solidariedade para com os mais desfavorecidos, numa aproximação às instituições de caridade, apresentava-se como outra das vias de promoção e ascensão social. Os cristãos-novos escolheram as misericórdias como espaço privilegiado para adquirirem prestígio e se relacionarem de perto com o grupo de notáveis do Concelho e com os religiosos, que exerciam influência no tecido social local. Assim terá sido na Misericórdia do Porto. Diogo o-moço, deixa a seu neto, Diogo Álvares Leite, como compromisso oferendar à Misericórdia do Porto, por dia de Fiéis de Deus, em cada ano, quatro alqueires de trigo para os pobres "*como êle Diogo de Paz, o costumara fazer em vida.*"[529]

Além dos Paz, os Nasci, não sabemos se parentes próximos da conhecida família com o mesmo nome, relacionaram-se com a instituição. Izabel Nasci e Maria Rebella, filhas de Antónia Nasci e António Rebelo Duarte, que viviam em 1608 no Oriente, passam uma procuração em Goa à Misericórdia, como herdeiros de um morgado, para reaverem a cobrança da fazenda que lhes pertencia[530].

Os Paz que residem no Porto têm todos a dignidade de cidadão. Na documentação aparecem com essa designação[531]. O cidadão do Porto pertencia a um grupo de privilegiados: não seria submetido a tormentos, a não ser nos mesmos modos em que os fidalgos o fossem; se fosse preso, sê-lo-ia no seu próprio domicílio, e na cadeia pública; poderia fazer uso e porte de armas, de noite e dia, em caso de defesa ou ataque, por todo o reino; usufruiria de todas as liberdades e privilégios atribuídas à cidade pelo rei, os seus caseiros e amos, lavradores não seriam obrigados

[527] Onde mestre João também tivera bens, por doação do Duque de Bragança.
[528] Pedro de Brito, *Op.* cit. P. 368.
[529] A. Magalhães de Basto, *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, 2.ª Ed., com prefácio de Francisco Ribeiro da Silva, Vol. I, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1997, p. 462.
[530] *Misericórdia do Porto*, ed. cit.Vol. I, p. 454.
[531] Veja-se por exemplo o documenta em que mestre João é procurador de Luís Vaz de Negro a 9 de Dezembro de 1527. ANTT, *Corpo Cronológico*, maço 145, n.º 23.

a serem recrutados para a guerra; ficariam livres de dar pousada, ou a ver tomadas as suas cavalariças ou adegas contra a sua vontade[532].

O tipo de residência era outro símbolo de distinção social. Segundo a informação veiculada pelos genealogistas, parte da família que residia no Porto, habitava na Rua de Belmonte, rua de grande dinamismo comercial durante toda a Idade Moderna, escolhida pela gente mais rica ligada ao comércio. Aí se situava o melhor de todas as casas urbanas, a de três sobrados[533]. Mestre João é referido no seu testamento como morador nesse lugar, e a tradição nobiliária, cita-o como possuidor de umas casas no Padrão de Belmonte[534]. Mas nem todos os Paz moravam na rua de Belmonte. Uma outra parte residia na Porta do Olival[535], onde se situara em tempos a sinagoga do Porto. António de Paz é um dos que possui moradia nessa área urbana, mas parte dos seus bens patrimoniais também se encontram localizados na Rua de S. Miguel. Há por isso quem possua casas simultaneamente em dois lugares. Beatriz de Paz, uma das filhas de Diogo o-velho, solicita consentimento ao senado da Câmara, a 10 de Fevereiro de 1560, para vender a Francisco Gonçalves, sapateiro, uns pardieiros na rua de S. Miguel[536].

Na vereação de 22 de Junho de 1549, Isabel Rodrigues, filha de Francisco de Paz, sobrinha de Beatriz, solicita autorização para vender umas casas na Vila das Barreiras[537]. Deduzimos, que os bens imóveis da família se encontravam disseminados pela cidade do Porto, nos locais mais emblemáticos de residência dos que se dedicavam ao trato e à mercancia, num espaço urbano que I.S. Révah integra no "gueto" do Porto, compreendendo o noroeste da cidade: ruas de Belmonte, das Taipas e de São Miguel[538].

São significativos os privilégios de distinção social concedidos pelo Rei. Privilégios que permitem a quase todos os membros masculinos da família andarem em besta muar de sela e freio. Duarte é autorizado, inicialmente, a andar de mula a

---

[532] Francisco Ribeiro da Silva, *Op. cit.* Vol. I. pp. 296-297.
[533] Em fins do século XVI, havia ainda uma casa pertença da família, na posse de "um" João de Paz, mercador". Veja-se Francisco Ribeiro da Silva, " Tempos Modernos", *História do Porto*, dir. de Luís Oliveira Ramos, Porto, Porto Editora, 1994, pp. 270-274.
[534] Como referido na primeira parte do trabalho. Vide a transcrição do seu testamento no anexo documental.
[535] ANT.T., *Inquisição de Coimbra*, Maço 13, processo 140, fls103 v.º-104.
[536] AHCMP, *Vereações, A PUB 23*, fl. 273.
[537] *Ibidem*, Vereações A PUB 18, fl. 165 v.º.
[538] se I.S. Révah, *Uriel da Costa e les Marranes de Porto. Cours au Collège de France 1966-1972*, ed. de Carsten Z. Wilke, Paris, E.C.G., Centre Culturel Gulbenkian, 2004, pp. 149-150.

16 de Novembro de 1525; Isidro tem a autorização concedida a 16 de Abril de 1528; mestre João obtém esse privilégio a 16 de Junho de 1528; Francisco de Paz, o filho de Henrique, morador em Braga, tem permissão para andar em mula ou faca a 10 de Fevereiro de 1532; e António de Paz a 22 do mesmo mês[539].

Quando o arcebispo de Braga, D. Manuel de Sousa, se desloca ao Porto em 1549, fica em casa de Diogo de Paz. O religioso acabará por falecer " em *as casas de diogo de paaz aos xbiiJ/Dias de Julho [...]* "[540] desse ano. A estadia do prelado na residência do cristão-novo, não é alheia ao facto dos Paz sempre terem mantido relações de proximidade com a Igreja. Jorge de Paz, um dos primos de Diogo, encontra-se na jurisdição religiosa de Braga. Clérigo desta poderosa diocese, o religioso estive a braços com a justiça, chegando mesmo a pedir absolvição de perjúrio, por ter recebido indevidamente o grau de Bacharel de duas universidades, Salamanca e Roma. Desejava em 1513 ser amnistiado de outras penas eclesiásticas, que julgamos estarem relacionadas com a sua condição de cristão-novo[541].

A parte feminina da família Paz não exerceu um papel menor. Pelo contrário. Quando a Inquisição se instalou e a família se dividiu, a ala feminina teve um papel importante na salvaguarda da riqueza, da mobilidade social familiar, e na reabilitação do seu prestígio social: primeiro, diante da Inquisição do Porto em 1542[542], em seguida nas reuniões da Câmara para cuidar dos interesses da família.

É imperioso indagar que lugar ocupava o elemento feminino no seio do grupo familiar? Determinantes nas estratégias de aliança com outras famílias, geralmente seladas através do matrimónio, as mulheres eram "peças" importantes de um jogo calculista. A propriedade, o poder, eram assuntos que interessavam ao colectivo familiar, e que guiavam as negociações com outros núcleos familiares com vista a uniões de esforços[543], tendo aí um papel determinante o elemento feminino. Tal como

[539] ANT.T., *Chancelaria de D. João III*, Liv.º 11, fl. 43 v.º, e 82, Liv.º13 fl. 38, Liv.º 18 fl. 2v.º e 11 v.º Liv. 52 fl. 130., respectivamente. Todas estas cartas se encontram transcritas em anexo.

[540] *Memórias Quinhentistas Dum Procurador Del-Rei no Pôrto pelo Licenciado Francisco Dias*, Inédito da Biblioteca Municipal do Porto, Ms n.º 553, prefacio e notas finais de A. Magalhães Basto, Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto/Gabinete de História da Cidade, 1937, p. 26.

[541] *Chartularium Universitatis Portugalensis 1288-1537)*, Vol. XI (1511-1520), Lisboa, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993, doc. 4454 de 11 de Janeiro de 1513, pp. 191-192 e doc. 4502 de 1 de Março de 1514, pp. 241-242.

[542] ANTT., *Inquisição*, Códice 90 fls. 44 e 44 v.º.

[543] Cfr. Lawrence Stone, *The Family, Sex And Marriage In England 1500-1800*, London, Penguin Books, 1990. pp. 70-71.

nas lides do lar, administrando a casa e educando os filhos, o papel da mulher é fulcral em caso de cabeça de família. Na situação de viúva, assumia a responsabilidade e gerência dos bens familiares[544].

Outra das vias que os Paz escolheram para a sua promoção social, foi o ingresso nas ordens religiosas. Além de Duarte de Paz, comendador da Ordem de Cristo, António e Isidro de Paz, primos, filhos de Diogo o-velho e mestre João, respectivamente, compram o hábito para ingressarem nas ordens de Avis e Santiago.

Quem quisesse ingressar na Ordem de Avis e Santiago, no caso dos freires cavaleiros, teria que preencher três regras básicas: a honestidade da pessoa, a importância da sua fazenda e a isenção de qualquer pena disciplinar[545]. Os dois Paz preenchiam essas prerrogativas. A 31 de Janeiro de 1538 Isidro é investido do hábito de Santiago[546]. Cerca de dois anos depois, a 11 de Dezembro de 1540, o seu primo António, entra para a Ordem de Avis[547].

A Universidade acolheu igualmente alguns elementos desta família. Jorge de Paz, estudara em Salamanca e Roma, e interveio na vida académica, no corpo de alunos daquela primeira escola. Um dos seus primos, Fernão Lopes de Paz, viera para Lisboa, tornando-se um professor conceituado, e já integrava em 1542 o Conselho académico do Estudo Geral de Lisboa, tendo a seu cargo a regência da cadeira de Cânones[548].

Com tanto prestígio, e tantas e variadas pessoas de inteira confiança próximas do poder, o que era um sinal evidente da capacidade de influenciar acontecimentos e altas figuras ligadas à Coroa e ao poder político, alguns dos membros desta família de cristãos-novos vão perpetuar a memória dos seus "feitos" e da "glória" alcançada. Esta questão remete-nos para o domínio do simbólico e do que isso representa para a identidade e reprodução familiar, e também para reforço da coesão interna do grupo. A estratégia, que passava pelo estreitamente de laços com instituições de cariz

[544] Maria José Pimenta Ferro Tavares, Os *Judeus em Portugal no século XV*, ed. cit., p. 227.
[545] Veja-se Maria Cristina Gomes Pimenta, *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média*. *O Governo de D. Jorge,* Palmela, Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, Câmara Municipal de Palmela, 2002, p. 230.
[546] ANTT, *Colecção Especial*, caixa 75, Maço 1.
[547] *Ibidem*, *Convento de Palmela,* 3º suplemento, Livro 20, fls 72 e 73.
[548] *Actarium Chartularii Universitatis Portugalensis*, organização de A. Moreira de Sá, Vol. III, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, doc. MCXIX, 10 de Junho de 1532; MCXX, 19 de Junho de 1532; MCDLX, 27-28 de Março de 1537.

assistencial, objectivo plenamente satisfeito, ia até à aquisição de morgados e de pedras tumulares.

António de Paz, conhecido mercador de Entre Douro e Minho, detentor de negócios um pouco por todo o Norte e em Lisboa, faz-se sepultar na Sé do Porto - um dos monumentos carregados de grande simbolismo da cidade - com as insígnias de cavaleiro da Ordem de Avis. Ao seu lado repousará o sogro, Simão Gomes. Ficará eternamente no pavimento da capela de S. João Evangelista, num espaço que contém a inscrição: "*Aqui jaz Antonio de Paz cavaleiro da Ordem de Avis e administrador que foi desta capela.*"[549] Era o fim de uma caminhada, de uma vida de contínua persistência em prol da limpeza de uma condição de inferioridade[550], imposta pela sociedade, que lembrava a todo o momento que tipo de sangue lhe corria nas veias.

Este epitáfio, que realça a dignidade de cavaleiro, transmite uma manifesta busca de prestígio familiar, procurando António de Paz, e o seu sogro Simão Gomes, aproximar-se das mais ilustres figuras do meio urbano portuense, reivindicando dessa forma um lugar na memória da cidade. Em suma, realce-se, as diferentes "classes" e fracções de "classes" estão envolvidas numa luta sem quartel, de cariz simbólico para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo de tomadas de posições simbólicas da vida quotidiana, reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais[551].

Ao cair do pano de uma época de prosperidade, os túmulos de António de Paz e de Simão Gomes, assinalavam, não apenas a presença tumular dos corpos de dois mercadores, que haviam vivido e feito fortuna no *Norte Atlântico*, mas a sepultura de dois cavaleiros, a quem se devia prestar a devida homenagem.

[549] Sobre estas sepulturas v. Carlos de Passos, " Porto – Notícia Histórico-Archeologica e Artistica da Cathedral e das Egrejas de Cedofeita e S. Francisco", *Monumentos de Portugal*, n.º 3, Porto, Litografia Nacional-Edições, 1929, pp. 44-45.

[550] Haverá fidalgos na corte de D. Pedro II, descendentes de António de Paz, que negarão a sua ascendência cristã-nova. Vide D. António –Xavier da Gama Coutinho, "Atribulações Causadas A Uma Família Pela Sua Estadia No Porto", *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Junho, Fascículo 2, Vol. V, 1912, pp. 189-205 e pp. 318-319. O autor confunde António de Paz com os Paz de Tradamora, mas rapidamente percebe que factos contraditórios nas genealogias que se fizeram no século XVIII para as limpezas de sangue.

[551] Aplicamos as considerações de Pierre Bourdieu sobre o poder simbólico. Vide *O Poder Simbólico*, ed. cit., p. 11.

4. As Armas – o nome e o sangue gravados a ouro.

O que distinguia os homens numa sociedade profundamente hierarquizada era a sua descendência, o seu sangue, o seu nome. A transmissão do nome de família, de geração em geração, identificava uma tradição familiar, a sua memória e o seu património simbólico.

A tradição documental não nos esclarece de que forma o nome Paz foi atribuído a uma família de judeus que imigrara de Castela para terras portuguesas. Nos anos conturbados de 1496 e 1497 aparecem, após a conversão "geral", vários físicos e cirurgiões cristãos-novos com apelido de Paz. Um de entre todos vai emergir, como distinto astrólogo da Corte, físico e cirurgião do Rei, oficial das alfândegas do Norte do Reino e cobrador de impostos: mestre João, morador, inicialmente, em Guimarães, e depois no Porto. Esfumou-se no fluir do tempo o registo do brasão de armas da família. A carta não se encontra registada na Chancelaria. Lacuna documental que, de forma similar, é extensível a outros casos de conversos enobrecidos, que viam ser-lhes limpas e supridas as máculas de sangue israelita[552]. A memória escrita, preservada pelos nobiliários, revela que em 1496 mestre João teria recebido as «armas» de D.Manuel I. Era comum o monarca galardoar quem se distinguia ao serviço. E não foram poucos os cristãos-novos que ao longo dos séculos XV e XVI alcançaram a dignidade de cavaleiros-fidalgos com brasão de armas[553]. Um dos netos de mestre João, Tomé Pegado de Paz, testemunha à Inquisição portuguesa, em 1578, que teria transportado durante algum tempo um pergaminho constava os privilégios de fidalgo e cidadão do avô. Segundo as suas próprias palavras: "*priuilégios que trazia de seu auou que trazia em pergaminho* […]. *E*

---

[552] Veja-se o exemplo de Bernardim Esteves, cristão-novo que se encontrava, igualmente, ligado à Fazenda, enobrecido por D. João III. A carta de brasão de armas não se encontra registada na Chancelaria, desconhecendo-se onde foi sepultado. Porém, sabe-se que tinha capela na igreja de Nossa Senhora da Sebonda, em Alcochete. Repare-se, dois casos em tudo idênticos a mestre João, quanto à cota de armas e à sua sepultura. Veja-se João Cordeiro Pereira, "A Estrutura Social e o seu Devir", *Op.* cit., p. 310.

[553] João Cordeiro Pereira dá-nos quatro casos: Gaspar Pacheco; Bernardim Esteves, Cristóvão Esteves; mestre Nicolau Coronel. Os dois primeiros, funcionários da Fazenda, Cristóvão Esteves da máquina judicial. Estes receberam distinção do rei *Piedoso*. O último, físico, enobrecido por D. Manuel. Vide João Cordeiro Pereira, "A Estrutura Social e o seu Devir", pp. 304, 307, 310 e 311.

pregumtado que preuilégios eraom dyse que eraom de como se conuertera de judeu a cristaom que eraom priuilégios de fydallgo e çidadaom [554].

Será que o pergaminho de que Tomé falava fazia referência ao brasão familiar? O texto do interrogatório a que o neto do físico foi sujeito na casa do capítulo da Inquisição de Lisboa, não é esclarecedor quanto a esse ponto. A descrição heráldica do brasão chegou-nos por outras vias. No *Theouro da Nobreza das Famílias Gentílicas do Reyno de Portugal*, editado em 1799, Frei Manuel de Santo António, assinala que a família Paz tinha "*por armas, em campo azul quatro rosas de sua cor, refendidas e perfiladas de oiro acantonadas em anéis huma patena de prata; em 24 de Janeiro de 1496 em que se festeja a Virgem Nossa Senhora com o título de Paz, e por esta rosa tomou este apellido; instituiu morgado e descendem delle alguns fidalgos da província do Minho.*"[555]

No jogo simbólico figurativo do brasão, o elemento central são as rosas, componente da natureza que está associado à paz, à concórdia, à harmonia. Numa sociedade dominada por convulsões sociais e pelo problema da integração forçada/êxodo de uma minoria, de que o próprio contemplado era membro, a palavra «Paz»[556] e as rosas figuradas no brasão, remetiam para um apaziguamento social, certamente muito desejado pelo detentor do ceptro Real, que poucos meses antes se sentara no trono[557], sendo umas das suas primeiras medidas libertar os muitos judeus que encontravam cativos desde o tempo de D.João II. Damião de Góis reserva um capítulo da Crónica do "Rei Emanuel" às medidas que o *Venturoso* tomou para libertar esses filhos Abraão e Moisés. Numa das passagens, o humanista escreve: "*Mas elrei dõ Emanuel, q em humanidade, liberalidade, clemēçia e virtude a ninhum Rei christão foi inferior, tanto que regnou libertou logo estes Iudeus captivos, e lhes deu poder pêra de suas pessoas disporē às suas vôtades.*"[558]

---

[554] IANTT, *Inquisição de Lisboa*, Processo n.º 10906, fols. 9 v.º e 10.(transcrição em anexo Anselmo Braacamp Freire, *Armaria Portuguesa*, [s.l,] Cota D'Armas - Editores e Livreiros, 1989, p. 380.

[555] B.A., Fr. Manuel de Santo António, *Thezouro da Nobreza...*, Códice 50-V-18, p. 225. Anselmo Braacamp Freire, *Armaria Portuguesa*, loc. cit., descreve do seguinte modo o brasão familiar dos Paz: "*Tinha por armas, em campo azul quatro rosas de sua cor, refendidas e perfiladas de ouro acantonadas em anéis. E, de prata, aberto, guarnecido de ouro, Paquife e Virol, de azul e prata.*"

[556] Em conversa com a Dr.ª Florbela Veiga Frade, foi-me dito que palavra «Paz» em hebraico tem um significado que não só o da sua etimologia em português, significando "brilho", "prateado".

[557] Relembre-se que em finais de 1495 D. Manuel é investido como Rei, e a cota de amas de mestre João terá sido atribuída poucos meses depois. Sublinhe-se ainda que o nome "Paz", também será atribuído por D. Manuel ao seu filho: Miguel da Paz, que não sobreviverá, fruto do seu casamento com a filha dos Reis Católicos, Isabel, que também morrerá após o parto da criança.

[558] Damião de Góis, *Op.* cit. p. 24.

Voltando ao nome da família, e ao que poderá ter significado com a sua atribuição, Leite Vasconcelos defende que «Paz» talvez fosse uma derivação do hebreu *xalóm*[559]. Na Holanda aparecerá com frequência o apelido *Salom*, nos judeus portugueses, cuja definição em hebraico é «paz», correspondendo deste modo à significação ao sobrenome e apelido português, segundo aquele etnógrafo[560].

Uma família espanhola que se considerava descendente do Infante D.Pedro, filho de D. Afonso X, o sábio, tinha também o nome Paz. D. Sancho de Paz possuía o senhorio de Ladesma. Um dos seus muitos filhos, Luís Álvaro de Paz, homiziou-se em Portugal, por ter sido acusado de um homicídio. Esta família era brasonada. O seu brasão era de fundo de azul, com dez besantes (patenas) de ouro. Curioso reparo, o brasão supostamente atribuído a mestre João, também tinha fundo azul, mas só figurava, ao centro, um besante (patena), igual aos anteriores citados, só que em prata[561]. Podemos ir ainda mais longe nesta analogia. Em Castela, havia um Sancho de Paz, que se encontrava ao serviço da Fazenda[562], com um cargo em tudo idêntico aos que muitos elementos da família de Entre Douro e Minho dispunham. Acrescente-se que nos judaizantes de Toledo, habilitados pela Inquisição, figuram, entre outros, Angelina e Marioa, filhas de Juan de Paz[563]. O que significarão estes factos? Simples coincidências? São questões para as quais, por agora, não encontramos respostas adequadas, nem dispomos de elementos que nos habilitem a uma explicação coerente.

O enobrecimento e atribuição de cota de armas aos Paz é um dos aspectos mais controversos e discutidos que se relacionam com esta família de conversos. Nos registos das chancelarias nada consta, nem qualquer outro diploma foi encontrado que prove tal mercê, apesar das genealogias o descreverem minuciosamente. A comprovar-se a hipótese que estamos diante de uma família brasonada, e tudo indica que sim, as armas correspondentes ao seu enobrecimento e fidalguia serviam bem o propósito de legitimação e glorificação de uma linhagem de cristãos-novos que

---

[559] J. Leite de Vasconcelos, *Antroponímia Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1928, p. 401.
[560] Idem, *ibidem*, p. 407.
[561] Vide *Armorial Lusitano*, de Afonso Martins Zuquete, col. de António Machado Faria, Lisboa, Geneologia e Heráldica, 1961, p. 422, e António Villas Boas e Sampayo, *Nobiliarchia Portugueza. Tratado da Nobreza Hereditária e Política*, 1708, p. 315.
[562] Veja-se, por exemplo, a referência em Ramón Carand, *Carlos V e sus Banqueros*…p. 201.
[563] Francisco Cantera Burgos, Pilar Leon Tello, *Judaizantes del Arzobispado de Toledo Habilitados por la Inquisición en 1495 y 1497*, Madrid, Talleres Gráficos, Bermejo, 1969, p. 62.

acabara de alcançar o mais alto escalão da sociedade. O novo símbolo heráldico iria ser hasteado sempre que necessário, permitindo apagar um passado familiar, maculado pela memória de uma ancestralidade hebraica.

IV

INQUISIÇÃO E INTEGRAÇÃO

1. Entre a Integração e a Assimilação Forçada

O que teria levado os cristãos-novos a temerem, a recusarem logo no primeiro momento, de forma indefectível, a entrada da Inquisição em Portugal?

A integração forçada dos judeus nas "sociedades cristãs" da Península Ibérica e a discussão sobre a condição de cristão-novo são dois pontos que têm, neste âmbito, em nosso entender, de ser inevitavelmente problematizados. O que era ser cristão-novo? Porque é que Portugal solicita o estabelecimento da Inquisição no seu território? Teria o alinhamento externo do Reino implicação directa na definição da política interna? O que é que estava verdadeiramente em jogo, quer para a Coroa, quer para os cristãos-novos?

Para se descortinar estas questões é necessário ter presente, em primeiro lugar, que os judeus que se haviam convertido ao cristianismo em 1496-7, por vontade própria ou compulsivamente, foram, na sua grande maioria, incorporar os estratos médios e superiores da sociedade, ocupando cargos de relevo na Universidade, na administração da Fazenda, na Corte, e até na hierarquia religiosa, continuando uma grande fatia dessas pessoas a desenvolver actividades relacionadas com o comércio e o sector financeiro.

Apesar de providenciar protecção social aos "novos cristãos", plasmada em legislação que ia sendo promulgada[564], o "projecto" de integração sócio -religiosa de D. Manuel I, que procurava manter os antigos judeus em Portugal, mas intentava integrá-los à força erradicando qualquer tipo de comportamento menos ortodoxo, falhou em muitos dos seus pressupostos[565]. De resto, o sintoma de mal-estar tornou-se evidente desde início, por via da discriminação que passou a ser alvo a minoria que se havia convertido ao cristianismo, pela maioria que dominava a sociedade, através de leis de "limpeza de sangue"; na sobrecarga fiscal; na barragem a determinados cargos electivos[566]. Aos antigos judeus que se haviam baptizado era-lhes sempre lembrado a sua antiga profissão de fé. E os descendentes dos judeus

[564] Nas Ordenações, nos Alvarás régios, nos Perdões e Legitimações, na confirmação de cargos e ofícios.
[565] Vide Elvira Cunha Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra no Século XVI. A Instituição, os Homens e a Sociedade.* Porto, Função Engenheiro António de Almeida, 1997, p. 43.
[566] Sobretudo no poder local. Vide Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Los Judios em Portugal*, ed. cit, p. 178.

convertidos ao cristianismo foram, igualmente, objecto de várias formas de descriminação, devido à sua "impureza de sangue", e olhados com suspeição em matéria de fé; mas esta desconfiança não justifica a presunção da parte dos historiadores que tenha correspondência na "realidade"[567]. O problema é muito mais complexo na sua raiz, e nem sempre é abordado com a mesma coerência. Herman Prins Salomon tem vindo a terreiro, levantando questões que são difíceis de responder, mas que são fundamentais para se entender melhor uma realidade difícil de entender. Afinal, conclui este investigador, o modo de proceder da Inquisição portuguesa – que não foi concebido no intuito de distinguir entre culpa e inocência – considerava qualquer réu, uma vez rotulado de Cristão-Novo – *ipso facto*, um judaizante potencial[568].

Um dos grandes obstáculos a uma integração efectiva da minoria sefardita centrou-se na hostilidade das massas, que irrompia como uma vulcão adormecido ao menor acontecimento provocador, sobretudo em épocas de dificuldade económica e de contestação social[569]. Os levantamentos populares contra os cristãos-novos, registados na cidade de Évora em 1504, e na cidade de Lisboa nos anos de 1504 e 1506[570], são a prova cabal do clima de tensão vivido na sociedade portuguesa, decorrida que estava uma década sobre os baptismos em massa, não deixando de traduzir, por conseguinte, um difícil relacionamento e uma problemática aculturação[571] entre as duas comunidades. Os decretos aprovados, primeiro por D.

567 Robert Rowland, "New Christians, Marrano, Jew", *The Jews and the Expansion of Europe to the West*, 1450 to 1800, Edited by Paolo Bernardini & Norman Fiering, New York-Oxford, Berghahn Books, 201, p. 26. Este artigo levanta problemas fundamentais no tocante à questão em análise: integração dos cristãos-novos e a sua verdadeira confissão.

568 Herman Prins Salomon, "Reaberto o debate entre I.S. Révah e A. J. Saraiva sobre o criptojudaismo peninsular?", *Cadernos de estudos Sefarditas*, n.º 5, pp. 89-114, p. 90.

569 O que já havia acontecido durante a Idade Média, em inúmeros locais do Reino, contra os Judeus.

570 Sobre este autêntico massacre Veja-se o "livrinho" publicado por Susana Bastos e Paulo Mendes Pinto, *Lisboa, 19 de Abril de 1506. O Massacre dos Judeus*, Lisboa, Aletheia, 2007.

571 Será que poderemos falar, neste caso, quando analisamos o relacionamento entre cristãos-novos e "velhos", de uma questão de aculturação? Este conceito tem sido ultimamente pouco utilizado pelos antropólogos e historiadores. Contudo, poderá ter aqui alguma operatividade. Com os baptismos, forçados ou de livre-vontade, de muitos judeus, vamos situarmo-nos diante de duas culturas diferentes, que não se encontram ao mesmo nível. Por um lado, uma minoria letrada, ocupando uma posição "intermédia" na sociedade, e dispondo de uma formação cultural onde se incluíam tradições e saberes milenares que circulavam no Mediterrâneo; no outro lado, uma maioria "diversificada", com os escalões mais baixos na sua grande maioria analfabetos, e os estratos médios e superiores com uma formação cultural de cariz católico, mais fechada à novidade. Esta última, como cultura dominante, tende a impor as suas regras, logo subordinando a outra cultura para fazer prevalecer as suas matrizes culturais, não aceitando assim as novas propostas que em muitos casos são veiculadas por uma minoria mais activa sob o ponto de vista cultural e material. Sobre o conceito de aculturação, Vide Peter Burke, "Uma questão de aculturação?", […], *O Mundo como Teatro. Estudos de Antropologia História*., Lisboa, Difel, 1992,

Manuel e em seguida por D. João III, que visavam salvaguardar alguns dos direitos fundamentais dos conversos, não foram suficientes para travar a fractura social entre cristãos-novos e cristãos-velhos, formando-se um gueto social, imposto por pressão religiosa, política, penal e social[572], a que não serão alheios os aspectos que se prendem com evolução económica e social do tempo[573].

O professor António Borges Coelho viu bem o problema: poderiam ser só 2000 famílias cristãs-novas mas incomodavam muitos sectores da sociedade. E incomodavam, diz-nos o historiador da Inquisição de Évora, porque tinham grande poder económico, nacional e internacional, e este poder tendia a apropriar-se do poder político e ideológico que estava, em última instância, nas mãos do alto clero[574].

Relegados para um lugar secundário pela maioria da sociedade, os cristãos-novos eram vistos como uma espécie de «casta» inferior. A exclusão, ou mesmo a eliminação física de alguns dos seus membros influentes, juntamente com o controlo social a que ficam sujeitos, da década de trinta do século XVI em diante, tem como propósito fundamental decapitar a sua liderança e exercer pressão sobre a restante comunidade conversa, tentando integrá-la violentamente, pois muitos dos cristãos-velhos invejavam o seu modo de vida, o seu sucesso financeiro, a sua notável capacidade empreendedora e ambicionavam ocupar os seus lugares[575].

Relacionando-se com a animosidade de que os conversos são alvo, surge o problema da sua "verdadeira" confissão, tal como anteriormente apontado. Voltemos à questão. Até que ponto eram os cristãos-novos judaizantes? Ou teria a Inquisição forjado o «judaizar marrânico»? Eis um debate que tem irrompido com grande fulgor na historiografia. O próprio Samuel Usque, autor israelita do século XVI, uma das fontes principais para este período, não nos resolve cabalmente a dúvida, e detectamos até alguma contradição nas suas posições; advogando inicialmente que

pp. 89-97.

572 Nas palavras do Professor António Borges Coelho, *Inquisição de Évora. Dos Primórdios a 1668*, Vol. 2, Lisboa, Editorial Caminho, 1987, p.81.

573 Como bem lembra I. S. Révah, "Les Marranes Portugais et l'Inquisition au XVIe siècle", [...] , *Études Portugaises*, Publiées par les soins de Charles Amiel, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1975, p. 195.

574 António Borges Coelho, *Inquisição de Évora. Dos Primórdios a 1668*, Vol. 2, Lisboa, Editorial Caminho, 1987, p. 87.

575 Sobre este "controlo social", Veja-se Francisco Bethencourt, *Inquisição e controle social*, Separata da Revista *História e Crítica*, n.º14, Lisboa, 1987, p. 15.

os cristãos-novos portugueses quase esqueceram a sua antiga "lei", refere em passo seguinte, com alguma incoerência, que as suas almas nunca mudaram[576].

António José Saraiva[577] defendeu de forma polémica que a Inquisição "fabricava" judeus, com o intuito de jogar mão dos bens e cabedais de um estrato social bem demarcado em ascensão: a burguesia[578]. Por isso, este historiador criticava os que defendiam uma associação entre «judeus» e «cristãos-novos», considerando as duas entidades inteiramente distintas. A tese de António José Saraiva confronta-nos com uma realidade complexa[579]. Na verdade, muitos dos cristãos-novos eram cristãos convictos, muitas famílias conversas tiveram os seus membros plenamente integrados na "sociedade cristã", professando uma fé "sincera", associando-se em negócios e em casamento aos cristãos-velhos. Outras famílias seguiram um caminho diferente. Preferiram continuar a praticar a sua antiga religião, quase sempre em segredo, convivendo de forma cúmplice com aqueles que viviam de maneira similar[580]. Os estudos realizados com base nas fontes hebraicas revelaram: 1) que no momento em que a Inquisição é introduzida na Península Ibérica, primeiro em Castela, décadas mais tarde em Portugal, a imensa maioria dos denominados «marranos» eram cristãos; 2) ao identificar todos os conversos com uma secreta heresia judaizante, as Inquisições ibéricas criaram uma falsa realidade; 3) essa maneira de proceder teve muito mais a ver com o ódio racial e factores de ordem política do que propriamente com o zelo religioso de uma comunidade[581].

O facto essencial nas sociedades não deixa de ser a estrutura das funções sociais e, consequentemente, as tensões entre diferentes funções[582]. À medida que a divisão de funções, numa comunidade, vai aumentando e tomando formas complexas na sua estruturação, mais os seres humanos dependem uns dos outros, de um dar e receber, e mais intensamente se ligam, pela simples razão de só poderem assegurar a sua

---

576 Samuel Usque, *Consolação às Tribulações de Israel*, Ed. de Ferrara de 1553, com estudos introdutórios de Yosef Hayim Yerushalmi e José Vitorino Pina Martins, Tomo II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, fol. ccvi v.º.

577 António José Saraiva, *Inquisição e Cristãos-Novos*, 4ª ed., Porto, Editorial Inova Limitada, p.24.

578 Que como vimos, é um grupo social heterogéneo.

579 Veja-se a análise crítica às propostas de António José Saraiva, que é feita por Elias Lépiner, *Os Baptizados de Pé. Estudos da Origem e da luta dos Cristãos-Novos em Portugal*, Lisboa, Vega, 1998, pp.405-416.

580 Veja-se Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Los Judios em Portugal*, […], p. 308.

581 Benzion Netanyahu, *Los Marranos Españoles segun las Fuentes Hebreas de la Época (siglos XIV-XVI)*, 2ª ed. em língua castelhana, tradução revista e aumentada com adenda e epílogo da terceira edição em língua inglesa, Valladolid, Junta de Castilla y León, 2002, pp. 20-21.

582 Veja-se o que a este respeito o pensamento de Norberto Elias, *A Sociedade dos Indivíduos*, ed. cit., p.64.

vida, e a sua existência social, numa interligação com muitos outros. Não obstante, quando uns, graças aos instrumentos de poder que têm ao seu dispor, podem afastar, rejeitar e "anular" os outros, alimentando-se desta subjugação para assegurar o seu domínio e realização da sua existência social, criam-se, na teia de seres humanos interdependentes, tensões que impulsionam mudanças estruturais na sociedade[583].

De 1530 em diante estão a dar-se na sociedade portuguesa, justamente, essas mudanças estruturais que conduzem ao bloqueio das forças mais activas. Estamos perante uma sociedade que quer segurar a todo o custo os privilégios dos estratos tradicionais que permaneciam secularmente no topo. A nova dinâmica empreendida por famílias conversas como os Paz, representava de certa forma uma ameaça que era necessário afastar, para a hierarquia de privilégios poder continuar a reproduzir-se. Daí a Inquisição representar a chave para defender o ponto de vista do grupo que funcionava como sujeito histórico[584]. Nessa instituição cabiam o medo, o ódio, a inveja, as falsidades, a denúncia mesquinha. As visitações que o Santo Ofício fazia a uma determinada região, rodeadas de simbolismo, pompa e circunstância, serviam para lembrar aos habitantes desses lugares a sua omnipresença, o seu poder, provocando dessa forma um maior volume de denúncias[585].

A Inquisição reprimia de forma violenta um sector da sociedade que se acantonava nos ofícios mecânicos, na administração e no comércio, mantendo acesa na consciência dos descendentes dos judeus a sua ascendência, o que dificultava uma "real" e "total" integração desses indivíduos na vida social. Assim, infere-se que o judaísmo dos cristãos-novos portugueses, quando permaneceu activo, não se ficou unicamente por uma tradição transmitida de geração em geração dentro das paredes das suas casas. Foi também uma representação cultural das suas vidas, feita pela Inquisição e pelo resto da sociedade[586], funcionando como um espelho deformador. Dadas as dificuldades da transmissão cultural clandestina, da sua religião, tornou-se inevitável que muitos dos cristãos-novos viessem a reconhecer-se na representação do judaísmo que repetidamente lhes era feita a partir do exterior. Completava-se o

---

[583] Idem, *ibidem*, p. 64-65.
[584] António José Saraiva, *Inquisição e Cristãos-Novos*, ed. cit.,
[585] Veja-se o que a este respeito escreve a Professora Elvira Cunha de Azevedo Mea, *Op.* cit., pp. 209-211.
[586] Robert Roland, *Op.* cit, p. 137.

círculo. A sociedade, a maioria da sociedade, não os integrara, e via-os como um "corpo" estranho.

Por uma ironia da História o historiador/investigador, no último século, substituiu o inquisidor e o genealogista encarregue de fazer a "limpeza de sangue", ao inquirir e investigar, isolando factos e pessoais, imputando práticas religiosas e sociais, apontando o dedo àquele que tem ascendência hebraica, ao que pratica o judaísmo, ao cristão-novo que por todos os seus meios quis ocultar o seu sangue e a sua identidade. No inventário dos processos da Inquisição, na concepção e construção das árvores genealógicas, vasculhando infindas massas documentais o investigador mantém viva, afinal, a origem social e religiosa daqueles em cujas veias corria sangue hebraico. Espreitando por cima do ombro do inquisidor[587], o investigador vai anotando factos e fazendo árvore da família. Quantas não são as ocasiões em que o coração bate mais forte e é dado um salto na cadeira por se ter encontrando o elo de ligação que provava a ascendência hebraica do mercador que traficava em locais longínquos, do nobre que ascendera aos mais altos lugares na Corte, do religioso que se esforçara por mostrar o seu zelo religioso? O que o Santo Oficio, em muitos casos, não conseguiu provar, ou a manha de alguns logrou ludibriar os acusadores e os inquisidores, coloca o historiador a descoberto com os modernos meios de investigação. É certo, com um sentido completamento oposto ao do inquisidor, e ainda que, como sublinha Prins Solomon, o historiador «marranista» conceda a sua simpatia às vítimas «marranas» da Inquisição, que é proporcional à sua solidariedade para com o «povo judeu», incluindo *conversos, gente da nação, cristãos-novos*, o seu objectivo final é compreender de que forma se processou os fenómenos de exclusão e discriminação social, e como actuou a Inquisição.

A actividade da Inquisição portuguesa está documentada por cerca de 40.000 processos, pelas denúncias que foram registadas uma após a outra, de vizinhos e parentes, pelos cadernos do promotor, por habilitações que eram feitas para ilustrar a honra, pela correspondência trocada entre os vários tribunais. Inicialmente, em 1536, coma bula que institui a Inquisição, o tribunal funcionou na diocese de Évora, onde residia a Corte. Em seguida passou a Lisboa. Em 1541, com o intuito de *vigiar* e *punir*

[587] Neste ponto inspiramo-nos, mas percorrendo um caminho diferente, no artigo de Carlo Ginzburg, "O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações", in *A Micro-História e Outros Ensaios*, Lisboa, Difel, 1991, pp. 203-214.

os que eram acusados de heresia, foram criados quatro tribunais, no Norte e Centro do País: Porto, Coimbra, Lamego e Tomar, que se juntam a Évora. Mas a estrutura deste tribunal religioso, não se vai manter uniforme, nem no tempo, nem no espaço. Em 1548 apenas funcionavam dois tribunais: o de Lisboa que cobria o Norte e o Centro do Reino; e o de Évora que tinha a jurisdição do todo o Sul. Em 1560 estabeleceu-se a Inquisição em Goa, em 1565 é finalmente constituído o tribunal de Coimbra, que passou a cobrir todo o Norte e Centro do espaço metropolitano português[588].

Construindo uma ampla rede de denunciadores, a Inquisição funcionou como um autêntico aparelho ideológico repressivo[589], instrumento do poder eclesiástico e nobiliárquico[590], ao serviço de um Estado que se reforçava e burocratizava, mas que defendia tenazmente um certa ordem social baseada no estatuto e no sangue. Os instrumentos de controlo social passavam pela vigilância da prática religiosa, catequese, a confissão, a delação, audição e presença na liturgia. Na interpretação que faz dos factos, a investigadora Maria José Pimenta Ferro Tavares, defende que o santo Ofício iria ser uma espada de Dâmocles estendida sobre ambos os grupos em confronto: sobre o maioritário, numa tentativa de controlar a sua violência para com o minoritário, sobre este, numa exigência de vigilância do seu comportamento religioso, para uma integração efectiva na unidade que a maioria defendia[591]

---

[588] Para recolha destes dados, consultamos, Francisco Bettencourt, *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*, Lisboa, Circulo dos Leitores, 1994, pp.44-47.

[589] No essencial, a teoria marxista defende que o Estado é uma máquina de repressão ao serviço das classes dominantes, que detêm nas suas mãos o poder. O Estado e os seus instrumentos repressivos asseguram a dominação da classe dominante sobre as outras, submetendo-as e sujeitando-as à extorsão e exploração. O Estado é, neste caso, como Marx e os seus seguidores definiram, um *Aparelho* (de Estado). Escreveu Karl Marx numa das suas obras: "*Todas as revoluções aperfeiçoavam esta máquina, em vez de a destruir. Os partidos que lutavam alternadamente pela dominação, consideravam a tomada de posse deste imenso edifício do Estado como presa principal do Vencedor*." Veja-se Karl Marx, *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte,* tradução de José Barata-Moura e Eduardo Chitas, Lisboa, Edições de Avante, 1984, p.125.

Louis Althusser acrescentou ao corpo das instituições que representam o *Aparelho repressivo* do Estado, os *Aparelhos ideológicos* do Estado: a escola, a imprensa, o corpo jurídico, por exemplo. Vide Louis Althusser, *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, 3ª ed., Lisboa, Editorial Presença/Martins Fontes, imp. 1980, pp. 41-52. Seguindo de perto esta perspectiva, a Inquisição era em simultâneo, um *Aparelho repressivo* e *ideológico.*

[590] A Inquisição seria, assim, um aparelho de poder das forças sociais que se defendiam, por sua vez, de outras sociais; a violência institucionalizada, tal como referimos na nota anterior, como uma arma de poder do poder institucionalizado: político, económico, cultural e social. Vide as conclusões a que chega José Veiga Torres, com base em dados estatísticos, da actuação da Inquisição, ainda que se tenha que ler com alguma cautela, as generalizações de dados. "Uma Longa Guerra Social: os Ritmos da Repressão Inquisitorial em Portugal,", *Revista de História Económica e Social*, n.º 1, Janiero-Junho de 1978, pp. 55-63.

[591] Maria José Pimenta Ferro Tavares, "O «Compellere Intrare» Inquisitorial, *Judaísmo e Inquisição,* ed. cit., p. 180.

Nos corredores da Cúria romana tem início, por volta de 1530, uma renhida luta, que durará mais de uma década. A família Paz participa ao mais alto nível no longo pleito que se trava entre os cristãos-novos portugueses e D. João III e os seus enviados diplomáticos a Roma. Em discussão, encontrava-se a introdução em Portugal dum tribunal que julgasse crimes de cariz religioso. O representante dos cristãos-novos em Roma é, nada mais, nada menos, um dos "homens-fortes" dos Paz: Duarte, pretenso sucessor de seu pai, mestre João, à frente da família. Mas, na verdade, o seu destino haveria de ser bem outro

2. A luta contra o estabelecimento da Inquisição – Duarte de Paz um líder dos cristãos-novos em Roma (1532-1538)

Quando D. João III entabula negociações com a Santa Sé, no início da década de trinta do século XVI, com o objectivo de instalar em Portugal a Inquisição, os cristãos-novos portugueses não cruzaram os braços. Ao mesmo tempo que procuravam reunir meios financeiros e angariar os apoios políticos necessários para contrariar a diplomacia do *Piedoso* na Santa Sé[592], os conversos elegem um representante para defender a sua causa junto da Cúria romana . Não se sabendo pormenores acerca das movimentações políticas no interior da comunidade marrana lusitana, constata-se, porém, que Duarte de Paz[593] aparece em Roma como um homem activo e hábil, a quem foram confiadas as armas da gente hebreia, isto é, os avultados cabedais que são imediatamente disponibilizados para a defesa da sua causa[594]. O Núncio romano em Portugal tinha noticia que Duarte de Paz estava ao serviço dos cristãos-novos. Em carta endereçada a Roma escreve "*Era bem vero che poi gli era lá, li haveano ordinato procurasse per tutti.*"[595]

[592] A Carta de Marco Vigerio della Rovera, núncio permanente da Santa Sé, em Portugal, a Jacopo Salviati, é bem um testemunho esclarecedor sobre a forma como os cristãos-novos estavam a reunir fundos.

[593] A maior parte dos autores denomina este cristão-novo por «Duarte da Paz», no entanto, na documentação manuscrita aparece a designação de «Duarte de Paz», tal como outros membros da família são citados por «de Paz». Em estudo recente revelámos, com base em documentação inédita, novos dados biográficos sobre Duarte de Paz. Vide Carlos Manuel Valentim, "Duarte de Paz: um líder da comunidade sefardita portuguesa em meados do século XVI", *Rumos e Escrita da História. Estudos de Homenagem a A. A. Marques de Almeida,* Coordenação de Fátima Reis, Lisboa, Edições Colibri, 2007, pp. 175-190.

[594] Vide Alexandre Herculano, *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, introdução de Jorge Borges de Macedo, Tomo I, Lisboa, Livraria Bertrand, 1979, pp. 243-244.

[595] Carta de Marco Vigerio della Rovere à Jacopo Salviati, Lisboa, 4-15 de Outubro de 1532, *La Correspondance*

A partir de 1532, e sensivelmente durante os seis anos seguintes, o filho mais velho de mestre João vai desdobrar-se em contactos junto do Papa e dos principais Prelados da Santa Sé; luta em prol dos direitos dos cristãos-novos, contrariando a acção dos diplomatas ao serviço de D. João III; e negoceia e obtém algumas bulas[596]. Restam poucas dúvidas, que este cristão-novo se encontre no centro da política europeia, encetando contactos ao mais nível, envolvendo-se com os representantes dos vários Estados europeus em Roma, tratando e despachando assuntos directamente com o Papa e com o governo da Igreja. A sua acção em Roma, diz-nos muito sobre o imenso poder e protagonismo que a família Paz tinha entretanto amealhando.

Face à obstinada política galicana levada a cabo pela Coroa portuguesa, Duarte de Paz vai pugnar pelo perdão absoluto para todos aqueles (cristãos-novos) que se achassem culpados de "*erros contra a fé*"[597]. Todavia, o seu exercício diplomático nos corredores da Santa Sé não ficará isento de controvérsia. Para atingir os objectivos a que se propôs, entrou numa perigosa conduta dúbia e num incerto "jogo" duplo. E ainda que demonstrasse audácia nos círculos diplomáticos e políticos de Roma, foi afastado em 1538 da função de representante dos cristãos-novos. Registe-se, em abono da justiça, as vitórias que alcançou, nomeadamente a publicação de bulas que consignavam privilégios adquiridos e impediam "julgamentos sumários" sem culpa formada para muitos dos conversos lusitanos.

Enquanto decorrem em Roma as negociações para o estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício em Portugal, a Europa encontra-se dilacerada por dissidências religiosas e por um conflito bélico sem fronteiras entre o Império de Carlos V e a França de Francisco I. Cerca de quatro anos antes de Duarte de Paz se entregar à função de procurador dos cristãos-novos, em Maio de 1527, as tropas de Carlos V haviam saqueado e pilhado a cidade do Tibre, e dois anos depois, a 3 de Agosto de

---

dês Premiers Nonces Permanents au Portugal 1532-1553, Vol. II- Textos, ed. crítica e notas por Charles-Martial de Witte, Lisboa, A.PH., 1980, carta 4, p. 17.

596 Está largamente estudado o papel diplomático que Duarte de Paz desempenhou na Santa Sé. Entre outros, Vide Alexandre Herculano, *op.cit.*, pp. 243 e ss., Tomo II, 1981, ed. cit., pp. 9-241; Meyer Kayserling, *História dos Judeus em Portugal*, Introdução, actualização e notas de Anita Novinsky, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971, pp. 164-181; Maria José Pimenta Ferro Tavares, "Inquisição: Antecedentes e Estabelecimento", *Judaísmo e Inquisição. Estudos, Lis*boa, Editorial Presença, 1987, pp. 128 e ss.; Cecil Roth, *História dos Marranos. Os Judeus Secretos da Península Ibérica,* tradução de José Saraiva, apresentação de Herman P. Solomon, Porto, Livraria Civilização, 2001, pp. 63-34.

597 Alexandre Herculano, *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição...*, Tomo I, p. 253.

1529, era assinado o *Tratado de Cambrai*, que colocava fim a um primeiro período de disputas pela hegemonia política e militar europeia entre aqueles dois soberanos. A paz, desejada pelas duas partes, esgotadas militar e financeiramente, concedia à França o domínio sobre a Borgonha, mas consagrava a supremacia espanhola nos territórios italianos[598]. As dissidências entre os Valois e os Habsburgos prosseguiriam nos anos seguintes, por entre uma Europa profundamente dividida, dominada pela Reforma e pelo reposicionamento religioso das várias monarquias – que se encontravam em processo de reforço das suas estruturas políticas e institucionais –, e assolada pelas guerras no Império Alemão, na Itália e nos Países Baixos, temendo o avanço otomano a partir do Mediterrâneo Oriental e dos Balcãs.

A Itália que Duarte de Paz vai encontrar, dividida numa multiplicidade de cidados-estado, ducados, territórios do Imperador Sacro Romano Germano e do Papa, é o centro de um movimento cultural europeu sem precedentes, marcado por grandiosas obras de engenharia, um rentável mercado de Arte e um florescente negócio de edições impressas que é facilitado pelas inúmeras cortes de príncipes, cardiais e bispos, o interesse de mosteiros, universidades, academias e da corte papal[599].

Este cristão-novo que ganhou a confiança da comunidade cristã-nova portuguesa e do Rei é o elemento da família Paz mais conhecido. Alexandre Herculano, que estudou pormenorizadamente todos os acontecimentos que conduziram à bula que instituiu definitivamente a Inquisição em Portugal no ano de 1536, refere-se a Duarte de Paz do seguinte modo: " (…) *Generoso no trato, bizarro no jogo, audaz, astucioso, eloquente e activo, […] tinha os dotes mais eficazes para sair com seus intentos na cúria romana. […] Sabemos só que exercia um cargo de certa importância, de justiça ou de administração, e que foi cavaleiro da Ordem de Cristo* […]."[600]

Estas asserções de Herculano foram seguidas pela historiografia, que sempre sobrelevou a origem obscura do representante dos cristãos-novos. Na realidade, desde os estudos do historiador oitocentista, pouco se progrediu no conhecimento

---

[598] Veja-se Henri Lapeyre, *Las Monarquias europeas del siglo XVI. Las relaciones internacionales*, Barcelona, Editorial Labor, 1969, pp. 76-79.
[599] Vide Peter Burke, *The European Renaissance. Centres e Peripheries*, Oxford- Massachussetts, 1998, pp. 10-11.
[600] Alexandre Herculano, *Op*. cit. p. 244.

desta figura[601]. Meyer Kayserling (1829-1905), contemporâneo do grande historiador português, acrescentou alguns traços à definição do perfil físico de Duarte de Paz, descrevendo-o: *"De aparência imponente, apesar de ter perdido uma vista na guerra, belo, de maneiras finas e cativantes, era também corajoso, activo, impetuoso e loquaz."*[602]

Sabemos agora, após um estudo mais profundo, que o líder dos conversos ocupou vários cargos militares e civis, acompanhou o Duque de Bragança em 1513 na conquista de Azamor, e evidenciando-se nas campanhas do Norte de África, onde perdeu uma vista. Envergava o hábito da Ordem de Cristo, tudo indica, ganho pelo serviço militar na praça de Mazagão[603]. Quando regressou ao reino, foi recompensado pelos seus desempenhos, com um cargo na Recebedoria da meia dízima, meia sisa e direitos das sedas de Castela. Passou a dedicar-se, em simultâneo, aos negócios ultramarinos. Faz-se armador, equipando naus que amiúde demandam a Flandres, transportando produtos da costa ocidental africana.

Antes de partir para Roma, Duarte de Paz é nomeado feitor da Alfândega dos panos, marçaria e herdades da cidade do Porto, por carta de 23 de Julho de 1529[604], cargo herdado, três anos depois, pelo seu irmão Diogo[605], e que pertencera ao tio de ambos, Diogo de Paz, recebedor do almoxarifado da Comarca e da Alfândega do Porto[606].

D. João III, numa magnânima atitude, querendo conceder mais benesses ao filho mais velho de mestre João, permite em 1530 que usufrua de todos os privilégios de cavaleiro, mesmo que não tivesse cavalo[607]. Sinal claro que os serviços prestados à Coroa pelo futuro representante dos cristãos-novos eram tidos em alta conta.

Progrediu-se muito, ultimamente, no conhecimento desta figura, a todos os títulos impar. O Dr. James Nelson Novoa, investigando os fundos do Arquivo do Vaticano, encontrou os breves concedidos pelos Papas a Duarte de Paz e publicou-os

---

[601]Vide, por exemplo, Elis Davis, "Paz, Duarte da", *Encyclopaedia Judaica*, vol. 13, ed. Cecil Roth, Jerusalem, Keter Publishing House New York : MacMillan, 1971, p.194.

[602] Meyer Kayserling, *História dos Judeus em Portugal* …., p.164.

[603] D. Martinho de Portugal em carta a D. João III, enviada de Roma, com data de 14 de Março de 1535, *Corpo Diplomático Português*, publicado por Luiz Augusto Rebello da Silva, Tomo III, Lisboa Typographia Real das Sciencias, 1868, p.185.

[604] A.NTT, Chancelaria de D. João III, liv. 48, fol. 41; A. Braamcamp Freire, " Envenenado" in Op. cit., I, pp. 234-235

[605] A.NTT., *Chancelaria de D. João III*, Liv. 16 fl. 97.

[606] *Arquivo Histórico Português*, Cartas de Quitação", Vol. IX, 1914, carta n.º 681, p. 434.

[607] Idem, Ibidem, Liv. 52, fl. 130.

em dois trabalhos[608]. Alguns destes documentos, salvo-condutos que possibilitavam a Duarte de Paz viajar de um para o outro lugar nos territórios pontifícios e pela Europa, informam-nos sobre os seus contactos e deslocações. Mas ilustram também, que Duarte tinha imensos apoios nos Cúria romana. A 16 de Novembro o seu salvo-conduto possibilitava-lhe permanecer, livremente, na "cidade eterna"[609].

As actividades deste cristão – novo coincidem com os pontificados de Clemente VII (1523-1534) e de Paulo III (1534-1549). As imunidades que alcança e os documentos que obtém dos Papas, não deixam de ser surpreendentes. A 15 de Dezembro de 1536, o papa Paulo III decretou que Duarte de Paz e a sua família só podiam ser julgados unicamente pelo irmão do Rei, Henrique, bispo de Braga (1512-1580), e pelos seus sucessores. Lembre-se que Braga ficava dentro da área de influência dos Paz. No ano seguinte o mesmo Pontífice confirmou o hábito da Ordem de Cristo a Duarte de Paz, permitindo-lhe usar as insígnias, ao mesmo tempo que relembrava os seus serviços em África em luta contra os "mouros", num breve datado de 30 de Novembro de 1537[610].

Estes documentos encontrados no arquivo do Vaticano, como referido em passo anterior, são relevantes para compreendermos a actuação de Duarte de Paz, mas talvez o facto de suma importância, que nos ajuda a entender as suas controvérsias e as suas atitudes, seja a sua "inserção" na família Paz. Estará aí a chave da sua actuação. O representante dos cristãos-novos podia mover-se muito bem entre o mais altos prelados, mas o seu destino continuava a depender do que se estava a passar em Portugal. São os acontecimentos no Norte e em Lisboa, que marcam a cadência dos seus contactos, denunciando as divisões em que os conversos haviam mergulhado. Como no passo seguinte se explicita.

Retratado pela historiografia como um traidor da causa dos cristãos-novos portugueses, e um homem de poucos escrúpulos, Herculano, J. Lúcio de Azevedo, Cecil Roth, entre outros, não lhe pouparam críticas. Porém, não olharam fundo para a realidade, e nem sequer compararam a sua actuação com a do representante dos

[608] James W. Nelson Novoa, « The Departure of Duarte de Paz from Rome according to documents from the Achivio Segredo del Vaticano », *Cadernos de Estudos Sefarditas n.º 7*, 2008, no prelo; Idem, "The Vatican Secret Archive as a source for the hystory of the activities of the agentes of Portuguese New Christians (1532-1549), Revista do Archivio do Vaticano, no prelo. Agradeço ao Dr. James Nelson Novoa, ter-me facultado o acesso aos seus estudos, antes da sua publicação formal.
[609] Idem, The Departure of Duarte de Paz...p. 3.
[610] idem,*ibidem*,, p. 4.

cristãos-novos que se seguiu, Diogo António[611], o que não era muito difícil fazer. É que o novo agente diplomático dos conversos portugueses, que toma conta do cargo em 1538, também se preocupou principalmente com a sua família, nomeadamente, tentando resgatar o seu pai da prisão, onde se encontrava à guarda da Inquisição de Coimbra. Novamente as controvérsias emergem, e mais uma vez, desta feita em 1542, é afastado um representante diplomático dos conversos, sem que se tenha alcançado algo de substancial para a causa dos crsitãos-novos. Bem pelo contrário, a comunidade está mais dividida que nunca. Em 1539, na cidade de Lisboa, são encontrados cartazes provocadores colados nas portas das igrejas, colocados por um cristão-novo[612], despolopando em seguida um clima de conflitualidade civil.

De que forma podemos ler estes acontecimentos? Continuamos a pensar que a solução se encontra na forma como se posicionaram as famílias de cristãos-novos e dos interesses financeiros, sociais, económicos que defendiam, juntamente com as redes clientelares em que se integravam.

Foi o Professor Jorge Borges de Macedo quem chamou a atenção para o papel que os factores externos tiveram em todo o ambiente que rodeou a complexa questão religiosa e social dos cristãos-novos e o estabelecimento da Inquisição em Portugal, advertindo que o antagonismo aos cristãos-novos se decompõe em diversas razões, conforme os lugares, as épocas e os interessados[613]. Uma das circunstâncias que aquele Professor realça para a compreensão do problema é o desinteresse manifestado pela realeza por Marrocos, partir de 1530 (que é coevo da perseguição aos marranos), e a subsequente retirada militar e abandono da maior parte das praças norte -africanas em poder dos portugueses. Dispensados da colaboração "estratégica" que até aí tinham prestado, nesses locais, eram-lhes agora, em acrescento, assacados os prejuízos dos "desastres" militares e económicos no Oriente devido aos contactos privilegiados que mantinham com o Império Otomano e o Mediterrâneo[614].

---

[611] Sobre a actuação de Diogo António, veja-se James W. Nelson Novoa The Vatican Secret Archive as a source for the hystory of the activities of the agentes of Portuguese New Christians (1532-1549).

[612] Cecil Roth, *História dos Marranos*, p. 65.

[613] Jorge Borges de Macedo, "A Tentativa Histórica «Da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal» e as Insistências Polémicas", in Alexandre Herculano, *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, *Ed*. cit., Tomo I, p. LII.

[614] Idem, *Ibidem*, p. LIV.

Baseando-se nas linhas de força da política externa portuguesa para compreender os factores internos, o professor Borges de Macedo vai mais longe no seu modelo explicativo. Se a política externa lusitana se alicerçava na exclusividade do tráfego marítimo, não é menos verdade que essa dependência cindiu o país que, centrado em Lisboa e no seu porto marítimo, se articulava mal com o interior, particularmente com uma fileira de cidades junto à fronteira terrestre, excluídas do comércio oceânico, e que construíam os seus próprios mercados internos[615]. A distinção entre o interior, agrícola e "regional", de mercados ricos mas específicos, e os interesses portuários centrados nos circuitos mercantis internacionais, fazia vacilar a unidade do Reino, criando a necessidade de uma unificação, ainda que artificial, da comunidade portuguesa. Decorre daqui a introdução do Santo Ofício em Portugal, segundo Jorge Borges de Macedo, e é nessa conjuntura que se esboça a política externa de D. João III junto do Papa[616].

Ora, o "modelo" do Professor Jorge Borges de Macedo poderá, de facto, encaixar no percurso do cristão-novo Duarte de Paz, que tinha os seus interesses divididos entre Marrocos e o interior do País, entre os mercados internos e externos, entre os circuitos do comércio local e as redes de comércio internacional[617]. Não explicará, esta posição de charneira, a postura também ela ambígua, que Duarte de Paz se esforçará por manter diante da Coroa e da comunidade de que era porta-voz? Por um lado, junto do Rei estavam salvaguardadas as vias comerciais internacionais, mas por outro, com a aposta da Coroa nos circuitos marítimos, desguarnecia-se o interior, desarticulava-se o comércio junto à fronteira, que famílias como os Paz haviam apostado durante décadas.

Quer-nos parecer que alguns núcleos familiares de conversos estavam entre os que, na sociedade quinhentista portuguesa, melhor podiam fazer a ponte entre o interior, rural e regional, de circuitos específicos, onde se formavam redes comerciais, e o litoral, em ligação com os mercados internacionais. Quer-nos também parecer que

[615] Idem, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*, [s. loc.], Edição da Revista «Nação e Defesa», [s.dt.], p. 91.
[616] Idem, *Ibidem,* p. 92.
[617] Sobre as redes internacionais de comércio sefarditas, Cfr. A. A. Marques de Almeida, "O Zangão e o Mel. Uma Metáfora sobre a diáspora sefardita e a formação das elites financeiras na Europa (séculos XV a XVII), *Oceanos*, n.º 29, Janeiro/Março, 1997, p. 26.

o que mais se ajustava aos interesses da maior parte[618] dos cristãos-novos portugueses era um equilíbrio entre os dois vectores, entre estas duas realidades, que se complementavam. Contudo, ao Rei só lhe interessava um desses pólos. Assim, a partir de 1530, com a Coroa a achar que o mais importante era salvaguardar a rota das especiarias, como é defendido por Jorge Borges de Macedo[619], a balança pende definitivamente para um dos lados, tornando-se difícil sustentar uma posição de equilíbrio, sobretudo quando essa mesma Coroa tudo faz para controlar o comércio marítimo, impondo regras. A Coroa arma os navios (haverá algumas excepções neste campo) da Rota do Cabo, faz a compra das mercadorias e dos metais preciosos que se destinam ao Oriente para a troca, e monopoliza o processo de importação, e posterior venda, das especiarias. A máquina estatal, a partir de então, tudo faz para controlar o comércio externo mas, paradoxalmente, o capital sefardita continuava a ser necessário aos exauridos cofres da Coroa portuguesa.

Como se posicionam as várias famílias de cristãos -novos diante do novo panorama? Em 1532, Diogo Mendes é preso em Antuérpia, e nesse mesmo ano Duarte de Paz aparece em Roma. Nos anos seguintes, assiste-se a um progressivo desalinhamento no seio das elites conversas, cada uma das partes a defender os seus pontos de vista. Seria útil termos a descrição dos negócios do pai de Diogo António ou de Diogo Fernandes Netto, para entendermos melhor a sua actuação em Roma. Quanto a Duarte de Paz e à sua família, que se concentrava no Porto, vão entrar num período de dificuldades, em que se salvará os lugares que dispõem na Alfandega do Porto e pouco mais. Há, de facto um processo de retracção de um "Entre Douro e Minho alargado" para a cidade do Porto. Outras famílias da região sentem-se preocupadas com o novo panorama. Em 1534, o infante D. Luís, que vivia conjugalmente com uma cristã-nova, Violante Gomes, de excepcional beleza, segundo os cronistas, é contactado pelos cristãos-novos, que lhe solicitam auxílio[620].

Em Trás-os-Montes, e um pouco por todo o vale do Douro, de onde Violante Gomes era oriunda, radicava-se, como se sabe, um próspero grupo de cristãos-novos,

---

[618] Nem todos, já que famílias como os Mendes Benveniste estariam muito mais atentas ao tráfico internacional.
[619] Jorges Borges de Macedo, *História Diplomática,* Constantes e *Linhas de Força*. p. 89
[620] Para um aprofundamento maior desta questão Veja-se Carlos Manuel Valentim, *O Infante D. Luís e a investigação do mar no Renascimento. Dados para uma «biografia completa»*, Lisboa, Academia de Marinha, 2005.

que controlava muitos dos negócios que eram feitos no Reino, e do Reino com o exterior, nomeadamente com a vizinha Espanha.

Os amores de um membro da Realeza por uma cristã-nova, escondem, possivelmente, uma realidade muito mais complexa e profunda do que aquela que à primeira vista se possa pensar, nas relações que D. Luís manteve com os "homens da nação". Registe-se, em abone da verdade, a sua intervenção junto de D. João III, para que o perdão à comunidade conversa fosse extensível até à publicação da bula da Inquisição, a 22 de Outubro de 1536. Referia o infante D.Luís em carta a seu irmão, o perigo de muitos partirem: "*E alem de se perderem as almas que he o pryncypal estes reynos de Vossa Alteza receberyam muito grande falta de dinheyro e gente que delles se a de tyrar e perque nesta materea se trata d'almas e do servyço de Nosso Senhor e de Vossa Alteza pareceo-me que lhe nam devya falar nella sem prymeyro acuydar tanto que abastasse para eu fycar seguro se Nosso Senhor me desse culpa no que dygo fosse antes de inorante que de neglygente.*"[621]

Em Roma, entretanto, decidi-se o futuro de muitos negócios, da liberdade de actuação, dos futuros alinhamentos políticos e clientelares, entre os anos de1532-1536. Duarte de Paz não foi o único membro da família Paz a interessar-se pela questão da vinda da Inquisição para Portugal. Em meados de 1536, Diogo de Paz contacta o núncio da Santa Sé, Marco della Ruvere, que se encontrava em Braga, para se inteirar das negociações quanto à vinda para Portugal da Inquisição. Marco Vigerio della Rovera em carta a Ambrogio Ricalto, noticia o encontro com Diogo de Paz.

"*Depoi c'hebbi spedito di Braccara, volsi saper da Diego de Paz, fratello del commendadore, che era uno de quelli che nel Porto mi haveano fatto instantia volessi intertenermi nel viaggio, se 'l si era conclusa cosa alcuma.*"[622]

Depreendemos que no Porto os cristãos-novos estavam ansiosos por saber do andamento das negociações, entre a Santa Sé e Portugal, sobre o estabelecimento da

[621] *As Gavetas da Torre do Tombo,* Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, Vol. I, p.262.

[622] Veja-se *La Correspondance des Primiers Nonces Permanents au Portugal*, 1532-1553, Ed. crítica de Charles –Martial de Witte, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1986, Carta n.º 49, p.180. Importa acrescentar, que este núncio estava envolvido em contactos com os líderes dos cristãos-novos (entre outros encontrava-se Diogo de Paz, irmão de Duarte de Paz), em várias partes do Reino: Braga, Porto, Évora, para que esta cedesse mais fundos para o Papado. Projectava o núncio deslocar-se também à Flandres para entabular negociações com Francisco Mendes e a sua cunhada. V. Alexandre Herculano, Op. cit., tomo II, pp. 140-144.

Inquisição em território português. Este interesse de Diogo de Paz, leva-nos a pensar que a família de mestre João - que ainda se encontrava vivo, mas muito doente, funda nesse ano a capela em S. Francisco - temia a vinda do tribunal religioso. Porque razão? Teriam abandonando os ritos judaicos? Ou pressentiriam que a partir do momento em que a Inquisição entrasse em solo português jamais teriam descanso?

Acresce, que esse envolvimento também nos elucida, pensamos, quanto à liderança da família no seio dos cristãos-novos portugueses. O papel que Duarte de Paz como representante dos conversos, poderá querer dizer que a sua família se encontrava, na transição do primeiro para o segundo quartel do século XVI, inserida nas redes de comércio internacional, dominadas por uma elite financeira sefardita que se disseminara por vários pontos da nova economia-mundo e controlava os mercados internacionais que as navegações oceânicas haviam propiciado, numa economia-mundo com sede em Antuérpia.

Desta forma, compreender-se-á certamente melhor, quando a minoria sefardita ainda se mantém coesa, porque é que Duarte de Paz recebe fundos para defender os interesses dos cristãos-novos junto do Papa, das mãos do cristão-novo Diogo Mendes, da poderosa família Mendes Benveniste[623], então um dos mercadores mais activos na Europa.

---

[623] Poderosa família de mercadores-banqueiros, com raízes em Aragão, cujo patriarca, Abraão Benveniste, fora tesoureiro nesse reino. Em 1492 vêm para Portugal, fugindo à Inquisição. Os seus membros tiveram um elevado protagonismo. Dispuseram de relações privilegiadas com os mais poderosos soberanos europeus, inclusive com o "senhor" da Europa, o todo-poderoso imperador Carlos V. Tais relações de proximidade deviam-se aos empréstimos que concediam a estes monarcas. Mas os irmãos Francisco e Diogo Mendes, começam por se interessar pelo comércio da especiaria. Tal comércio está no centro dos seus negócios. Diogo, que era uma personagem muito bem vista num mundo dos negócios, passa a residir em 1512 na cidade de Antuérpia, contactando e negociando com as principais casas comerciais alemãs; Francisco, vivendo em Lisboa, está atento ao comércio no Índico, servindo de ligação com os navios e os produtos que aí são carregados. A influência desta família na Bolsa de Antuérpia também se faz sentir;. Diogo Mendes trata de "igual para igual" com o rei de Portugal, monopolizando a venda das suas mercadorias. Os dois irmãos vieram a casar com duas irmãs, Brianda e Beatriz de Luna. Esta última, que na diáspora, reconvertida ao judaísmo, adoptará o nome de Grácia Nasci, torna-se uma importante mulher de negócios. Com o seu sobrinho, João Micas, que adoptou o nome hebraico de Joseph Nasci - tendo ambos procurado refugio no Império Otomano – gere as empresas da família.

Esta família tem motivado diversos e variados estudos. Veja-se a este respeito a recolha de bibliografia feita por Florbela Veiga Frade e Susana Bastos Mateus, "Bibliografia sobre a família Mendes Benveniste no século XVI", *Cadernos de Estudos Sefarditas* n.º 3, 2003, pp. 157-183. Sobre a acção comercial e os relacionamentos políticos e económicos na Flandres por parte de Diogo e Francisco Mendes, Vide J. A. Goris, *Étude sur les Colonies* Marchandes Méridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 a 1567, Lovain, Librarie Universitaire, 1925, pp. 562 e ss. Remetemos também para dois dos últimos estudos sobre esta família: Hermon Salomon e Aron Leoni, "Mendes, Benveniste, de Luna, Micas, Nasci: the State of the Art (1532-1558), *The Jewish Quartely Review,* vol. LXXXVIII, n.º 3-4, Pennsylvania, Jan-Abr. 1998, pp. 135-211 (com abundante documentação em apêndice); e Florbela Veiga Frade "Uma família Sefardita do Século XVI...", *Cadernos de*

Constam em Roma dois breves enviados a Maria, rainha da Hungria e governadora dos Países Baixos (1531-1555), que permitem a Duarte de Paz viajar para Antuérpia em 1538, com o apoio de cardeal Pierpaolo, conhecido protector dos cristãos-novos[624]. Será nesta altura que o filho de mestre João se encontra os Mendes Benveniste, ou teria sido num período anterior?

Foi em Antuérpia que Duarte de Paz entrou em contacto com Diogo Mendes. Na cidade do Escalda estava instalada uma colónia de marranos, com cerca de uma dezena de indivíduos servindo de intermediários; são agentes de imigração, informando os da sua "nação" o que se passa na cristandade, e as suas mercadorias têm como destino a Itália[625].

É na cidade de Évora onde se encontra a residir, que Diogo Mendes reúne os fundos necessários para a defesa dos seus correligionários, entregando, juntamente com a sua cunhada Beatriz de Luna, a soma aproximada de 5.000 ducados a Duarte de Paz[626].

O mesmo tipo de raciocínio se aplica à partida, mais tarde, de Tomé Pegado de Paz, filho mais velho de Duarte, para a Turquia, quando os Mendes Benveniste (Nasci) para aí se deslocarem na segunda metade do século XVI. É a partir desse espaço que os Nasci vão dominar uma ampla rede de comércio e informação que se liga a vários pontos da Europa[627]. Estes dois factos situam-nos diante da convergência de interesses, ainda que nem sempre coincidentes[628], entre as duas famílias, como veremos adiante.

Já a Inquisição havia entrado em Portugal, Duarte de Paz tenta acautelar a segurança da sua família obtendo, a 15 de Dezembro de 1536, um breve de isenção, para todos os membros, da pena de excomunhão e da jurisdição da Inquisição[629].

Estudos Sefarditas nº 3, pp. 127-155.

[624]James W. Nelson Novoa, « The Departure of Duarte de Paz from Rome according to documents from the Achivio Segredo del Vaticano », *Cadernos de Estudos Sefarditas n.º 7*, 2008, no prelo

[625] J. A. Goris, *Op.* cit., pp. 560-561.

[626] Idem, *ibidem*, p. 654; Lúcio de Azevedo, *História dos Cristãos -Novos Portugueses,* Lisboa, Livraria Clássica, 2ª ed. 1975, p. 122.

[627] Vide José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Judeus e Cristãos-Novos de Cochim História e Memória (1500-1662)*, Braga, Edições APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental) Distrital De Braga, 2003, p. 211.

[628] Os Mendes Benvenistes com mais interesses na finança internacional, os Paz mais afactos ao mercado nacional.

[629] Veja-se o documento em latim publicado em "The Apostolic See and Jews. Documents: 1522-1538", *Studies and Texts*, Pontifical Institute of Medieval Studies, Vol. 4, 1990, pp. 2049-2053. Agradeço ao Dr.James Nelson esta informação e o acesso que a ela tive por fotocópia.

Em Roma, Duarte de Paz era muito bem visto pelo Papa e pelos Cardeais[630], o que é confirmado por D. Martinho de Portugal: "*todos quantos há, cardeais e não cardeais, o fauorecem*"[631]. Oferecia festas e ostentava, com documentos comprovativos, a comenda da Ordem de Cristo, o que enfurecia o monarca que, perante a sua ausência, descarregou a ira sobre a família Paz[632]. Em Roma, os enviados da Coroa recebiam a notícia que haviam sido retirados todos os títulos e honras ao converso português. Na Torre do Tombo, no acervo documental do corpo cronológico, encontra-se uma carta da autoria de Duarte de Paz. Datada de 10 de Junho de 1532[633], a missiva revela uma estratégia deliberada, por parte de Duarte de Paz, de ganhar o tempo necessário para que não se publique uma bula papal a autorizar o estabelecimento da Inquisição em Portugal. Com esse intuito, oferece os seus préstimos a D. João III e nega acusações de falsidade e conduta perversa, revelando inclusive aspectos militares e estratégicos relacionados com a construção de um castelo, por parte do Papa.

Entretanto, entrara em funcionamento o temido Tribunal (1536). Duarte de Paz, dispensado pela comunidade cristã-nova, nunca mais regressará a Portugal. De seguida é agredido violentamente por um grupo de homens mascarados que lhe infligem quinze punhaladas, em 1538. O cristão-novo defendeu-se bem, salvando-o uma armadura que trazia por debaixo da roupa. Socorrido de imediato, convalesce no Castelo de Santo Ângelo, sob os cuidados dos enviados do Papa Paulo III.

Recuperado, vai inicialmente para Ferrara, onde terá voltado a casar. No ano seguinte parte para Veneza.

Votado ao ostracismo pela maioria dos cristãos-novos desde meados de 1539, que o acusavam de utilizar indevidamente os dinheiros que lhe eram entregues, pressionado a abandonar Roma, desapontado, Duarte de Paz vai para Istambul. No Império Otomano, regressa ao judaísmo e adopta o nome de David Bueno. Acalenta a esperança de um dia voltar para junto da família. O que o leva a enviar epístolas

[630] O que é testemunhado por Immanuel Aboab, *Nomologia. Os Discursos Legales Compuestos pelo Virtuozo H.H. Imanuel Aboab D.G.M.*, segunda Edicion Coregida e emendada por Raby, Dr. Ischak Lopes en Amsterdam Aº 5487, p. 315.

[631] D. Martinho de Portugal em carta a D. João III, enviada de Roma, com data de 13 de Setembro de 1535, *Corpo Diplomático Português*, publicado por Luiz Augusto Rebello da Silva, Tomo III, Lisboa Typographia Real das Sciencias, 1868, p.250.

Carta de

[632] Lúcio de Azevedo, *História dos Cristãos Novos Portugueses*, […], p. 78

[633] ANTT Corpo Cronológico, 3ª parte Maço 49, doc. 20.

sucessivas a D. João III. Mais uma vez, oferecendo serviços diplomáticos e de espionagem e denunciando cristãos-novos que, de Portugal, tinham ido viver e comerciar para o Império turco[634]. Uma das cartas que até nós chegou, escrita de Alepo, tem a data de 1545, e faz referência a D. Afonso de Lencastre , que tomou o lugar de embaixador em Roma no ano de 1551[635]. Como José Alberto Tavim reparou[636], há uma contradição nas datas que, em nosso entender, se ficou a dever, talvez, ao copista. E se assim foi, a missiva enviada por Duarte de Paz é expedida pouco tempo antes do seu filho chegar ao Império Turco (1552). Duarte de Paz nunca mais regressará a Portugal, acabando nos últimos anos de vida[637] por se converter ao islamismo[638].

Diplomata controverso, que tentou inviabilizar o estabelecimento da Inquisição em Portugal, este líder[639] sefardita teve um percurso de vida peculiar. Alcança algumas vitórias quando, com pouco tempo decorrido desde que chegara a Roma, é expedido, por Clemento VII, a 17 de Outubro de 1532, o breve *Nuper Fidei Catholicae*, que suspendia os efeitos da bula sobre a Inquisição e inibia o inquisidor-geral, Fr. Diogo da Silva, e outros, de atentarem contra os conversos[640]; no ano seguinte, a 7 de Abril de 1533, é publicada a bula *Sampiterno Regi*, com perdão geral dos cristãos-novos, recordando-se no texto que muitos de entre eles tinham sido coagidos a receber o baptismo cerca de quarenta anos antes. Estes documentos contrariavam as pretensões dos diplomatas de D. João III em Roma – D. Martinho de Portugal e o cardeal Santiquatro, mas não impediram a vinda da Inquisição para Portugal, anos mais tarde (1536). A Coroa portuguesa via satisfeitas, dessa forma, a suas pretensões.

[634] Vide J. Lúcio de Azevedo, Op. cit., pp. 79-80.
[635] A.N.T.T., *Inquisição, Conselho Geral, Códice 3003, fls. 159-159 v.º,* cópia de Alves Louzada; também publicada em J. Lúcio de Azevedo, ibidem, apêndice documental, doc. 2, pp. 446-447.
[636] José Alberto Tavim, *Judeus e Cristãos-Novos de Cochim...*, pp. 213-214, nota 184.
[637] Terá morrido por volta de 1553.
[638] Isso mesmo é confessado pelo seu filho à Inquisição. A.NTT., *Inquisição de Lisboa*, Processo n.º 10906 fl.7.
[639] Pela sua acção e pela sua postura; pelo facto de ter sido escolhido em primeiro lugar para representante dos cristãos-novos em Roma, Duarte de Paz, aparece-nos com um líder natural dentro da comunidade conversa.
[640] Vide Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, Porto – Lisboa, Livraria Civilização Editora, 1968 vol. II, p.387.

3. Os Vizinhos que nos acusam. A sobrevivência social

Poderemos afirmar, com alguma margem de segurança, que os Paz alcançam o apogeu da sua prosperidade e da sua projecção social em meados do segundo quartel do século XVI. A documentação consultada e triada sugere que o poder económico e social desta família é maior do que nunca nos anos de transição política entre os reinados de D. Manuel I e D. João III, ao longo das décadas de vinte e trinta do século XVI. Por essa altura, aparecem sinais claros que está em marcha uma transformação progressiva da sociedade e da economia[641], cujas consequências acarretarão profundas implicações sociais, não deixando imunes estes cristãos-novos. É neste período, precisamente, que as relações de força na sociedade portuguesa tendem a alterar-se, acompanhando a contracção da economia mundial, nas conjunturas de 1528-1530 e de 1534 em diante[642].

Uma das novidades desta nova fase é a mudança do eixo económico. A Rota do Levante reanima-se e leva novamente a melhor sobre a Rota do Cabo - que perde o seu ímpeto inicial face à concorrência dos mercadores venezianos e turcos que trilham os caminhos e os portos do Mediterrâneo Oriental –, afluindo para a cidade de Alexandria, situada no delta do Nilo, como se dum afluente caudaloso se tratasse, os capitais sefarditas[643]. A prisão em Antuérpia de Diogo Mendes, no ano de 1532, inculpado de práticas judaicas e de auxiliar cristãos-novos no êxodo para o Império Turco, é um sintoma das mutações que se estão a dar nesses anos, precipitando e agravando mesmo a conjuntura financeira que a Europa vivia. O encarceramento do banqueiro, um dos mais influentes da Europa seu tempo - credor de Carlos V, Henrique VIII ou D. João III – foi , não há duvida, um rude golpe para os capitais internacionais que circulavam na cidade do Escalda, pois deviam-se aos Mendes e aos italianos Affaitadi o monopólio da venda de especiarias naquela praça financeira

[641] Sobre os aspectos económicos desta viragem. Vide Vitorino Magalhães Godinho, "A Viragem mundial de 1517-1524 e o império português", *Ensaios II*, 1ª ed. Lisboa, Sá da Costa, 1968, pp. 188-189; do mesmo autor "Flutuações económicas e devir estrutural do século XV ao século XVII", *ibidem*, pp. 245-280. Veja-se também Aurélio de Oliveira, "O Tempo Económico no Tempo de Gil Vicente", *Revista de Guimarães,* n.º 112, Jan.-Dez. 2002, pp. 229-304. Cfr. Os quadros em apêndice, sobre as flutuações económicas, que fizemos com base nos dados fornecidos pelos estudos do professor Vitorino Magalhães Godinho.
[642] A. A. Marques de Almeida, "O Zangão e o Mel…", p. 33.
[643] Idem, *ibidem*, pp. 25-35.

do Mar do Norte[644] . É esta uma das razões que leva de imediato D. João III a interceder pela libertação de Diogo Mendes junto do seu cunhado, o imperador Carlos V.

O mundo está a mudar, a partir do segundo quartel do século XVI, como demonstrou o Professor Vitorino Magalhães Godinho. Às fases depressivas seguem-se em alternância curvas ascendentes, que no seu conjunto compõem os ciclos da vida económica. Mas o que interessa realçar, para compreender como a família Paz foi tocada por estas mudanças, é que no espaço temporal abrangido pela governação de João III (1521-1557), coincidente com esta fase[645] em que uma depressão faz a sua erupção, que se vão suceder implicações nefastas para o aparelho de Estado e para a economia, espaço imperial incluso, tornando-se difícil a recuperação. Atente-se na circulação dos metais preciosos. Em 1525/6 a escassez da prata alemã e o esgotamento do ouro da Costa da Mina, metais utilizados na compra de especiarias e de outros produtos de que Portugal era deficitário, condiciona a circulação de mercadorias. Acresce a concorrência simultânea de dois novos espaços políticos. Na Europa Ocidental, Carlos V reúne, numa única entidade política, os principados, cidades e bispados alemãs, a Flandres, o Franco-Condado, as Duas Sicílias, o Ducado de Milão, a Espanha unificada e todo o seu império das Índias do Novo Mundo[646]; no Mediterrâneo Oriental, o Império Otomano conquista a Síria e o Egipto, e abre uma porta para o Índico através do Mar Vermelho, enquanto intervém no Norte de África. Eis dois novos actores no palco das relações internacionais. Dois novos concorrentes de peso para Portugal, nas esferas política e económica, que colocam novos desafios às ambições imperiais de Portugal e das suas elites sociais e económicas.

[644] Os Mendes controlam a partir de 1525 o pingue comércio das especiarias. D. João III estava refém, no que aos aspectos financeiros e comerciais dizia respeito, destas duas Casas de mercadores -banqueiros (Mendes/Affatadi), dependendo dos seus capitais e dos produtos que forneciam para o comércio com o Oriente. Vide J. A. Goris, *Op.* cit. pp. 562-564. O Professor A. A. Marques de Almeida estudou o papel destas famílias no comércio das especiarias, Veja-se *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria*, ed. cit., pp. 45-47.

[645] "*O Mundo está a mudar, por alturas de 1521*". A Frase é de Vitorino Magalhães Godinho, "A Viragem mundial de 1517-1524 e o império português", p. 141. Neste ano, o primeiro do seu governo, D. João III depara-se não só com a emergência de uma nova realidade europeia, que já vinha tomando forma nos últimos anos do reinando do seu pai, como também mudanças que ameaçavam abalar as estruturas socio-económicas vigentes. As dificuldades espreitavam, na verdade. Fontes da época deixaram registado que foi "*o ano de 1521 rico e próspero de festas* […], *mas tão pobre e estéril dos fruitos da terra, não só em Portugal mas por toda a Espanha e até em África, que deu manifesto e triste agouro da infelicidade em que havia de acabar* [o reinado de D. João III]." – Francisco de Andrada, introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão Editores, 1976, p. 7.

[646] A Espanha imperial de Carlos V desequilibra nitidamente a seu favor todo o quadro geo-estratégico peninsular e até Europeu.

A última depressão a atingir o reinado do *Piedoso*, denominada de "viragem estrutural", verifica-se entre 1545/47 e 1551/53. Nada voltará a ser como dantes. São seis anos de mudanças contundentes[647]. Desenha-se o fim do domínio luso sobre a maior parte das cidades do litoral marroquino, como resultado do aparecimento dos *Xarifes do Suz*; os ingleses começam a interferir regularmente nos mercados da África Ocidental; mercadores turcos e venezianos instalam-se em Bassorá, Ormuz e no Malabar, ameaçando perigosamente o monopólio comercial português no Índico; a Coroa portuguesa encerra a feitoria de Antuérpia, sintoma real das dificuldades financeiras e da diminuição do fluxo de tráfico marítimo dos produtos ultramarinos. Os novos tempos obrigavam à introdução de reformas profundas, a repensar seriamente a organização administrativa do Estado e a controlar os custos com a manutenção das possessões imperiais que não paravam de aumentar no Atlântico, no Índico, no Pacífico. A balança comercial, sempre muito deficitária, deparava-se, pois, com o engrandecimento do oneroso da burocracia e das estruturas administrativas do Estado. Para suprimir o deficiente cofre das finanças públicas, a Coroa vai contrair empréstimos. Alguns credores são cristãos-novos. Mestre João de Paz, vai cobrar uma dívida à Coroa, fazendo-se procurador de Luís Vaz de Negro, a 9 de Dezembro de 1527, no almoxarifado da cidade de Bragança, que o físico conhecia muito bem. Regista o documento: "*Lujs Vaz de Negro mercador morador na cidade de Lixboa o fizera seu procurador bastante* [mestre João de Paz] *pera receber os ditos sesenta mil reis do dito recebedor dos portos por vertude de hũu desembargo e carta asjnada per dom Rodrigo Lobo Veedor da Fazenda do dito Senhor que hj apresentou resistado como ficavam carregados no liuro da despesa os quães sesenta mil reis sua alteza lhe mandava pagar da metade de cemto e vjmte mil reis que emprestara a sua alteza no empréstimo dos christãos novos segundo mais compridamente no dito estromento de prova e aluara de desembarguo se continha*."[648]

[647] Há vários factores que caracterizam esta fase depressiva da economia portuguesa, cujos efeitos levam à falência das finanças régias, com impacto decisivo, por sua vez, no sector financeiro e económico interno e de todo o Império. Entre o fecho da feitoria de Antuérpia (1549) e a Casa da Índia (1560), dá-se toda uma série de acontecimentos sociais, que caminham a par com graves dificuldades do aparelho produtivo e das finanças públicas. Veja-se Aurélio de Oliveira, "O Tempo Económico de Gil Vicente", pp. 235-238; Vide também A. A. Marques de Almeida, "Finanças Públicas", *História de Portugal*, Dir. de João Medina, loc. cit.
[648] ANTT, *Corpo Cronológico*, parte II, maço 145, n.º 143.

Sombart já nos alertara para a apetência dos judeus pelo comércio do levantino, ainda que tivessem sido descobertas novas vias comerciais[649]. Mas, agora, tudo se tornara diferente. O sul da península italiana enche-se de cristãos-novos - muitos, senão a maior parte, reconvertendo-se ao judaísmo - vindos da Península Ibérica e, um pouco por todo o Mediterrâneo, de Veneza a Nápoles, da Sicília a Salónica, de Istambul ao Chipre o povo de Abraão e Moisés mercadeja lã, seda, açúcar, especiarias, tudo vende e revende, aproveitando um clima político que lhe é favorável. Nas palavras de Fernand Braudel, os judeus são a primeira rede mercantil do Mundo, porque estão em todo o lado, tanto nas zonas menos desenvolvidas, como nos locais mais florescentes[650].

As tendências económicas adversas no segundo quartel do século XVI, com impacto pernicioso no comércio internacional, reflectem-se nas receitas dos portos e almoxarifados portugueses. Se Lisboa se hipertrofia, não é menos verdade que se faz sentir a contracção das receitas no Algarve e um crescimento muito lento no Entre Douro e Minho. A Beira e Trás-os-Montes defendem-se melhor que o *Norte Atlântico* - espaço vital para os Paz – , que se encontra claramente em recuo[651], quanto à produção de riqueza e às transacções comerciais.

Todas estas mudanças de cariz económico e social são acompanhadas pelo clima de confronto religioso que se vive um pouco por toda a Europa. O "velho" continente cinde-se em "partidos" religiosos, movimentos, facções, com diferentes programas e diferentes visões sobre a melhor forma de reformar a Igreja. Atingidos pelo debate religioso interno, alguns Estados mergulham em longas guerras fratricidas que ameaçam a sua própria integridade. A França encontra-se na primeira linha destes conflitos religiosos e das dissenções internas mas, ali ao lado, o Império alemão de Carlos V, que conhecera em primeira-mão as ideias de Lutero, ameaça ruir como um baralho de cartas, dividido entre bispados, cidades, principados, cada um destes "micro" poderes a defender posições diferentes sobre a Reforma religiosa.

É neste clima de confronto religioso, por um lado, e de mudança estrutural da economia mundial, por outro, que é introduzida a Inquisição em Portugal, em 1536.

[649] Werner Sombart, *Les Juifs* ..., pp. 31-32 ; Cfr. A. A. Marques de Almeida, Ibidem, p. 33.
[650] Vide Fernand, Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo*, 2ª ed., Vol. II, Lisboa, Publicações D.Quixote, 1995, pp. 169-179.
[651] Dados avançados por João Cordeiro Ferreira, " A Receita do Estado Português...", p. 49.

Um Estado confessional vai actuar contra as heresias pelo seu "braço" religioso, através de um esquema rígido de controlo dos comportamentos sociais, inquirindo, acusando, prendendo sem culpa formada, violentando indiscriminadamente aqueles que se haviam convertido em 1496-97 ao cristianismo, ou que se suspeitava que tivessem antepassados judeus.

O documento que fixa a Inquisição no Porto é datado de 30 de Junho de 1541[652]. Trata-se de uma carta de D. João III enviada ao Bispo do Porto, D.Baltazar Limpo, que estabelece os pontos relativos às prerrogativas e jurisdições do Prelado. O arcebispado de Braga ficaria sob a alçada do Bispado do Porto. O que era uma novidade. O estabelecimento do tribunal religioso efectiva-se a 13 de Outubro daquele ano[653]. Alexandre Herculano vê, na actuação do D. Baltazar, uma vingança, em virtude de um litígio que este mantinha com os cristãos-novos da cidade, por estes pretenderem repovoar a rua de S.Miguel, perto da zona ribeirinha, onde tratavam dos seus negócios de roupa feita.

Escasseia a informação sobre a actuação do tribunal nos seus primeiros tempos[654]. Os autos que foram levantados estão balizados pelas datas de 1541 e 1546, com uma maior acção dos promotores nos anos de 1542-44[655]. As denúncias são de carácter mesquinho e ridículo. Muitos dos acusados encontravam-se ausentes, porque tinham demandado outras terras, para se sentirem mais seguros entre aqueles que partilhavam a sua condição. Lamego e Lisboa são locais escolhidos para a fuga à Inquisição portuense[656], mas Trás-os-Montes, pelo seu perfil físico e orográfico, merecia atenção especial.

Para auxiliar o Bispo do Porto, são nomeados Jorge Rodrigues, como assessor, o provisor de Braga, o Dr. Gaspar de Carvalho e o prior da Colegiada de Guimarães, bacharel Gomes Afonso. O tribunal passa a funcionar nas pousadas do inquisidor Jorge Rodrigues, na rua Chã, com audiências diárias de manhã e à tarde. Em 1544, há

---

[652] Veja-se I.S. Révah, *Uriel da Costa et les Marranes de Porto. Cours au Collége de France 1966-1972*, ed. de Carsten Z. Wilke, Paris, E.C.G., Centre Culturel Gulbenkian, 2004, pp. 152-153

[653] Sobre a efémera Inquisição do Porto, Vide Elvira da Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição do Porto*, Separata da *Revista de História*, Vol. II, Centro de História da Universidade do Porto, 1979, p. 5; e a síntese em A.C. Barros Basto, "A Inquisição do Porto" "A Inquisição do Porto", *Ha-Lapid*, Órgão da Comunidade Israelita do Porto, n.º 10, Porto – Nissan 5688(Abril 1928), pp. 1-2.,

[654] Os processos são em número reduzido número, impossibilitando uma ideia mais abrangente sobre os interrogatórios e a acção dos inquisidores. Veja-se Elvira da Cunha Azevedo Mea, *Op.* cit. , p.7.

[655] Idem, *ibidem*, loc. cit.

[656] Idem, *ibidem*, p. 8.

notícia de uma prisão na rua Escura[657]. Havia uma certa falta de objectividade na instauração dos processos; não se saber o credo era uma agravante[658]. Dinheiro era o que não faltava a estes ricos e abastados cristãos-novos do Porto. Muitos pagaram as suas cauções, subornaram testemunhas, usaram do seu poder e influência[659]. Mas a violência com que o tribunal religioso do Porto actuava, não pode ser desvalorizada, muito menos ocultada. A extorsão de dinheiros, em quantidades exorbitantes, pelos prelados, é testemunhada pelos presos vindos de Bragança, Francisco Rodrigues, tabelião, e Gonçalo Lopes, mercador, que encaram a decisão do juiz vender as suas fazendas como algo injusto, resolvendo apelar para o Cardeal Infante D. Henrique[660].

Inquisição do Porto – Sentenças 1541-1546

Condenados	12
Justiça Secular	11
Vehementi Suspeitos	9
Penas no Cárcere	9
Absolvições	8
Penitências Espirituais	6
Degredo	5
Cárcere e Hábito penitencial Perpétuo	4
Total de casos	**64**

Fonte: Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição do Porto*, p.16.

Constam da actuação controversa desta Inquisição dois Autos-de-fé, nos anos de 1543 e 1544. Com a bula de Paulo III de 16 de Julho de 1547, finda a Inquisição do Porto.

Conseguiria um grupo familiar como os Paz continuar a prosperar, perpetuando a sua influência social, no interior de um panorama social e político que lhe era tão adverso?

657 Tenho vindo a seguir a professora Elvira Mea, e os dados que o seu estudo veicula, *ibidem,* p. 9.
658 Idem, *ibidem*, p. 11.
659 Idem, *ibidem,* pp. 12-14.
660 Idem, *ibidem*, pp. 14-16.

Os inimigos vão parecer, de facto, em grande número, e o Estado, indolente perante a discriminação, o ódio, as acusações, muitas vezes infundadas, era ele também mais um inimigo.

Durante o século XVI, foram aparecendo indícios de uma animosidade crescente para com os Paz. Em 18 de Outubro de 1501, depois de mestre João ter regressado, da viagem, supostamente, a Calecut, Vasco Fernandes, mercador, morador em Vila Flor, teve perdão do juramento falso que fizera perante os juízes da Vila, dizendo que não devia 200 reais a João de Paz, por soldada de certo tempo[661]. Até o duque de Bragança, D. Jaime, entrava no rolo dos devedores. Em Santarém, no ano de 1503, mestre Tomás, cunhado de mestre João, fazia-se seu procurador para cobrar uma dívida que lhe pertencia haver, de certo tempo, do Duque[662].

O crédito mal parado, as dívidas à família, sucediam-se, deixando antever tempos difíceis quando a Inquisição procurasse réus entre os conversos, motivando (falsas) denúncias, acusações e ajustes de contas.

Sucedia, também, que os serviços de Duarte de Paz a favor dos cristãos-novos, em Roma, durante os anos trinta do século XVI, enfureceram o monarca, que "*nada podendo contra o ausente – descarregou a ira sobre a família* (...)"[663]: pais, irmãos, tios, cunhados, sobrinhos. A 9 Junho de 1542, passado que estava um ano desde a entrada da Inquisição no Porto, D. João III envia uma carta a D. Baltazar Limpo, com ordens expressas para que os parentes mais chegados de Duarte de Paz tivessem de abandonar Portugal num prazo de trinta dias. Caso não cumprissem a determinação régia, seriam condenados a dez anos de degredo na ilha de S. Tomé, sem remissão e com perda de toda a sua fazenda[664].

Conhecemos a resposta da Inquisição do Porto, que a 12 de Junho (de 1542) endereça uma carta ao Rei a informar que convocara, um a um, os elementos da família Paz que viviam na cidade, e os notificara, com um escrivão, da decisão régia de que teriam de abandonar o Reino[665].

---

661 ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livº 37, fl. 49 vº.
662 B. A. Códice 47-XIII-18, Montarroio Mascarenhas, *Theatro Genealógico,* 1741, fl. 41.
663 Lúcio de Azevedo, *História dos Cristãos Novos Portugueses*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Clássica, 1975, p.78.
664 ANTT., *Inquisição, Conselho Geral,* Códice 90 fólio 44 e 44v º, cópia de Gaspar Lousada de 1629.
665 *Ibidem*, Carta do Corregedor do Porto a D. João III.

Diogo de Paz, que liderava a família desde a morte de seu pai[666], resolve escrever directamente a D. João III. A sua carta, com a data de 15 de Junho de 1542[667], dá conta que fora notificado para sair de todos os "reinos e senhorios" do rei *Piedoso*, e abandonar os cargos que detinha. Queixava-se: "*Diguo que vossa Alteza ysto mamda por mynha fortuna e meus pecados ou outros mais antiguos me fezeram irmão de Duarte de Paz que foy solycitador e negociador contra o seruiço de Deus e de vossa Alteza e seu guosto que se deve tão bem lembrar que o pay não deue pagar as maldades de seu filho nem o filho de seu pay muyto menos o jrmão de seu jrmão porque nemhuas leis divinas nem as de vossa Alteza e de seus anteçesores que das de Deus não são afastadas não permytem tal ponyçam nem acustumão de dar tamanha pena honde não há nemhua culpa* [...]."[668] E mais à frente argumentava: "*E se manda ysto por eu cair na comta e regra jerall de meus parentes e dos outros de minha nação e calidade de que eu cuidava e tinha grande presumçam de estar ysento asy pello que sey de mym como pellas merçees e ysemções que desta jeenralydade receby de Vossa Alteza devyam de valler ante elle a mym e a meus irmãos a maneira de que meu pay e minha may conhecerão o engano que erderão dos seus e mudarão sua vyda com tamto prazer e gosto d'El Rey de samta memorya Voso pay e tamanha honrra e em ela perserverarão ate [á] sua morte e nella fizerão per que mostrarão muy craramente quão bem se tirarão da obrygação em que nacerão e a seus filhos e filhas amostrarão seu camynho e trabalharão que fos[s]e por ele.*"[669]

Diogo de Paz assumia a sua condição de descendente de pai e mãe, judeus, que se haviam convertido com muito agrado do Rei, e defendia-se fazendo prova do seu comportamento exemplar e das mercês que tinha amealhado por serviços distintos à Coroa.

D. João III recuou na sua decisão e revogou a medida que visava expulsar a família Paz dos seus "reinos". Porque o fez? Muitas podem ter sido as razões. Era reconhecido o ainda muito poder que a família tinha na Alfândega do Porto, tal como no despacho e venda de mercadorias no Norte. Terão sido no entanto, muito

[666] Que faleceu depois de 1536 e antes de 1540. Em 1536 temos notícia que ainda estava vivo, pelo documento do seu testamento, em que fundava uma capela no mosteiro de S. Francisco no Porto, como vimos.
[667] ANTT, *Corpo Cronológico IIIª Parte, maço 72, doc. 73*. Carta de Diogo de Paz a D. João III, Porto, 15 de Junho de 1542. Disponível para leitura em http://ttonline.iantt.pt, e transcrito em anexo.
[668] *Ibidem*, Carta de Diogo de Paz a D. João III.
[669] *Ibidem*, Carta de Diogo de Paz a D. João III.

provavelmente, as fortes influências que os Paz dispunham na Corte que tiveram uma acção determinante na revogação da pena régia.

Diogo de Paz augurou fazer o Rei retroceder, mas a Inquisição não iria dar tréguas à sua família. Escreveu Camilo Castelo Branco: *"Em 1542 começou a perseguição à família Paz."*[670]

A primeira notícia que nos chegou de um elemento da família apanhado nas malhas da Inquisição é relatada por André de Resende, o mesmo autor que conhecia a *Descrição de Entre Douro e Minho* de mestre António de Guimarães, e recebera lições de hebraico do flamengo Nicolau Clenardo na Universidade de Paris. O humanista eborense, na sua obra "Vida do Infante D. Duarte", escrita em 1567, com dedicação ao Duque de Guimarães, D.Duarte, filho daquele Infante[671], reporta-se a um Fernão de Paz[672], moço da Corte, que era presença frequente numa casa que se dizia ser de um rabi e cujos familiares, mercadores que "guardavam o sábado", recusavam levar roupa ao Paço nesse dia[673].

Preso pela Inquisição[674], Fernão de Paz não confessou quaisquer erros contra a fé, nem fez denúncias. Testemunhos posteriores revelam que se suicidou, mas também houve quem defendesse, ao tempo, que lhe administraram peçonha para que não revelasse o que outros (cristãos-novos) receavam ser descoberto e sabido. O testemunho é de André de Resende.

---

[670] Camilo Castelo Branco, *Op.* cit. p. 66.

[671] "Vida do Infante D. Duarte", trata-se de uma obra sobre o infante D. Duarte, um dos filhos de D.Manuel, nascido em 1515 e que veio a falecer em 1540.

[672] André de Resende relata-nos um episódio que se passou na Corte envolvendo Fernão de Paz, um dos filhos de mestre João, tratando-o somente por "Paz". Fernão, moço da câmara da rainha D. Catarina, trouxera de Braga um velho, que servia de bobo da Corte, a quem chamavam D. João, e que divertia as tardes e os serões dos infantes. Conta-se que um belo dia D. Duarte chamou Fernão de Paz para trazer o bobo, mas não o encontrou. Ficou o Infante então a saber que o Paz frequentava com assiduidade a casa de alguém, que se presumia ser um rabi. D.Duarte terá ficado colérico e preparou-lhe uma maldade - enfartou-o com uma grande espetada de toucinho. Uma ocasião procurando-o novamente e não o encontrando, replicou-lhe: - "*Paz, avisa-te; não vás a casa de homem infamado de judeu e rabi*". Desta vez, o que D. Duarte preparou para se vingar, adquiriu laivos de crueldade e desumanidade. Embebeu um barrete novo, com uma borla amarela, em óleo de terebintina e coloco-o bem apertado sobre a cabeça do cristão-novo. A terebintina secou e o barrete não podia sair senão arrancando parte dos cabelos ou rapando-os. Todo este episódio é descrito por André de Resende, *Obras Portuguesas – Vida do Infante D. Duarte*, Prefácio e notas de José Pereira Tavares, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1963, pp. 104-110. Cfr.Camilo Castelo Branco, *Op.* cit. pp. 19-24.

[673] André de Resende, *ibidem*, pp. 107-110.

[674] Não conseguimos encontrar o seu auto; e não nos foi possível saber em que cidade decorreu o seu processo e prisão (Porto? Lisboa?).

"Mas o desmazelado não se soube guarecer nem remediar que não houvesse mau fim; porque, sendo preso pela Santa Inquisição, sem querer confessar seu erro, ele mesmo procurou sua morte ou, segundo alguns dizem, deram-lhe peçonha, assi que não revelasse o que outros receavam ser descoberto e sabido."[675]

A ter sido interrogado e preso pela Inquisição do Porto, sabendo-se a forma cruel e brutal como este tribunal religioso actuava, torna-se evidente porque é que veio a falecer nos calabouços do Santo Ofício.

Outros membros da família vão ser interrogados pela Inquisição. É o caso do rico mercador portuense António de Paz, chamado a testemunhar no processo de Henrique de Tovar e de sua mulher Isabel Lopes, a 9 de Março de 1541[676]. António de Paz confirmou, perante o inquisidor, que Pero Fernandes, genro dos réus, fora criado de seu pai, e que por volta de 1534 se deslocara com o seu cunhado Pero Lopes de Mesquita, defunto, à Sé em companhia do genro e dos réus, para assistiram a uma missa no altar de Nossa Senhora da Silva[677].

Henrique Tovar, preso com a sua mulher, Isabel Lopes, em 1541, natural de Valladolid, era pai de Duarte de Tovar, mercador de seda para a Flandres, queimado em estátua no Porto. Um outro filho, Jerónimo de Tovar, exercia a profissão de físico[678].

António de Paz também verá a sua vida devassada pela Inquisição do Porto[679]. Simão Gomes, seu sogro, que é mais tarde enterrado a seu lado na Sé Catedral da cidade, cidadão abastado, é acusado por uma criada de praticar a religião judaica. Condenado a três anos de prisão no dia 27 de Abril de 1544, foi libertado de seguida no mês de Outubro, por alegar sofrer de uma maleita grave[680]. Para a sua libertação contribuiu, seguramente, o muito dinheiro e a influência do seu genro e da família deste[681]. A irmã de Simão Gomes, Graça Fernandes, estava casada com um mercador do Porto, Álvaro Pires Galego, igualmente sentenciado na década de quarenta do

675 André de Resende, *Op.* cit., pp. 108-109.
676 ANTT, *Inquisição de Coimbra*, Maço 13, Processo 140, fls. 103-104 v.º.
677 *Ibidem*, fl. 104.
678 Vide Hermínia de Vasconcelos Vilar, "A Comunidade cristã-nova do Porto no século XVI: Notas para o seu estudo", *Xudeus e Conversos na História*, Edição de Carlos Barros, Actas do Congresso Internacional, Tomo II, Santiago de Compostela, La Editorial de la História, 1994, p. 394.
679 Através do processos que são movidos à sua sogra, Branca Dias, e ao seu sogro Simão Gomes: ANTT, *Inquisição de Coimbra*, processos nº. 9169 e nº 4891, respectivamente
680 ANTT, *Inquisição de Coimbra*, Processo n.º 4891, de Simão Gomes, fl. 10 e ss.
681 Opinião que partilhamos com Hermínia Vilar, "A comunidade cristã-nova do Porto", p. 394.

século XVI. Como o seu nome indica, estamos perante mais um converso que veio do outro lado da fronteira; inicialmente marinheiro e pescador, torna-se num bem sucedido vendedor de panos, proprietário de uma tenda na ponte de S. Domingos, no Porto[682].

Uma sobrinha de António de Paz, Maria de Paz, filha de Francisco de Paz e de Isabel Rodrigues, depõe em 1542 contra Maria Teixeira, cristã-nova, moradora na rua das Taipas[683]. Maria teve fama de testemunhar contra cristãos-novos. Acusavam-na de não honrar os seus ascendentes por se afastar dos preceitos da sua religião, casando-se com um cristão -velho, incriminações que rejeitava.

Muitos dos Paz, residentes no interior do Reino, não escaparam à sindicância da Inquisição. Lamego fora, desde o início da sua vinda para Portugal, um local de eleição para a família. Aí viviam alguns dos descendentes directos de Rui Mendes, o cunhado de mestre João de Paz, que virão a gozar das imunidades penais, negociadas em Roma por Duarte de Paz. Segundo os testemunhos de acusação, nos anos de 1543 e 1544, Isabel Mendes, residente em Lamego, na Rua Nova, casada com Heitor Mendes, filho de Rui Mendes, possuía uma casa que servia de "sinagoga das mulheres"; segundo outros depoimentos, praticava a circuncisão dos meninos, momentos depois de os nados terem recebido o baptismo na Igreja da Almacave. Acusações que a cristã-nova, que acaba por se refugiar na Galiza, negava, admitindo que "guardava os sábados"[684].

A filha de Isabel Mendes, Justa de Paz e o marido, Jerónimo Fernandes[685], v ão ser alvo de delações e de processos que se arrastam pelos anos de 1543 a 1545. Nesses processos emerge a ferocidade dos seus inimigos, muitos deles concorrentes de Jerónimo Fernandes, mercador, rendeiro das sisas da cidade de Lamego, e de seus irmãos, Rui Fernandes, mercador, tratador das lonas, célebre autor "da descrição dos terrenos à volta de Lamego", Jácomo da Fonseca e António da Fonseca.

682 Idem, *ibidem*, loc. cit..
683 ANTT, *Inquisição de Coimbra*, Processo n.º 9821, fls.17-18. Vide também, Hermínia Vilar "A comunidade cristã-nova do Porto", p. 394 e p. 403, nota 40. Esta autora confunde Maria de Paz, irmã de Francisco e de António de Paz, ambos filhos de Diogo de Paz, com a sua sobrinha, homónima.
684 Retiramos esta informação do artigo de Susana Bastos Mateus, "A acção do Santo Ofício sobre a comunidade cristã-nova de Lamego (1541-1548): o caso de Isabel Mendes", *Cadernos de Estudos Sefarditas*, nº 7, no prelo. Agradecemos à Dr.ª Susana Mateus, que ultimamente tem vindo a estudar a actuação de Inquisição em Lamego, o acesso ao seu estudo antes da saída do prelo.
685 ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Processos n.º 3225 e n.º 12944. Agradecemos à Dr.ª Susana Bastos Mateus, a notícia que nos deu destes processos relativos a dois elementos da família Paz.

Em Lamego a devassa contra os cristãos-novos foi liderada pelo bispo da cidade e pelo inquisidor Dr. Manuel de Almada. Os perseguidos e interrogados formavam a primeira geração de conversos que mantinha um relacionamento estreito com a Casa Real[686]. As denúncias e as acusações reflectiam rivalidades e velhos ódios, entre servidores cristãos-velhos e os seus senhores, prósperos cristãos-novos, ou mesmo entre a comunidade sefardita.

Os ódios estão presentes nas denúncias efectuadas contra Justa de Paz e a sua família. O cunhado, Rui Fernandes, era alvo do ódio de Afonso Eanes, neto de Antão Rodrigues, antigo vereador do Concelho e seu inimigo capital. A razão de tamanha inimizade prendia-se com o facto de Rui Fernandes ter ido à Corte e obtido uma provisão do Rei para que Antão Rodrigues e seus parentes mais próximos não fossem vereadores[687].

Nesta "guerra" utilizavam-se os criados e os parentes para denunciar quem era inimigo. O forjo de argumentos para delatar, tornava-se algo frequente para limpar a "honra", funcionando como vingança de uma situação passada. Rui Fernandes, tinha angariado muitas inimizades nas suas funções de feitor das lonas e rendeiro da sisa, andara muitos anos em desavença com Pero Vaz Carvalhino, por causa de uma inquirição à fazenda de Aires Pinto. Condenado a prisão, este deu como depositário Pero Vaz Carvalhino, mas como nenhum dos dois solvesse a caução, Rui Fernandes colocou Aires Pinto na prisão do castelo. Os dois homens apelaram para a Corte, e mergulharam numa longa demanda com o cunhado de Justa de Paz. Durante a qual gastaram parte dos seus bens[688].

Jerónimo Fernandes, o marido da sobrinha-neta de mestre João, fora rendeiro das sisas de Lamego nos anos de 1536, 1537 e 1538 e 1539. E sendo assim rendeiro entrou num litígio com João Gonçalves, alfaiate, marido de uma das testemunhas de acusação de Justa de Paz[689].

As acusações aos Paz persistiram nos anos seguintes. Até o prestigiado médico e professor catedrático da Universidade de Lisboa, Fernão Lopes de Paz, irmão de

[686] Sobre os primeiros interrogatórios e processos movidos contra os cristãos-novos de Lamego, Vide Maria José Ferro Tavares, " Os Cristãos Novos em Terras da Comarca da Beira (Subsídios para o Estudo das Primeiras Gerações)", *Rumos e Escrita da História. Estudos de Homenagem a A.A.Marques de Almeida,* Coordenação de Maria de Fátima Reis, Lisboa, Edições Colibri, 2007, pp. 557 – 573.
[687] ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Processos n.º 3225, fl. 65 v.º.
[688] ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Processos n.º 3225, fls. 66-67 v.º.
[689] *Ibidem*, fl. 71.

António de Paz, um dos muitos sobrinhos de mestre João, de cinquenta anos de idade, casado com uma filha de Tristão Alvares Nanias (que se encontrava fora do Reino), se vê na obrigação de dar contas à temível Inquisição. No dia 29 de Agosto de 1547 compareceu Fernão Lopes de Paz na casa da Inquisição de Lisboa, confessando ter visitado Nicolau Rodrigues, cristão-novo, morador na rua das Medas. Achando este enfermo e muito doente escreveu-lhe um testamento, em que era determinado que o moribundo, por vontade própria, queria ser sepultado, ou no mosteiro de Nossa Senhora da Graça, dentro do seu claustro, perto da campa de seu filho, ou junto da cova de Pedro Álvares, em terreno novo. Declarou Fernão Lopes de Paz ter redigido o testamento sem cuidar da incorrecção que estava a cometer. O tabelião Manuel Afonso conferiu força de lei ao documento, voltando às mãos do professor da Universidade de Lisboa. Naquele momento, em presença dos inquisidores, afirmava Fernão Lopes que verificando o erro que cometera, por ter passado a escrito uma última vontade de um cristão-novo, ficou tão irado que rasgou o documento[690]. O académico antecipava-se ao Santo Ofício, acautelando-se de uma possível denúncia ou inquérito à sua actuação. Não se pode esquecer, também, que a auto denúncia funcionava para aquela sociedade, profundamente católica, como o único caminho para o indivíduo se preservar a si e à comunidade da ira de Deus[691], logo, era sempre um factor de desagravo.

Para fugir aos interrogatórios, à tortura e às labaredas da Inquisição, a família cinde-se. Uns preferem a diáspora, mas a maioria acaba por ficar a tomar conta dos seus haveres e na posse dos seus ofícios, mergulhando num difícil e complexo processo de recomposição social a partir de 1542. A sobrevivência social será possível, mas com um pesado custo para alguns dos seus elementos que, como constatamos, foram sacrificados aos interrogatórios dos inquisidores, quando não mesmo à morte.

4. Do Porto a Istambul. O *Mare Nostrum*, a Europa um só Espaço

[690] "A Inquisição em Portugal e no Brasil", edição de António Baião, *Archivo Historico Portuguez*, Vol.VII, n.º 10-11, Out.- Nov. 1909, n.º 82-83, p. 442.
[691] Elvira Cunha de Azevedo Mea, *A Inquisição de Coimbra*, ed. cit., pp. 209-210.

Em Portugal permanecia a família Paz, agora liderada por Diogo de Paz, o segundo filho, na ordem de sucessão patriarcal, de mestre João, que, aos poucos, recompunha socialmente o grupo familiar do impacto perverso dos processos movidos pela Inquisição do Porto nos primeiros anos da década de quarenta do século XVI. Entre os que ficaram, encontrava-se um dos filhos de Duarte de Paz, Tomé Pegado, fruto do seu casamento com Catarina Pegada[692], natural de Elvas.

Em 1552 ou 1553 Tomé Pegado de Paz parte do Porto em direcção ao Império turco[693]. Alegará mais tarde que foi em busca de seu pai, que aí vive exilado. Porém, Tomé Pegado chega ao Mediterrâneo ao mesmo tempo que os Nasci[694].

Se não se pode negar que Tomé vai procurar o seu pai em terras turcas, também não se pode afastar a hipótese, muito real, de ir propositadamente servir de elo de ligação entre os Paz e os Nasci, no interior de uma rede controlada por estes ricos judeus. Registe-se que, segundo José Alberto Tavim[695], os protagonismos «para-messiânicos» de Grácia e Joseph Nasci, levaram a que muitos judeus e cripto-judeus pensassem que, por aderirem aos seus ideários, encontravam o caminho para a salvação. Mais um factor que não pode ser minimizado.

Que papel estaria reservado a Tomé Pegado? O mais provável é que fosse servir no Mediterrâneo Oriental os interesses dos Paz, numa altura de recomposição do estatuto social da família. O seu tio Diogo, que o enviara ao Oriente, participava por essa época, activamente, na vida social portuense, contribuindo para as obras de caridade da Misericórdia do Porto[696], e casava uma das suas filhas, com pompa e circunstância, com um dos homens fortes da administração da Câmara do Porto - António Leite. Em 1549, a sua casa fora escolhida entre as demais da elite social portuense , para hospedagem do arcebispo de Braga, D. Manuel de Sousa, de passagem pelo Porto, como se referiu em passagem anterior.

692 Havia mais um filho, de nome João, como vimos anteriormente, fruto deste casamento.

693 Como veremos mais há frente pelo confronto com os dados do interrogatório a que Tomé pegado de Paz é sujeito na Inquisição de Lisboa.

694 Haviam deixado para trás o nome de "Mendes Benveniste".

695 José Albertos Tavim, *Os Judeus e Cristãos-Novos de Cochim. História e Memória (1500-1662)*, Braga, Edições APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental) Distrital De Braga, 2003, p. 209.

696 Veja-se A. Magalhães de Basto, *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, 2ª Ed., com prefácio de Francisco Ribeiro da Silva, Vol. I, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1997, p. 462.

As redes europeias de mercadores sefarditas têm, sem dúvida, uma presença activa no comércio internacional[697] que é coeva das grandes transformações económicas e sociais que se dão na Europa entre os séculos XV e XVII. Estas redes comerciais assentavam numa estrutura muito peculiar. As famílias, que funcionam como construção e avaliação de toda e qualquer relação social, repartem os seus membros por vários lugares, geralmente pontos estratégicos de grande fluxo de capitais, moeda e matérias-primas diversificadas[698]. Por seu turno, à rede familiar associava-se, quase sempre, uma rede de poder. Quer isto dizer que, na aurora do *capitalismo moderno*, as elites financeiras sefarditas enleavam-se em complexos relacionamentos de poder[699], como forma e estratégia de sobrevivência, num meio social que na maior parte dos casos lhes era hostil. As famílias financeiramente poderosas, não descurando essa realidade, alicerçam o seu prestígio nas redes comerciais que controlam, ombreando com as figuras e os grupos sociais dominantes da sua época.

Os Nasci ilustram bem essa realidade. Tal como outras famílias sefarditas poderosas, que controlavam vastos "impérios financeiros e comerciais" internacionais, procuraram o apoio dos grupos familiares de cristãos-novos, que aparentavam estar, ou até estavam em certos casos, plenamente integrados social e economicamente nos espaços políticos onde ganhava fulgor a Contra-Reforma[700].

Muitos dos elementos destas famílias, que serviam secretamente os da sua "nação" e mantinham estreitos contactos com os sectores mais activos da diáspora[701], eram "peças" imprescindíveis de um jogo financeiro e mercantil que se fazia à escala internacional.

Tudo indica que os Paz, conhecidos mercadores cristãos-novos do Porto, foram uma dessas famílias a desempenhar, durante certo tempo, um importante

[697] Cfr. A. Marques de Almeida, "O Zagão e o Mel", p. 26.
[698] Vide A. Marques de Almeida, ibidem, p. 30, e Piter Emmer, "The Jewish Moment and the two Expansion System in the Atlantic, 1580-1650", *The Jews and the Expansion of Europe to the West 1450- 1800*, Edited by Paolo Bernardini & Norman Fiering, New York - Oxford, Berghah Books, 2001, p. 510.
[699] Poder no sentido em que Max Weber definiu: todos os meios, todos os tipos de acção podem colocar alguém em posição, privilegiada, de impor a sua vontade, diante de outros, a uma dada situação. **Cf.** Max Weber, *Economia y Sociedade* (Wirtschaft und Gesellchaft, Grumdriss der Verstehender Soziologie, Tubingen, 1922), Buenos Aires-Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1944, p. 43.
[700] Estamo-nos a referir a um período que, em traços gerais, começa ainda antes da primeira fase do Concílio de Trento (1545-1547), e se estende até perto do final do século XVI.
[701] Veja-se José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Judeus e Cristãos-novos de Cochim*, p. 210.

papel de charneira entre o espaço ibérico e as redes internacionais de comércio que se encontravam nas mãos dos sefarditas. Tomé Pegado vai tentar refazer as ligações internacionais da sua família.

Chegado a Constantinopla, rapidamente passa ao serviço do duque de Naxos, Joseph Nasci[702], um judeu que em tempos fora cristão-novo com o nome de João Micas .

Para abordar os contactos e as relações que se estabeleceram entre os Paz e os Nasci, nome que os Mendes Benveniste adoptaram na diáspora após retornar ao judaísmo, dispomos de uma fonte muito rica em informação: o processo de Tomé Pegado de Paz, preso pela Inquisição em 1578. É com base nos testemunhos aí desvelados que vamos construir o nosso discurso.

Estamos em crer que as razões aduzidas por Tomé Pegado de Paz, de que fora ter com seu pai a Constantinopla a mandado de seu tio[703], Diogo de Paz, escondem outros intentos por parte da sua família. Repare-se que os "caminhos" que levavam à capital do império otomano, os contactos a travar nas cidades italianas do sul que fervilhavam de judeus, e especialmente, ao mais alto nível, os contactos com o embaixador de França, eram conhecidos "bem demais" para quem vivia no Porto, sem sair da Península Ibérica[704]. Aliás, os últimos estudos sobre a Inquisição de Lamego[705], têm vindo a mostrar que uma série de cristãos-novos que fogem do Santo Ofício vão fixar-se na Toscana, e formar a partir daí redes comunitárias de contactos na diáspora, entre marranos, as quais se materializam em redes religiosas e sociais que demonstram uma eficácia na sua actuação muito surpreendente.

Tomé Pegado e a família Paz contavam, tudo aponta nesse sentido, com apoios e conhecimentos no interior dessas redes, até porque uma parte da família (Justa de Paz e Jerónimo Fernandes, sobrinhos-netos de mestre João) que se encontrava em Lamego vem a ingressar nessa fuga para Itália[706]. Não nos pode passar sequer desapercebido o facto, no sentido de abordar a questão em sentido crítico, de que a

---

702 Este antropónimo aparece muitas vezes sob outra forma: "Nasi" ou "Nassi". Nós optamos por "Nasci", à semelhança da maioria dos estudiosos portugueses.

703 ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Processo 10906, fl. 6 v.º, publicação em anexo.

704 Em nosso entender, era sinal que a família se encontrava integrada numa rede internacional.

705 Susana Bastos Mateus, James Nelson Novoa, "De Lamego para a Toscana: o périplo do médico Pedro Furtado , cristãos-novo português", *Cadernos de Estudos Sefarditas,* n.º 5, 2005, pp. 313-338.

706 Como referido, a Dr.ª Susana Bastos Mateus tem vindo a estudar essas redes que se formam a partir de Lamego. Queremos deixar aqui um agradecimento pelas conversas e informação que tem partilhado connosco.

maior parte da informação proveniente dos longos interrogatórios feitos na Inquisição, carece de problematização e deve ser olhada, em certos casos, com alguma desconfiança[707].

No que tange ao testemunho de Tomé Pegado de Paz, além de nos parecer que o cristão-novo carreou a informação para o interrogatório que, do seu ponto de vista, importava à sua defesa pessoal e, claro está, os factos que os próprios inquisidores estariam mais interessados em ouvir (relacionada com o Império Turco, as suas armadas e estratégias[708], pouco tempo depois do embate dramático de Alcácer-Quibir), são detectadas, mesmo assim, à primeira vista, contradições no discurso do réu. O que terá levado os interrogadores a questionarem-no como era possível, somente com dezasseis anos, ser chamado por seu pai para espia e informador da Coroa portuguesa; e se não sabia que o seu pai estava em Constantinopla, como ia em sua busca.

A idade de Tomé de Paz, na verdade, devia ser superior a dezasseis anos em 1552. Se seu pai fora para Roma por volta de 1532, não voltando mais a Portugal, supõe-se que em 1552-53 teria não menos de vinte anos. Para além disso, também não é crível que, por Joseph Nasci o ter circuncidado à força, como alega nos autos[709], fosse razão suficiente para o impedir de voltar a Portugal, como tentava demonstrar. Em inúmeras ocasiões o podia ter feito e não o fez, especialmente quando ao serviço do duque de Naxos se deslocou ao Mediterrâneo Ocidental. Se entrou ou não secretamente em Portugal, não sabemos, pelo menos nenhum dos testemunhos arrolados pela Inquisição de Lisboa o confessa.

Mas, caso necessitasse de entrar em contacto com os seus parentes, Tomé Pegado tinha uma ampla rede de informações e contactos aos seu dispor, tutelada pelos Nasci. Afinal, os textos insertos no seu processo sugerem que recrutava com insistência informadores e clientela para a Casa da "grande" judia e do Duque. Disso se depreende do testemunho de Francisco Sanches. Chamado a depor disse que "*elle* [Tomé Pegado de Paz] *o agasalhou beem por ser portugues dyzendo-lhe que se algua ora*

[707] Cfr. Robert Rowland, "New Christian, Marrano, Jew", *The Jews And Expansion,* 2001, p. 126.
[708] Questionado sobre a eventualidade de o turco enviar uma armada à Índia, Tomé de Paz respondeu que a única informação que tinha era a de que os turcos se preparavam para cortar "çerto pas[s]o no ryo Nyllo pera poderem pas[s]ar muitas gallees". A procura e recolha de informações sobre o poder naval Otomano, para Portugal, era, como se pode constatar, prioritária. ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Processo 10906, fl. 11 v.º.
[709] ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Processo 10906, fl. 7. Na sua maior parte transcrito em anexo

fos[s]e a Constantinopla pregunta[s]se pela gram judia que em sua casa ho acharya e que elle ho resgatarya e despois de seruir algum tempo ho mandaria a Portugaall como fazya a outros[...]."[710]

Esta confissão é bastante elucidativa acerca do modo como funcionava a rede sefardita patrocinada pelo Nasci. Uma rede de contactos, de comércio, de informações, uma rede financeira que se abria entre o Índico, o Próximo Oriente e a Europa Ocidental. Uma rede que ligava famílias como os Paz do Porto e os Nasci do Império Otomano; que veiculava notícias sofregamente desejadas pelos poderes que se digladiavam em vários espaços estratégicos, política e comercialmente, como era o caso de turcos e portugueses. Decerto que Pero Dias, o marinheiro que embarcava em navios, que faziam o transporte de açúcar para Veneza, e que acompanhou Tomé Pegado nos últimos cinco anos[711] antes de este ser preso, não era uma companhia qualquer. Se atentarmos na sua naturalidade, Ponte de Lima - Entre Douro e Minho (onde se situavam a maior parte dos bens os Paz) - ,logo entenderemos melhor o seu papel de "intermediário" desta rede.

Ou seja, mesmo depois de alguns membros da família serem interrogados e perseguidos pela Inquisição, os Paz continuavam a trilhar os caminhos das redes de finança e do comércio internacionais, utilizando os contactos "informais" e os agentes dissimulados, de preferência membros da esfera familiar. Tal asserção parece-nos perfeitamente aceitável.

A família para a qual Tomé Pegado de Paz trabalhou cerca de vinte anos, os Nasci, tinha partido de Lisboa em direcção a Londres, no ano de 1537, num navio inglês fretado em Antuérpia por Diogo Mendes, cunhado de Beatriz de Luna, que liderava os negócios familiares. Seguiam Beatriz de Luna, a sua filha Ana; a sua irmã Brianda, uma cunhada, viúva de Agostinho Micas, que, como vimos anteriormente, fora professor de Medicina na Universidade de Lisboa, e seus filhos: Bernardo Micas (que mudará de nome em 1554 para Samuel Nasci) e João Micas, mais tarde «Joseph Nasci».

---

[710] *Ibidem*, fl. 21 v.º.

[711] *Ibidem*, fls. 17-17 v.º e 18.

Em 1552 Beatriz parte para Istambul, passando a chamar-se «Grácia Nasci» e a sua filha «Reina». Acompanham-na João e Bernardo Micas. A família, detentora de grande fortuna, projecta-se no interior do Império Otomano.

Grácia Nasci instala-se na capital do império Otomano, acompanhada de um numeroso séquito de servidores[712] que, provenientes da Península Ibérica, regressam ao Judaísmo. Num mundo dominado por homens, Grácia impõe-se. Começa por arrendar a cobrança dos impostos no Império, no tempo de Suleyman I «O Magnífico». É este mesmo sultão que, em 1556, protesta junto de Paulo III, por influência da judia, devido à repressão a cristãos-novos que tem lugar em Ancona.

Joseph Nasci torna-se fornecedor de vinhos do Sultão, rendeiro da dízima dos vinhos das ilhas da Turquia, gestor da cobrança dos impostos arrecadados às populações cristãs e judaicas de todas as províncias do império turco, e conselheiro do sultão para os assuntos externos[713]; recebe o título de duque de Naxos e das sete ilhas, casando com a sua prima Reina, numa clara tentativa de não dispersar os bens na posse da família. A sua Corte em nada ficava a dever às mais prósperas e resplandecentes do Renascimento italiano. Chegou a fundar, em Tiberíades, na Palestina, um colónia judaica.

Era muito o poder acumulado, aquele, que escorria pelas mãos desta família sefardita. Os seus interesses económicos e financeiros repartiam-se um pouco por toda a Europa: Polónia, Itália, Ragusa, França, Balcãs, auferindo, sem dúvida, de um lugar de destaque no seio do império da *Sublime Porta*[714], que os acolhera de braços abertos, mostrando-se bastante tolerante em relação aos judeus[715]. Inclusive, Suleyman I «O Magnífico» tinha por seu médico Moseh Hamon, um judeu bastante bem conhecido de alguns cristãos-novos que se encontravam na Índia, em cidades como Cochim[716], que lhe escreviam a pedir a intervenção militar do imperador turco.

---

[712] Cecil Roth, *The House Of Nasi*, Philadelphia, The Jewish Publication Society Of America, 1947, p. 9. Chamamos novamente a atenção que Tomé Pegado de Paz chega à capital otomana, à volta do mesmo ano.
[713] José Alberto Tavim, *Op.* cit.
[714] Temos vindo a seguir Cecil Roth, *ibidem*, pp. 3-38 e passim; e José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Judeus e Cristãos-novos de Cochim*. pp. 203-208.
[715] Cfr. Jacob Barni , " Los Sefardies en el Império Otomano (siglos XV-XVI), Maria Antonia Bel Bravo y outros, *Diáspora Sefardí*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992, p. 104. Uma boa síntese sobre o Império Otomano, que aborda o papel dos Nasci dá-nos Halil Inalcik, *The Otomanan Empire. The Classical Age 1300-1700,* London, Phoenix, 1994.
[716] José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Judeus e Cristãos-Novos de Cochim..*, pp. 211 e 215.

Tomé Pegado, que se entregara à lei mosaica com o nome de *Chahaom*, primeiro, e Rabi David, depois, é incumbido de se deslocar à Corte francesa para arrecadar 150.000 cruzados a Carlos IX[717], no ano em que os turcos cercavam Malta (1565). As avultadas dívidas da Corte francesa aos Nasci haviam-se tornado um assunto de Estado, incómodo nas relações amigáveis entre o Império Otomano e a França. Joseph Nasci negoceia com o Sultão a melhor forma de cobrar o dinheiro, prometendo parte da quantia para os cofres do Império.

A "Casa" Mendes, de que os Nasci eram legítimos herdeiros, tivera em tempos uma sucursal no sul de França, em Lyon, praça financeira importante, para onde confluíam muitos capitais[718]. As dívidas contraídas pela Coroa francesa, que se debatia frequentemente com a falta de fundos para prosseguir as guerras contra o Império Habsburgo, remontavam aos anos trinta do século XVI.

Joseph Nasci reclamava 150.000 ducados, os franceses recusavam saldar tamanha dívida, considerando-se isentos, após confiscarem os bens de judeus, estando estes proibidos de comerciar e de viver em terras gaulesas[719]. A 23 de Março de 1565, o Sultão endereçou uma carta pessoal ao rei de França, não por via diplomática, mas sim utilizando um mensageiro especial enviado pelo Almirante Mustapha Pasha, enquanto decorria uma demonstração de força por parte da armada turca no Mediterrâneo Ocidental[720].

É neste clima diplomático que, encarregado de se deslocar ao sul de França, Tomé Pegado deixa Istambul em direcção a Argel, permanecendo aí cerca de sete meses à espera que o Paxá local lhe cedesse duas galeotas, com as quais rumaria à costa sul da França, acompanhado de vinte cativos franceses e de um turco que se deslocava à corte de Carlos IX numa embaixada (seria o enviado de Mustapha Pasha?).

No regresso, com a dívida cobrada, embarcando a bordo de uma galé que fazia a ligação entre Argel e Constantinopla, naufragou, contou João Fernandes ouvido pela inquisição. Um dos cativos puxou fogo à pólvora transportada a bordo,

---

[717] A parte principal do seu testemunho relata esta verdadeira odisseia que passou. Veja-se ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Processo 10906 fls. 7-8 v.º

[718] Sobre Lyon , enquanto praça financeira de grande importância, Veja-se R. Ehrenberg, *Le Siècle des Fugger*, prefácio de Lucien Febvre, Paris, SEVPEN, 1955, pp. 261-268.

[719] Cecil Roth, *ibidem*, pp. 27-28.

[720] Idem, *ibidem*, p. 31.

fazendo o navio explodir. Tomé Pegado de Paz salvou-se, mas perdeu as letras de cobrança do dinheiro que transportava consigo, e que eram pertença dos Nasci[721]. Este terá sido, ainda segundo aquele testemunho, o motivo de ruptura entre o cristão-novo e o Duque de Naxos, levando-o a converter-se ao Islão.

A versão dos acontecimentos, relatada por Tomé Pegado, difere da anterior. Contou que o embaixador do Achem se deslocara à Corte turca em busca de auxílio naval contra os portugueses, tendo Matias Bicudo[722] - um judeu de Alepo, recrutado por Lourenço Pires de Távora embaixador em Roma no ano de 1559 - vindo do Cairo para Constantinopla, no intuito de saber notícias sobre as galés que o Sultão pretendia lançar no Índico. Joseph Nasci, apercebendo-se que Bicudo estava ao serviço dos portugueses, envia Tomé no seu encalço. Segundo o testemunho do filho de Duarte de Paz, ele próprio alertou Matias Bicudo em Alepo, quando este tentava alcançar Ormuz, aconselhando-o a desviar caminho para não ser detido[723].

Na discrepância entre os dois relatos, o de Tomé Pegado de Paz e o de João Fernandes, entroncam as nossas dúvidas. Quem terá razão? Seria a confissão de Tomé arquitectada, com o fito de ser libertado, ao demonstrar que sempre estivera do lado dos portugueses, e explicando porque se tornara turco?

Vivia-se uma época de acalorada luta entre impérios, pela posse de pontos estratégicos, pela supremacia naval, pelo controlo do comércio oriental. Tanto no Golfo Pérsico, como no Índico ou no Mediterrâneo, chocavam-se os interesses dos Otomanos com os de Habsburgos e Portugueses. A questão de Baçorá estava em suspenso, ocupando os interesses da diplomacia lusa; muita especiaria afluía ao Levante; o poder naval turco crescia no "mar interior"; as hostes de janízaros avançavam, subiam os Balcãs e deslocavam-se em direcção ao Ocidente, cercando Viena de Áustria. Todas estas preocupações levaram Portugal a montar uma rede de informações, sobre o turco e a Índia, no tempo de D. João III e de D.Sebastião[724].

---

[721] Inquisição Processo 10906, fl. 19 v.º.
[722] Sobrinho de Isaac Bicudo, que passava informações sobre o turco via Veneza e Roma à Corte portuguesa e ao vice-rei da Índia. Vide Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *Os Diplomatas Portugueses em Roma No Século XVI e as Informações Acerca do Turco e da Índia*, separata de Portugaliae Historica, 2ª Série, Vol. I, 1991, pp. 105 e ss.; e Maria José Pimenta Ferro Tavares, " Judeus, Cristãos Novos e os Descobrimentos Portugueses", *Sefarad* XLVIII 2 (1988), pp. 296-297.
[723] ANTT, *Inquisição de Lisboa*, Processo 10906, fl. 8.
[724] Vide Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *Op.* cit., p. 103 e passim.

Como já havia acontecido inúmeras vezes, a pedra angular deste "serviço" de informações eram os judeus e cristãos-novos - que estavam bem posicionados no terreno, em lugares estratégicos, para obtenção de informação[725] - muitos deles anteriormente baptizados, mas que perseguidos pelas Inquisições, espanhola e portuguesa, tinham regressado ao judaísmo e ao Mediterrâneo[726], atraídos pelas novas oportunidades que se abriam no Levante.

Quer isto dizer que a comunidade sefardita, particularmente aquela que vivia sob o domínio turco, estava dividida internamente, cindida por diferentes interesses. Aqui temos uma possível explicação para os cismas que se sucediam entre as diversas facções e grupos. Da mesma forma, nesse sentido, poderemos encontrar uma outra justificação para a conversão ao islamismo, e o empréstimo de serviços ao "inimigo", por parte de alguns membros das comunidades sefarditas que estavam no Oriente.

O caso de Duarte de Paz é bem exemplificativo, tal como os judeus de Alepo, que "vendiam" segredos à Coroa portuguesa e constituíam o nó central das informações que seguiam para Ocidente. Todavia, outro factor se antepunha frequentemente na mudança de campo: as alterações da conjuntura interna nos espaços políticos em que esses vultos viviam.

Pouco antes de ser deportado para Portugal, como escravo de uma galé, Tomé Pegado de Paz acabara de fazer um percurso muito próprio dos elementos destes grupos. Inicialmente aceitara o judaísmo; em seguida adoptara o islamismo como sua fé, explicando que tornar-se muçulmano lhe trazia vantagens, libertando-o do cativeiro onde estivera dois anos, segundo a sua confissão, devido a uma dívida que ficara por solver a Joseph Nasci[727]. Finalmente, regressou novamente ao judaísmo[728], sendo nessa condição preso em Florença.

De tudo se pode retirar o seguinte, como nos sugere José Alberto Tavim: os judeus e cristãos-novos eram peças importantes, e até decisivas, no jogo de interesses

[725] Os judeus encontravam-se, no século XVI, entre os que estavam na posse de informação por via do comércio. Cfr. Peter Burke, *A social History of Knowledge*, Cambridge, Polity Press, 2000, pp. 155-156.
[726] Nesta idade de viragem o judaísmo, segundo o Professor José Augusto Ramos, privilegiou o Mediterrâneo. Vide José Augusto Ramos, "Judaísmo e Mediterrâneo.", *Op*. cit. p. 77.
[727] ANTT, Inquisição de Lisboa, Processo 10906, fl. 8.
[728] *Ibidem*, segundo testemunho de António Nunes, fl. 21.

entre Estados e impérios, na espionagem, na luta obscura em torno da supremacia no Mediterrâneo, no subcontinente indiano e no Índico[729].

Tomé Pegado de Paz, inicialmente espião e servidor do duque de Naxos, ponte entre famílias sefarditas, é um bom exemplo que se nos oferece de um cristão-novo, (re) convertido ao judaísmo, que viveu uma parte importante da sua vida no interior dessa realidade, complexa e difusa, que eram as redes de informação, de espionagem e comércio, em meados do século XVI, no mar Mediterrâneo, dominadas por sefarditas.

Há, nas andanças do neto de mestre João, algo de semelhante aos relatos de outros portugueses que se haviam espalhado por rotas e caminhos, regiões e espaços longínquos do mundo, após a abertura planetária propiciada pelas navegações dos séculos XV e XVI.

A aventura de Tomé Pegado de Paz, homem alto de corpo, barba preta e rosto cheio[730], percorrendo terras recônditas e remotas, casando e vivendo com mulheres locais, constituindo família mestiça, falando e aprendendo várias línguas, professando várias religiões, integrando-se na vida, na cultura, nos modos de ser locais, deixando-se prender pelas vivências dos indígenas, tal como fizeram Pero da Covilhã no século XV e Fernão Mendes Pinto no século XVI, dois exemplos maiores dessa vida diletante e peregrina, configura uma odisseia repleta de aventuras, contactos culturais e vicissitudes.

Mas o caso de Tomé de Paz difere, em parte, dos dois exemplos anteriores. Desde logo, porque era filho de um cristão-novo. Acontece que os descendentes de judeus convertidos eram objecto de várias formas de discriminação por causa da sua "impureza de sangue", e olhados com desconfiança em matéria de fé[731]. Como notou António José Saraiva[732], os cristãos-novos procuravam iludir as normas vigentes, tentando escapar à discriminação. Como? Mudando de nome, utilizando o dinheiro e o casamento, transferindo os bens e a família de lugar e região, quando necessário.

As raízes de Tomé Pegado de Paz encontravam-se numa conhecida família de mercadores cristãos-novos residente no Porto, que em meados do século XV tinham

[729] José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, Op. cit. p. 215.
[730] ANTT, *Inquisição de Lisboa 10906*, testemunho de António Nunes, fl. 26 v.º.
[731] Isto mesmo defende Robert Rowland, o que nos parece bastante consensual. Vide Op. cit., loc. cit.
[732] António José Saraiva, *Inquisição e Cristãos-Novos*, 5ª edição revista e ampliada, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, p. 25.

vindo para Portugal, fugindo à Inquisição espanhola. A família acabou por se converter ao cristianismo permanecendo em território lusitano. Os negócios familiares passavam, sobretudo, pelas alfândegas e importação de produtos.

Constam do "Livro de Juros" da Misericórdia do Porto, registos com data de 1586/87 de tenças a cobrar a particulares por António de Paz, que está em Madrid como representante da "Santa Casa". O antropónimo sugere tratar-se de um parente, se não mesmo de um neto, de António de Paz, sobrinho de mestre João. E, pelas relações que a família tinha com a instituição, não nos pode admirar este parentesco. Para situações que exigiam perseverança, António de Paz actuava em Madrid ao serviço da Misericórdia: cobrando dívidas, recolhendo fundos, tratando do património imobiliário da instituição.[733]

Outros indivíduos com o nome Paz são citados por C. Boyjian, como estando infiltrados nas redes comerciais internacionais na Holanda e noutros locais de grande actividade comercial, no início do Século XVII. Alguns naturais do Porto[734]. Por enquanto ainda não se encontraram quaisquer conexões com a família Paz.

Estamos numa conjuntura dominada pelas feiras Castela e de Lisboa, emergindo o fluxo e os refluxos de metais preciosos, as trocas ordinárias e extraordinárias dos *asientos*. A atmosfera de especulação financeira paira sobre Madrid. A partir de 1597, Bordéus fecha as suas portas aos portugueses, são na sua grande maioria cristãos-novos, com os espanhóis a desempenharem um papel muito activo nas praças financeiras de Castela[735].

Outros Paz, do Porto, distinguiram-se no mundo mercantil, certamente com ascendência na família de mestre João de Paz. Álvaro de Azevedo, nascido por volta de 1582 em Caminha, tinha como seu pai Miguel Rodrigues de Azevedo, sendo a mãe Joana de Paz[736]. Os avós maternos eram Jorge Luís e Violante de Paz[737], o que

[733] Vide A. Magalhães de Basto, *História da Santa Casa...*, Vol. II, pp. 29-32.
[734] Veja-se James C. Boyjian, "New Christians anda Jews in the Sugar Trade, 1550-1750: Two Centuries of Development of Atlantic Economy", *The Jews And The Expansion of Europe to the West 1450-1800...* pp. 484.
[735] Temos vindo a seguir J. Gentil da Silva, *Stratégie des Affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607. Lettres Marchandes des Rodrigues d'Evora et Veiga*, Paris, SEVPEN, 1956, pp. 5-11.
[736] Florbela Veiga Frade, *As Relações Económicas e Sociais das Comunidades Sefarditas Portuguesas. O Trato e a Família 1532-1632*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História Moderna, realizada sob orientação científica do professor doutor A.A. Marques de Almeida, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, 2006, pp. 303-311.
[737] Agradecemos à Dr.ª Florbela o estimulante diálogo sobre as raízes das "nossas" famílias estudadas. Por enquanto ainda não se encontrou um elo de ligação, que por certo existirá. Repara-se que, segundo a Dr.ª Florbela, esta Violante de Paz residira na rua de Belmonte. Ora nessa rua moravam muitos elementos da família

nos faz pensar que estamos perante um tronco familiar de Duarte de Paz. Os locais de nascimento e residência são os mesmos; e similares são os nomes e a actividade, mercantil e financeira, o que denota uma longa, muito longa tradição familiar em funções de trato geradoras de riqueza.

de mestre João e Duarte de Paz.

CONCLUSÃO

Na segunda metade do século XV cruza a fronteira portuguesa, vinda de Castela, uma família de judeus. Inicialmente estabelecem-se em terras do Duque de Bragança. É em Guimarães que residem até cerca de 1515. Entretanto, as condições de desenvolvimento comercial e financeiro levam o núcleo central da família a ir viver para o Porto em meados da segunda década do século XVI, onde os seus membros se vão associar às famílias mais influentes do burgo.

Os genealogistas passaram ao registo escrito, ao longo do Século XVII, o que ia correndo oralmente: houve em tempos uma distinta família de cristãos – novos, de nome Paz, que viveu no Entre Douro e Minho e se estabeleceu no Porto, muito dedicada ao comércio, rica, influente, cujos membros se foram distinguindo do resto sociedade como elite, alguns cavaleiros, inclusive, dela descenderam. O essencial da vontade de certos elementos da família, preocupados com a memória e identidade do grupo, estava alcançado. A informação veiculada pelos nobiliários foi passando de geração em geração, e os Paz acabariam por sobreviver ao anonimato.

Parece por demais evidente que a família Paz temia a vinda da Inquisição; em segundo lugar, refira-se o protagonismo que a família, e os seus membros, desfrutavam entre os cristãos-novos/sefarditas; em terceiro lugar, o cargo que Duarte de Paz desempenhará em Roma, como procurador dos cristãos-novos, é prova inabalável que a família se encontrava inserida nas redes de comércio internacional, dominadas pela elite financeira sefardita, e que assentavam numa estrutura muito particular, em torno da repartição dos membros das várias famílias situados em pontos estratégicos, de forte fluxo de matérias e capitais.

Será mera casualidade Duarte de Paz receber da "mão" do banqueiro Diogo Mendes e da sua cunhada, viúva de seu irmão Francisco, fundos para defender a causa dos conversos em Roma? E que dizer da partida de Tomé Pegado de Paz para a Turquia, precisamente no mesmo ano, 1552, em que Grácia Nasci para aí se desloca? Porventura, as ligações entre os Paz e os Nasci, são muito mais profundas do que à primeira vista possam parecer. Não esqueçamos que o centro de gravidade do comércio europeu se deslocara para o Mediterrâneo Oriental, e os Nasci dominam, a partir do interior do Império Otomano, uma ampla rede que se estendia ao Oriente . As razões aduzidas por Tomé Pegado de Paz, de que fora ter com o pai a mandado de seu tio , Diogo de Paz, escondem outros intentos, por parte da família de

mestre João. Repare-se que os "caminhos" a seguir, para ir para Constantinopla e os contactos a travar, eram excepcionalmente bem conhecidos para quem vivia no Porto e participava em obras de caridade na Misericórdia local. Isto é, mesmo depois de alguns membros da família serem interrogados pela Inquisição – caso de António de Paz e de Fernão Lopes– os Paz continuavam a trilhar os caminhos das redes sefarditas internacionais. Parece-nos óbvio. Para Cochim fora, entretanto, Tomás Martins, um Paz, filho de mestre João, que em tempos exercera o cargo de cirurgião do duque de Bragança .

Quem nunca mais voltará é Duarte de Paz, que do império Turco, lugar que escolheu para viver após ser substituído na Cúria Papal por outro cristão-novo, continua, num perigoso jogo duplo, tal como antes a partir de Roma, enviando cartas a D. João III, denunciando indivíduos da sua "nação", quem sabe se na esperança de um dia regressar. O seu filho Tomé, ao serviço do duque de Naxos, Joseph Nasci, grande senhor do Império Turco, deambula pelo Mediterrâneo, inserido nas redes comerciais sefarditas e nas redes de espionagem . Até que um dia será preso em Itália, e enviado numa galé, para em Lisboa, onde cai directamente nas malhas do Santo Ofício. Decorria o ano de 1578. O ano da batalha de Alcácer-Quibir. O ano em que cai por terra, no campo de batalha marroquino, um rei português (D. Sebastião), e com ele o sonho de um grandioso Império no Norte de África.

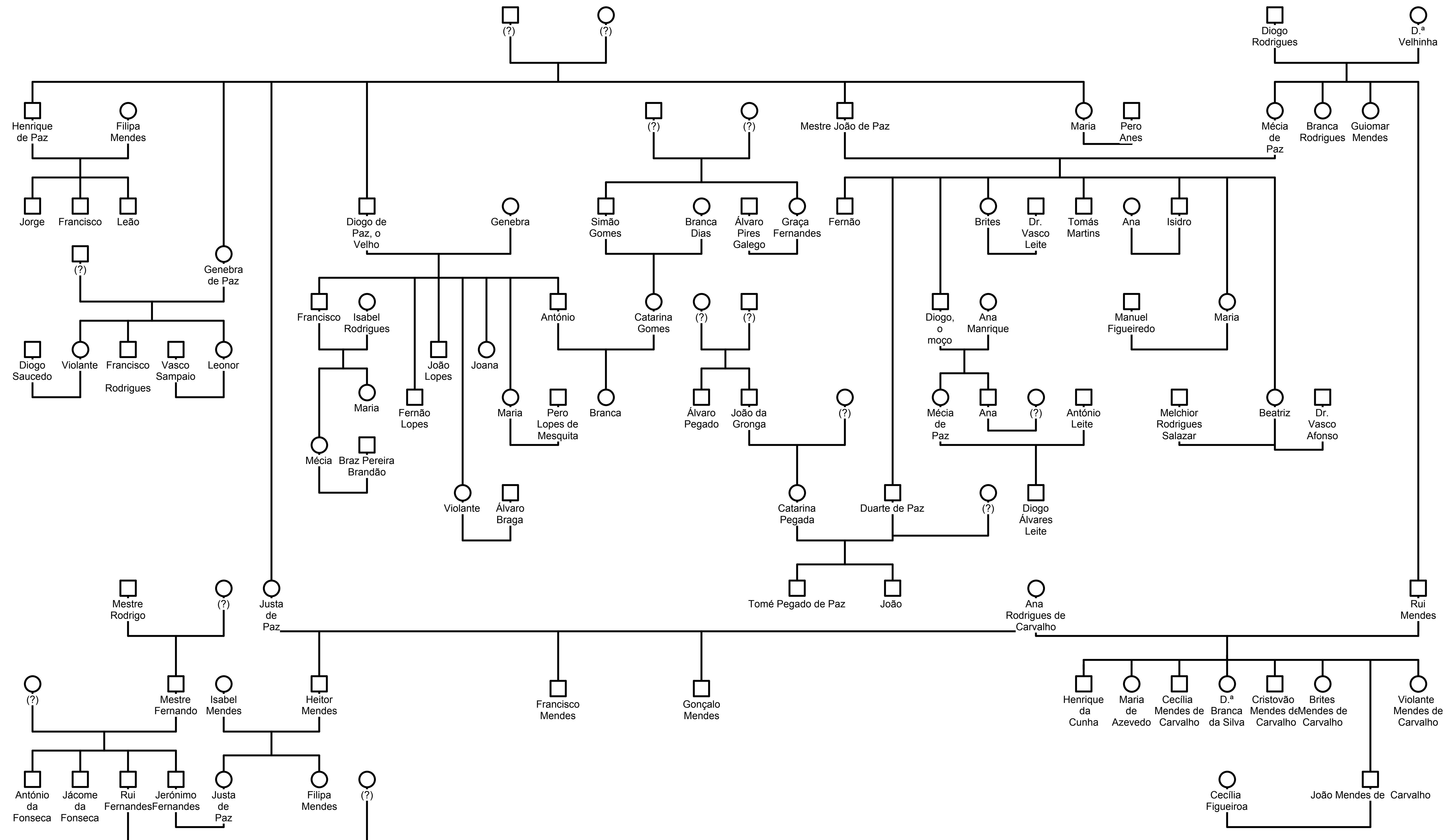
Esta família de cristãos-novos, que escapou à sanha investigadora de I. S. Révah, às análises minuciosas da professora Maria José Pimenta Ferro Tavares, e aos muitos trabalhos que têm sido publicados sobre judeus, cristãos-novos, os homens de trato e a Inquisição, teve afinal um papel activo, e até decisivo, durante mais de um século, quer na sociedade portuguesa, quer nos acontecimentos que envolveram os cristãos-novos. E se quisermos ser justos, na análise dos acontecimentos que rodearam a existência desta família, os Paz têm um protagonismo invulgar na sociedade portuguesa de quinhentos. É de referir, que duas das figuras emblemáticas do marranismo do século XVII entroncam nas origens familiares dos Paz: Manuel Fernandes Vila Real e António Henriques Gomes[738].

A vinda da Inquisição marcou indelevelmente esta família. Desde logo, porque um dos seus membros, procurador dos cristãos-novos, é um dos maiores

[738] Vide a árvore in Révah, I.S. António Henriquez Gomez, Paris, Chandeigne, 2003, pp. 207-209.

protagonistas no "duelo" que se trava em Roma entre os enviados de D. João III e os cristãos-novos; depois porque alguns dos seus membros foram apanhados nas malhas dos vários tribunais que se estabeleceram em Portugal.

Em resumo, os Paz, que foram uma das mais importantes famílias de mercadores cristãos-novos a viver em Portugal no século XVI, haveriam de sobreviver socialmente às garras da Inquisição, mas com pesados custos, pois foram perdendo progressivamente a sua influência social, económica, política e cultural. Porém, o nome «Paz» haveria de atravessar os séculos, sempre associado ao Santo Ofício e à perseguição religiosa dos cristãos-novos, que ocorreu em Portugal entre os séculos XVI e XVIII.


(?)
(?)
Diogo Rodrigues
D.ª Velhinha
Henrique de Paz
Filipa Mendes
(?)
(?)
Mestre João de Paz
Maria
Pero Anes
Mécia de Paz
Branca Rodrigues
Guiomar Mendes
Jorge
Francisco
Leão
Diogo de Paz, o Velho
Genebra
Simão Gomes
Branca Dias
Álvaro Pires Galego
Graça Fernandes
Fernão
Brites
Dr. Vasco Leite
Tomás Martins
Ana
Isidro
(?)
Genebra de Paz
Francisco
Isabel Rodrigues
António
Catarina Gomes
(?)
(?)
Diogo, o moço
Ana Manrique
Manuel Figueiredo
Maria
Diogo Saucedo
Violante
Francisco Rodrigues
Vasco Sampaio
Leonor
João Lopes
Joana
Maria
Fernão Lopes
Maria
Pero Lopes de Mesquita
Branca
Álvaro Pegado
João da Gronga
(?)
Mécia de Paz
Ana
(?)
António Leite
Melchior Rodrigues Salazar
Beatriz
Dr. Vasco Afonso
Mécia
Braz Pereira Brandão
Violante
Álvaro Braga
Catarina Pegada
Duarte de Paz
(?)
Diogo Álvares Leite
Mestre Rodrigo
(?)
Justa de Paz
Tomé Pegado de Paz
João
Ana Rodrigues de Carvalho
Rui Mendes
(?)
Mestre Fernando
Isabel Mendes
Heitor Mendes
Francisco Mendes
Gonçalo Mendes
Henrique da Cunha
Maria de Azevedo
Cecília Mendes de Carvalho
D.ª Branca da Silva
Cristovão Mendes de Carvalho
Brites Mendes de Carvalho
Violante Mendes de Carvalho
António da Fonseca
Jácome da Fonseca
Rui Fernandes
Jerónimo Fernandes
Justa de Paz
Filipa Mendes
(?)
Cecília Figueiroa
João Mendes de Carvalho

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

1. Documentação Manuscrita

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Chancelaria de D. Afonso V, Livros- 26,33.

Chancelaria de D. João II, Livros -2, 3, 6, 8, 10, 13,24, 25.

Chancelaria de D. Manuel I, Livros – 1, 11, 12, 13, 14,15, 16, 17, 18, 23, 25, 27,28,30, 31,32, 35, 36, 37, 39, 42, 44, 52.

Chancelaria de D. João III – Livros- 2, 7, 8,11, 13, 16, 17, 18, 24, 36, 48, 52.

Corpo Cronológico - Parte II, Maço 109; Parte III, Maços 2, 49, 73.

Inquisição, Conselho Geral - códice 90 e 303.

Inquisição, Processos, Coimbra – Maço 13 Processo n.º 140; n.º 2327, n.º 3934, n.º 4823, n.º 4891, n.º 5838, n.º 6253, n.º 9821, n.º 9169.

Inquisição, Processos, Lisboa – n.º 3225, n.º 10906. n.º 12944.

Núcleo Antigo, Casa da Coroa, Livro do Registo das Sentenças, n.º 559.

Núcleo Antigo, Comarca Entre Douro e Minho – n.º 110, n.º 525.

Núcleo Antigo – Cartas Missivas – Maço 3.

Colecção Especial, caixa 75, Maço 1.

Convento de Palmela, 3º suplemento, Livro 20.

Arquivo Histórico das Alfândegas Portuguesas

Livro do registo geral da Alfândega de Vila do Conde

Códice 115 A - Cópia de assentos de livros de registo geral da Alfândega de Lisboa

Arquivo da Casa de Bragança

Doações, Tomo 2, Maço 3/ N.º Geral 3.

Contratos, Maços 1-28.

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fundo da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira – Testamentos e Doações do Cabido, Tomo II – Cota C – 1386.

Vereações e Acórdãos da Vila de Guimarães, Livro n.º 1.

Arquivo Distrital de Braga

Cadernos de Matrícula de Ordens da Diocese de Braga - Livro V-VII.

Documentos do Bispado de Valença e Ceuta.

Arquivo Distrital do Porto

Convento de S. Francisco – Documentos: Tomo 2 dos Títulos e das Capelas e Legados; Livro dos Legados.

Convento de S. Bento da Vitória, Livro das Compras e vendas de Casas.

Contadoria – livros 20, 21 e 22.

Arquivo Histórico Municipal do Porto

Livro das provisões n.º 17 A
Livro das vereações A PUB 18
Livro das Vereações A PUB 23
Livro das Vereações A PUB 25

Biblioteca da Ajuda

Códice 47-XIII-18.

Códice 50 – IV – 8.

Códice 50 – V – 18.

Códice 50 – V – 19.

Códice 50 – V – 9.

Biblioteca Nacional de Lisboa

Província dantre Douro e Minho «copolida por mestre António, físico e sorgiam morador na villa de Guimarães e natural della, Códice 245.

PBA (Pombalina) 393-394.

Maços, Fundo Geral n.º 10645.

Maços, Caixa 4, N.º 20.

2. FONTES IMPRESSAS

ACTURIUM Chartularii Universitatis Portugalensis, Organização de Artur Moreira de Sá, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1979, Vol. I -III.

ÁLVARES, Pe Francisco, Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias, Ed. prefaciada, anotada e actualizada por Augusto Reis de Andrade, Lisboa, A.G.U., 1943.

ANDRADA, Francisco de, Crónica de D. João III, Introdução de Manuel Lopes de Almeida, Porto Lello &Irmão, 1976.

ÁSIA de João de Barros, Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriental, edição fac-similada, 4ª Ed. Revista e Prefaciada por António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, 3 vols. Reedição, Lisboa, I.N- C-M,1988- 1992.

ATLAS (El) del Rey Planeta, edição de Felipe Pereda y Fernando Marías, San Sebastián, Editorial Nerea, 2003 (Contém a edição de "La «Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos"(1634) da autoria de Pedro Teixeira).

CARTA de El-Rei D. Manuel ao Rei Catholico, por Prospero Paragallo, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1892.

"CARTAS de Quitação de D. Manuel I", Archivo Historico Portuguez, edição de Anselmo Braacamp Freire, Vol. I – IX, 1903-1914. Vol. I Carta 153-154; Vol. II Carta 199, 658;Vol. III carta 338-339; Vol. IX, carta 681, 708, 742, 745.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, História Do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses, introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida, Porto, Lello&Irmão-Editores, 1979.

CATÁLOGO, Catálogo dos Bispos do Porto composto por D. Rodrigo da Cunha, Porto, Officina Prototypa, Episcopal, 1742.

CHARTULARIUM Universitatis Portugalensis, (1288-1537), 14 Vols., Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1966 - 2001.

CORPO Diplomático Português tomos III-V, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1868- 1874.

CORRESPONDANCE(La) Des Premiers Nonces Permanents Au Portugal, 1532-1553, Ed. crítica e notas de Charles-Martial De Witte, 2 vols. Lisboa, A.P.H., 1980-1986.

CRAESBEECK, Francisco Xavier, Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho do ano de 1726, Ponte de Lima, Ed. Carvalhos de Basto, 1992.

DIÁLOGOS de D. Frei Amador Arrais, Introdução e Revisão de Manuel Lopes de Almeida, Porto, LelloIrmão-Editores, 1974.

DOCUMENTOS do Corpo Cronológico Relativos a Marrocos (1488 a 1514) org. de António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925.

GAVETAS (AS) da Torre do Tombo, Vol. VIII, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970.

Gentes e Espaços. Edição crítica do numeramento de 1527-1532. Dicionário de Portugal Quinhentista, Comarca de Entre Douro e Minho, edição de João José Alves Dias. Cascais, Patrimónia, 1999.

GÓIS, Damião de, Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel (publ. David Lopes), 4 tomos, Coimbra, Universidade, 1949-1952.

"LIVRO (O) da Sisa da Alfândega de Caminha do Ano de 1527", Ed. Elisa Castro, Mário Cunha, Caminiana, Revista de Cultura Histórica, Literária, Artística, Etnográfica e Numismática, n.º 13, Dezembro de 1986, pp. 149-215; e n.º 16, Dezembro de 1988, pp. 179-210.

MEMÓRIAS Quinhentistas dum Procurador Del-Rei no Pôrto pelo Licenciado Francisco Dias, Inédito da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. N.º 553, Prefácio e notas finais de A. Magalhães de Basto, Porto, Publicações da Câmara Municipal do Porto/ Gabinete de História da Cidade, 1937.

MICHAELIS de Vasconcelos, Carolina (ed.), Tragédia de La insigne Reina Doña Isabel, 2.ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.

MÜNZER, Jerónimo Munzer, Viaje por España y Portugal (1494-1495), Nota introductoria de Ramón Alba, 2ª ed., Madrid, Ediciones Polifemo, 2002.

FALCÃO, Figueiredo Falcão, *Livro em que se contem toda a fazenda e real património dos Reinos de Portugal*, Lisboa, 1607.

NICOLAS, Gaspar, Tratado da Pratica Darismetica, introdução de Luís de Albuquerque, ed. Fac-Similada, Porto, Livraria Civilização, 1963.

PRIMEIROS (Os) 14 documentos relativos à viagem de Pedro Álvares Cabral, Lisboa, CNCDP, 1999.

RESENDE, Garcia de, Crónica de D. João II e Miscelânea por [...], introdução de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, I.N.-C.M., 1991.

RIBEIRO, Luciano (ed.), "Uma Descrição De Entre Douro E Minho Por Mestre António" Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, Vol. XXII, 1959, pp. 440-459.

SMITH, Adam Smith, Riqueza das Nações, 5ª ed., Prefácio de Hermes dos Santos, Tradução de Teodora Cardoso e Luís Cristóvão Aguiar, Lisboa, F.C.G., 2006.

SOLIS, Duarte Gomes de, Alegacion en favor de la Compañía de La India Oriental, comercios ultramarinos, que de nuevo se instituyo en el reyno de Portugal, publicação de Moses Amzalak, Lisboa, Editorial Imperio, 1955.

SOUSA, Frei Luís, Anais de D. João III, publicação de Rodrigues Lapa, 2ª Ed., 2 vols. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1951-1954.

THE Voyage of Pedro Álvares to Brazil And India, Translated with introduction and notes William brooks Greenlee, London, Hakluyt Society, 1938.

USQUE, Samuel, Consolação às Tribulações de Israel, Fac-símile da ed. de Ferrara (1553), Lisboa, F.C.G, 1989, 3 Vols.

VARNHAGEN, F. A., "A Carta de Mestre João", Revista do Instituto Histórico e Geográfico, Rio de Janeiro, Tomo V, 1845, pp. 342-343.

VIAGENS (As) dos Descobrimentos, prefácio, organização e notas de José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença, s/dt.(1983?).

VITERBO, F. M., de Sousa, Trabalhos Náuticos dos Portugueses, Séculos XV e XVII, Lisboa, I.N.-C.M., 1988, reprodução fac-similada de 1898.

VITERBO, F. M., de Sousa Notícia sobre alguns Medicos Portugezes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.

3. Fontes Literárias

BRANCO, Camilo Castelo, Narcóticos, Porto, 1920.

RESENDE, André, Vida o Infante Dom Duarte, Obras Completa, Prefácio do Professor José Pereira Tavares, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1963.

BIBLIOGRAFIA

1. Guias de Documentação Manuscrita e Imprensa/Bibliografias

ANSELMO, António Joaquim, Catálogo de Impressos da Tipografia Portuguesa do Século XVI, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1990.

BRÁSIO, António, Roteiro dos Arquivos Municipais Portugueses, Lisboa, A.P.H., 1976.

FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias, Os Arquivos da Inquisição, [Organização de...], Nota prévia de Jorge Borges de Macedo, Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo- Serviços de Publicação e Divulgação, 1990.

FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias, Ramos, Maria de Fátima Dentinho Ó, Núcleo Antigo. Inventário., Lisboa, Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 1996.

FRADE, Florbela Veiga, Mateus, Susana Bastos, " Bibliografia sobre a Família Mendes Benveniste no século XVI", Cadernos de Estudos Sefarditas, n.º 3, pp. 157-184.

GRANDE (Um) Português – D. Manuel II 1889-1932. Através de Alguns Livros da sua Biblioteca, Introdução e organização de José V. Pina Martins, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1989.

MANUSCRITOS da Ajuda (Guia), 2 vols. Lisboa, CEHU, 1966-1973.

MARQUES, Alfredo Pinheiro, Guia de História Dos Descobrimentos E Expansão Portuguesa, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988.

MARTINS, Jorge, "A Questão Judaica Em Portugal. Bibliografia Comentada, *Clio,* Nova Série, Volume 9, 2003, pp.143-188.

PESTANA, Manuel Inácio, O Arquivo Histórico da Casa de Bragança, Lisboa, A. P. H., 1996.

2. Glossários, Dicionários, Enciclopédias, Histórias de Portugal, Obras de consulta geral/instrumentos de trabalho

ALMEIDA, Fortunato de, História da Igreja em Portugal, Barcelos, Livraria Civilização, 1968-1972, 4 Vols.

BARROS, Henrique da Gama, *Historia da Administração Publica em Portugal nos Séculos XII-XV*, 2ª ed. dirigida por Torquato de Sousa Soares, Tomos IX e XI, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, imp. 1950-1954.

BASTOS, Francisco Martins, Nobiliarquia Medica, Noticia dos Medicos e cirurgiões da Real Camara, Lisboa Imprensa Uniao Typographica , 1858.

BRAGA, Teófilo, História da Universidade de Coimbra, Tomo I (1289-1555), Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1892.

CHALIAND, Gérad; Rageau, Jean, Atlas Dos Impérios, Lisboa, Editorial Teorema, S/dt.

CLAVAL, Paul, *Histoire de la* Geographie, Paris, Presses Universitaire de la France, col. Qu'est Ce Je, 1994

DICIONÁRIO Enciclopédico de História de Portugal, 2 vols., Lisboa, Publicações Alfa, 1993.

DICIONÁRIO de História de Portugal, dir. de Joel Serrão, 4 vols., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963-1971.

DICIONÁRIO de História Religiosa de Portugal, dir. de Carlos Moreira Azevedo, 4 vols., Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa e Circulo de Leitores, 2000-2001.

DICIONÁRIO de História dos Descobrimentos Portugueses, direcção de Luís de Albuquerque, coordenação de Francisco Contente Domingues, 2 vols., [Lisboa], Circulo de Leitores, 1994.

ENCICLOPÉDIA Einaudi, Director Ruggiero Romano, Volume 20 – "Parentesco", Edição Portuguesa Coordenador- Responsável Fernando Gil, Lisboa, I.N.-C.M., 1989.

ENCYCLOPAEDIA Judaica, ed. Cecil Roth, Geoffrey Wigoder, 16 vols, Jerusalem, Keter Publishing House New York , MacMillan, 1972. Também se encontra disponível on-line no endereço www.jewishencyclopaedia.com

FREIRE, Braamcap, Armaria Portuguesa, Cota D' Armas, Editores e Livreiros, 1989.

GAYO, Felgueiras, Nobiliário de Famílias de Portugal, Braga, Oficinas Gráficas de «Pax», Carvalhos de Basto, XII tomos, 1938-1990.

HISTÓRIA da Colonização Portuguesa do Brasil, Dir. de Carlos Malheiros Dias e Manuel Múrias,Vol. II, Porto, Litografia Nacional, 1923.

HISTÓRIA da Marinha – A Viagem De Vasco da Gama à Índia 1497-1499, coordenador José Manuel Garcia, Lisboa, Academia de marinha, 1999.

HISTÓRIA de Portugal, Direcção de Damião Peres, Edição Monumental Comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade Portuguesa, 10 vols., Barcelos, Portucalense Editora Ltª, 1928-1931.

HISTÓRIA, (Uma) da Universidade, coordenador geral da edição Walter Rüegg, Vols. I-II, Lisboa, I.N.-C.M., 1996-2002.

MACEDO, Jorge Borges de, História Diplomática. Constantes e Linhas de Força. Lisboa, Revista Nação e Defesa, 1987.

MACKENNEY, Richard, La Europa del Siglo XVI. Expansión Y Conflicto, tradução de Fernando Bouza, Madrid, Ediciones Akal, 1996.

MARQUES, A.H. de Oliveira, História de Portugal – Desde os tempos mais antigos até ao Governo do Sr. Marcelo Caetano, 2 vols. Lisboa, Edições Ágora, 2ª Ed. 1973.

MATTOSO, José (dir.), História de Portugal, 8 vols., vols. III-IV, [s.l.], Circulo de Leitores, 1993.

MATTOSO, José, Obras Completas, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001-2003, 12 Vols.

MCNEILL, J.R., Mcneill, William, Las Redes Humanas. Una Historia Global del Mundo, Barata, Crítica, 2004.

MEDINA, João (dir.), História de Portugal dos Tempos pré-históricos aos nossos dias, 15 vols., especialmente vols. IV-VII, Amadora, Ediclube, 1993.

MORAIS, Cristóvão Alão de, Pedatura Lusitana, pub. Alexandre António Pereira de Miranda Vasconcellos, António Augusto Ferreira da Cruz, Eugenio Eduardo Andrea da Cunha e Freitas, 12 Vols. Porto, Livraria Fernando Machado, 1943-1948.

MOREIRA, António, Pedrosa, Alcino, As Grandes Datas Da História de Portugal, Lisboa, Editirial Notícias, S/dt. (1993?).

NAVARRETE, Martin Fernandez de (ed.), Coleccion de los viajes y descubrimientos, que hicieron por mar los españoles desde fines del siglo XV,[...], 5 tomos, Madrid, 1837.

NOVA História De Portugal, Direcção de Joel Serrão e A. H. De Oliveira Marques, "Portugal Do Renascimento À Crise Dinástica", Coordenação de João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Presença, 1998.

PORTUGAL no Mundo, dir. de Luís de Albuquerque, 3 vols., Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

SARAIVA, A. José, História da Cultura em Portugal, 3 Vols., Lisboa, Jornal do Foro, 1950-1962.

SARAIVA (com Óscar Lopes), História da Literatura Portuguesa, 7ª Ed. corrigida e actualizada, Porto, Porto Editora, Ltª. S/dt.

SÉRGIO, António Sérgio, Breve Interpretação da História de Portugal, 13 ª ed., Edição Crítica por Castelo Branco Chaves, Vitorino Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão, e organizada por Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1989.

SERRÃO, Joel, Cronologia Geral da História de Portugal, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971.

SERRÃO, J. Veríssimo, História de Portugal, 2ª ed.., revista, vols. III, IV, V, Lisboa, Editorial Verbo, impressos 1980, 1990, 1982.

SILVA, Inocêncio F. da, Dicionário Bibliográfico Português, 22 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1922. (Também Ed. Em CD Rom Da C.N.C.D.P., 1998).

SOUSA, António Caetano, Nova ed. revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, 26 Vols., História Genealógica da Casa real Portuguesa, Coimbra, Atlântida, 1945-1955.

SOYSA, Joze Roberto Monteiro de Campos Coelho e Soisa, Systema ou Colecção dos Regimentos Reaes, Tomo I, Lisboa, Officina de Francisco Borges de Soisa, 1783.

TENENTI, Alberto, La Formación mundo moderno, 2.ª Ed., Barcelona, Editorial Crítica, 1989.

VITERBO, Fr. Joaquim Rosa de, Elucidatário das Palavras, Termos e Frases, Ed. Crítica de Mário Fiúza, 2 vols., Porto – Lisboa, 3ª Ed. Livraria Civilização, 1966.

3. Definição do Campo Teórico e Metodologia

ALMEIDA, A.A. Marques de, "Sinais Gravados Noutros Sinais ou História e Legibilidade do Mundo. Um Discurso a dois Tempos com Mudança de

Paradigma", *Uma Vida em História. Estudos em Homenagem de António Borges Coelho*, Lisboa, Centro De História da Universidade de Lisboa/ Editorial Caminho, 2001, pp. 31-46.

ARENDT, Hannah, *A Condição Humana*, Lisboa, Relógio D'Água, 2001.

ARENDT, Hannah Arendt, *Entre o Passado e o Futuro. Oito Exercícios sobre o Pensamento Político*, St.ª Maria da Feira, Relógio D'Água Editores.

BOURDIEU, Pierre, *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*, Lisboa, Celta Editora, 1997.

BLUMENBERG, Hans, *La légitimité des Temps modernes*, Paris, Éditions Gallimard, 1999.

BURKE, Peter, Peter Burke, *O Mundo como Teatro. Estudos de Antropologia História*., Lisboa, Difel, 1992.

CASTRO, Armando de, *As ideias económicas no Portugal medievo* (Séculos XIII a XV), Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

CHARTIER, Roger, *A história cultural: entre práticas e representações*, Lisboa, Difel, 1988.

CHARTIER, Roger *Au bord de la falaise. L'Histoire entre certitudes et inquiétude*, Paris, Éditions Alban Michel, 1998.

DERRIDA, Jacques, *Gramatologia*, 2ª ed., S. Paulo, Editora Perspectiva, 2006.

ELIAS, Norberto, *O Processo Civilizacional* (Titulo Original Über den Prozess Zivilisation, 1939), Lisboa, Publicações D. Quixote, Ltª., 1989, 2 vols.

ELIAS, Norberto Elias, *A Sociedade dos Indivíduos*, 2ª edição, editado por Michael Schröter, Lisboa, Edições Dom Quixote, 2004.

ELIAS, Norberto, *Introdução à Sociologia,* Lisboa, Edições 70, 2005.

FEBVRE, Lucien *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle. La religion de Rabelais*, 2e Edition, Paris, Éditions Albin Michel, 1968.

FEBVRE, Lucien, *Combates pela História*, 3ª ed., Lisboa, Editorial Presença,

1989.

FERRO, Marc, *L'histoire sous surveillance*, [s.l.], Calmann – Levy, 1985.

FEYRABEND, Paul, *Contra o Método, Lisboa*, Relógio D'Água, 1993.

FOUCAULT, Michel, *A Ordem do Discurso*, Lisboa, Relógio de Água, 1997.

FOUCAULT, Michel, *L'Archeologie du Savoir*, 1969, Edtions du Savoir, 1969(trad. port. Arqueologia do Saber, Petrópolis, Editora Vozes, 1971.)

FOUCAULT, Michel, *Dits et Ecrits,* Vols. I-IV, Paris, Editions Gallimard, 1954-1988.

GADAMER, Hans-George, *El Giro Hermenêutico*, Mdrid, Catedra, 1998.

GADAMER, Hans-George, *O Problema da Consciência Histórica*, Vila N. de Gaia, Estratégias Editoriais, 1998.

GIDDENS, Anthony, *Dualidade da Estrutura. Agência e Estrutura*, Oeiras, Celta Editora, 2000.

GINZBURGO, Carl, *A Micro-História e Outros Ensaios*, Lisboa, Difel, 1991.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Ensaios, Vol. II*, Lisboa, Sá da Costa, 1968.

LIST, Friedrich List, *Sistema Nacional da Economia Política*, tradução de Eduardo de Sousa Ferreira e Karin Paul Ferreira, Prefácio de Eduardo Sousa Ferreira, Lisboa, F.C.G., 2006.

HOMMAGE a Roland Mousnier, *Clientèles et fidélités en Europe à l'époque moderne,* Publié sur la direction d'Yves Durant, Paris, Presses Universitaire de France, 1981.

KOSELLECK, Reinhart, *L'Experience de L'Histoire*, Paris, 1997.

LEFEBVRE, Henri, *La production de l'espace*, 4e édition, Paris, Ed. Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri, *Du Rural à l'Urbain*, 3e éditions, Présentation de Remi Hess, Anthropos, 2001.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, "Porama de L'Historiographie Portugaise Recente, XVIe-XVIIe Siècles", *La Recherche en Histoire Du Portugal*, 1 (1989), Paris, Centre d'Etudes Portugaises, Ecole Des Hautes Etudes en

Sciences Sociales, Societè Française d'Histoire Du Portugal, 1989, pp. 33-40.

PARETO, Vilfredo, *Trattato dii Sociologia Generale*, Firenze, Bárbera, 1916.

POPPER, Karl, *The Logic of Scientific Discovery*, 13 ª ed., London, Melborn, Sidney, Auckland, Johannesburg, Hutchinson, 1980.

POPPER, Karl, *Realismo e o Objectivo da Ciência*, Lisboa, Publicações D.Queixote, 1997.

PROBLEMAS *de Estratificação Social, Actas do Colóquio Internacional* (1966) publicadas por Roland Mousnier, tradução de Joaquim Romero de Magalhães, Lisboa, Edições Cosmos, imp. 1988.

RICOEUR, Paul, *Do Texto à Acção*, Lisboa, Rés, S/dt.

RICOEUR, Paul, *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*, Paris, Seuil, 2000.

RICOEUR, *Paul, Soi-même comme un autre*, Paris, Éditions du Seuil, 1990.

STEINER, George, *Depois de Babel. Aspectos da Linguagem e Tradução*, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 2002.

VILAR, Pierre, *Iniciação ao vocabulário da análise histórica,* Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1985.

4) Economia, Finanças e Teoria Económica

CIPOLLA, Carlo M., *Introdução ao Estudo da História Económica*, Lisboa, Edições 70, 1995.

MARX, Carl, *O Capital*, Livro Primeiro, Tomo I-II, Edição dirigida por José Barata Moura e Francisco Melo, Moscovo-Lisboa, Edições Progresso-Editorial Avante, 1990.

MONTEIRO, Armindo Monteiro, *Do Orçamento Português*. *Tomo Primeiro – Teoria Geral-História-Preparação*, Lisboa, edição do Autor, 1921.

SCHUMPETER, Joseph, *Impérialisme et Classes Sociales*, présentation de Jean-Claude Passeron, Paris, Les Édtions de Minuit, 1972.

SCHUMPETER, Joseph A., *Histoire de l'analyse économique. I. L'âge des fondateurs*, préface de Raymond Barre, Paris, Editons Gallimard, 1983 ; II. *L'âge classique,* préface de Raymond Barre, Paris, Editons Gallimard, réimpression 2004.

SCHUMPETER, Joseph A., *Ensaios. Empresários, inovação, ciclos de negócio e evolução do capitalismo*, Lisboa, Celta Editora, 1996.

SCHUMPETER, Joseph, Thérie de l'évolution économique. Recherches sur le profit, le credit, l'intérêt et le cycle de la conjoncture, Paris, Éditions Dalloz, 1999.

VERLINDEN. Charles, Introduction à L'Histoire Économique Générale, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1948.

VILAR, Pierre, *Desenvolvimento Económico e Análise Histórica*, Lisboa, Editorial Presença, 1982.

WEBER, Max, *L'Ethique Protestante et l'Esprit du Capitalisme*, Paris, Pocket, 1989.

6. Estudos

a) **Geografia Física e Humana, Etnografia e Antropologia**

BARRETO, Luís Filipe, "A Chorografia de Gaspar Barreiros", *Portugal Mensageiro do Mundo Renascimento*, Lisboa, Quetzal Editores, 1989. pp. 93-116.

BIROT, Pierre Birot, *Portugal - Estudo de Geografia Regional*, 2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

BRAGA, Isabel M.R. Mendes Drumont, *A Fronteira Difusa entre Trás-os-Montes e a Galiza ou as Povoações Místicas de Santiago, Rubiães e Meãos*, Separata da Revista *Brigantia*, nºs 3-4, Julho/Dezembro, 1997.

COELHO, António Borges, *Quadros Para Uma Viagem a Portugal no Séc. XVI*, Lisboa, Caminho, 1986.

COELHO, António Borges, "Cinco Notas para a Descrição do Reino de Portugal de Duarte Nunes de Leão", in Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal,* Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 37-54.

DIAS, Jorge Dias, Os *Arades Portugueses e as suas Prováveis Origens*, prefácio de Ernesto Veiga de Oliveira, I.N. – C.M., 1982.

DAVEAU, Suzanne, "A Descrição Territorial no Numeramento De 1527-32", *Penélope*, N.º 25, 2001, pp. 7-39.

DAVEAU, Suzanne, "O Conteúdo Geográfico da Descrição do Reino de Portugal", in Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal,* Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp.63-92.

DAVEAU, Suzanne, "A Obra de Gaspar Barreiros: alguns aspectos geográficos", *Revista da Faculdadede Letras,* Universidade de Lisboa, 5ª Série, n.º 27, 2003, pp. 97-127.

DAVEAU, Suzanne, RIBEIRO, Orlando, « Conhecimento Actual da História da Geografia em Portugal", *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1986, Vol. II, pp. 1041-1060.

DRAIN, Michel, Geografia da Península Ibérica, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1975.

FEBVRE, Lucien, *A Terra e a Evolução Humana. Introdução Geográfica à História*, com a colaboração de Lionel Batailon, tradução de Jorge de Macedo, in *Panorama da Geografia*, Volume II, Lisboa, Edições Cosmos, 1954, pp. 411-733.

GALEGO, Júlia, DAVEAU, Suzanne, *O Numeramento de 1527-1532. Tratamento Cartográfico*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986.

GAMA, Orlando, "Duarte Nunes de Leão - elementos para uma biografia", Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal,* Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 9-35.

GARCIA, João Carlos João Carlos *Garci*a, "Os Têxteis em Portugal dos séculos

XV e XVI", *Finisterra*, Lisboa, XXI, 42, 1986, pp. 327-344.

GARCIA, João Carlos, "A percepção do espaço numa corografia seiscentista do reino do Algarve", *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, Lisboa, 5ª série, n.º 6, pp. 99-117.

GARCIA, João Carlos, "As Descrições de Portugal no Século XVI", in Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal,* Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, 55-62.

GIRÃO, Aristides de Amorim, *Esboço duma Carta Regional de Portugal*, Coimbra, Imprensa de Universidade, 1933.

GOMES, Saul António, "Introdução história" in *Notícias e Memória Paroquiais Setencentistas – 2. Marinha Grande*, Viseu, Palimage Editores, 2005, pp. 9-18.

GIRÃO, Aristides de Amorim, *Atlas de Portugal,* Coimbra, imp. Gráfica de Coimbra, 1941.

GUICHARD, François Guichard, Geographie du Portugal, Paris, Milan, Barcelone, México, Masson, 1990.

HARRIS, Marvin, Antropologia Cultural, Madrid, 6ª ed., Alianza Editorial, 1998.

RIBEIRO, Orlando, Lautensach, Hermann, Geografia de Portugal, Comentários e actualização de Suzanne Daveau, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 4 Volumes 1988-1991.

RIBEIRO, Orlando, Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas. 7ª edição revista e ampliada, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1998.

RIBEIRO, Orlando, *Introduções Geográficas à História de Portugal*, *Estudo Crítico*, Lisboa, I.N. – C.M., 1977.

RIBEIRO, Orlando, *Opúsculos Geográficos*, Lisboa, F.C.G., 1989-1994, 6 Vols.

SÉRGIO, António Sérgio, Obras Completas – Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal, 5ª ed., Edição Crítica por Castelo Branco Chaves,

Vitorino Magalhães Godinho, Rui Grácio e Joel Serrão, e organizada por Idalina Sá da Costa e Augusto Abelaira Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1982.

SILVANO, Filomena, *Antropologia do Espaç. Uma Introdução,* 2ª ed. , Oeiras, Celta Editora, 2001.

VASCONCELOS, J. Leite de Vasconcelos, Antroponímia Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1928.

VASCONCELOS, J. Leite de Vasconcelos, *Dicionário da Choreografia de Portugal*, Coordenado por [J. Leite de Vasconcelos], Porto, Livraria Portuense de Clavel & C.ª, editores, 1884.

VASCONCELOS, J. Leite de, *Etnografia Portugeuesa,* 2ª ed., Lisboa, I.N.-C.M., 1980, Vols.I-III.

b) Estado e História do Direito

ALBUQUERQUE, Martim de, *O Poder Político no Renascimento Português*, Separata do *Estudos Políticos e Sociais*, vols. IV e V, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, [s/dt.ª].

GALBRAITH, John Kenneth Galbraith, *A Anatomia do* Pode (escrito em 1983 com o titulo original de *Anatomy of Power)*, Lisboa, Edições 70, 2007.

GOMES, Rita Costa, " A construção das fronteiras", *A Memória da Nação*, Organização de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991, pp. 357-382, p.377.

GOODY, Jack, *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade*, Lisboa, Edições 70, imp. 1987.

MARAVALL, José António, Estado Moderno y Mentalidad Social (Siglos XV a XVII), Barcelona, Alianza Editorial, 1972, 2 Tomos.

RUSSELL, *O Poder. Uma nova análise Social*, Prefácio de Karl R. Popper para a edição portuguesa, 2ª ed., Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993.

SANTOS, Catarina Madeira, «*Goa é a chave de toda a Índia*». *Perfil político da*

capital do Estado da Índia (1505-1570), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

WEBER, Max, *Economia y Sociedade* (Wirtschaft und Gelsellclaft, Grundriss der Verstehender Soziologie, Tubingen, 1922), Buenos Aires – México, Fondo de Cultura Economica, 1944.

WEBER, Max, *Três Tipos de Poder e outros escritos*, tradução e apresentação e notas de Artur Mourão, Lisboa, Tribuna, 2005.

c) Economia e Sociedade – séculos XV-XVIII

ALMEIDA, A.A. Marques de*, Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa – Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofina*nça, Lisboa, Edições Cosmos, 1993.

ALMEIDA, A.A. Marques de, *Aritmética Como Descrição do Real (1519-1679. Contributos Para a Formação da Mentalidade Moderna em Portugal*, Lisboa, I.N.-C.M., 1994, 2 Vols.

ALMEIDA, A.A. Marques de, A Viagem de Vasco de Gama e a sua repercussão económica na Europa", *Portugal no Mundo*, Dir. Luís de AlbuquerqueAlfa, Lisboa, 1988, Vol. II, pp. 11-20.

AZEVEDO, J. Lúcio de*, Épocas de Portugal Económico*, 3ª Ed. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1973.

BARATA, Maria do Rosário de Sampaio Themudo, Rui *Fernandes de Almada – Diplomata Português do Século XVI*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Históricos, 1971.

BRAGA, Maria Isabel Mendes Drumond, *Um Espaço, Duas Monarquias (Interrelações na Península Ibérica no Tempo de Carlos V*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa/ Hugin Editores, Ltª, 2001.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, "A Circulação e a Distribuição dos Produtos", *Nova História de Portugal*, Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Portugal do Renascimento à Crise Dinástica, Coordenação de João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Presença, 1999, 195-247.

BRAUDEL, Fernand, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo*, 2ª Edição, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, 2 Vols.

BRAUDEL, Fernand, Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII. Tomo II- Os Jogos Das Tocas, Lisboa-Rio de Janeiro, Edições Cosmos, 1985.

CEREJEIRA, Gonçalves, *O Renascimento em Portugal. I. Clenardo e a Sociedade Portuguesa, 4.ª ed. revista, Coimbra, Coimbra Editora, 1974; II. Clenardo, o Humanismo e a Reforma*, nova ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1975.

COELHO, António Borges, *O Tempo e os Homens, Questionar a História* – III, Lisboa, Caminho, 1996.

CRUZ, Maria Leonor García da, *A Governação de D. João III: A Fazenda Real e os seus Vedores*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2000.

DIAS, José João Alves, *Gentes e Espaços. Em Torno da População Portuguesa na Primeira Metade do Século XVI,* Lisboa, F.C.G./J.N.I.C.T., 1996, 3 Vols.

DIAS, José João Alves, *Ensaios de História Moderna,* Lisboa, Editorial Presença, 1988.

DIAS, Manuel Nunes, *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549), Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno*, 2 Vols. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António Vasconcelos, 1963-1964.

EHRENBERG, R., *Le Siècle des Fugger*, Avant-propos de Lucien Febvre, Paris, SEVPEN, 1955.

FARIA, António Machado de, " Cavaleiros da Ordem de Cristo no Século XVI", *Arqueologia e História*, Volume VI, 1955, pp.11-73.

FEBVRE, Lucien, "Le Marchand Du XVIe Siècle, [...] » *Pour une Histoire à part entière*, Paris, SEVPEN, 1962, pp. 428-453.

FERREIRA, Ana Maria, *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Cascais, Redondo, Patrimónia, 1995.

FRATIANNI, Michele Frantiani and Franco Spinelli, *Did Genoa and Venice kick a Financial Revolution in the Quatrocento?*", www. Oenb.atdeigwg 112_tem 14_38081, formato pdf. (consulta a 20 de Novembro de 2007).

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2ª ed. Correcta e ampliada, 4 vols., Lisboa, Editorial Presença, 1983-1987.

GORIS, J. A. *Étude sur les Colonies* Marchandes Méridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 a 1567, Lovain, Librarie Universitaire, 1925.

KELLENBENZ, Hermann, *Los Fugger en España y Portugal hasta 1560*, Slamanca, Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 2000.

LENCASTRE, Francisco Salles, *Estudo sobre as Portagens e as Alfandegas de Portugal (séculos XII a XVI)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

LOBO, Silva Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no século XV*, Prefácio de José Matoso, Lisboa, Edições Rolim, 1984.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de "A estrutura das trocas", *História de Portugal, Direcção de José Mattoso, Terceiro Volume – "No Alvorecer Da Modernidade (1480-1620*), Lisboa, Circulo dos Leitores, pp. 315-353.

MARQUES, Armando Jesus, *Portugal e a Universidade de Salamanca. Participação de escolares lusos no governo do Estudo, 1503-1512*, Salamanca, Edciones Universidad de Salamanca, 1980.

MEA, Elvira Azevedo Mea, "A Sociedade no Tempo de Gil Vicente", *Revista de Guimarães*, n.º 112, 2002, pp. 111-123.

OLIVAL, Fernanda, *As Ordens Militares e o Estado Moderno.Honra. Mercê e Vanalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar Editora, 2001.

OLIVEIRA, António de, *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*, 2 Vols, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1971-1972.

OLIVEIRA, Aurélio de Oliveira, "A Madeira nas Linhas de Comércio do Atlântico, Séculos XV-XVII", *Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura/Centro de Estudos do Atlântico, 1993, pp. 917-931.

OLIVEIRA, Aurélio de, "O Tempo Económico no Tempo de Gil Vicente", *Revista de Guimarães, n.º 112, Jan.-Dez. 2002*, pp. 229-304.

PALHA, Fernando, *O casamento do Infante D. Duarte com D.ª Izabel de Bragança*, Lisboa, Impresso Nacional, 1881.

PEREIRA, Isaías da Rosa Pereira, *Matrícula de Ordens da Diocese de Évora (1480-1483). Qual dos dois Vascos da Gama foi à Índia em 1497*, Lisboa, APH, 1990.

PEREIRA, António dos Santos Pereira, *Portugal – O Império Urgente (1475-1525). Vol. I: Os Espaços, os Homens e os Produtos, Vol. II: Quadros Mentais e Aspectos do Quotidiano*, Lisboa, I.N.- C.M., 2003

PEREIRA, João Cordeiro, *Para a História das Alfândegas em Portugal*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa- Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1983.

PEREIRA, João Cordeiro, "A Receita do Estado Português no Ano de 1526. Um Orçamento Desconhecido." *Estudos de História de Portugal*, Vol. II – Séculos XVI-XX, Homenagem a A. H. Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Estampa, 1983, pp. 13-55.

PEREIRA, João Cordeiro, "A Estrutural Social e o seu Devir", *Nova História de Portugal*, Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Portugal do Renascimento à Crise Dinástica, Coordenação de João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Presença, 1999, pp. 277-336.

PEREIRA, João Cordeiro, *Portugal na Era de Quinhentos*, Prefácio de António d'Orey Capucho e A. H. Oliveira Marques, Cascais, Patrimonia Historica, 2003.

PIMENTA, Maria Cristina Gomes Pimenta, *As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O Governo de D. Jorge, Palmela*, Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, Câmara Municipal de Palmela, 2002.

RAU, Virgínia, *A Casa dos Contos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1951.

RAU, Virgínia, *Estudos de História. 1º Volume- Mercadores, Mercadorias, Pensamento Económico*, Lisboa, Editorial Verbo, 1968.

RAU, Virgínia, *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Introdução e Organização de José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença, imp. 1984.

RAU, Virgínia, *Os Brandões do Porto, uma fortuna do século XV*, Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 1959.

RAU, Virgínia *Feitores e Feitorias «Instrumentos» do Comércio Internacional Português no século XVI*, Sep da *Brotéria* vol. LXXXI (1965 (pp. 458-478), Lisboa, Edições Brotéria, 1966.

REVEL, Jacques Revel, *A Invenção da Sociedade*, Lisboa, Difel, 1989.

SILVA. Gentil da Silva, *Stratégie des Affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607. Lettres Marchandes des Rodrigues d'Evora et Veiga*, Paris, SEVPEN, 1956.

SIMÕES, Alberto Veiga, *Estudos de História*, Apresentação de A.A. Marques de Almeida, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.

SOUSA, Ivo Carneiro de, *A Rainha D. Leonor. Poder, Misericórdia, Religiosidade e Espiritualidade no Portugal o Renascimento*, Lisboa, F.C.G., Fundação para a Ciência e Tecnologia – Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2002.

VALENTIM, Carlos Manuel, "O Investimento Financeiro na Esquadra do I Vice-Rei da Índia", *Actas do IX Simpósio de História Marítima*, Lisboa, Academia de Marinha, Lisboa, Academia de Marinha, 2007, pp. 357-382.

WALLERSTEIN, Immanuel, *O Sistema Mundial Moderno. Vol. I - A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*, Porto, Edições Afrontamento, [s/dt.](1990?).

d) Antropologia Social e História da Família

ARIÉS, Philippe, *A Criança e a vida familiar no Antigo Regime*, Lisboa, Relógio d'Água Editores, [s/dt.].

FAMÍLIA, *Religión Y Negocio. El Sefardismo en la relaciones entre el mundo ibérico y los Países Bajos en la edad Moderna*, Edición a cargo de Jaime Contreras, Bernardo Garcia Garcia e Ignacio Pulido, Sevilla, Fundación Carlos de Ambres/Ministerio de Asuntos Exteriores, 2002.

FLANDRIN, Jean-Louis, *Famílias- parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995. GOODY, Jack, *The development of the family and marriage in Europe,* Cambridge, Cambridge University Press, reimp. 1988.

HISTÓRIA *da Família*, direcção de Anfré Burguière, Christiane Klapisch-Zuber, Martine Segalen, Françoise Zonabend, Prefácio de Jack Goody, 3º Volume, O Choque das Modernidades: Ásia, África, Améric, Europa, Lisboa, Terramar, 1998.

LEBRUN, François, *A Vida Conjugal No Antigo Regime*, Lisboa, Edições Rolim, [s.dtª].

MATEUS, Susana Bastos, "Família e Poder: a importância dos laços de parentesco na construção das redes mercantis sefarditas (séculos XVI a XVII), *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 3, 2003, pp. 115-126.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o*

Património da Aristocracia em Portugal (1750-1832), 2ª ed. revista, Lisboa, I.N. – C. M., 2003.

SEGALEN, Martine, *Historical Antropology of the Family*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

STONE, Lawrence, *The Family, Sex And Marriage in England 1500-1800*, London, Penguin Books, 1990.

e) Entre Douro e Minho e Porto

AFONSO, Maria Lúcia de Oliveira Lopes, *O Porto segundo o Livro de Vereações de 1559*,Dissertação de Mestrado do Curso de Estudos Pós-Graduados em História Medieval e Renascimento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, exemplar policopiado.

BALSEMÃO, Paula Mourão da Cunha, *Actas de Vereação da Cidade do Porto Ano 1537*, Dissertação de Mestrado do Curso de Estudos Pós-Graduados em História Medieval e Renascimento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, exemplar policopiado.

BARROS, Amândio Jorge Morais, *Porto: a Construção de um Espaço Marítimo nos Alvores dos Tempos Modernos*, Tese de Doutoramento em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, 2 Vols, exemplares policopiados.

BASTO, Artur C. Barros de, *Os Judeus no Velho Porto*, Separata da *Revista de Estudos Hebraicos*, Vol. I-II, 1929.

BASTO, Artur de Magalhães, *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, 2ª Edição, Prefácio de Francisco Ribeiro da Silva, 2 vols., Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 1997-1999.

COSTA, Maria Clara Pereira da, "A Comarca de Guimarães – séculos XVI a XVIII Memória e Mapas Cartográficos", *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Vol. III, Guimarães, 1981.

CRUZ, António, António Cruz, *Algumas observações sobre a vida Económica e social da cidade do Porto nas vésperas de Alcácer Quibir*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1967.

CUNHA, Mafalda Soares, *Linhagem, Parentesco e Poder – A Casa de Bragança (1384-1483),* Viseu, Fundação da Casa de Bragança, 1990.

CUNHA, Mafalda Soares, *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Uma Rua de Elite na Guimarães Medieval (1376/1520)*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1989.

FERRO, Maria Manuela Lopes da Veiga, "A Agricultura do Noroeste de Portugal. Uma perspectiva histórica; a revolução do milho", *Caminiana. Revista de Cultura Histórica, Literária, Artística, Etnográfica e Numismática*, Caminha, Ano IX, Dezembro 1987, n.º 14, pp. 157-191.

MACHADO, Maria de Fátima, O Central e o Local. A Vereação do Porto de D. Manuel a D. João III. Prefácio de Luís Miguel Duarte, Porto, Edições Afrontamento, 2003.

MARQUES, José, *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, Lisboa, I.N. – C. M. , 1988.

MARQUES, José Marques "Le nord du Portugal au XVe Siècle : Société et Institutions », *Le Portugal du XVe Siècle. Actes du Colloque*, Paris, F.C.G., 1989, pp.14-31.

MEIRA, João de "Guimarães 950-1580", Revista de Guimarães, Vol. XXXI, n.º 3, Julho, 1921, pp.146-50.

MOREIRA, Manuel Fernandes, *A Alfândega de Viana e o Comércio de Importação de Panos no século XVI*, Viana do Castelo, Camâra Municipal de Viana do Castelo, 1992.

PASSOS, Carlos de, Porto – Notícia Histórico, Archeologica e Artistica da *Cathedral e das Egrejas de Cedofeita e S. Francisco*, Monumentos de Portugal n.º 3, Porto, Litografia Nacional-Edições, 1929.

PINA, Luís de, Vimaranes – Materiais para a História da Medicina, Porto, Araújo e Sobrinho, 1929.

PINA, Luís de, *O Cronista Rui de Pina e Mestre António «Físico» da Renascença*, Separata do *Instituto,* vol.86, nº3, 1933.

PINTO, Álvaro Rodrigues, *Vida Quotidiana, Economia e Poder no Porto Segundo as Actas de Vereação de 1539-40*, Dissertação de Mestrado do Curso de Estudos Pós-Graduados em História Medieval e Renascimento Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2002, exemplar policopiado.

PINTO, Maria Helena Barbosa, *A vereação Municipal do Porto em 1545*, Dissertação de Mestrado em História Medieval Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, exemplar policopiado.

POLÓNIA, Amélia, *A Expansão Ultramarina numa Perspectiva Local. O Porto de Vila do Conde no Século XVI*, Lisboa, I.N.-C.M, 2007, 2Vols.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, "Dois Antiquários de Entre Douro e Minho: Mestre António e o Doutor João de Barros", *Figuras Ilustres do Norte de Portugal*, [Org. pela] A.P.H., Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, [s/dt.].

SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o seu Termo (1580-1540). Os Homens, as Instituições e o Poder*, Porto, Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, 1988, 2 Vols.

SILVA, Francisco Ribeiro da," Despachante Oficial: uma profissão moderna, um serviço antigo", *A Alfândega do Porto e o Despacho Aduaneiro. Exposição Organizada pelo Arquivo Histórico Municipal do Porto*, Porto, Casa do Infante, 1990.

SILVA, Francisco Ribeiro da, *Elites Portuenses no Século XVII*, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, [2001?].

SILVA, Francisco Ribeiro da, " Tempos Modernos", *História do Porto*, dir. de Luís Oliveira Ramos, Porto, Porto Editora, 1994, pp. 255-375.

VALENTIM, Carlos Manuel, "Um «Geógrafo» Contemporâneo de Pedro Nunes – Mestre António de Guimarães", *Anais do Clube Militar Naval*, n.º temático dedicado a Pedro Nunes, Vol. CXXXII, Outubro-Dezembro 2002, pp. 721-75.

VALENTIM, Carlos Manuel, "Uma corografia renascentista útil ao poder e aos poderes", *Noroeste*. Revista de História. Braga, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho Vol. I. *Actas I Congresso Internacional de História "Territórios, Culturas e Poderes"*, 2006, pp. 433-451.

VALENTIM, Carlos Manuel, "Mestre António, médico de Guimarães e geógrafo de Entre Douro e Minho", Terra Quente, quinzenário de informação regional, 01 Março de 2004, Ano XV n.º 300, pp. 21-22.

VALENTIM, Carlos Manuel, "Um Humanista Contemporâneo de Pedro Nunes: Mestre António de Guimarães", *Actas do Colóquio "Pedro Nunes, Novos Saberes na Rota do Futuro*, Lisboa, Escola Naval, s/dt., pp. 355-366.

e) Judeus e Cristãos – Novos nos Descobrimentos e na Expansão Portuguesa

ALBUQUERQUE, Luís de, "Sobre um manuscrito quatrocentista do Tratado da Esfera, de Sacrobosco", *Revista da Faculdade de Ciências* n.º XXXVIII, Coimbra, 1959, pp. 143-156.

ALBUQUERQUE, Luís de, Sobre a determinação de latitudes no hemisfério sul na náutica do século XVI, *Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Separata da *Revista Portuguesa de História*, Vol. IX.

ALBUQUERQUE, Luís de, *Curso de Historia Náutica*, Coimbra, Livraria Almedina, 1972.

ALBUQUERQUE, Luís de, *Para a História da Ciência em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

ANDRADE, António Alberto Banha de, *Mundos Novos do Mundo. Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, Lisboa, J.I.U., 1972.

BEAUJOUAN, Guy, "Science Livresque et Art nautique au XV siècle" *Les Aspects Internationaux de la Découvert Océanique au XV e XVI Siècle*, Paris, SEVPEN, 1966 pp.61-83.

BEAUJOUAN, Guy "L'Astronomie dans la Péninsule Ibérique a la Fin du Moyen Age", *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol.XXIV, 1971, pp. 14 – 32.

BURGOS, Francisco Cantera, *Abraham Zacuto, Siglo XV*, Madrid, Aguilar, [s/dt.].

BURGOS, Francisco Cantera, *El Judio Salmantino Abraham Zacuto*, Madrid, Bermejo, [1931].

CORTESÂO, Jaime, *A Carta de Pêro Vaz de Caminha*, I.N. – C. M., 1984.

CORTESÃO, Jaime *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*, Lisboa, I.N. – C.M., 1994.

COSME, João S.R., Manso, M.ª de Deus Beites, *Estudos de História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Colibri, 1992.

COSTA, Abel Fontoura da, *A Marinharia dos Descobrimentos*, 4ª ed., Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1983.

COSTA, João Paulo Oliveira e; Rodrigues, Victor Luís Gaspar, Portugal y Oriente: El Projecto Indiano del Rey Juan, Madrid, Editorial Mapfre, 1992.

COSTA, João Paulo Oliveira e, (Coord.) *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência, 2000.

COUTO, Jorge, *A Construção do Brasil*, 2ª Ed Lisboa, Edições Cosmos, 1997.

CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata Azevedo, *Os Diplomatas Portugueses em Roma No Século XVI e as Informações Acerca do Turco e da Índia*, Separata de *Portugaliae Historica*, 2ª Série, Vol. I, 1991,

Portugal no Mundo.

DIFFIE, Bailey, Winius, George D., *A Fundação do Império Português 1415-1580*, Lisboa, Vega, 1993, 2 Vols.

FARINHA, António Dias, *História Dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Programa, Concurso para Professor Associado do 4º Grupo*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Policopiado, Lisboa, 1992.

GARCIA, José Manuel, *Pedro Álvares Cabral e a primeira viagem aos quatro cantos do mundo*, [s.l.], Círculo de Leitores, 2001.

GUEDES, Max Justo, *O Descobrimento do Brasil*, Lisboa, Vega, [s/dt.].

LEPINER, Elias, *Gaspar da Gama, um converso na frota de Cabral*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

MATOS, Luís de, *L'Expansion Portugaise dans la Litterature Latine de la Renaissance*, Lisboa, F.C.G, 1991.

MENDONÇA, Manuela, *D. João II. Um Percurso Humano e Político nas Origens da Modernidade em Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991.

MOTA, A. Teixeira da, *D. João Bemoim e a Expedição Portuguesa ao Senegal em 1489*, Lisboa, J.I.U., separata LXIII, 1971.

MOTA, A. Teixeira da "A Viagem de Bartolomeu Dias e as Concepções Geopolíticas de D. JoãoII, *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. CXXV, Out.-Dez., 1995, pp. 625-656.

PEREIRA, Moacir Soares, *Capitães, Naus e caravelas da Armada de Cabral*, Lisboa, J.I.U., 1979.

PERES, Damião, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 4ª Ed. Porto, Vertente, 1992.

RUGE, Sofhus, *História da Época dos Descobrimentos*, prefácio e notas em apêndice de Manuel Oliveira Ramos, Lisboa, Livraria Aillau & Bertrand – Livraria Francisco Alves [s.dt.].

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, "Judeus, Cristãos Novos e os Descobrimentos Portugueses", *Sefarad*, Vol. XLVIII 2 (1988), pp. 293-308.

VALENTIM, Carlos Manuel Valentim *O Infante D. Luís (1506-1555) e a Investigação do Mar no Renascimento. Dados para uma biografia «completa»*, Lisboa, Academia de Marinha, 2006, 35 pp.

VALENTIM, Carlos Manuel, "Abraham Zacuto e o papel da comunidade sefardita nas navegações oceânicas", *Terra Quente*, quinzenário de informação regional (Mirandela), Ano XV – Nº 296, 01 de Janeiro de 2004, p.18.

f) Judeus e Cristãos-Novos (Séculos XV – XVIII)

ALMEIDA, A.A. Marques de Almeida, " O Zangão e o Mel. Uma metáfora sobre a diáspora sefardita e a formação das elites financeiras na Europa" (séculos XV a XVII), *Oceanos*, n.º 29, Janeiro/Março, 1997: Diáspora e Expansão. Os Judeus e Descobrimentos Portugueses, pp. 25-35.

AMZALAK, Moises Bensabat, Tipografia hebraica em Portugal no século XV, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.

AZEVEDO, J. Lúcio de, *História dos Cristãos Novos Portugueses*, Lisboa, 3ª ed., Lisboa, Livraria Clássica, 1989.

LÓPEZ BELINCHÓN, Bernardo, "Família, Negócios y Sefardismo", *Familia, Religión y Negócio. El safardismo en las relaciones entre el mundo ibérico y los Paises Bajos en la Edad Moderna*, Ed. Jaime Contreras, García García, J. Bernardo, Ignacio Pulido, [s.l], Fundación Carlos de Amberes/Ministerio de Asuntos Exteriores, [2002] , pp. 343-363.

CARO BAROJA, Julio, *Los Judios En La España Moderna y Contemporânea*, 2. ª Ed.., Madrid, Ediciones Arion, 1978, 3 Vols

BOYJIAN, James, "New Christians dnd Jews in the Sugar Trade, 1550-1750. Two Centuries of Development of Atlantic Economy", *The Jews and the*

Expansion of Europe to the West 1450-1800, Edit. By Paolo Bernardini & Norman Fiering. New York –Oxford, Bugh Books, 2001, pp. 471-484.

BASTO, A.C. Barros, "A Inquisição do Porto", *Ha-Lapid*, Órgão da Comunidade Israelita do Porto, n.º 10, Porto – Nissan 5688 (Abril 1928), pp. 1-2.

BRAGA, Isabel Drumont, "Judeus e Cristãos-Novos: os que chegam, os que partem e os que regressam", *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 5, pp. 9-28.

CANTERA BURGOS, Francisco, *Alvar Garcia de Santa Maria. Historia de la juderia de Burgos y sus Conversos más egregios*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1952.

CANTERA BURGOS, Francisco; TELLO, Pilar Leon, *El Judaizantes del Arcebispado de Toledo habilitados por la Inquisicón en 1495 y 1497*, Madrid, Talleros Gráficos VDA de C. Bermejo, 1969.

CANTERA BURGOS, Francisco, *Sinagogas españolas com especial estudio de la Cordoba y la Toledana de el Transito*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Arias Montano, 1984.

COELHO, António Borges, *A Inquisição de Évora – Dos Primórdios a 1668*, 2 vols. Lisboa, Editorial Caminho, 1987.

COELHO, António Borges, C*ristãos-Novos, Judeus e os Novos Argonautas. Questionar a História IV*, Lisboa, Editorial Caminho, 1998.

BETHENCOURT, Francisco, *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*, Lisboa, Circulo dos Leitores, 1994.

BETHENCOURT, Francisco *Inquisição e controle social*, separata da *História e Crítica*, n.º 14, Lisboa, 1987.

EMMER, "The Jewish Moment and the Two Expansion System in the Atlantic, 1580-1650", *The Jews and the Expansion of Europe to the West 1450-1800*, Edit. By Paolo Bernardini & Norman Fiering. New York –Oxford, Bugh Books, 2001, pp. 500-516.

FRADE, Florbela Veiga, *As Relações Económicas e Sociais das Comunidades Sefarditas Portuguesas. O Trato e a Família 1532-1632*, Lisboa, Dissertação de

Doutoramento em História Moderna, realizada sob orientação científica do professor doutor A.A. Marques de Almeida, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História, 2006.

FRADE, Florbela Veiga, "Uma Família Sefardita do Século XVI: Os Mendes Benveniste", *Cadernos de Estudos Sefarditas*, N.º 3, 2003, pp. 127-155.

GIL, Juan, *Los conversos y la inquisición sevillana*. Vols. I-VIII, Sevilla, Fundación El Monte, 2001.

GONÇALVES, Iria, "Físicos e Cirurgiões Quatrocentistas", *Do Tempo e da História*, I, 1965, pp. 69-112.

HERCULANO, Alexandre, *História da Origem do Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Revisão de Vitorino Nemésio, Introdução de Jorge Borges de Macedo, Tomos I e II., Lisboa, Livraria Bertrand, impressão1979-1981.

HUERGA Criado, Pilar, En la raya de Portugal: solideriedad y tensiones en la comunidad judeoconversa, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1993.

KAYSERLING, Meyer, História dos Judeus em Portugal, Introdução, actualização bibliográfica e notas de Anita Novinsky, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971.

KELLENBENZ, Hermann, " A Importância Económica e a Posição Social dos Judeus Sefardins na Espanha dos Fins da Idade Média", *Do Tempo e da História*, IV, 1971, pp. 35-51.

LEMOS, Maximiano, *O Auto dos Físicos de Gil Vicente, Comentário Médico*, Porto, 1921.

LIPINER, Elias, *Os Baptizados de Pé. Estudos da Origem e da luta dos Cristãos-Novos em Portugal*, Lisboa, Vega, 1998.

LAVAJO, Joaquim Chorão Lavajo, "A Expulsão dos Judeus portugueses. Erro ou equívoco?", *Os Judeus Sefarditas Entre Portugal, Espanha e Marrocos*, Colóquio Internacional, Coordenação de Cármen de Ballesteros e Mary Ruah, Lisboa, Edições Colibri, Associação Portuguesa de Estudos Judaicos,

CIDEUS.UE (Centro Interdisplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora,), pp. 19-48.

MARTINS, Jorge, *Portugal e os Judeus*, Prefácio de António Carlos Carvalho, Lisboa, Vega, 2006, 3 Vols.

MATEUS, Susana Bastos, PINTO, Paulo Mendes, *Lisboa – 19 de Abril de 1506, o massacre dos judeus*, Lisboa, Aletheia, 2007.

MATEUS, Susana Bastos, NOVOA, James Nelson, "De Lamego para a Toscana: o périplo do médico Pedro Furtado, Cristão-Novo português", *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 5, 2005, pp. 313-338.

MATEUS, Susana, "A Acção do Santo Ofício sobre a comunidade cristã-nova de Lamego (1541-1548): o caso de Isabel Mendes", no prelo.

MATEUS, Suasana Bastos, NOVOA, James W. Nelson, " The case of the New Christians of Lamego as na exemple of resistance against the Portuguese Inquisition in Sixteenth Century Portugal", no prelo.

MEA, Maria Elvira Cunha de Azevedo, *A Inquisição de Coimbra No Século XVI. A Instituição, os Homens e a Sociedade*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1997.

MEA, Maria Elvira Cunha de Azevedo, *A Inquisição do Porto*, Separata da *Revista de História*, Vol. II, 1979.

MEA, Maria Elvira Cunha de Azevedo, "A Repressão Inquisitorial aos Cristãos-Novos no Séc. XVI: O Tribunal de Coimbra", *Xudeus e Conversos na História, Actas do Congresso Internacional*, Ribadavia 14-17 de Outubro de 1991, Carlos Barros Editor, Santiago de Compostela, La Editorial de la Historia, 1994, pp. 407-435.

NETANYAHU, Benzion Netanyahu, *Los Marranos Españoles segun las Fuentes Hebreas de la Época (siglos XIV-XVI)*, 2ª ed. em língua castelhana, tradução revista e aumentada com adenda e epílogo da terceira edição em língua inglesa, Valladolid, Junta de Castilla y León, 2002.

NOVOA, James W. Nelson, « The Departure of Duarte de Paz from Rome according to documents from the Achivio Segredo del Vaticano », *Cadernos de Estudos Sefarditas n.º 7*, 2008, no prelo.

NOVOA, James W. Nelson, The Vatican Secret Archive as a source for the hystory of the activities of the agentes of Portuguese New Christians (1532-1549), Revista do *Archivio del Vaticano*, no prelo.

PAULO, Amilcar, *A Inquisição do Porto. Achegas para a sua História*, Separata de *Douro Litoral*, Boletim da Comissão de Etnografia e História, nona série, Vol. II, Porto, 1959.

PAULO, Amilcar, *A Dispersão dos Sephardim- Judeus hispano-portugueses, Porto*, Editora Nova Crítica, 1978.

PINTO, Maria do Carmo Teixeira, "As Duas Visitas da Inquisição ao Porto no Século XVI: notas para o seu sstudo," Xudeus *e Conversos na História, Actas do Congresso Internacional*, Ribadavia 14-17 de Outubro de 1991, Carlos Barros Editor, Santiago de Compostela, La Editorial de la Historia, 1994, pp. 371-387.

REMÉDIOS, J. Mendes dos, *Os Judeus em Portugal*, I, Coimbra, F. França Amado, 1895.

REMÉDIOS, J. Mendes dos, *Os Judeus Portugueses em Amsterdam*, Lisboa, Edições Távola Redonda, 1990.

RÉVAH, I.-S, *Études Portugaises*, Publiés Par les Soins de Charles Amiel, Paris, F.C.G.- Centre Cultural Portugais, 1975.

RÉVAH, I.S., Uriel da Costa et les Marranes de Porto. Cours au Collége de France 1966-1972, ed. Carsten Z. Wilke, Paris, F.C.G., Centre Culturel Gulbenkian, 2004.

RÉVAH, I.S., *António Enriquez Gómez*, Paris, Chandeigne, 2003.

RÉVAH, I.S., "La Famille de Garcia de Orta", *Revista da Universidade de Coimbra*, volume dezanove, Coimbra, 1960, pp. 407-420.

RIOS, Amador de los, *Historia social politica y religiosa de los judios de Espana y Portugal*, 2ª ed., Madrid, Aguilar, 1973.

ROTH, Cecil, *História dos Marranos. Os judeus secretos da Península*, trad. José Saraiva; apresentação de. Herman P. Salomon, Porto, Civilização, imp. 2001.

ROWLAND, Robert, "New Christian, Marrano, Jew", *The Jews and the Expansion of Europe to the West 1450-1800*, Edit. By Paolo Bernardini & Norman Fiering, New York –Oxford, Bugh Books, 2001, pp. 125-171.

SALOMON, Herman Prins, Mendes, Benveniste, "De Luna, Micas, Nasci: The State Of The Art (1532-1558)", *The Jewish Quartly Review*, N. º 3-4 (January-April, 1998), pp. 135-211.

SALOMON, Herman Prins, "Reaberto o debate entre I.S. Révah e A. J. Saraiva sobre o criptojudaismo peninsular?", *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 5, pp. 89-114.

SANTOS, António Ribeiro dos, *Memorias da Litteratura Sagrada dos Judeos Portuguezes, desde os primeiros tempos da Monarquia até fins do século XV*, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1792.

SOMBART, Werner, *Les Juifs et la Vie Economique*, Paris, Payot, 1923.

TAVARES, Maria José P.F., *Os Judeus em Portugal no século XV*, I, Lisboa, F.C.S.H., 1982.

TAVARES, Maria José P.F, *Os Judeus em Portugal no século XV*, Vol. 2, Lisboa, INIC, 1984.

TAVARES, Maria José P.F *Judaísmo e Inquisição, Estudos*, Lisboa, Ed. Presença, 1987.

TAVARES, Maria José P.F "Cristãos-Novos: Um Barco Com Dois Lemes (Diáspora Judaica no século XVI), *Estudos de Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1988., pp. 239-250.

TAVARES, Maria José Ferro, "Os Cristãos Novos em Terras da Comarca da Beira (Subsídios para o Estudo das Primeiras Gerações)", *Rumos e Escrita*

da História. Estudos de Homenagem a A.A.Marques de Almeida, Coordenação de Maria de Fátima Reis, Lisboa, Edições Colibri, 2007, pp.557-579.

TAVIM, José A. R. da Silva, Os Judeus em Marrocos no século XVI. Origens e actividades duma comunidade, Braga, APACDM, 1997.

TAVIM, José A. R. da Silva, Judeus e Cristãos-Novos de Cochim. História e Memória (1500-1662), Braga, APPCDM, 2003.

TORRES, José Veiga, Uma Longa Guerra Social: os Ritmos da Repressão Inquisitorial em Portugal,", *Revista de História Económica e Social*, n.º 1, Janiero-Junho de 1978, pp. 55-63.

VILAR, Hermínia de Vasconcelos, *A Inquisição do Porto: actuação e funcionamento (1541-1542)*, Separata da *Revista de História Económica e Social*, n.º 21, Lisboa, 1987.

g) Estudos e artigos sobre Mestre João Faras

CARVALHO, Joaquim Barradas de, *La Traduction Espagnole du «Sitv Orbis» de Pomponius Mela par Maître Joan Faras*, Lisboa, J.I.U., 1974.

CARVALHO, Joaquim Barradas de, " O Descobrimento do Brasil através dos textos. III. A carta de Mestre João", *Revista de História,* S. Paulo, Vol. XXXV, 1967, n.º 71 pp. 179-196.

GIL, Juan, "El maestre Juan Faraz: la Clave de un Enigma", *As Novidades do Mundo. Conhecimento e representação na Época Moderna. Actas das VIII Jornadas de História Ibero-Americana e XI Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia.*, coord. Maria da Graça A. Mateus Ventura e Luís Jorge R. Semedo Matos, Lisboa, Edições Colibri, 2003, pp.287-312.

VALENTE, José A. Vaz, "Duas Páginas para El-Rei", *Revista Portuguesa de História*, Tomo XVII, vol. II, 1997, pp. 55.

VALENTIM, Carlos Manuel, "Mestre João Faras – Um Sefardita ao Serviço de D. Manuel I", *Cadernos de Estudos Sefarditas* N.º 1, 2001, pp. 167-220.

VALENTIM, Carlos Manuel, "A náutica e o meio náutico português na viragem do século XV segundo o testemunho de um cristão-novo", *Actas das Jornadas do Mar 2004: O Mar – Um Oceano de Oportunidades*, Escola Naval de 22 a 26 de Novembro de 2004, Lisboa, Escola Naval, S/dt., pp.119- 130.

VASCONCELOS, J. Frazão de, "Um documento Inédito que importa à História da Marinharia dos Descobrimentos, *Petro Nonius*, pp. 107-112.

h) Estudos e artigos sobre a Família Paz[739]

BRITO, Pedro de, *Patriciado Urbano Quinhentista: As Famílias Dominantes do Porto(1500-1580)*, Porto, Arquivo Histórico – Câmara Municipal do Porto, 997.

COUTINHO, D. António-Xavier Da Gama Pereira (Soydos), " Atribulações Causadas a uma Família pela estadia no Porto. Passagem dos Pazes de Lisboa pela capital do Norte", *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Junho, Fasc. 2, vol. V, 1942, pp. 192-205 e 318-318.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, " Envenenado", *Crítica e História, Estudos*, Reedição Fac-similada do I volume e primeira edição do II, com Estudo introdutório de José V. de Pina Martins, Lisboa, F.C.G., 1996, pp.221-250.

GRANDE Enciclopédia *Portuguesa e Brasileira*, Entradas: "Paz, Genealogia"; "Paz, Duarte da"; Paz, "Fernão da", "Paz, Heitor da"; "Paz, João da", Vol. XX, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Lt.ª, S/dt. pp. 698-701.

VALENTIM, Carlos Manuel, " A Família Paz: estrutura familiar e apropriação do Espaço", *Terra Quente*, quinzenário de informação regional, 15 de Outubro 2003, Ano XV N.º 291, p. 18.

VALENTIM, Carlos Manuel "Duarte de Paz e o Estabelecimento da Inquisição em Portugal", *Terra Quente*, quinzenário de informação regional, 01 Novembro, 2003, Ano XV n.º 292, p. 22.

[739] Ou que incluem análises importantes sobre a família.

VALENTIM, Carlos Manuel "Tomé Pegado de Paz: espião e servidor do duque de Naxos (1552-1578)", *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 4, 2004, pp. 283-341.

VALENTIM, Carlos Manuel "Duarte de Paz: um líder da comunidade sefardita em meados do século XVI. Novos Elementos Biográficos", *Rumos e Escrita da História. Estudos de Homenagem a A.A.Marques de Almeida*, Coordenação de Maria de Fátima Reis, Lisboa, Edições Colibri, 2007, pp. 175-190.

VALENTIM, Carlos Manuel, "Heitor Dias da Paz – Estudante de Medicina em Coimbra", em co-autoria com Maria Fernanda Guimarães, *Terra Quente*, quinzenário de informação regional (Mirandela), Ano XV -N.º 334, 15 de Agosto de 2005, p. 22.

VILAR, Hermínia Vasconcelos, "A Comunidade cristã-nova do Porto no século XVI: notas para o seu estudo", *Xudeus e Conversos na História, Actas do Congresso Internacional*, Ribadavia 14-17 de Outubro de 1991, Carlos Barros Editor, Santiago de Compostela, La Editorial de la Historia, 1994, pp.389-405.